

2019

Mensagem à Assembleia

S. Humboldt



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**



Sérvulo Esmeraldo

(Crato-CE, 1929 - Fortaleza-CE, 2017).

Monumento ao Jangadeiro, 1992.

Escultura em aço pintado, 6,00 x 3,00 x 1,00 m
Avenida Beira-Mar, Fortaleza - CE - Brasil.

O “Monumento ao Jangadeiro” é uma das obras mais emblemáticas do artista Sérgio Esmeraldo no espaço urbano da capital cearense. Composta por três formas triangulares pintadas de branco, esta obra foi encomendada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza para homenagear e sinalizar a Praça do Pescador, localizada na Praia do Mucuripe, em 1992.

Sérvulo Esmeraldo, que amava a geometria, tinha no triângulo a sua forma de predileção. O vento e a luz, tão caros ao Ceará, eram matérias fundamentais no seu pensamento. O “Monumento ao Jangadeiro” é uma soma feliz destas escolhas do artista, que, articulando-as com maestria, deu a um símbolo cearense a sua versão universal.

Dodora Guimarães Esmeraldo
Fortaleza, fevereiro de 2019



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

**MENSAGEM
À ASSEMBLEIA
2019**

Mensagem à Assembleia 2019





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2019

ABERTURA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 30ª LEGISLATURA



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Casa Civil	José Élcio Batista
Procuradoria-Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Antônio Marconi Lemos da Silva
Secretaria da Fazenda	Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba
Secretaria do Planejamento e Gestão	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria da Saúde	Marcos Antônio Gadelha Maia
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	André Santos Costa
Secretaria de Administração Penitenciária	Luis Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos
Secretaria do Esporte e Juventude	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco de Assis Diniz
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria da Infraestrutura	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria das Cidades	José Jácome Carneiro Albuquerque
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Francisco de Queiróz Maia Júnior
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Cândida Maria Torres de Melo Bezerra



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO – SEPLAG

Coordenação Técnica

Raimundo Avilton Meneses Júnior

Orientação Técnica

Lara Maria Silva Costa

**Desenvolvimento de sistema
e processamento de dados**

Alexandre Araújo da Silva

Daniel Ivo de Andrade

Luiz Edivam Carvalho Junior

Elaboração e Assessoramento Seplag

Eveline Maria Cordeiro Brandão

José Wagner Alves Fernandes

Luiz Carlos Holanda Antero

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Sandra Maria Braga

Virgínia Dantas Soares Teixeira

Colaboração Técnica

Débora de Freitas Viégas

Everton Cabral Maciel

Francisca Maria Sousa Moreira

Maria Eduarda Couto

Mariana Braga Teixeira

Renata Maria Jurema Pontes Viana

Equipe de Elaboração – Ipece

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia Souza

Cláudio André Gondim Nogueira

Dércio Nonato Chaves de Assis

Jimmy Lima de Oliveira

Luciana de Oliveira Rodrigues

Paulo Araujo Pontes

Nicolino Trompieri Neto

Raquel da Silva Sales

Rayén Heredia Penaloza

Witalo de Lima Paiva

Colaboração Casa Civil

Ana Carolina Castro Mota

Marília Cavalcante



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

Adeline de Araujo Lobão da Silva (Secitece)	Célia Maria Soares Pereira (SEDUC)
Adriana Lino Honorato (Urca)	Cibelle Teixeira de Oliveira (Urca)
Adriana Xavier de Santiago (Scidades)	Cláudio Éden da Silveira Junior (ZPE Ceará)
Afonso Gonçalves de Carvalho Neto (Nutec)	Cléa Mesquita Lopes (Seinfra)
Aila Pequeno Holanda Porto (ESP)	Cristiane Mendonça Crijá (Funcap)
Aila Wariss Maia (ESP)	Danilo Barbosa Gomes (CEE)
Ailza Mateus Sampaio Neta (TVCeará)	Danyelle Mota Ricardo Guerra (Sejus)
Alcides Maria do Nascimento Parente (DER)	Dayara Normando Marques (Seapa)
Aline Holanda Linhares (Secitece)	Denilson Albano Portácio (Seduc)
Aline Ribeiro Gomes (Nutec)	Denise Andrade Araújo (CGE)
Aluizio Souza Freitas, Cap BM (FDCC)	Elisabete Maria Cruz Romão (Semace)
Alyne Martins Avelino (Uece)	Emanuela dos Santos Pinheiro (Aesp)
Amanda Viana de Macedo Parente (Casa Civil)	Emiliele Carvalho Dias (Scidades)
Ana Carolina A. Freitas da Rocha (Funcap)	Emily Pereira Soares, Cap PM - (FDS)
Ana Kécia Ferreira Gomes (ZPE Ceará)	Eufrauzina Hortência Pedrosa Carlos (Sesa)
Ana Lúcia Aragão Alves (Setur)	Everton Cabral Maciel (SEAS)
Ana Márcia de Almeida Rodrigues Dantas (SESA)	Fábio Geraldo de Araújo Filho (Secult)
Ana Raquel Nunes de Sena (Sefaz)	Fabiola Linhares Bezerra (Sesporte)
Ana Roberta Duarte Piancó (Urca)	Fernando Antônio Alves dos Santos (Uece)
Andreia Parente Gomes (Funcap)	Flávia Livino de Carvalho Costa (EGPCE)
Andréa Sousa Martins (SUPESP)	Francisca Betanha Quinto Barros (Polícia Civil)
Ana Maria Cavalcante Carneiro (Secitece)	Francisca Imaculada dos Santos Silva (CED)
Antônia Aurinete de Almeida Braga (Sejus)	Francisca Juliana Feitosa Soares (SEDUC)
Antonio Marcos Alves Sousa, Cap BM (FDCC)	Francisca Luzitelma Santos Caracas (Issec)
Antônio Odálio Girão de Almeida (Ceasa)	Francisco Alexsandro Sales Beserra (Sohidra)
Antônio Ribeiro de Melo Neto (Cagece)	Francisco Bergson Parente Fernandes (Ematerce)
Antônio Tarciso Coelho Pinto (Ematerce)	Francisco José Coelho Bezerra (Issec)
Ari Célio Reges Mendes (SPD)	Francisco Leopoldo Moreira Filho (Nutec)
Átila Einstein de Oliveira (Pefoce)	Francisco Ricardo V. Catarina, TenCel PM (PMCE)
Aurilene Pereira Moura Moreira (Uece)	Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho (SSPDS)
Camila Elisa e Souza Ribeiro (Scidades)	Frederico Jorge Barbosa Acário (Codece)



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

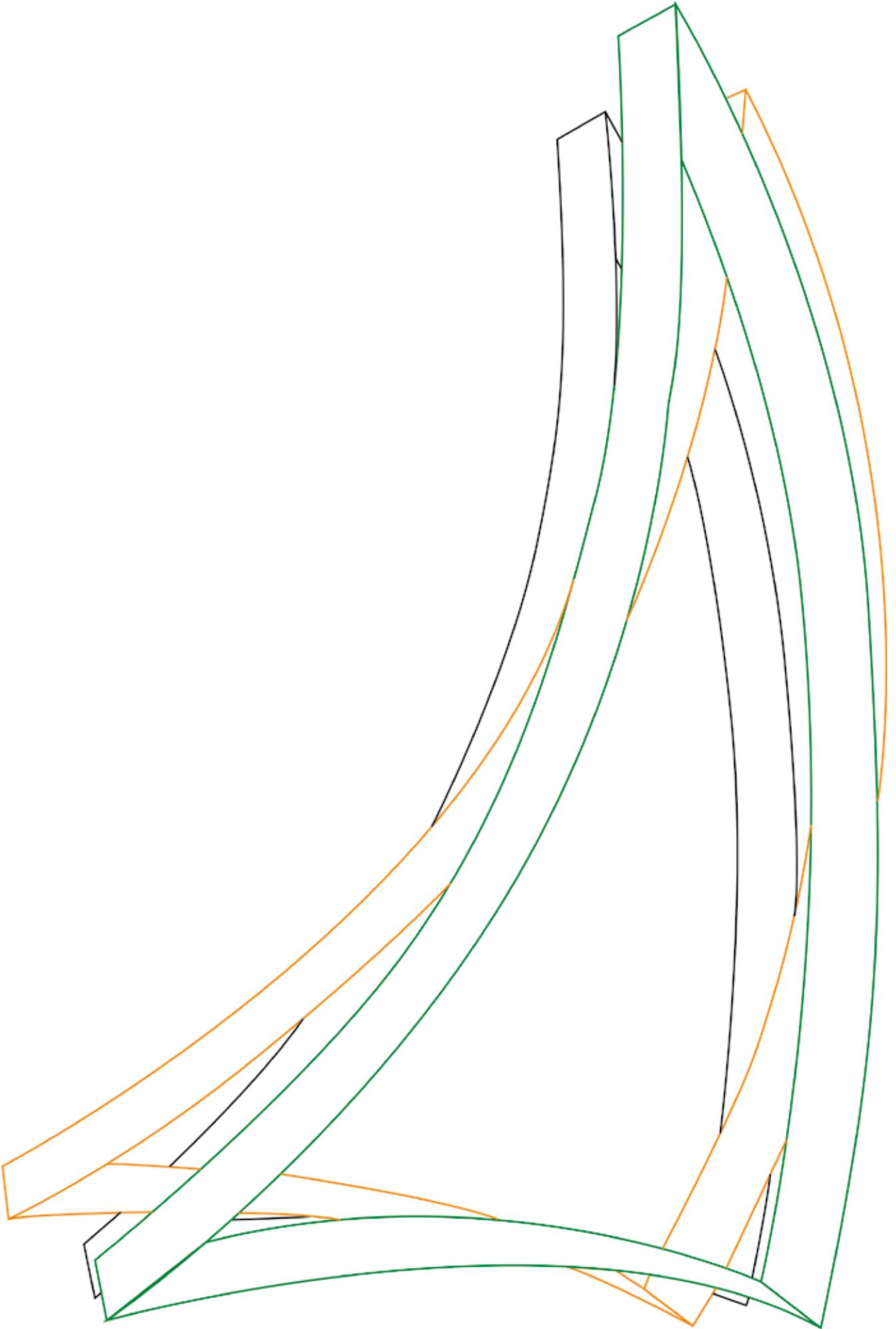
Gabriela Paulino da Silva (Vicegov)	Josimar Ferreira dos Santos (SPD)
Gecilda Correa Nunes (Ematerce)	Josimar Sousa Maciel (SESA)
Giselle Maria Cavalcante Plutarco (Cogerh)	Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima (UVA)
Heloisa de Aquino Câmara (SRH)	Keilla Farias Castro (CIPP S.A)
Heloisa Helena Garcia Mota (SRH)	Kelly Darlane Nepomuceno Ramos (CGE)
Hermano Abreu Rodrigues (Sesporte)	Kleber Vasconcelos Sabino (SDA)
Ídima Silvia Ferreira Rodrigues (Scidades)	Leiliane Silva de Aguiar (UVA)
Ismênia Márcia Linhares Justino (Casa Civil)	Leiliane dos Santos Silva (Casa Civil)
Itamar Teixeira Bezerra (Ematerce)	Léo Barbosa Pessoa (Seapa)
Jeimes Mazza Correia Lima (SEDUC)	Lilia Michele da Costa Sousa (SDA)
Jairo Ferreira da Silva Júnior (EGPCE)	Lorena Maria Moreira Chagas (Detran)
Jackeline Sales de Melo (Cagece)	Luce Karine Soares Balreira (Sohidra)
Jamille dos Santos de Moura (Aesp)	Lúcia Pompeu de Vasconcelos Castro (Casa Civil)
Jessé de Moura Filho (Detran)	Luciana Albuquerque Guimarães (Metrofor)
João Ferreira de Almeida Júnior (Secult)	Luciano de Sousa Pontes (ViceGov)
João Paulo da Cruz da Silva (SRH)	Luiz Carlos Fernandes Moreira (Polícia Civil)
João Washington de Meneses (Sesa)	Luiz Carlos de Oliveira Carmo (CED)
Joaquim Costa Rolim (Detran)	Luiz de Oliveira Costa Junior (Adagri)
Joaquim Firmino Filho (Seinfra)	Luiza de Marilac Barros Rocha (Sesa)
Joaquim José Facó (DER)	Marcele Pinho de Arruda Mapurunga (Sejus)
Jorge Bhering Linhares Aragão (CED)	Márcia Maria de Andrade Nunes (Seinfra)
Jorge Pinto Filho (SDA)	Marcelo Correia Lima da Rocha (SDE)
José Durval Beserra Filho TenCel PM (PMCE)	Marcos Antonio Silva Saraiva (Sefaz)
José Eleri de Sousa (SSPDS)	Maria Eleusa Costa (ESP)
José Erivilson de Lima (EGPCE)	Maria de Marilac Coelho Rocha (ESP)
José Flávio Guedes (Secitece)	Maria de Jesus de Sousa Cavalcante (Sesa)
José Iran da Silva (SEDUC)	Maria Denise Alves Eugênio (SRH)
José Maurício Mendes Giffoni (Semace)	Maria Dias Cavalcante (Sema)
José Maurício Nobre de Oliveira (DAE)	Maria Esther Frota Cristino (Ipece)
José Valdo Mesquita Aires Filho (Setur)	Maria Jussara Laroca Figueiredo dos Santos (CGD)
José Teófilo Braga Neto (Cohab)	Maria Nayde de Magalhães Macedo (Funceme)



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

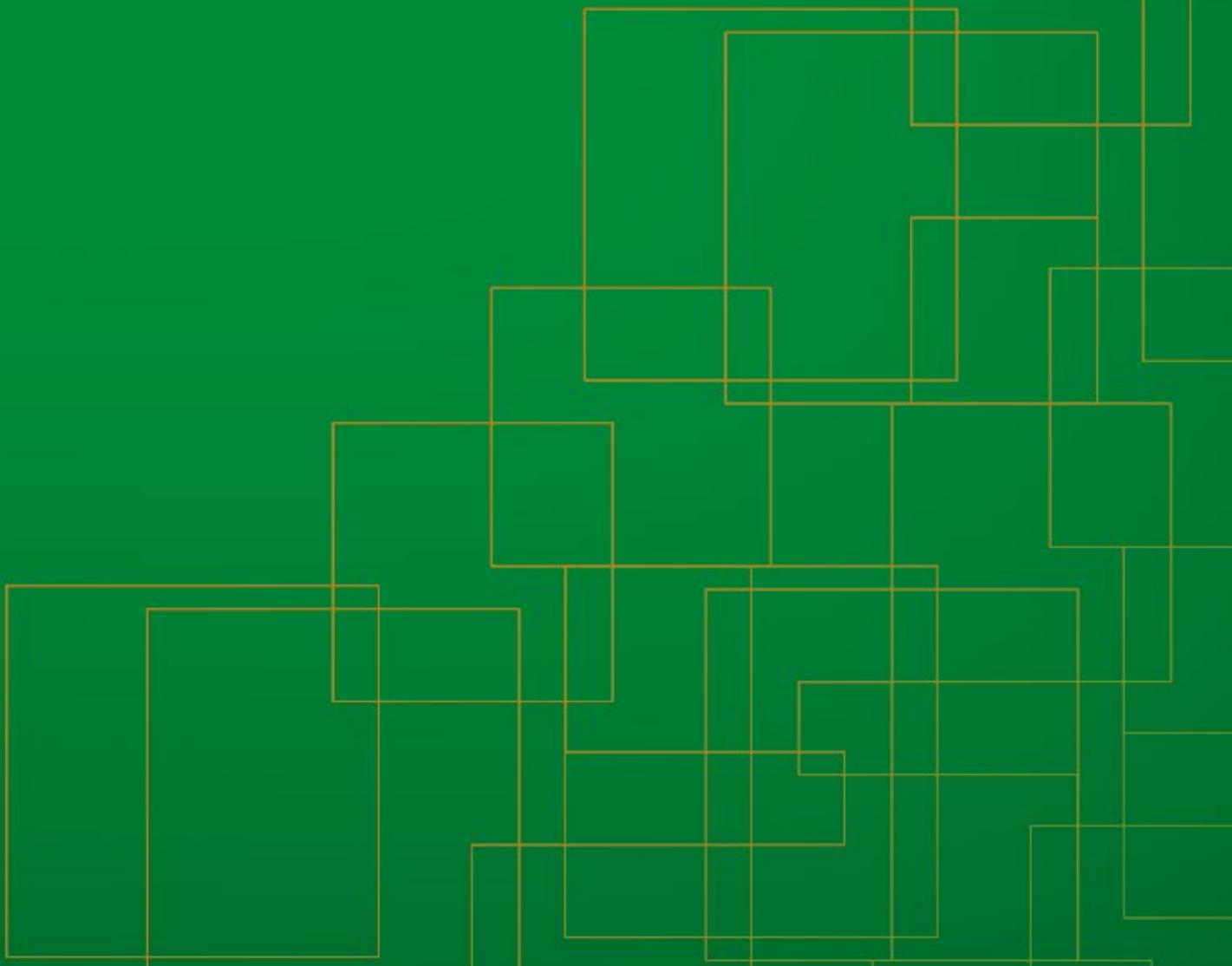
Maria Nilce Quinderé (Cegás)	Rosa Meire Alves Guimarães (UVA)
Maria Salete Lucena de Azevedo (DAE)	Sandra Maria B. Libanio de Vasconcelos (STDS)
Marilce Stenia Ribeiro Macedo (CEE)	Sandra Maria Morais Melo Leopoldino (STDS)
Marcos Manuel de Almeida Júnior (Adece)	Sandra Maria Olimpio Machado (Sefaz)
Mario Jorge de Freitas (CIPP S.A)	Sarah Furtado Freire (Cogerh)
Mauricio Cabrera Baça (SDE)	Sarah Gleiciane de Araújo Silva (SCidades)
Nátia de Matos Nunes (SDE)	Sara Maria Spinosa Juvencio (Idace)
Nelci Gadêlha de Almeida (Sema)	Sebastião Lopes Araújo (STDS)
Nubia Maria Rodrigues Feitosa (Funcap)	Sérgio Moreira Câmara (SRH)
Núbia Ferreira Almeida (Urca)	Silviane Torres da Costa (Scidades)
Olêda Maria Castro Araújo (Sesa)	Suelde Maria Gonçalves Montenegro (Funceme)
Patrícia Maria Campos Pinheiro (Seplag)	Tânia Maria Cunha Alves (Seinfra)
Patrícia Lima Lopes, Cb BM (CBMCE)	Tatiana Cirila Lima Sampaio Bandeira (Arce)
Paula Yamily Gomes Cruz (Sesporte)	Tércio Carvalho de Almeida (Cagece)
Paulo Henrique Parente Neiva Santos (DAE)	Taumaturgo Medeiros dos Anjos Júnior (SDA)
Paulo Henrique Studar Pinho (Cogerh)	Thiago Costa Silva (Uece)
Raimunda Aurineide Lemos Caldas (Cagece)	Thomaz Pires Cassundé (Semace)
Raimundo Alves Braga Bastos (Semace)	Tuíro Camboim Morais (Secult)
Rannieri Rios Veloso (Idace)	Vanessa Maria Barbosa Nascimento (Cegás)
Raquel Luna Vasconcelos (CGD)	Vanessa Maria Holanda Rosa Vasconcelos (SPD)
Raul Marchesi de Camargo Neves (Cagece)	Vanessa Rocha de França (SEDUC)
Rejane Lima dos Santos (Sohidra)	Vera Lucia Teixeira Salgado (Nutec)
Ricardo Leite Soares (Etice)	Verônica Sousa dos Santos Correia (ESP)
Ricardo Saraiva da Rocha (Urca)	Vilma Maria Freire dos Anjos (Adagri)
Roberto Benevides de Castro (ZPE Ceará)	Virgínia Soares de Moura (Urca)
Rodolfo Sena da Penha (CED)	Walfrido Monteiro Mororó (ZPE Ceará)
Rômulo Braga Gomes (Semace)	Zirlânea da Silva Gonçalves (Seduc)



Mensagem à Assembleia 2019



PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR



MENSAGEM DO GOVERNADOR CAMILO SANTANA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ NA ABERTURA DO ANO LEGISLATIVO DE 2019.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ,
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS,
EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS DEPUTADAS,
DEMAIS AUTORIDADES AQUI PRESENTES, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,
MINHAS IRMÃS E MEUS IRMÃOS CEARENSES:

Ao iniciarmos este ano legislativo – o primeiro dessa nova composição da Casa, e também o primeiro de nossa segunda gestão à frente do Governo do Ceará, submeto à consideração desta Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos legais, a Mensagem do Ano de 2019.

Reafirmo aqui todo o meu respeito pelo imprescindível papel desempenhado pelo Poder Legislativo na construção de uma democracia sólida e de um Estado cada vez mais justo e mais desenvolvido.

Esta mensagem traz um balanço fiel dos desafios enfrentados e das ações realizadas em 2018, ano em que nosso Estado conseguiu avançar em várias áreas, mesmo em meio ao conturbado cenário político e econômico vivido em nosso país.

A esse ambiente corrosivo, respondemos amplamente, sobretudo, com a criação de mais oportunidades e com educação de progressiva qualidade, entre as metas fundamentais, além do forte investimento em saúde e segurança pública. Elevamos a aposta na capacidade dos nossos irmãos e irmãs cearenses, alimentada na postura altiva e combativa de um povo honesto, criativo e trabalhador.

Ressalto, com orgulho e gratidão, que a relação direta e permanente com a nossa gente ao longo dos últimos quatro anos me ajudou a assimilar experiências, conhecimento e, principalmente, me deu força para governar com obstinação e senso de justiça.

No contexto de prioridades e ações desenvolvidas pelo Estado do Ceará, entendo que é fundamental, para alcançarmos o desenvolvimento que queremos e reduzirmos as desigualdades sociais que imperam em nosso Estado e no país, avançar na austeridade fiscal e financeira.

Várias foram as medidas que tomamos desde 2015, avançando gradualmente até 2018, para que o Ceará fosse se consolidando como o Estado com maior solidez fiscal do Brasil. E, mais do que isso e até mais importante, como o Estado com maior volume de investimentos públicos, batendo recorde por cima de recorde, ano a ano. Estamos fechando 2018, mais uma vez, no topo dos investimentos, com mais de 15% da Receita Corrente Líquida. Isso significa a construção de mais escolas, estradas, obras hídricas, equipamentos de saúde e segurança, tão necessários para a população.

Aliado a tudo isso, destaco que nosso Estado é tido hoje como modelo de transparência, reconhecido pelo Ministério Público Federal com nota máxima. Investir mais, e com mais qualidade e eficiência, deve ser obrigação do serviço público, e disso não abrimos mão.

Esses resultados não se devem ao acaso, posto que nosso governo, na ênfase à Gestão para Resultados, investiu originalmente em transparência, controle e participação social, desde o desenvolvimento e implementação do Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará, conquistando, em 2018, o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, concedido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Assim como a Plataforma Ceará Transparente, que reuniu os sistemas de Ouvidoria, Transparência, Acesso à Informação do Estado e Participação Cidadã, recebendo mais de 2,2 milhões de acessos. Tal plataforma chegou a receber reconhecimento internacional, o que aumenta ainda mais a nossa responsabilidade.

É notável que, mantendo esse padrão de qualidade vitorioso, e cada vez mais destacada enquanto área prioritária, a nossa Educação evoluiu de modo notável nos últimos anos, consolidando-se como a melhor educação pública do Brasil. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), das 100 melhores escolas públicas de Ensino Fundamental do País, 82 são do Ceará. Nesse nível de ensino, 99,5% das nossas instituições atingiram a meta preconizada pelo Ministério da Educação, com nota que já supera a meta estipulada para 2021.

No Ensino Médio, o Ceará também avançou muito, saindo da 12ª posição em 2015, para o 4º lugar no ranking divulgado ano passado. Nesse sentido, temos muito a comemorar, pois, pela primeira vez, tivemos escolas públicas cearenses de Ensino Médio entre as 100 melhores do Brasil. Colocamos 13 escolas entre as que mais se destacaram.

O resultado de tudo isso é que, cada vez mais jovens cearenses têm conseguido acesso às universidades de todo o país. Em 2017 foram quase 17 mil, número que esperamos superar nesse último Enem, de 2018. Nossa meta é que os jovens cearenses, independente de onde morem ou de classe social, tenham as mesmas oportunidades de crescer e vencer na vida.

Por isso, temos investido cada vez mais nos nossos alunos, professores e diretores, melhorando a qualidade do ensino e também as condições do aprendizado, investindo na qualificação profissional, além da melhoria da infraestrutura, reformando e construindo novas escolas.

Nesse contexto, apostamos fortemente nas escolas de tempo integral. Já somos o segundo Estado do país em número de escolas nessa modalidade; uma em cada três. Só em 2018 transformamos mais 40 escolas de Ensino Médio regular em tempo integral, além de construirmos outras 16 novas escolas, sendo 8 profissionalizantes. E já anunciei outras 22 escolas de tempo integral funcionando no Ceará a partir deste mês.

Como estímulo aos nossos alunos, professores e diretores, premiamos ano passado 332 escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem na alfabetização, através da concessão do Prêmio Escola Nota 10.

Vale ressaltar que também avançamos no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o atendimento, pelo Estado, de mais de 61 mil alunos. Com relação à educação inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) chegou a mais de 10 mil alunos - público-alvo da Educação Especial, em 177 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), 48 Centros de Atendimento Educacional Especializado (ONGs conveniadas com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará), oito Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado e um Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado (Creaece).

Para melhor qualificar nossos jovens para o mercado de trabalho, criamos também os Centros Cearenses de Idiomas (CCI) e já implantamos 11 unidades nos municípios de Caucaia, Itapipoca, Iguatu, Juazeiro do Norte, Crateús e mais seis em Fortaleza, com atendimento de quase 10 mil alunos da rede pública estadual matriculados no Ensino Médio.

Tivemos foco não só para a Educação Básica, como também para a Educação Superior, ao ofertarmos, em 2018, cerca de oito mil vagas nos cursos de graduação das nossas universidades públicas estaduais: Uece, Urca e UVA, incluindo ensino a distância. Além disso, ofertamos, só em 2018, mais de 2.300 vagas nos cursos de pós-graduação pelas Instituições de Ensino Superior (IES) Estaduais e concedemos mais de 4.700 bolsas pela Funcap.

Beneficiamos mais de 41 mil alunos matriculados nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior do Estado, nos programas de Assistência Estudantil, por meio de Bolsa de Estágio, Auxílio Alimentação e Residência Universitária, e mais de 286 mil pessoas com ações de Extensão Universitária.

Ainda abordando os destaques do Ceará do Conhecimento, ampliamos nosso olhar para a Cultura do nosso Estado, começando pela realização do primeiro concurso público da história da Secretaria da Cultura, ofertando 102 vagas de nível superior em várias áreas de atuação profissional no campo das artes, do patrimônio e gestão cultural, na perspectiva da ampliação e qualificação das políticas implementadas e sua expansão.

No fomento às artes, apoiamos, através de editais e premiações, centenas de projetos ligados à música, dança, artes visuais, circo, fotografia, humor, teatro e literatura.

O Governo do Ceará apoiou, ainda, programas de Preservação e Promoção da Memória e do Patrimônio Cultural Cearense, programas de Conhecimento e Formação, e Projetos Estruturantes de Cultura.

Destaco aqui, também, a abertura, em 2018, da Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco,

em Fortaleza, capacitando 1.473 pessoas com a realização de 41 ações culturais, qualificando o polo gastronômico do Estado.

Como forma de valorizar ainda mais nossa história e nossas raízes, a cultura continuará recebendo atenção especial em nosso governo.

Outra área que tem sido tratada como prioridade absoluta é a de apoio e assistência às nossas crianças. Somente em 2018, construímos e inauguramos 43 Brinquedopraças, espaços públicos adaptados para crianças e suas famílias, na capital e no interior. Ainda inauguramos 5 Praças Mais Infância, com playground, quadra poliesportiva, academia de ginástica e outros equipamentos de esporte e lazer. Mais 27 estão em construção.

Criamos o Cartão Mais Infância, um programa de transferência de renda para ajudar no combate às desigualdades, beneficiando cerca de 50 mil famílias que vivem na extrema pobreza, como forma de ajudar no desenvolvimento das crianças. O auxílio, suspenso no ano passado por conta da legislação eleitoral, retorna este mês, com um investimento anual de 50 milhões de reais do Governo do Estado.

Além disso, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN) atendeu a mais de 4.000 famílias, que receberam visitas domiciliares e participaram de encontros comunitários, com o objetivo de orientar e auxiliar os pais e familiares sobre a melhor forma de conviver e cuidar das crianças.

Não poderia deixar de citar, também, o Projeto Praia Acessível, idealizado pela primeira-dama Onélia Santana, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, que realizou, só em 2018, mais de 2.300 atendimentos de pessoas com mobilidade reduzida.

Senhoras e Senhores,

2018 foi um ano de muito trabalho e também de grandes conquistas. Respondemos à natureza ameaçadora da crise ampliando nossas conexões com o mundo.

É assim que, na área econômica, entre as nossas principais ações estão a consolidação da trinca de HUBs - conexões aérea, portuária e tecnológica -, destinada a impulsionar o turismo e a economia em geral.

No caso do Hub Aéreo, os primeiros resultados impressionam. Somente de maio a dezembro de 2018, houve um aumento de 83% de passageiros de voos internacionais e mais de 15% no número de passageiros de voos nacionais, chegando e saindo do Aeroporto de Fortaleza, cujas obras de ampliação e modernização seguem em ritmo acelerado, após o início das operações da empresa alemã Fraport.

Ampliamos a expectativa de implementação de 60 voos semanais diretos entre o Ceará e o mundo já este ano, envolvendo todas as operações internacionais, gerando impacto de 0,79% no PIB do Ceará, segundo estudo do Ipece, além do incremento de mais de 1,2 bilhão de reais na economia e perspectiva de criação de mais de 80 mil empregos diretos e indiretos no Ceará.

Desse modo, cresceu a capacidade de exportação por modal aéreo para 120 toneladas por semana, com o transporte, por exemplo, de peixes tropicais, flores, frutas, pescado e autopeças.

No processo de interiorização do nosso turismo, foi homologado o Aeroporto de Aracati para operação por instrumento (IFR) e iniciado o processo de alfandegamento do Aeroporto de Jericoacoara, já consolidado como rota importante de turismo do Brasil, que logo se transformará em aeroporto internacional.

Na implantação do Hub Tecnológico, contamos com o lançamento de 6.200 quilômetros de cabo submarino de fibra ótica pelo Oceano Atlântico, da multinacional de telecomunicações Angola Cables, da África até Fortaleza, com investimento de cerca de 300 milhões de dólares em projetos na capital cearense.

Destacamos também o investimento pela Angola Cables em outra rede submarina, o sistema Monet, já operando, e que conta, inclusive, com um Data Center localizado na Praia do Futuro, que já está com 80% da obra concluída, e que prevê atração de negócios na área da inovação tecnológica e startups.

No Hub Marítimo, é notável o início da operação que tem nos seus fundamentos a parceria firmada em 2018 entre os Portos do Pecém e de Roterdã, na Holanda. Dessa forma, nosso principal porto amplia a sua eficiência, em melhor infraestrutura e competitividade, e planeja triplicar a capacidade de movimentação de cargas atual, que é de 17 milhões de toneladas.

Tais realizações vão se estruturando a partir das nossas necessidades de infraestrutura e mobilidade, desde a execução da obra de ampliação portuária do Pecém, além da nova ponte de acesso.

Enquanto prosseguimos com a construção, duplicação e restauração de centenas de quilômetros de rodovias estaduais, mantivemos a conservação rodoviária superior a 14 mil quilômetros, ultrapassando a meta programada para o ano de 2018 e beneficiando todo o Estado do Ceará.

Cuidamos, ainda, da implantação do Bilhete Único Metropolitano do Cariri, de forma a promover a integração tarifária entre os sistemas de transporte metropolitano e urbano, beneficiando, juntamente com o Bilhete Único Metropolitano de Fortaleza, mais de 85 mil passageiros, que fizeram mais de um milhão e 700 mil integrações.

Mas, o nosso Ceará de Oportunidades ampliou-se, também, em todos os setores da economia,

como no caso do Setor Primário, na atenção à agricultura familiar e ao agronegócio, com a distribuição superior a três milhões de toneladas de sementes; de mais de 500 mil mudas; e outros benefícios para mais de 152 mil agricultores familiares em todo o estado.

Os resultados mostram a eficiência das políticas públicas governamentais e o êxito das diversas instituições na sua execução, entre as quais se destaca a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), que estamos fortalecendo por meio do compromisso firmado de realização do concurso público para 263 vagas. Acrescenta-se também a entrada em funcionamento do novo Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, no município do Crato.

No Setor Secundário, destaco a implantação do Polo Tecnológico da Saúde do Eusébio, com a inauguração da sede cearense da Fiocruz, com investimentos de 180 milhões de reais, e o projeto da fábrica de vacinas Bio-manguinhos. O parque da Fiocruz é o primeiro do Brasil a integrar projetos de inovação tecnológica na produção de medicamentos, insumos e diagnósticos, para atender, da saúde básica à medicina de alta complexidade.

O Ceará de Oportunidades prevê também a criação de uma nova política de incentivos fiscais, visando à interiorização de negócios, a partir do Ato Normativo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial (CEDIN), de novembro de 2018. Trata-se de uma política baseada no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com proposta de enquadrar no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) a concessão de benefício fiscal de ICMS para as indústrias que se instalem nos municípios com baixo IDH, como forma de redução das desigualdades.

Já o eixo Ceará Saudável avançou na ampliação dos serviços à população e no aprimoramento qualitativo das condições de assistência à saúde. Ampliamos nossos equipamentos, como UPAs, policlínicas e hospitais, chegando a um milhão e duzentos mil atendimentos por mês.

Só em 2018, realizamos 110 mil cirurgias, sendo 73 mil em 11 hospitais da rede própria do Governo do Ceará. Além disso, 37 mil cirurgias eletivas de alta e média complexidade foram garantidas em outras unidades de saúde, dentre elas as contempladas no “Plantão Saúde Cirurgia”, que conta com 34 prestadores de serviços de saúde contratados e visa reduzir a fila desse tipo de procedimento no Ceará.

Em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, entregamos em 2018 a primeira etapa do IJF II, com 130 novos leitos para atender pacientes vítimas de traumatismo. O novo equipamento conta ainda com uma ala criada especialmente para o atendimento a crianças. Quando estiver totalmente concluído, este ano, o IJF II terá um total de 203 novos leitos, para atender pacientes de todo o estado.

Quanto ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), destaco a renovação da frota, com entrega de 28 novas ambulâncias pelo Governo do Estado. A frota atual é de 133 veículos para prestar socorro à população cearense.

Na área de Recursos Hídricos, outro grande desafio diante de seis anos seguidos de seca, o Governo do Ceará trabalhou intensamente e garantiu o abastecimento da capital e do interior, evitando que houvesse colapso em qualquer município.

Só em 2018 foram construídos 1.977 poços profundos, instaladas 2.397 cisternas, 140 sistemas de abastecimento d'água, 441 chafarizes, além da instalação de dezenas de dessalinizadores e construção de 7 novas adutoras.

Avançamos muito ainda nas obras do Cinturão das Águas, a maior obra hídrica da história do Ceará, com a finalização do primeiro trecho de 53 km.

Será justamente o Cinturão que receberá as águas do Rio São Francisco para distribuir para o nosso Ceará.

Destaco, agora, a área que representa um dos maiores desafios enfrentados por todos os estados brasileiros e pelo Governo Federal: a segurança pública.

O momento pelo qual passa o Ceará neste começo de ano não representa, jamais, qualquer demonstração de força do crime contra o Estado. Muito pelo contrário, mostra a coragem do Ceará de enfrentar um problema que afeta todo o país há décadas, negligenciado, sobretudo, pelos chefes da Nação, que transferiram para os estados e municípios a responsabilidade de enfrentar sozinhos um problema que é de todos.

Nosso país não produz armas e drogas pesadas. Elas sempre entraram pelas nossas fronteiras, sob o olhar inerte das autoridades federais, que tinham a obrigação de realizar esse combate. Foram essas armas e drogas que abasteceram o crime organizado, que nasceu e cresceu no Rio de Janeiro e em São Paulo, e se espalhou por todo o Brasil.

O Estado do Ceará, de sua parte, buscou se preparar para esse enfrentamento. Só de 2015 pra cá, contratamos dez mil profissionais de segurança, construímos e reforçamos presídios e investimos em equipamentos, tecnologia e inteligência para mostrar ao crime que quem manda é o Estado.

Mas, é imprescindível que o Governo Federal também faça a sua parte. Reconheço aqui o apoio que recebemos e temos recebido do atual governo no momento de crise. Mas, é fundamental que se estabeleça no país uma política séria e definitiva de combate ao crime organizado, envolvendo estados e municípios, sob a coordenação do Governo Federal. Ou o país se une e faz isso agora, ou poderá ser tarde demais.

De nossa parte, podem ter certeza, não haverá trégua contra a criminalidade. Aqui no Ceará não iremos permitir que cadeias sejam transformadas em escritórios do crime, de onde partem as ordens de comando, como acontece em todo o país. E trabalharemos, cada vez mais, para que

bandidos não tenham mais as regalias que se acostumaram a ter.

As dificuldades que passamos agora, com o sofrimento sobretudo da população mais pobre, não serão em vão. O Estado vai enfrentar cada desafio, cada vez com mais força, e sairá vitorioso nessa luta. Vamos vencer!

Destaco aqui algumas das ações que realizamos na segurança pública em 2018. Ressalto o nosso esforço para ampliar o policiamento em todo o Estado e a descentralização do Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (BPRaio), que foi implantado em todas as regiões, nos municípios com mais de 50 mil habitantes. Foram 27 novas bases só no ano passado, além da construção da sede do Batalhão, em Fortaleza.

Compramos duas novas aeronaves e inauguramos a base da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer), em Quixadá, ampliando a interiorização do serviço. O Ceará tem hoje 9 helicópteros e um avião, sendo uma das maiores e mais modernas frotas do Brasil.

Destaco ainda a ampliação do sistema de videomonitoramento em Fortaleza e no interior, com mais de 3.300 câmeras conectadas, para combater a mobilidade do crime, antecipar ações criminosas e prender bandidos que atentem contra a sociedade.

Só em 2018, foram adquiridas 569 viaturas para reforçar nossas forças de segurança, somando, assim, quase 2.300 novas viaturas desde 2015, além de milhares de armas, coletes, rádios de comunicação e equipamentos de segurança.

Ainda construímos 5 novas delegacias e estruturamos 9 Unidades Integradas de Segurança (Uniseg) no ano passado.

Sabemos, porém, que o investimento na repressão ostensiva não resolverá, sozinho, o problema da violência. Esse desafio só será vencido quando rompermos a barreira da desigualdade, nas condições de uma sociedade livre, democrática e justa. É preciso trabalharmos cada vez mais e desenvolver ações efetivas para aqueles que mais precisam.

O balanço geral das ações do Governo do Ceará em 2018, consolidadas dentro do nosso primeiro mandato de quatro anos, e nossas projeções para a gestão 2019-2022, seguem muito além da apresentação das principais realizações, programas e políticas públicas das diversas áreas do Governo. Precisamos cuidar do compromisso de manutenção responsável dos investimentos, dando prosseguimento a um conjunto de medidas internas.

A partir de uma consistente reestruturação do ponto de vista de ampliação da receita, direcionamento e reordenamento das despesas, é necessário continuar com a mesma austeridade, no sentido de preservar o nível de investimentos.

E, com isso, admitirmos que surjam novos empreendimentos e negócios, diversificando as possibilidades tecnológicas e produtivas do Estado do Ceará, contribuindo para o enfrentamento das crises e de suas “bolhas”, estimulando a disseminação da confiança nas soluções locais e criando mais oportunidades para os cearenses.

Nesse sentido, tenho a compreensão de que nenhum governo consegue assegurar sustentabilidade sem um planejamento estratégico com respaldo no apoio da sociedade e na harmonia entre os poderes.

Por fim, ressalto que outro grande passo que daremos será a conclusão da Plataforma Ceará 2050, importante estratégia de desenvolvimento de longo prazo, que definirá os rumos que este e os futuros governos deverão percorrer, visando alcançar um futuro que todos os cearenses anseiam, a partir de uma consistente governança compartilhada, que criará as bases para gerar valor para a sociedade do nosso querido Ceará, por intermédio dos pilares formados pela prestação social de serviços, pelos setores econômicos e, sobretudo, pelo nosso diferenciado capital humano.

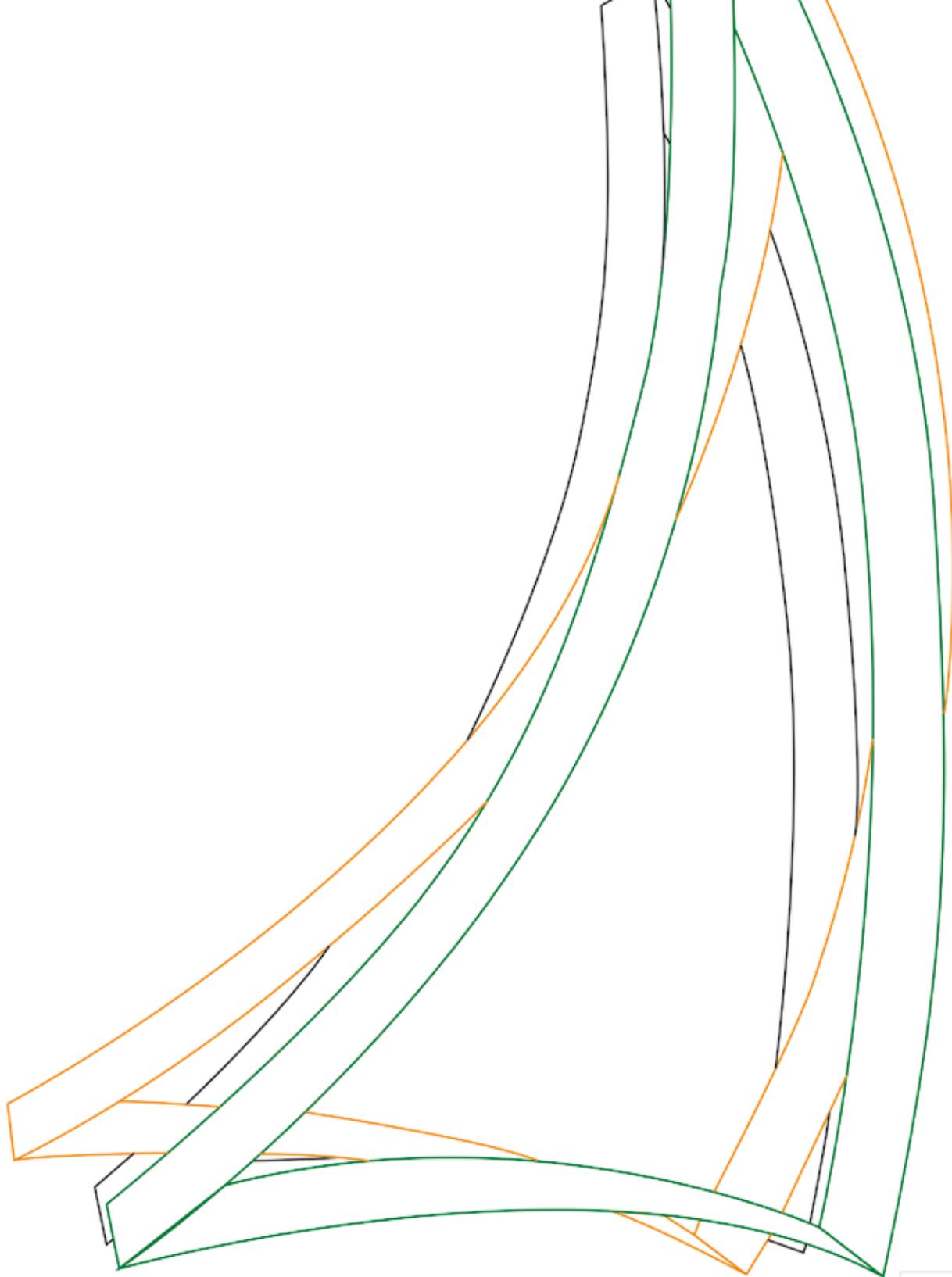
Encerro a apresentação desta Mensagem de 2019, Excelentíssimos Senhores Deputados e Excelentíssimas Senhoras Deputadas, com minha demonstração de gratidão ao trabalho coletivo voltado para o povo cearense. Agradeço a toda a equipe pela dedicação e empenho. E, principalmente, agradeço aos milhões de irmãos e irmãs cearenses, pela confiança depositada em nós. Vocês são a razão maior da nossa luta.

E, por vocês, vamos superar todos os desafios e avançar cada vez mais.

Os desafios são grandes, mas a coragem e a determinação para vencer são muito maiores.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

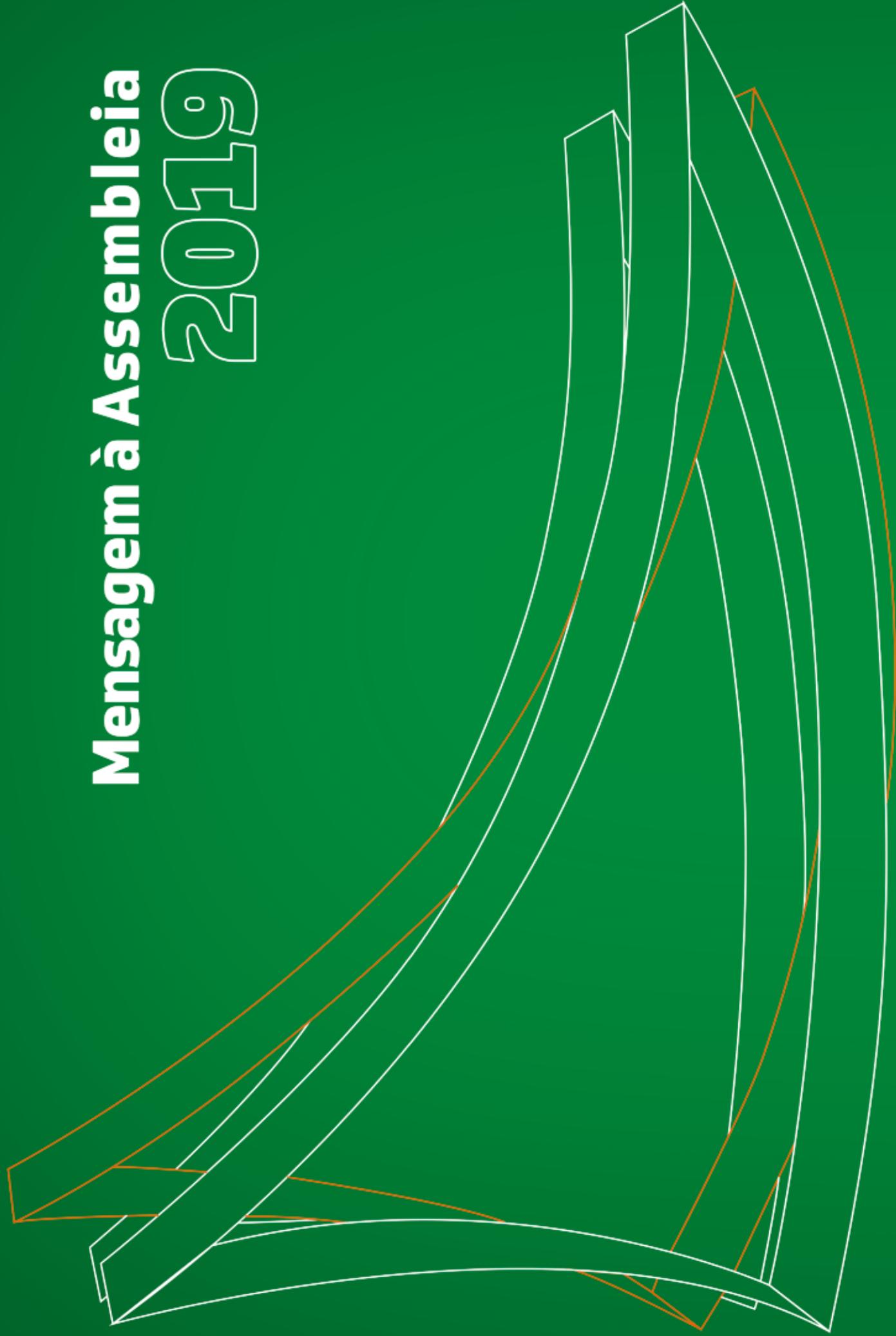
Governador



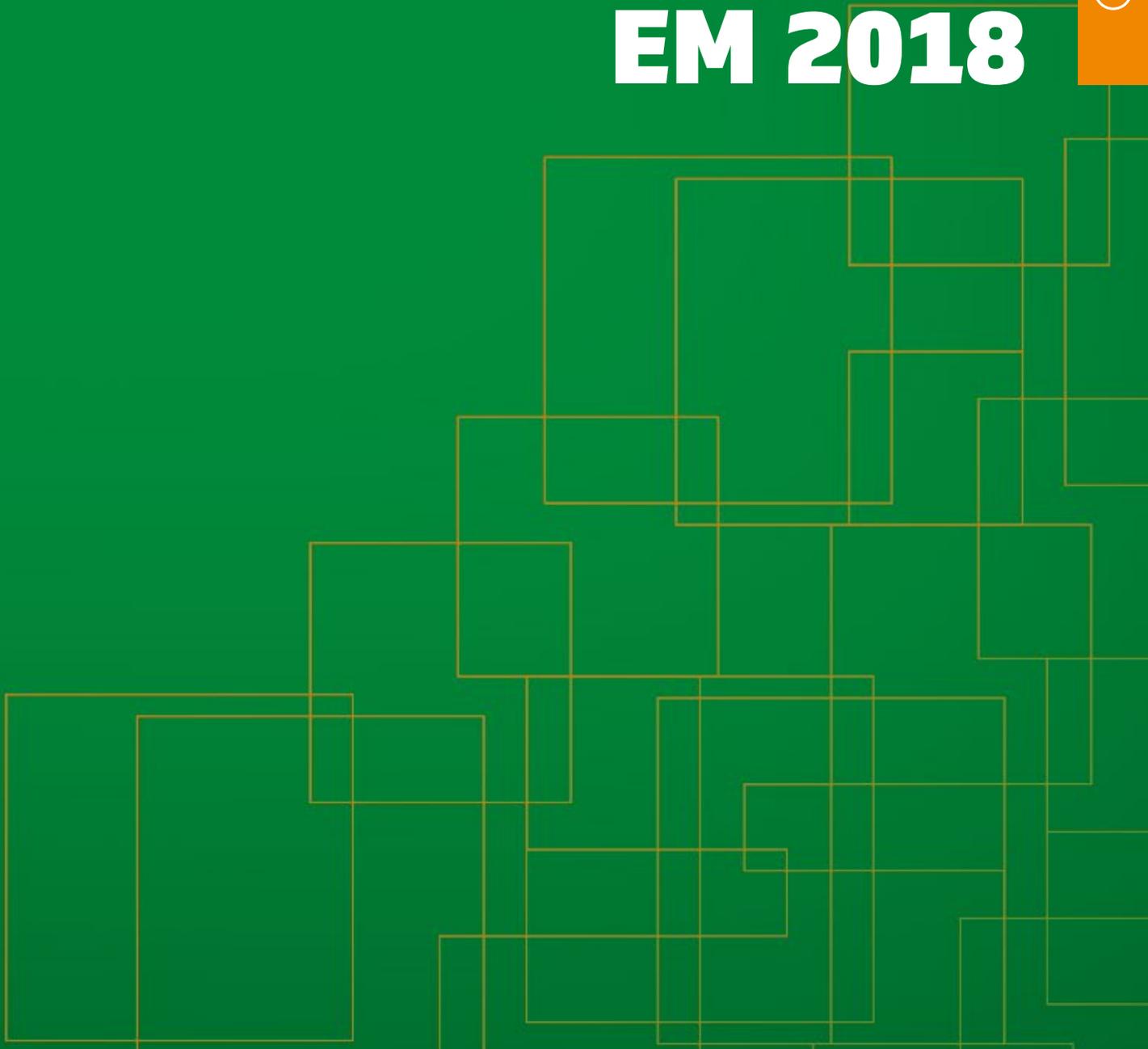
**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**



Mensagem à Assembleia 2019



RESULTADOS E DESTAQUES EM 2018



RESULTADOS
2018



EDUCAÇÃO

A MELHOR EDUCAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL.

100 melhores escolas públicas de Ensino Fundamental do Brasil



99,5%

dos municípios do Ceará que atingiram a meta do Ministério da Educação

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), das 100 melhores escolas públicas de Ensino Fundamental do Brasil, 82 são do Ceará, e 99,5% dos municípios atingiram a meta do Ministério da Educação. No Ensino Médio, o Ceará saiu da 12ª posição em 2015, para o 4º lugar. Pela primeira vez, tivemos escolas públicas de Ensino Médio entre as 100 melhores. Foram 13 entre as que mais se destacaram.

332 ESCOLAS NOTA 10.

Em 2018, o Governo do Ceará premiou escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem na Alfabetização, no quinto e nono anos do Ensino Fundamental, mediante concessão do Prêmio Escola Nota Dez para 332 escolas.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS BENEFICIOU MAIS DE 61 MIL ALUNOS.

Com relação à educação inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) chegou a mais de 10 mil alunos. São 177 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), 48 Centros de Atendimento Educacional Especializado, 8 Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado e 1 Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado.



ENSINO SUPERIOR

Em 2018, cerca de **17 MIL ESTUDANTES TIVERAM ACESSO ÀS UNIVERSIDADES DO PAÍS**. Ofertarmos mais de 10 mil vagas nos cursos de graduação das nossas universidades públicas: Uece, Urca e UVA, incluindo ensino a distância.

O GOVERNO DISPONIBILIZOU MAIS DE 2.300 VAGAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *stricto sensu* pelas Instituições de Ensino Superior (IES) Estaduais e 1.725 bolsas de pós-graduação *stricto sensu* pela Funcap. São mais de 41 mil alunos matriculados nos cursos de graduação das IES Estaduais e mais de 286 mil com ações de extensão universitária. Além disso, são mais 3 mil matriculados na Educação a Distância na UECE.



CENTRO CEARENSE DE IDIOMAS BENEFICIA 10 MIL ALUNOS.

Cerca de 10 mil alunos foram beneficiados com os 11 Centros Cearenses de Idiomas (CCI) nos municípios de Caucaia, Itapipoca, Iguatu, Juazeiro do Norte, Crateús e 6 seis em Fortaleza.



FORTALECIMENTO DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA.

Incluímos a vertente Ambiental ao Projeto Ceará Científico, com um alcance de quase 155 mil alunos matriculados em 458 escolas.

RESULTADOS
2018

SAÚDE

PRIMEIRO ESTADO A IMPLANTAR NÚCLEOS DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE PARA CRIANÇAS AFETADAS PELA SÍNDROME CONGÊNITA ASSOCIADA AO ZIKA.

O Ceará saiu na frente na atenção integral às crianças afetadas pela SCZV, aproveitando a estrutura de **19 POLICLÍNICAS** para criar Núcleos de Estimulação Precoce. O serviço tem equipe multidisciplinar com fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo e pediatra ou neuropediatra e atende crianças com distúrbios neuropsicomotores.

2º ANO CONSECUTIVO EM RECORDE DE TRANSPLANTES.

O Ceará alcançou o recorde de transplantes, ficando em primeiro lugar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em um único ano, **FORAM REALIZADAS 1.874 CIRURGIAS** de órgãos como fígado, pâncreas, rins, coração, pulmão e córneas.



GESTÃO COM O MENOR ÍNDICE DE CASOS DE DENGUE EM 14 ANOS.

Com ações como o Comitê Gestor Estadual de Políticas de Enfrentamento às Arboviroses e o **INCENTIVO DE R\$ 10 MILHÕES DIVIDIDOS ENTRE OS 100 MUNICÍPIOS** que atingiram os melhores resultados no combate a estas doenças, o Estado também alcançou, em 2018, **REDUÇÃO SUPERIOR A 85%** de pacientes afetados por dengue, zika e chikungunya.



SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ É RECONHECIDO MUNDIALMENTE COMO REFERÊNCIA PELO BID.

“Nós, do BID, **SEMPRE TIVEMOS O ESTADO DO CEARÁ COMO UM CASE DE SUCESSO.** O Ceará foi talvez um dos pioneiros a colocar em prática tudo aquilo que o SUS preconizava de regionalização de redes, de hierarquização dos serviços, de constituição lógica de redes, sempre em parceria com os municípios”, afirmou Márcia Rocha, especialista sênior em saúde, representando o BID no Brasil, em fórum sobre o tema em novembro de 2018, em Fortaleza.



PRIMEIRO ESTADO BRASILEIRO A ENVIAR SANGUE RARO PARA OUTRO PAÍS.

O Banco de Sangue de Doadores Raros do Hemoce enviou uma bolsa de sangue específico para uma menina que precisava de transfusão na Colômbia. Com isso, o **HEMOCENTRO DO CEARÁ SE TORNOU REFERÊNCIA NO PAÍS.**



ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) CLASSIFICA A MAIORIA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ DE ALTO (52,7%) E MODERADO (46,7%).

Ainda segundo o IFDM, feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, no último levantamento divulgado em 2018, 73,4% das cidades melhoraram seu desempenho, influenciadas pela redução das internações sensíveis à atenção básica e da taxa de óbito de menores de cinco anos por causas evitáveis.



RESULTADOS 2018

A DIMINUIÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO CEARÁ

Taxa de crescimento anual			
Período	Brasil	Nordeste	Ceará
2016/2017	14,0	17,5	-3,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

A TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL RETRAIU 3,6%, bem diferente do que aconteceu no Brasil e no Nordeste, que registraram altas consideráveis.

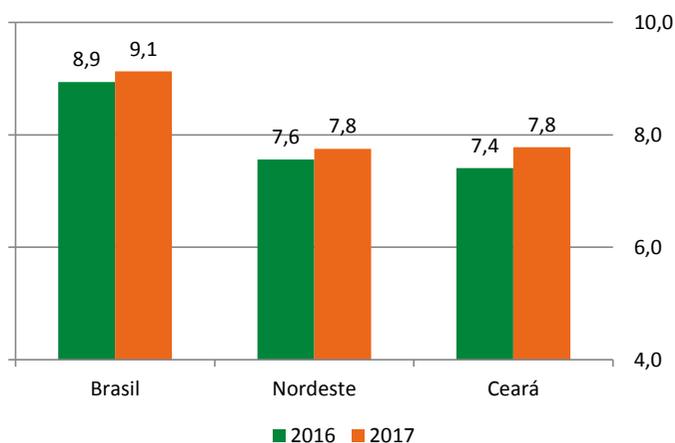
CEARENSE ESTUDANDO CADA VEZ MAIS

O Estado (5%) apresentou taxa de crescimento maior que o dobro do Brasil (2,1%) no que se refere ao número médio de anos de estudo.

Taxa de crescimento			
Período	Brasil	Nordeste	Ceará
2016/2017	2,1	2,5	5,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

Número médio de anos de estudo
- Brasil, Nordeste e Ceará



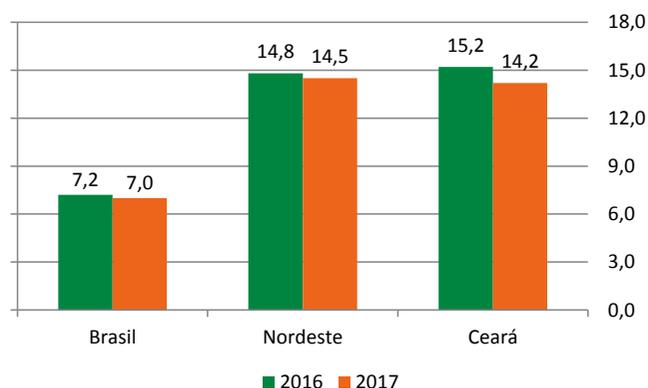
TAXA DE ANALFABETISMO EM QUEDA

Os números do país e do Nordeste registraram retração em torno de 2%, mas a **DIMINUIÇÃO CEARENSE FOI MAIS ACENTUADA, COM QUASE 7%.**

Taxa de crescimento			
Período	Brasil	Nordeste	Ceará
2016/2017	-2,8	-2,0	-6,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua/IBGE.

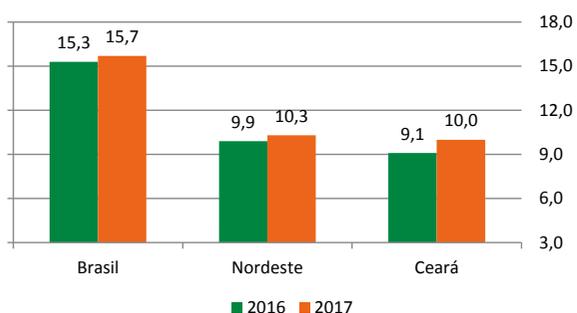
Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) - Brasil, Nordeste e Ceará



ENSINO SUPERIOR

A taxa de crescimento da **POPULAÇÃO CEARENSE COM ENSINO SUPERIOR CRESCEU QUASE QUATRO VEZES** mais que a média brasileira, contabilizando 9,9%.

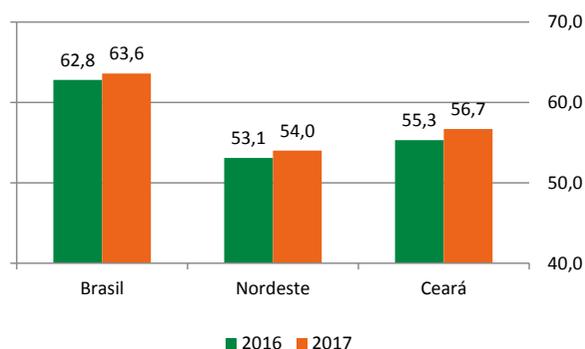
Pecentral da população (com 25 anos ou mais) com o ensino superior completo - Brasil, Nordeste e Ceará



MAIS CEARENSES COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.

Com crescimento superior ao nacional, o Ceará registra crescimento de 2,5% entre a população com 15 anos ou mais.

Pecentral da população (com 15 anos ou mais) com o ensino fundamental completo - Brasil, Nordeste e Ceará

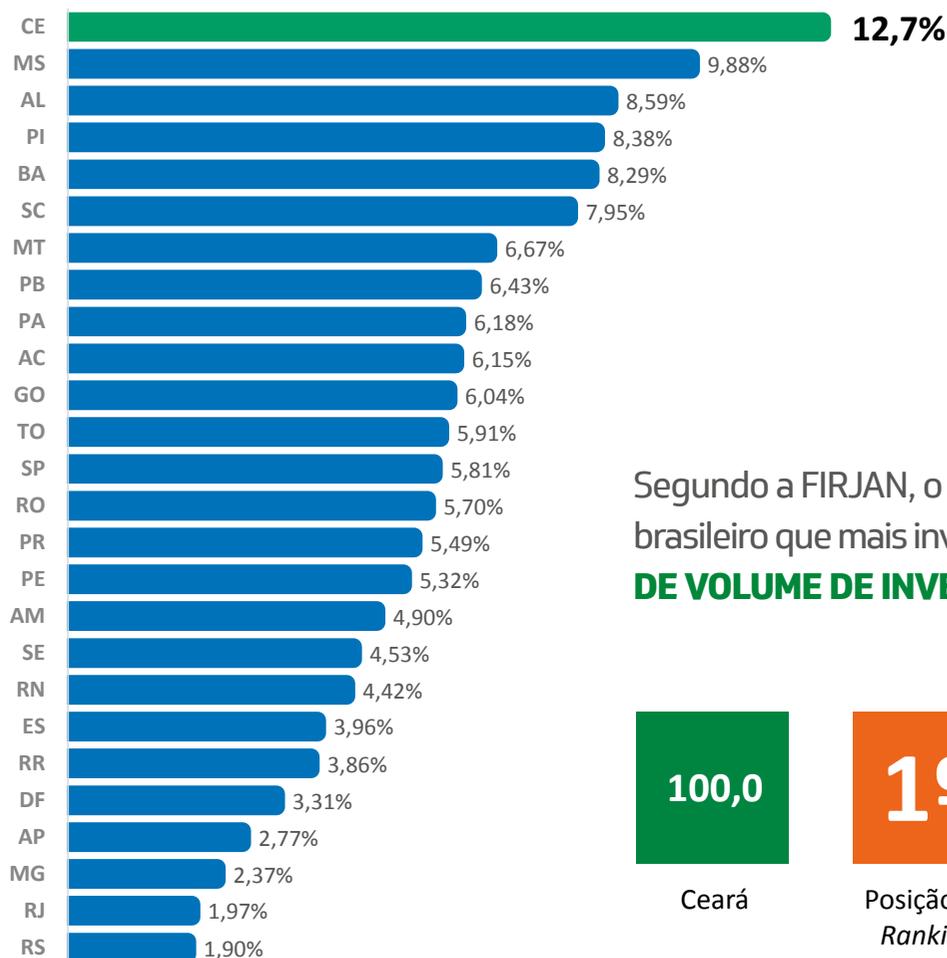


RESULTADOS
2018



ECONOMIA

MELHOR SITUAÇÃO FISCAL DO BRASIL



Segundo a FIRJAN, o Ceará foi o estado brasileiro que mais investiu, **COM 12,7% DE VOLUME DE INVESTIMENTO.**

100,0

Ceará

1º

Posição no
Ranking

62,3

Média Brasil

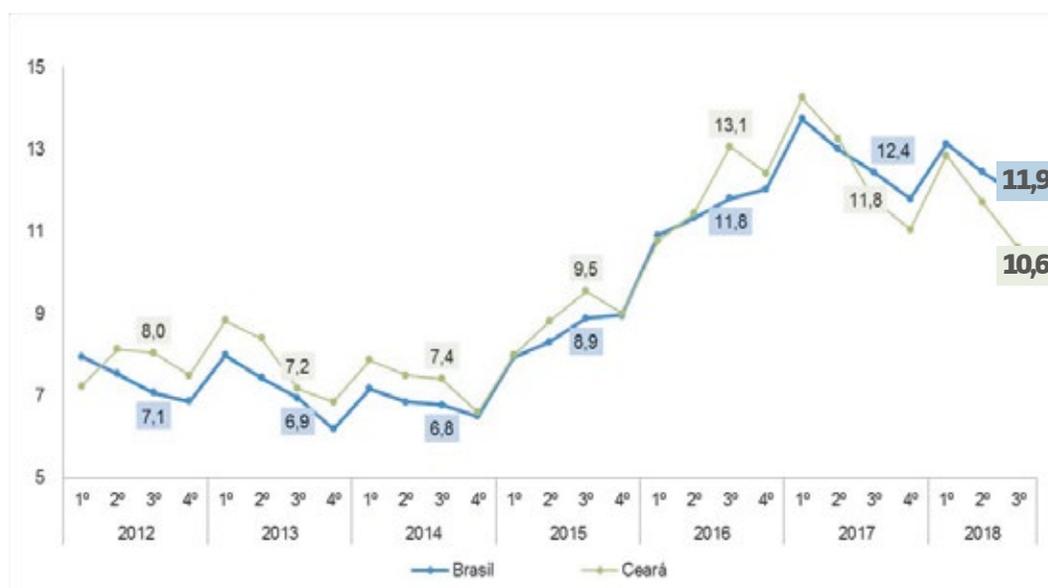
INFLAÇÃO DA RMF MENOR QUE A DO BRASIL.

BRASIL
3,75

RMF
2,90

Enquanto a inflação nacional fechou o ano em 3,75, a da Região Metropolitana de Fortaleza fechou em 2,90.

TAXA DE DESEMPREGO MENOR QUE A MÉDIA BRASILEIRA



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A taxa nacional registrou no 3º trimestre de 2018 um percentual de 11,9%, **MAIS DE UM PONTO PERCENTUAL ACIMA DA CEARENSE (10,6%).**

DIMINUIÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DO PIB CEARENSE.

Desde 2012, ano a ano, o Governo do Estado tem conseguido equalizar a distribuição do PIB estadual, entre a Grande Fortaleza e as demais regiões do Estado.

RENDA PER CAPITA MENSAL COM MELHOR DESEMPENHO DO QUE O BRASIL E O NORDESTE.

Enquanto o Brasil negativou neste quesito e o Nordeste apresentou aumento de 0,6%, **O CEARÁ REGISTROU 4,7%.**

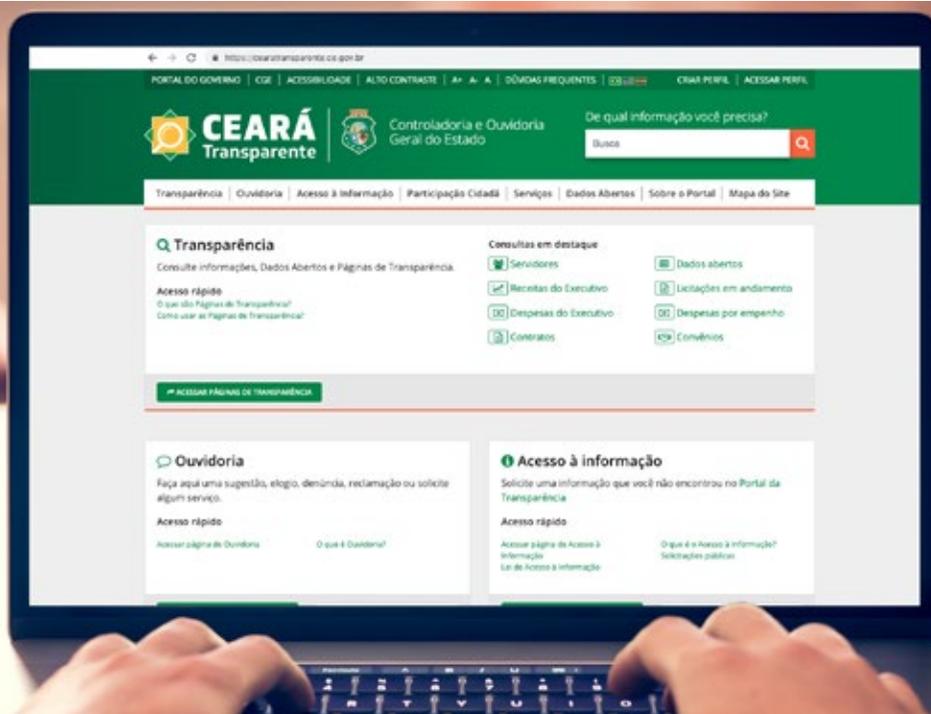
RESULTADOS
2018



TRANSPARÊNCIA

GOVERNO DO CEARÁ
É DESTAQUE POR TRANSPARÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO PÚBLICA.

O Governo do Ceará recebeu o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2018 pela ferramenta Ceará Transparente, lançada através da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado. A ferramenta recebeu ainda o iF Design Award 2018, sendo o único do país premiado na categoria Design de Serviços/UX para Governos e Instituições. Além disso, o Ceará foi nota 10 em transparência pública na Escala Brasil Transparente, da Controladoria-Geral da União (CGU); e ficou em 1º lugar no índice de transparência das contas públicas em 2018, realizado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.



HABITAÇÃO

**MAIS DE 31.500 FAMÍLIAS RECEBERAM A
CHAVE DA CASA PRÓPRIA.**

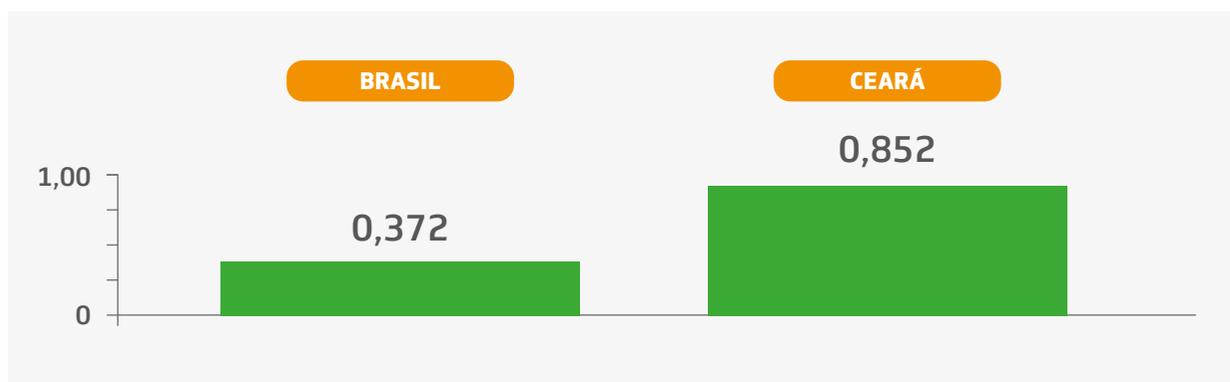
Com investimentos de quase R\$ 2 bilhões, as famílias cearenses dos municípios com maior déficit habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza, Cariri e Norte do estado foram beneficiadas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, convênios com municípios, Projeto Maranguapinho e Dendê.



EQUILÍBRIO FISCAL



RANKING DE EFICIÊNCIA DOS ESTADOS



CEARÁ É LÍDER NA EFICIÊNCIA EM FINANÇAS NO PAÍS, segundo Ranking de Eficiência dos Estados, da Folha de São Paulo. O índice cearense foi de 0,852, bem acima da média brasileira de 0,372, com números de 2017. A escala de finanças levou em consideração os dados de receita total (R\$ 25,4 bilhões) e per capita (R\$ 2.817), em comparação com os principais gastos e investimentos do Estado.



CEARÁ DE DESTACA EM SOLIDEZ FISCAL E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO NO RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS.

O Estado ocupa o segundo lugar. A nota de 95,5 coloca o estado bem acima da média do Brasil, com 71,2. O indicador é composto pela avaliação dos índices de autonomia fiscal, capacidade de investimento, resultado nominal, resultado primário, solvência fiscal e sucesso da execução orçamentária.



RESULTADOS
2018



ECONOMIA

TURISMO / ATRAÇÃO DE
INVESTIMENTOS



HUB AÉREO

COM 48 VOOS ENTRE O CEARÁ E O MUNDO

e previsão de mais 60 voos semanais em 2019, prévia de estudo do Ipece mostra impacto de 0,79% no PIB do Ceará, **COM INCREMENTO DE R\$ 1,2 BILHÕES NA ECONOMIA**, criação de mais de 80 mil empregos no Ceará e mais de 20 mil no resto do país, fruto da parceria do Governo do Ceará com a Air France-KLM e GOL.

A Gol anunciou ainda reforço de 35% em oferta de voos para quatro capitais do Norte e Nordeste. Já o Aeroporto Internacional Pinto Martins embarca, atualmente, 6,3 milhões de passageiros/ano. Com a chegada da Fraport, estima-se que até 2047 o número chegue a 29,2 milhões.



HUB MARÍTIMO

PARCERIA COM PORT OF ROTTERDAM

na Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário Pecém (CIPP S.A.), no último mês de outubro, tornará nosso porto ainda mais eficiente, com expectativa de movimentar cerca de 45 milhões de toneladas em cargas até 2030.

O CIPP S.A. FECHOU 2018 COM UMA MOVIMENTAÇÃO TOTAL DE 17,2 TONELADAS, um aumento de 9% em relação a 2017. Os desembarques cresceram 8%, já os embarques 11%.

A NAVEGAÇÃO INTERNA (CABOTAGEM) CRESCOU 31%, por conta dos desembarques de minério de ferro, produtos siderúrgicos, cereais, entre outros. Destacaram-se também os embarques de placas de aço, sal, cimentos e farinha de trigo.



RESULTADOS
2018



HUB TECNOLÓGICO

RAPIDEZ DE TRANSMISSÃO DE DADOS



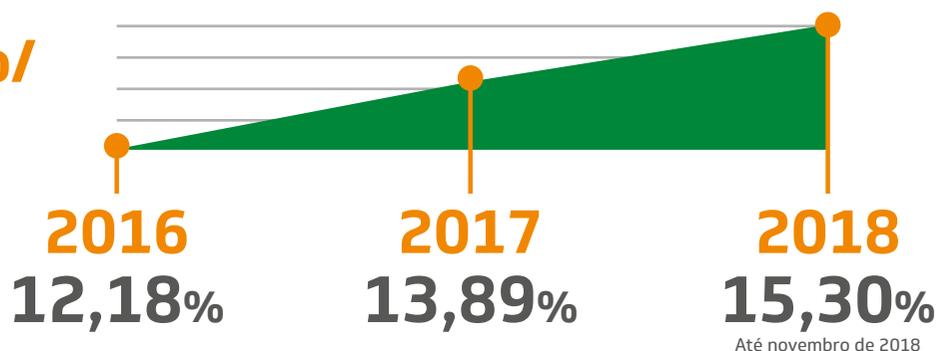
Torna o Estado referência na atração de negócios na área de inovação tecnológica e startups. Hoje já são 13 cabos submarinos conectando o Ceará com o Brasil e o mundo, com destaque para os Sacs e Monet, da Angola Cables, que investe cerca de 300 milhões de dólares em projetos na capital cearense, como a construção do Data Center na Praia do Futuro, e estuda ampliar atuação no Ceará com empresa de manutenção dos cabos e serviços de telecomunicações.



INVESTIMENTO RECORDE NO CEARÁ E NO BRASIL

Em 2018, **A RELAÇÃO DO “INVESTIMENTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA” FOI DE 15,3% - A MAIOR DO BRASIL - SUPERANDO OS RESULTADOS DE 2017**, em virtude, principalmente, dos investimentos em áreas fundamentais como educação e conservação de rodovias.

**Investimento/
Receita
Corrente
Líquida**



ECONOMIA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Governo do Ceará, só em 2018, por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), contribuiu para implantação de 18 empresas, reunindo investimentos privados de cerca de 100 milhões, gerando um total de 826 empregos diretos.

FORTALECIMENTO DA CADEIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

O Ceará fortalece sua cadeia produtiva eólica com líderes mundiais como Aeris, Wobben e Vestas, que, em 2018, anunciou investimentos de R\$ 100 milhões no Estado. Hoje, 47,5% da geração de Energia Elétrica do Ceará é composta por fontes renováveis; praticamente 100% eólica. São 76 usinas, com capacidade de 1.937 MW. No Nordeste, o Ceará lidera em mini e micro geração distribuída.



RESULTADOS 2018



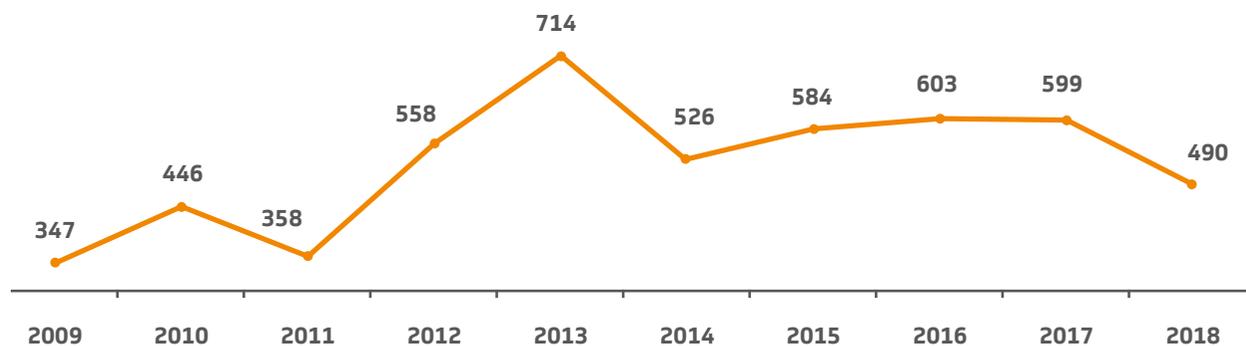
SEGURANÇA



O CEARÁ FECHOU O ANO DE 2018 COM UMA **REDUÇÃO DE 12% NOS CRIMES CONTRA A VIDA.**

Os roubos contra a pessoa apresentaram queda de 14,9% e os roubos contra o patrimônio diminuíram 16,3%. Destaque para a redução nos roubos e furtos a instituições financeiras (30,4%). Os furtos, em geral, também caíram: 6,2%. As prisões e apreensões em 2018 subiram 26%, com 21.397 autos e flagrantes, contra 16.978 em 2017. A apreensão de armas de fogo cresceu 2,9%.

TAXA DE ROUBO DE VEÍCULOS EM FORTALEZA, POR 100 MIL VEÍCULOS



Fonte: Detran/SIP/GEESP/SUPESP/SSP DS



EMPREGO E CAPACITAÇÃO

Em 2018, o Ceará fechou o ano com um total de **23.081 VAGAS FORMAIS** de emprego geradas a mais do que no fim de 2017, variação relativa de 2,05%. Os setores de Serviços (16.269 vagas a mais) e Indústria de Transformação (3.872) foram os que mais contribuíram.



RECURSOS HÍDRICOS

GARANTIA DE ABASTECIMENTO EM PERÍODO DE ESCASSEZ.

O Ceará garante o abastecimento e planeja ações estratégicas para garantir segurança hídrica. Entre as ações estão a perfuração de poços, construção de adutoras, cisternas, sistemas de abastecimento, chafarizes e implantação de dessalinizadores.



EXECUÇÃO DO TRECHO EMERGENCIAL DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ (CAC).

O CEARÁ ESTÁ PREPARADO PARA RECEBER AS ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO.

O CAC é uma estratégia de abastecimento a partir do aproveitamento da água que chegará ao Ceará por meio da Integração do São Francisco. O chamado trecho emergencial compreende 53 km de intervenções e levará água do açude Jati ao Riacho Seco, de onde segue até o Castanhão. A água do São Francisco também abastecerá o sul do Estado.

DESTAQUES

IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE ACOLHIMENTO ESTADUAL PARA CONTROLE DAS VAGAS DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Cartão Mais Infância Ceará - **TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA**, com condicionalidades, no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) para **40.119 FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA, COM CRIANÇAS DE ATÉ CINCO ANOS E 11 MESES.**



IMPLANTAÇÃO DE DOIS SERVIÇOS REGIONALIZADOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, **COM SEDE NOS MUNICÍPIOS DE JAGUARUANA E ITAITINGA.**



IMPLANTAÇÃO DE QUATRO RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS PARA JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OUTRAS DEFICIÊNCIAS ASSOCIADAS.

ENTREGA DAS PRAÇAS MAIS INFÂNCIA NOS MUNICÍPIOS DE ACARAÚ, AMONTADA, SÃO BENEDITO, PENTECOSTE E VIÇOSA DO CEARÁ.



ATENDIMENTO A **1.294.000 FAMÍLIAS** PELOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), COM COFINACIAMENTO DO **PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) E BENEFÍCIOS EVENTUAIS (BE).**

Implementação do Programa Primeira Infância no Suas - Criança Feliz, beneficiando **39.835 PESSOAS**, dentre as quais **32.240 CRIANÇAS E 7.545 GESTANTES, EM 182 MUNICÍPIOS.**

CONSTRUÇÃO DE 56 BRINQUEDOPRAÇAS, beneficiando aproximadamente **806.400 PESSOAS** com ações do **PROGRAMA MAIS INFÂNCIA.**

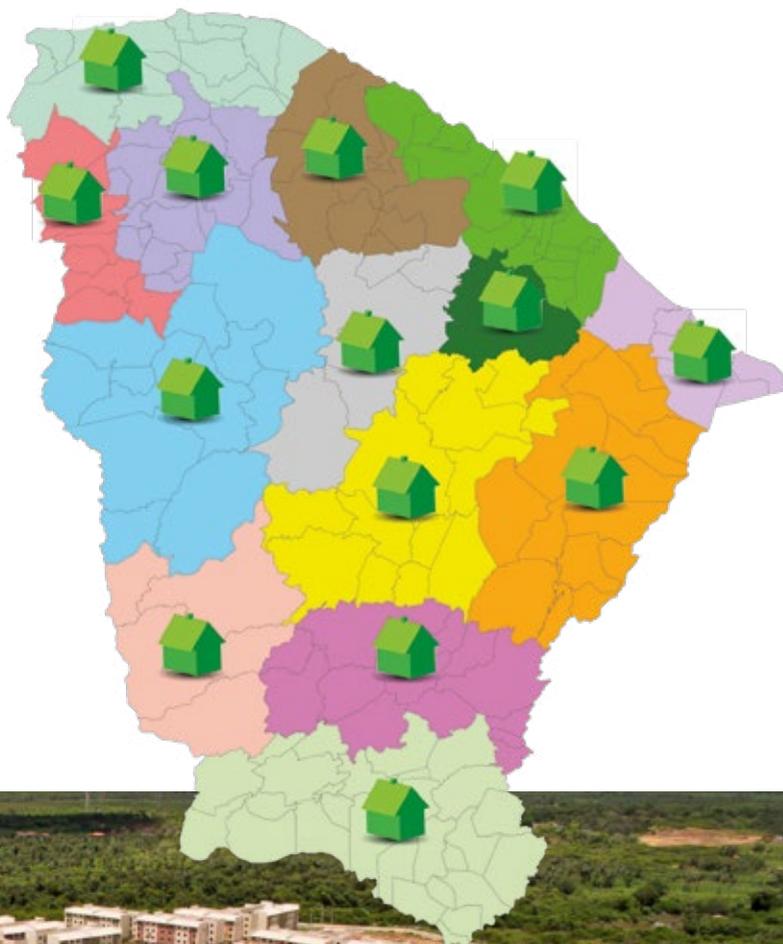


DESTAQUES



ENTREGA DE 10.912 UNIDADES HABITACIONAIS

As entregas aconteceram nas 14 regiões administrativas do Estado, sendo 01 - Cariri (60 unidades), 02 - Centro Sul (50 unidades), 03 - Grande Fortaleza (8.483 unidades), 04 - Litoral Leste (25 unidades), 05 - Litoral Norte (8 unidades), 06 - Litoral Oeste / Vale do Curu (95 unidades), 07 - Maciço de Baturité (21 unidades), 08 - Serra da Ibiapaba (9 unidades), 09 - Sertão Central (1.474 unidades), 10 - Sertão de Canindé (4 unidades), 11 - Sertão de Sobral (18 unidades), 12 - Sertão dos Crateús (622 unidades), 13 - Sertão dos Inhamuns (18 unidades) e 14 - Vale do Jaguaribe (25 unidades).



Adesões ao garantia-safra de **200.395 AGRICULTORES FAMILIARES**, em 178 municípios.

VALOR TOTAL DE R\$ 20.440.290,00.

Sobre os atendimentos realizados de janeiro a setembro de 2018, compreendendo as Unidades do Vapt Vupt e as ações do Balcão da Cidadania, temos: Vapt Vupt:

**2.367.467 - BALCÃO DA CIDADANIA + EQUIPE ITINERANTE:
74.703, COM 188 AÇÕES ITINERANTES REALIZADAS.**



REFORMAS EM 11 CENTROS SOCIOEDUCATIVOS NOS MUNICÍPIOS DE FORTALEZA, SOBRAL E JUAZEIRO DO NORTE.



INAUGURAÇÃO DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO de Sobral, atendendo a adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em medida socioeducativa de internação.

Emissão de **13.791 TÍTULOS DE DOMÍNIO DE IMÓVEIS RURAIS** pelo Programa de Regularização Fundiária, já tendo sido entregues 12.454 aos detentores, de 105 municípios **DISTRIBUÍDOS NAS 14 REGIÕES ADMINISTRATIVAS**, estando aptos a entregar, em razão dos trabalhos realizados, 13.607 títulos.

DESTAQUES

Distribuição de: 3.023,127 toneladas de sementes de milho, feijão, sorgo forrageiro e mamona; 369.788 mudas de cajueiro precoce e outras frutíferas (acerola, cajá, goiaba, manga e umbú cajá); 161.445 mudas de essências florestais; 3.766 m³ de maniva semente e 6,3 milhões de raquetes de palma forrageira,

BENEFICIANDO 152.273 AGRICULTORES FAMILIARES.



DISTRIBUIÇÃO DE 41.870 MUDAS de mognos africanos, distribuídos entre 24 produtores localizados em nove regiões do Ceará.



Distribuição de módulos de palma forrageira para assistir 60 produtores, representando um total de **450 MIL UNIDADES**, equivalendo a 90 mil m² de área plantada.



COMERCIALIZAÇÃO DE 634.847,41 TONELADAS

de produtos hortigranjeiros nos entrepostos da CEASA/CE (Maracanaú, Tianguá e Cariri). Sendo o Estado do Ceará responsável por 46,9% das mercadorias computadas nos entrepostos gerais, enquanto os outros estados participaram com 53,1% do total comercializado.



ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL A 43.829 PRODUTORES FAMILIARES

nas diversas atividades da cadeia produtiva da agropecuária, reconhecida na divulgação da excelente performance da atividade da pecuária nos seis anos de seca (2012-2016), de acordo com o censo agropecuário em 2018, período 2006-2016, onde visualiza-se claramente o aumento da resiliência dos nossos produtores às variabilidades do clima e a evolução da taxa de crescimento do rebanho ovino em 11,9 %, caprino 10,7% e a produção do leite em 14,4 %. Os resultados mostram as eficiências das políticas públicas governamentais e os devidos êxitos das diversas instituições na sua execução, onde, dentre elas, destaca-se a Ematerce (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará).



ENTREGA DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO PEDRO FELÍCIO CAVALCANTE NO MUNICÍPIO DE CRATO.

DESTAQUES



IMPLANTAÇÃO DO POLO TECNOLÓGICO DA SAÚDE DO EUSÉBIO



FIOCRUZ JÁ INAUGURADA, COM INVESTIMENTOS DE R\$ 180 MILHÕES

CRIAÇÃO DE NOVA POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS, OBJETIVANDO A INTERIORIZAÇÃO DE NEGÓCIOS:

Ato Normativo do CEDIN, de 14/11/2018, trata-se de uma política de incentivos fiscais baseada no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com proposta de enquadrar no âmbito do FDI a concessão de benefício fiscal de ICMS no percentual de 75%, com 1% de retorno para as indústrias que se instalarem nos municípios com baixo IDHM.



Fortaleza

Amsterdã

Paris

IMPLANTAÇÃO DO HUB AÉREO AIR FRANCE-KLM,

em parceria com a GOL Linhas Aéreas Inteligentes, representando o terceiro centro de conexões aéreas no Brasil. Contando com 3 voos semanais para Amsterdã (KLM) e 3 voos para Paris (Joon/Air France).

AMPLIAÇÃO EM 35% DA OFERTA DE VOOS

da Gol e criação de nova rota entre Fortaleza e Natal.

IMPLEMENTAÇÃO DE 60 VOOS ENTRE O CEARÁ E O MUNDO ATÉ 2019,

envolvendo todas as operações internacionais, gerando impacto de 0,79% no PIB do CE, segundo estudo do Ipece, além do **INCREMENTO DE R\$ 1,2 BILHÕES** na economia e perspectiva de criação de mais de 80 mil empregos diretos e indiretos no Ceará e mais de 20 mil no resto do país.

INÍCIO DA OPERAÇÃO DA FRAPORT

como administradora do Aeroporto Internacional Pinto Martins.

ASSINATURA DO ACORDO COM A AIR EUROPA VISANDO O LANÇAMENTO DE **DOIS VOOS SEMANAIS ENTRE MADRID E FORTALEZA.**

LANÇAMENTO OFICIAL DE VOOS DA COPA AIR LINES.

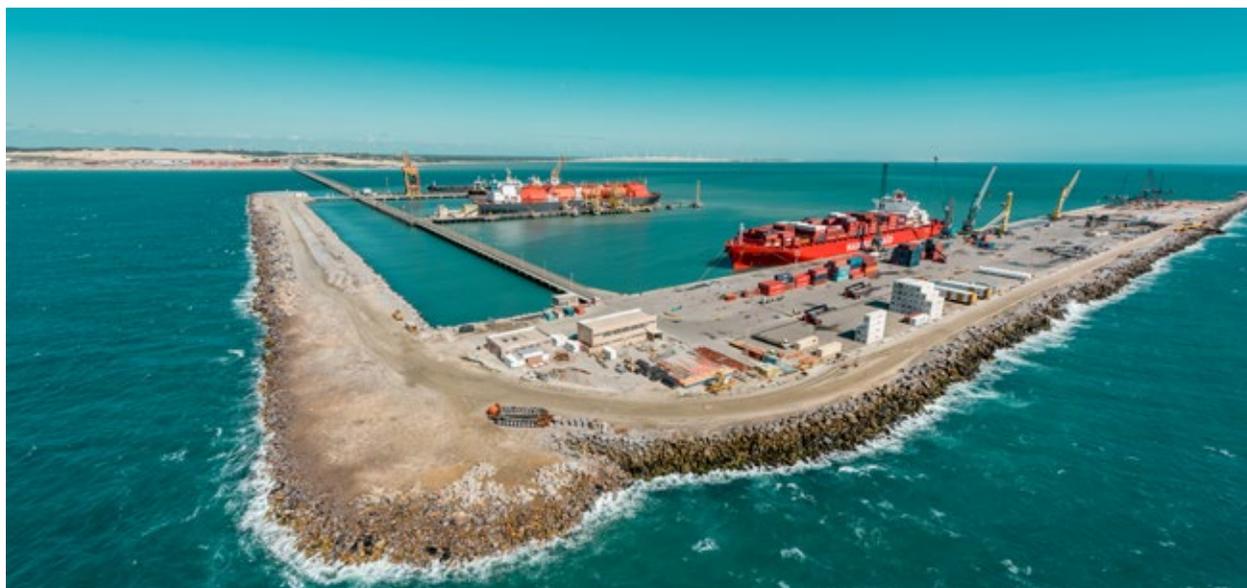


AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE EXPORTAÇÃO

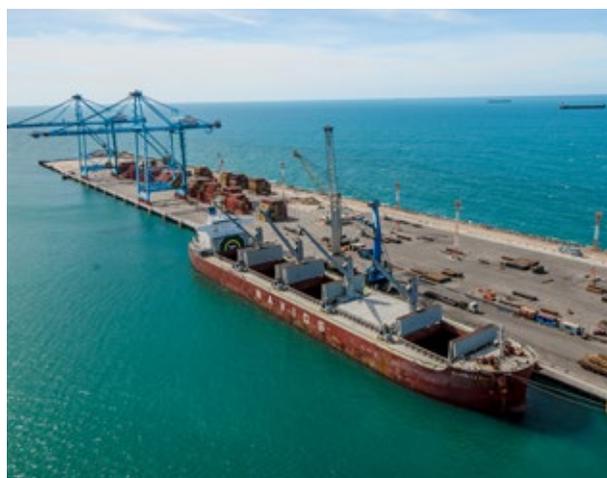
por modal aéreo de 120 toneladas por semana (peixes tropicais, frutas, pescado e autopeças).

DESTAQUES

INÍCIO DA OPERAÇÃO DO HUB MARÍTIMO.



Parceria entre os Portos do Pecém e Roterdã/Holanda para entrada da empresa *Port of Rotterdam* na Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário Pecém (CIPP S.A.) aumentando a eficiência do porto, em melhor infraestrutura e competitividade e **AMPLIANDO, EM APROXIMADAMENTE O TRIPLO, A CAPACIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ATUAL (17 MILHÕES).**

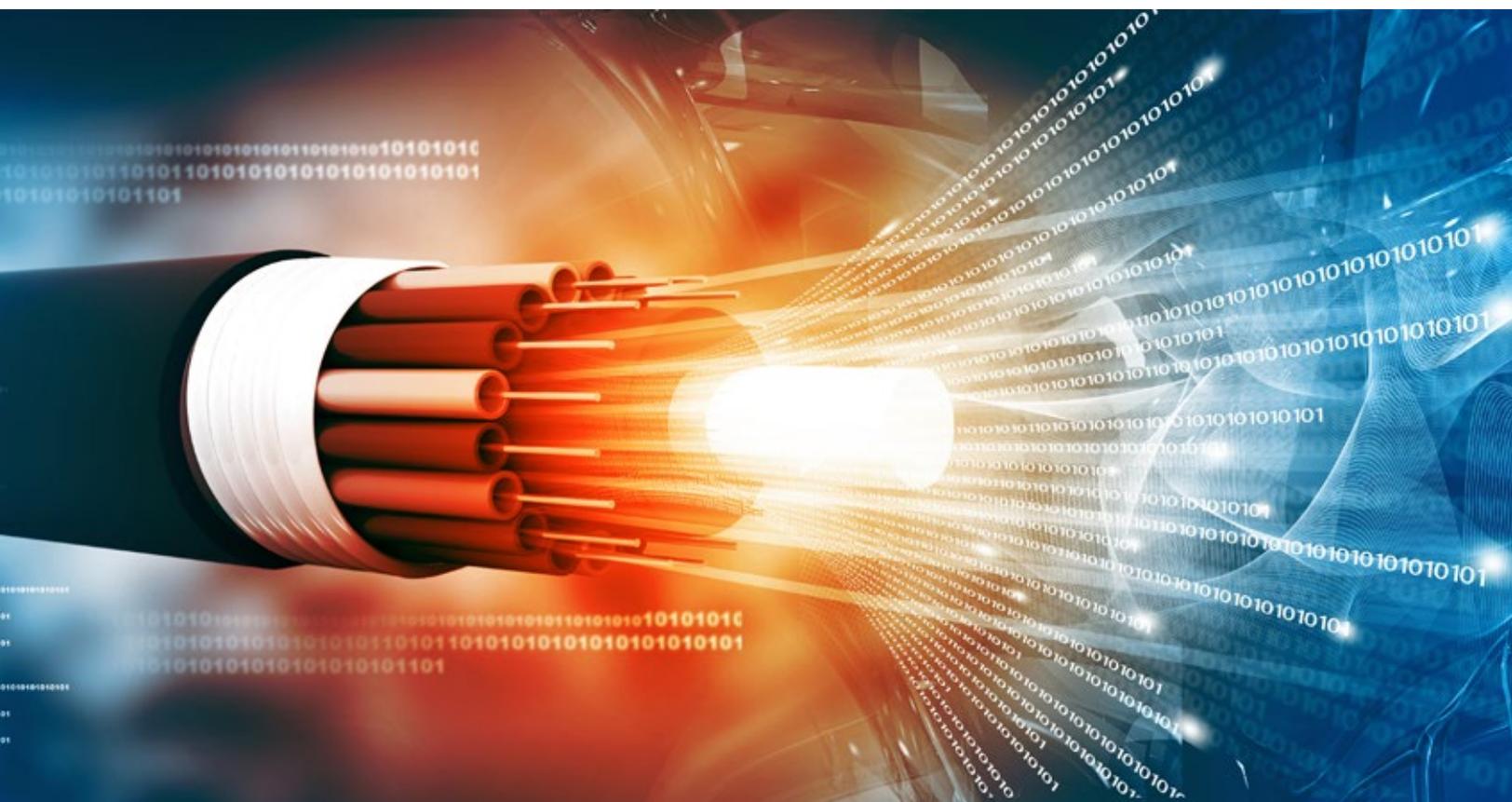




IMPLANTAÇÃO DO HUB TECNOLÓGICO

Com o lançamento de 6.200 quilômetros de cabo submarino de fibra ótica *South Atlantic Cable System* (SACS) pelo Oceano Atlântico, da multinacional de telecomunicações *Angola Cables*, de Sangano-Angola, até Fortaleza-Ceará, com investimento de cerca de

**300 MILHÕES DE DÓLARES EM
PROJETOS NA CAPITAL CEARENSE.**



Investimento pela Angola Cables em outra rede submarina, o sistema Monet, bem como um DataCenter localizado na Praia do Futuro (80% concluída), que **PREVÊ ATRAÇÃO DE NEGÓCIOS NA ÁREA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E STARTUPS.**

DESTAQUES

**CEARÁ
DE PONTA
A PONTA**

O Programa
de Logística
e Estradas
do Ceará.



121,97 KM de estradas pavimentadas,
207,12 KM de estradas restauradas
e **256,34 KM** de estradas duplicadas:
TOTALIZANDO 585,43 KM.

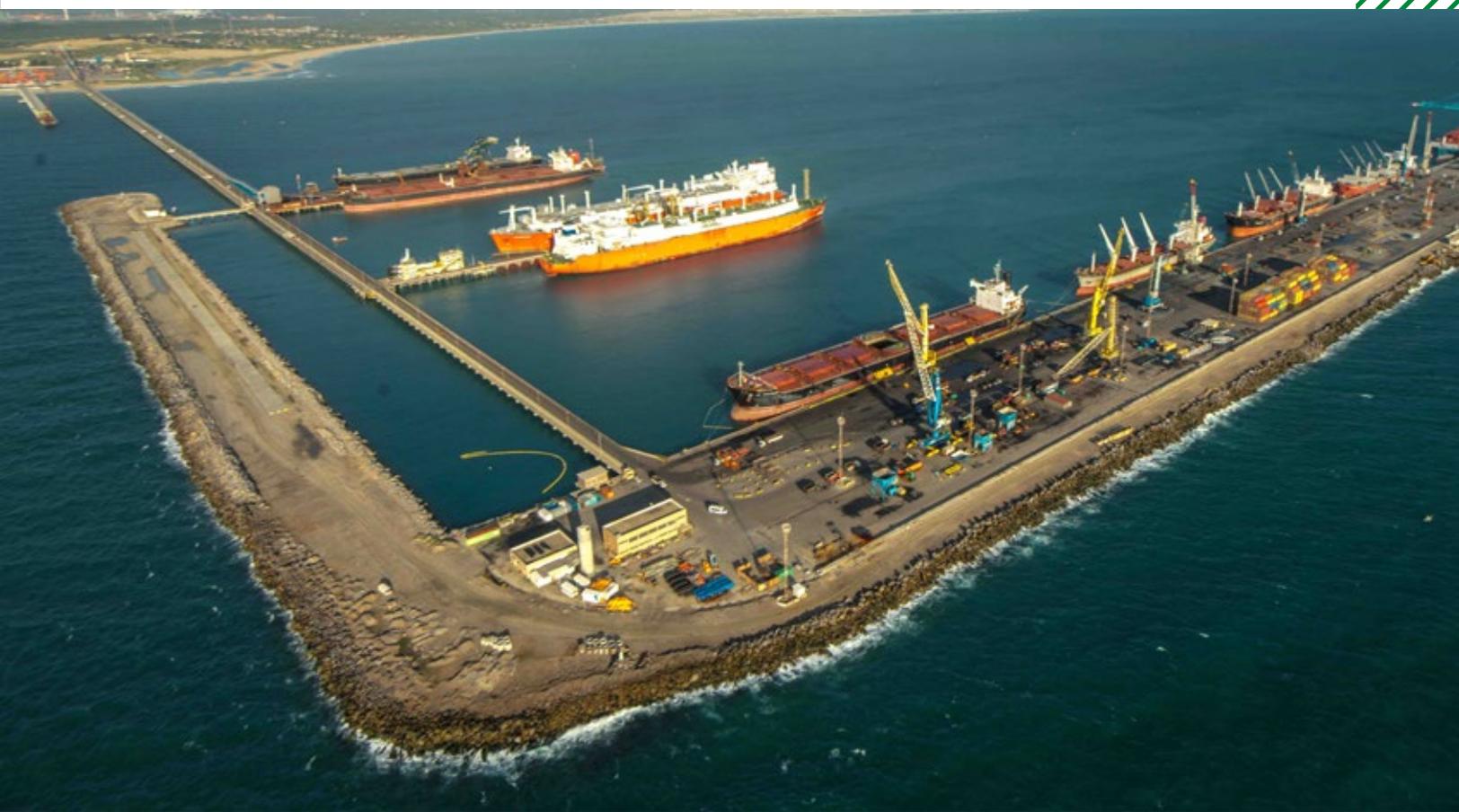
**CONCLUSÃO DO TRECHO TIANGUÁ
A UBAJARA, COM EXTENSÃO DE
25,7 KM.**

DUPLICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E
MELHORAMENTO DA CE-040, NO
TRECHO PARIPUEIRA A GUAJIRU.

IMPLANTAÇÃO DE RODOVIA
TRECHO PINDORETAMA À
PRAIA DO BATOQUE – CE 454.

EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO PORTUÁRIO DO PECÉM,

totalizando 95%, que inclui as obras da Nova Ponte de Acesso, Ampliação do Terminal de Múltipla Utilidade (TMUT) e Pavimentação com Engorda do Quebra-Mar Existente no Tramo Norte-Sul.



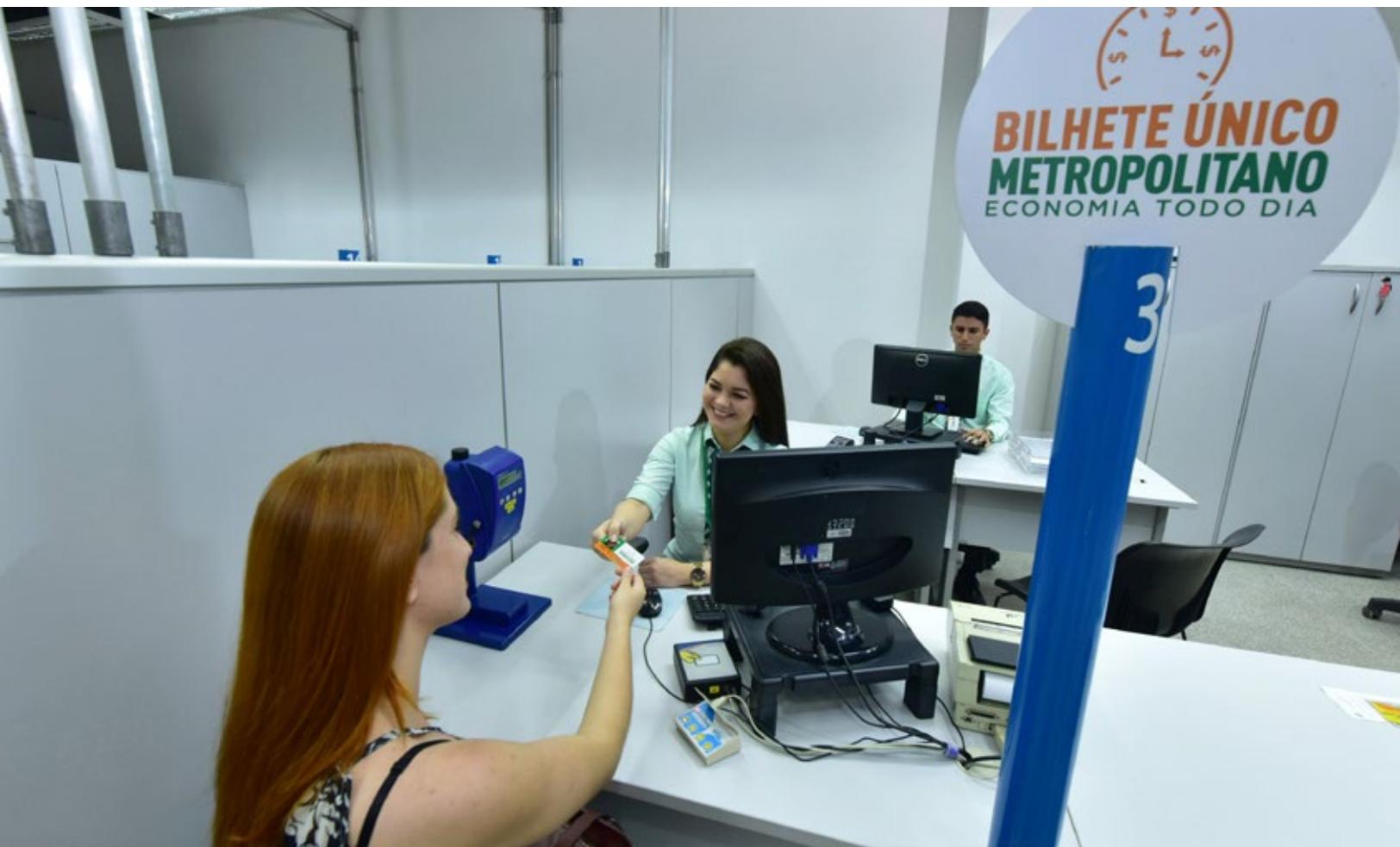
CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA DE 14.217,63 KM DE RODOVIAS,

beneficiando todo o Estado do Ceará, através dos seguintes serviços de conserva rotineira: Execução de Tapa Buraco, Remendo Profundo, Roçada Manual e Mecanizada, Recomposição de Sarjeta e Meio Fio, Pintura de Banqueta e Meio Fio, Limpeza e Pintura de Ponte, Limpeza de Bueiro e Caixa Coletora.

DESTAQUES

IMPLANTAÇÃO DO BILHETE ÚNICO METROPOLITANO

nos municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha, de forma a promover a integração tarifária entre os sistemas de transporte metropolitano e urbano, beneficiando 10.535 passageiros.



Realização de concurso público para o provimento de

383 CARGOS EFETIVOS PARA O DETRAN.



**AMPLIAÇÃO DA OPERAÇÃO ASSISTIDA
DO VLT PARANGABA - MUCURIBE,
no trecho Parangaba - Papicu,
CONTANDO COM OITO ESTAÇÕES.**



**INÍCIO DA OPERAÇÃO EXPERIMENTAL
ENTRE AS ESTAÇÕES PAPICU - MUCURIBE**

da Linha VLT Parangaba -Mucuripe.

DESTAQUES



EMPREGO E CAPACITAÇÃO



COLOCAÇÃO DE **51.589 TRABALHADORES** NO MERCADO DE TRABALHO.



COLOCAÇÃO DE **29.464 JOVENS** DE 16 A 29 ANOS NO MERCADO DE TRABALHO.



COLOCAÇÃO DE **1.974 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA** NO MERCADO DE TRABALHO.



EMISSÃO DE **34.905 CARTEIRAS DE TRABALHO**.



ATENDIMENTO A **157.663 TRABALHADORES** REQUERENTES DO SEGURO DESEMPREGO.



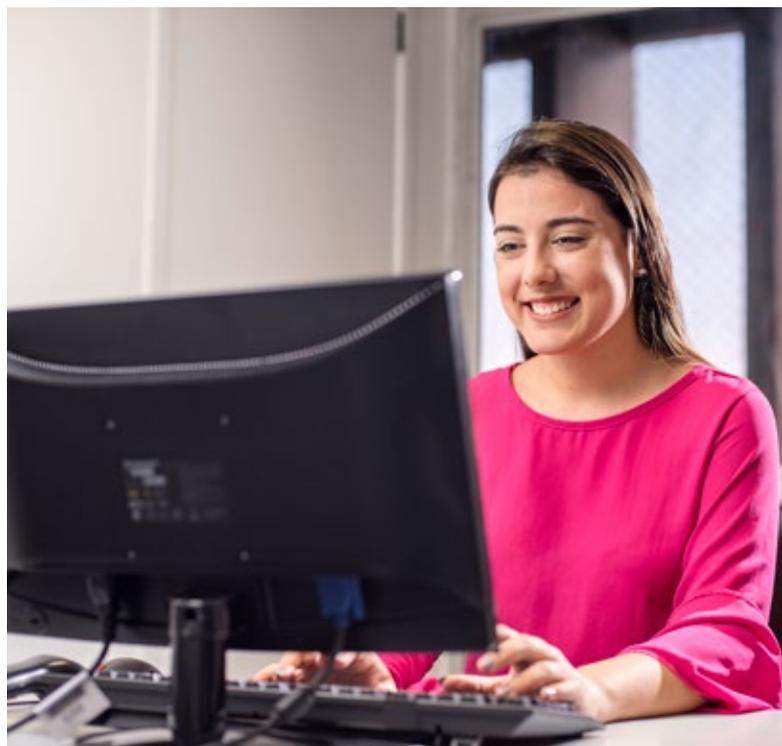
QUALIFICAÇÃO DE 24.136 PESSOAS PARA O MERCADO DE TRABALHO.



QUALIFICAÇÃO DE 16.810 JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO.

IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO (CEFIT),

com atendimento integrado ao trabalhador, destacando-se a ação junto a trabalhadores autônomos, integrando as políticas públicas da Assistência Social e Trabalho, bem como aos empreendedores individuais com assessoramento, qualificação, formalização e apoio ao crédito.



Apoio à comercialização dos produtos de **30.447 ARTESÃOS.**

Comercialização de **62.475 PEÇAS ARTESANAIS.**

Certificação de **2.047 PRODUTOS** artesanais com o Selo Ceart.

DESTAQUES

CAPACITAÇÃO DE
16.507 PESSOAS NA
CENTRAL FÁCIL E NA
UNIDADE MÓVEL.



Apoio à formalização de **4.264 EMPRESAS**.



PROJETO DE REVITALIZAÇÃO

do Polo Turístico,
Artesanal e Cultural
Igreja do Céu, no
Município de Viçosa.

Realização de
475 análises
presuntivas no
**PROGRAMA
DE SAÚDE NAS
FAZENDAS DE
CAMARÃO.**



Distribuição de 4,64 milhões de alevinos em
1.698 RESERVATÓRIOS,
BENEFICIANDO 12.590 PESCADORES.



DESTAQUES



Perfuração de **1.977 POÇOS**



EM 119 MUNICÍPIOS, ATENDENDO AS 14 REGIÕES DO ESTADO, e a instalação de 503 pequenos sistemas de abastecimento de água, em 65 municípios de 13 regiões, o que demonstra que o Governo vem priorizando o atendimento às comunidades difusas, em áreas rurais e também em áreas urbanas.

CONSTRUÇÃO DO AÇUDE MUQUÉM, em Quixeramobim, com capacidade de acumulação hídrica de **1.374.056 M³.**

PROJETO RIO MARANGUAPINHO - URBANIZAÇÃO: Execução de 89,54% do Trecho II Margem Direita (entre a Av. Fernandes Távora e Av. Osório de Paiva). Execução de 89,68% do Trecho IV Margem Esquerda (entre o Anel Viário e a Barragem Maranguapinho).

BENEFICIAMENTO DE 8.029 PESSOAS

no âmbito dos Projetos Rio Maranguapinho (2.822), Rio Cocó (3.717) e Dendê (1.490), com o serviço de atendimento presencial para acesso a informações gerais sobre os projetos, adesão aos residenciais, atualização cadastral, aluguel social e pagamento de indenizações.



CINTURÃO DAS ÁGUAS

**TRECHO
EMERGENCIAL
53 KM
CONCLUÍDOS**



**CONSTRUÇÃO DA
CENTRAL DE
TRATAMENTO
DE RESÍDUOS NA
REGIÃO DO VALE DO
ACARAÚ, EM SOBRAL.**



DESTAQUES

INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA ESTAÇÃO DE GÁS NATURAL RENOVÁVEL - GNR DO PAÍS.



CELEBRAÇÃO DE NOVAS PARCERIAS COM SUPRIDORES DE GÁS

para assegurar o fornecimento de gás a todos os seus clientes, investindo na expansão da rede de gasodutos nos bairros e Região Metropolitana de Fortaleza. Um marco importante no ano de 2018 foi o início da injeção de gás natural renovável - GNR na rede de distribuição, ocorrido em junho de 2018, tornando a CEGÁS pioneira no Brasil neste feito. A CEGÁS, hoje, já distribui em torno de 15% de GNR do seu volume total de gás natural, qualificada como uma das distribuidoras com maior percentual de gás natural renovável do mundo. Outra ação importante foi o lançamento, juntamente com outras 6 CDLs do Nordeste, da Chamada Pública Coordenada para fornecimento de gás natural.

CRESCIMENTO EM TORNO DE 14% NO VOLUME DE GÁS

distribuído aos mercados industrial, comercial, residencial e automotivo, considerado o maior incremento nos últimos dez anos da história da CEGÁS.

IMPLANTAÇÃO DE 8 ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.



FORMAÇÃO DE 16.907 ALUNOS

em estágio curricular obrigatório, correspondendo a cargas horárias de 400h ou 600h, conforme a exigência curricular.

READEQUAÇÃO DE 110 ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,

com aquisição de 10.997 itens entre bens móveis, equipamentos diversos e/ou mobiliários e/ou acervo.

CONCESSÃO DE 4.700 BOLSAS PELA FUNCAP.

DESTAQUES

**RECONHECIMENTO
NA EDUCAÇÃO**

PRÊMIO
**ESCOLA
NOTA 10**



PREMIAÇÃO DE 332 ESCOLAS PÚBLICAS COM MELHORES RESULTADOS DE APRENDIZAGEM NO PRÊMIO ESCOLA NOTA 10.

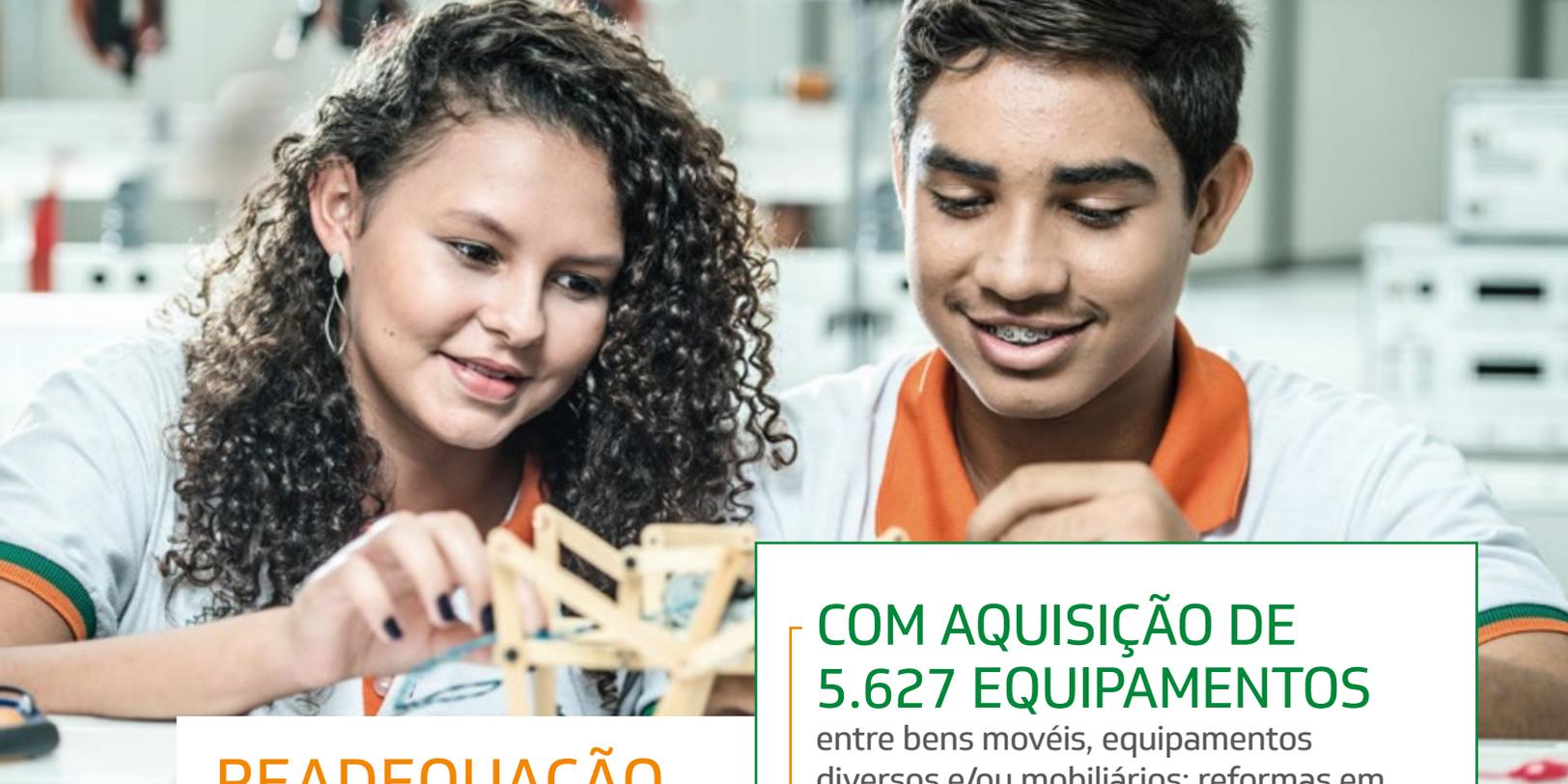


**IMPLANTAÇÃO DE
11 CENTROS CEARENSES
DE IDIOMAS**

- CCI nos municípios de Caucaia, Itapipoca, Iguatu, Juazeiro do Norte, Crateús e 06 CCI em Fortaleza, com atendimento aproximado a 10 mil alunos da rede pública estadual regularmente matriculados no Ensino Médio.

**CONSTRUÇÃO DE
NOVE CENTROS
DE EDUCAÇÃO
INFANTIL - CEIS.**





READEQUAÇÃO DE 603 ESCOLAS ESTADUAIS

COM AQUISIÇÃO DE 5.627 EQUIPAMENTOS

entre bens móveis, equipamentos diversos e/ou mobiliários; reformas em 326 escolas nas modalidades EEFM, EEM, EEMTI, EEEP, e CEJA com edificações, manutenção, conservação, benfeitorias e outras obras de instalações e ampliação dos espaços educacionais em três escolas, contemplando os padrões de acessibilidade à pessoa com deficiência; além da aquisição de 1.291 computadores para atender às escolas regulares.



IMPLANTAÇÃO DE 40 ESCOLAS

de Ensino Médio em
Tempo Integral - EEMTIs.

1 A CADA 3 ESCOLAS É DE TEMPO INTEGRAL.



DESTAQUES

INAUGURAÇÃO DA ESCOLA DE GASTRONOMIA SOCIAL IVENS DIAS BRANCO.



Localizada no Mucuripe, tem como finalidade oferecer cursos básicos, técnicos e avançados em panificação e confeitaria, além de tutorias para desenvolvimento de produtos e projetos, através dos Laboratórios de Criação. O público-alvo da escola são jovens e adultos, com ou sem experiência em gastronomia. A escola, inaugurada em junho de 2018, amplia e qualifica a política de formação cultural a partir da gastronomia, gerando oportunidade de capacitação profissional para milhares de jovens de baixa renda, assim como oportunidade de melhores postos de trabalho e renda, qualificando o polo gastronômico do estado. Ao todo, já foram realizadas 41 ações culturais para um público de 1.473 pessoas.



REALIZAÇÃO DO PRIMEIRO CONCURSO PÚBLICO DA SECRETARIA DA CULTURA,

atendendo uma demanda histórica do setor cultural e cumprindo parte da meta número 2 do plano estadual da cultura.



XII ENCONTRO MESTRES DO MUNDO

Evento que integra a grandiosa riqueza de conhecimentos, expressões e vivências pelos Tesouros Vivos da cultura cearense em compartilhamentos generosos com o público na diversificada e vasta programação. Realizado em Aquiraz, contou com mais de **20 MIL PESSOAS**, Mestres da Cultura, grupos e coletividades em diálogo com brincantes, estudantes, professores, pesquisadores e mestres de outros estados e países, com uma programação riquíssima voltada ao encontro e troca de saberes.

72 EMPRESAS BENEFICIADAS, resultado do Programa INOVAFIT, executado pela FUNCAP, através do lançamento de 3 Editais no ano de 2018.

APOIO A 14 STARTUPS selecionadas para participação no Projeto CriarCE Fablab & Incubaworking.

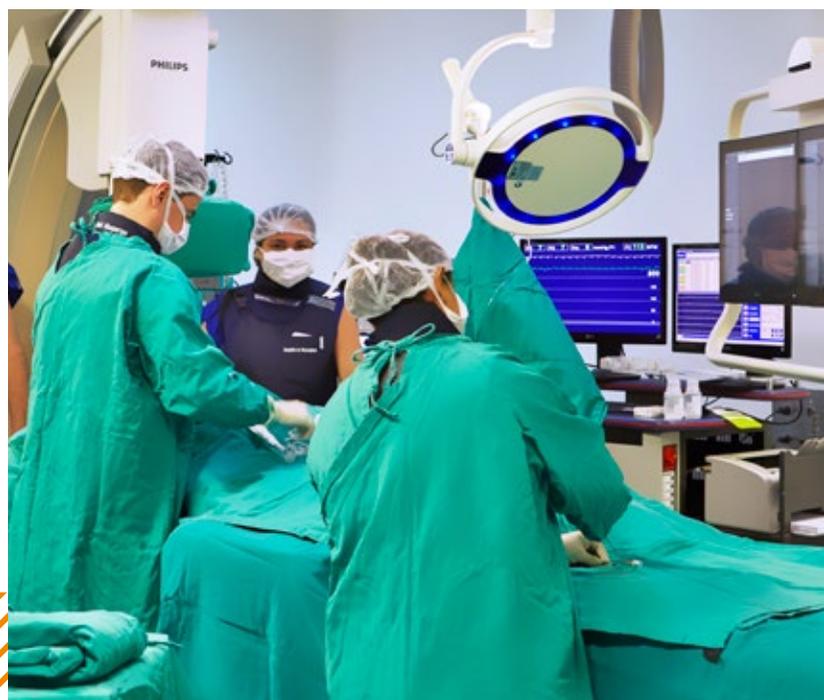
IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL DO CARIRI, com o início das capacitações para o beneficiamento da pedra cariri, cursos de operação das máquinas e palestras de conteúdo de interesse do Centro.

DESTAQUES

ACREDITAÇÃO COM EXCELÊNCIA DO HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI (HRC).



O HRC, em Juazeiro do Norte, **CONQUISTA A MANUTENÇÃO DO CERTIFICADO – NÍVEL 3, DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE ACREDITAÇÃO (ONA)**. Esse certificado reconhece o HRC por sua cultura organizacional de melhoria contínua dos aspectos estruturais e assistenciais, atendendo aos critérios de segurança do paciente e comunicação fluida dos processos e atividades.





**Plantão
Saúde
Cirurgia**



REALIZAÇÃO DE 110 MIL CIRURGIAS

em 2018, das quais **73.834 APENAS NA REDE PRÓPRIA DO GOVERNO DO CEARÁ**. Para reduzir a fila de cirurgias eletivas, foi viabilizado o Plantão Saúde Cirurgia, que ampliou as cirurgias de média e alta complexidade. Por meio da primeira etapa desse programa, foram contratados 34 prestadores de serviços para realizar cerca de oito mil cirurgias



VIVA@PORANGABUSSU
DISTRITO DE INOVAÇÃO EM SAÚDE
PARA VIVER A IGUALDADE

LANÇAMENTO DO DISTRITO DE INOVAÇÃO EM SAÚDE “Viva@Porangabussu”, entre Governo do Ceará, Prefeitura de Fortaleza e parceiros importantes como Amazon, Philips, IBM, Fundação Dom Cabral e IASP (*International Association of Science Parks and Areas of Innovation*), com **INVESTIMENTOS PREVISTOS DE R\$ 299 MILHÕES**.

DESTAQUES

RENOVAÇÃO DA FROTA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA.



ENTREGA DE 28 NOVAS AMBULÂNCIAS PELO GOVERNO DO ESTADO.

As novas Unidades de Suporte Básico (USB) contemplam 25 municípios.





CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA 2



Interligando o novo prédio com o antigo, é outra importante medida do plano. Na nova área, foram entregues 130 leitos hospitalares. Ainda serão entregues nove salas de cirurgia, serviços de hemodinâmica (diagnóstico que utiliza técnicas invasivas para obtenção de dados funcionais e anatômicos de cardiopatias) e ressonância magnética nuclear.

AMPLIAÇÃO DA EMERGÊNCIA DO HOSPITAL ALBERTO STUDART GOMES (HOSPITAL DE MESSEJANA)

no Posto 4, que consta com mais 48 novos leitos. A ampliação ocorreu meses após a construção de outros 48 leitos no Posto 3. Equipamentos também foram adquiridos para os dois postos.



DESTAQUES

CONSTRUÇÃO DE 51 ARENINHAS.



Construção de 51 areninhas, com o objetivo de promover a prática esportiva e de atividades físicas, além de contribuir para a formação cidadã e proporcionar lazer para a população em espaço adequado de convivência.





IMPLANTAÇÃO DE 83 SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA pelo Programa Água para Todos, beneficiando 4.046 famílias, em 41 municípios, com investimento no montante de R\$ 11.049.948,60 e implantação de 57 sistemas de abastecimento de água pelo Projeto São José III, beneficiando 5.261 famílias **EM 25 MUNICÍPIOS, NO VALOR DE R\$ 31.074.878,27.**



IMPLANTAÇÃO DE 2.397 CISTERNAS,

sendo 2.204 cisternas de placa e 193 cisternas de polietileno, beneficiando 11.985 pessoas, em 31 municípios, no Estado do Ceará, com investimento no **MONTANTE DE R\$ 8.722.372,48.**

DUPLICAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR DO AÇUDE MARANGUAPINHO,

com o aproveitamento do sistema hídrico do Cauípe e do aquífero Dunas Taíba-Siupé, beneficiando 54.182 famílias residentes na Região Grande Fortaleza.



IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES)

da Bacia CD-1, em Fortaleza (Região 03 - Grande Fortaleza), com recursos do PAC FGTS/ Saneamento Para Todos, **BENEFICIANDO 52.394 HABITANTES.**

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES)

da Bacia CD-2, em Fortaleza (Região 03 - Grande Fortaleza), com recursos do PAC FGTS/ Saneamento Para Todos, **BENEFICIANDO 28.797 HABITANTES.**

DESTAQUES

FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA 2.572 PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA,

com a conseqüente nomeação de 1.319 Soldados da Polícia Militar, bem como 72 Delegados de 1ª Classe, 372 Inspetores de 1ª Classe, 197 Escrivães de 1ª Classe, todos da Polícia Civil.

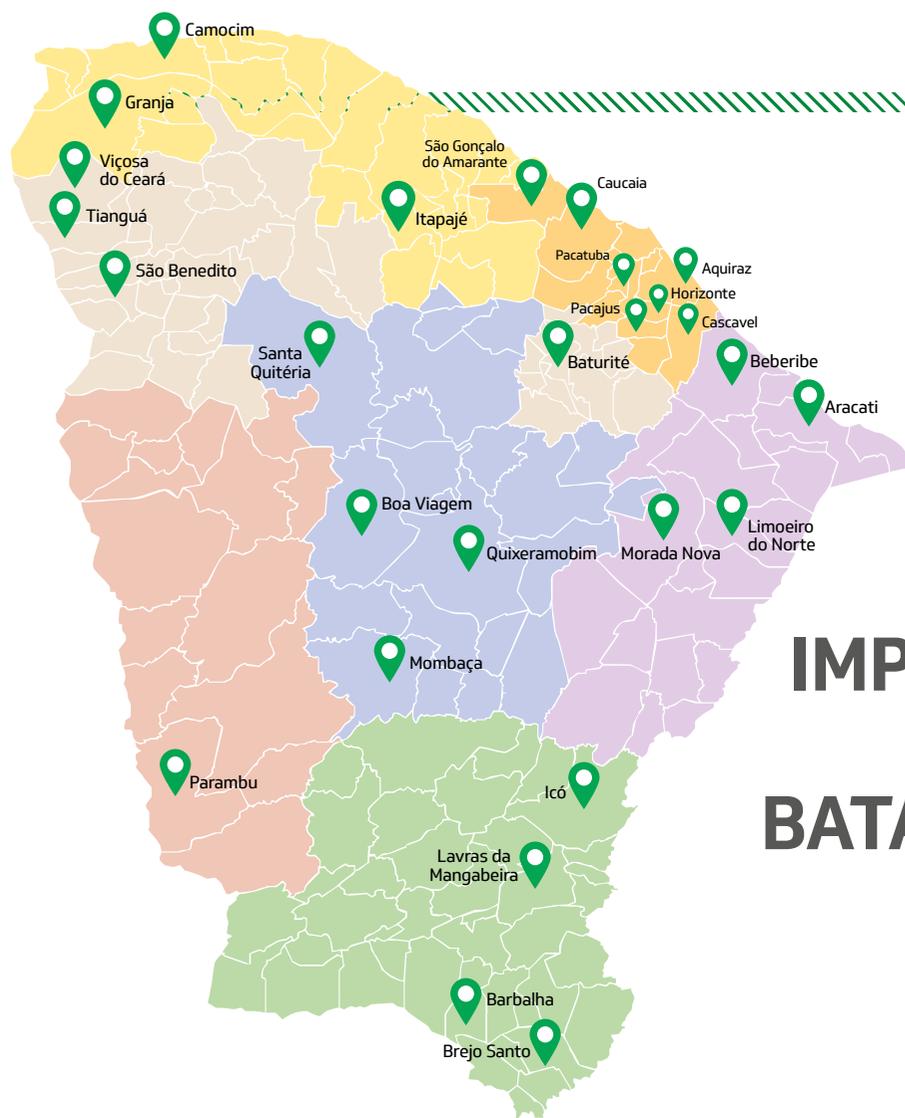
Implantação do **NÚCLEO DA PEFOCE DE RUSSAS.**

Implantação das Delegacias nos Municípios de **MONSENHOR TABOSA E CAMPOS SALES.**

IMPLANTAÇÃO DA BASE DA CIOPAER EM QUIXADÁ e aquisição de duas novas aeronaves.

IMPLANTAÇÃO DE NOVE UNISEGS EM FORTALEZA-CE (Antônio Bezerra, Messejana, Pici, Jardim das Oliveiras, Jangurussu, Vila Velha, Edson Queiroz, Barra do Ceará e Cristo Redentor) e da **UNISEG DE JUAZEIRO DO NORTE.**





IMPLANTAÇÃO DE 27 BATALHÕES DO BPRAIO NO INTERIOR DO CEARÁ.

IMPLANTAÇÃO DE SEIS DELEGACIAS COM
FUNCIONAMENTO EM REGIME DE PLANTÃO 24 HORAS
nos bairros Pici, Jardim das Oliveiras, Jangurussu,
Vila Velha, Barra do Ceará e Cristo Redentor.



AMPLIAÇÃO DO VIDEO-
MONITORAMENTO.

MAIS DE 3.300
CÂMERAS CONECTADAS
EM FORTALEZA
E NO INTERIOR.

DESTAQUES

INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA (CDP) PROFESSOR JOSÉ SOBREIRA DE AMORIM, que ampliou em 600 vagas o sistema prisional do Estado do Ceará.



INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE AQUIRAZ, adicionando mais 578 vagas ao sistema prisional do estado.



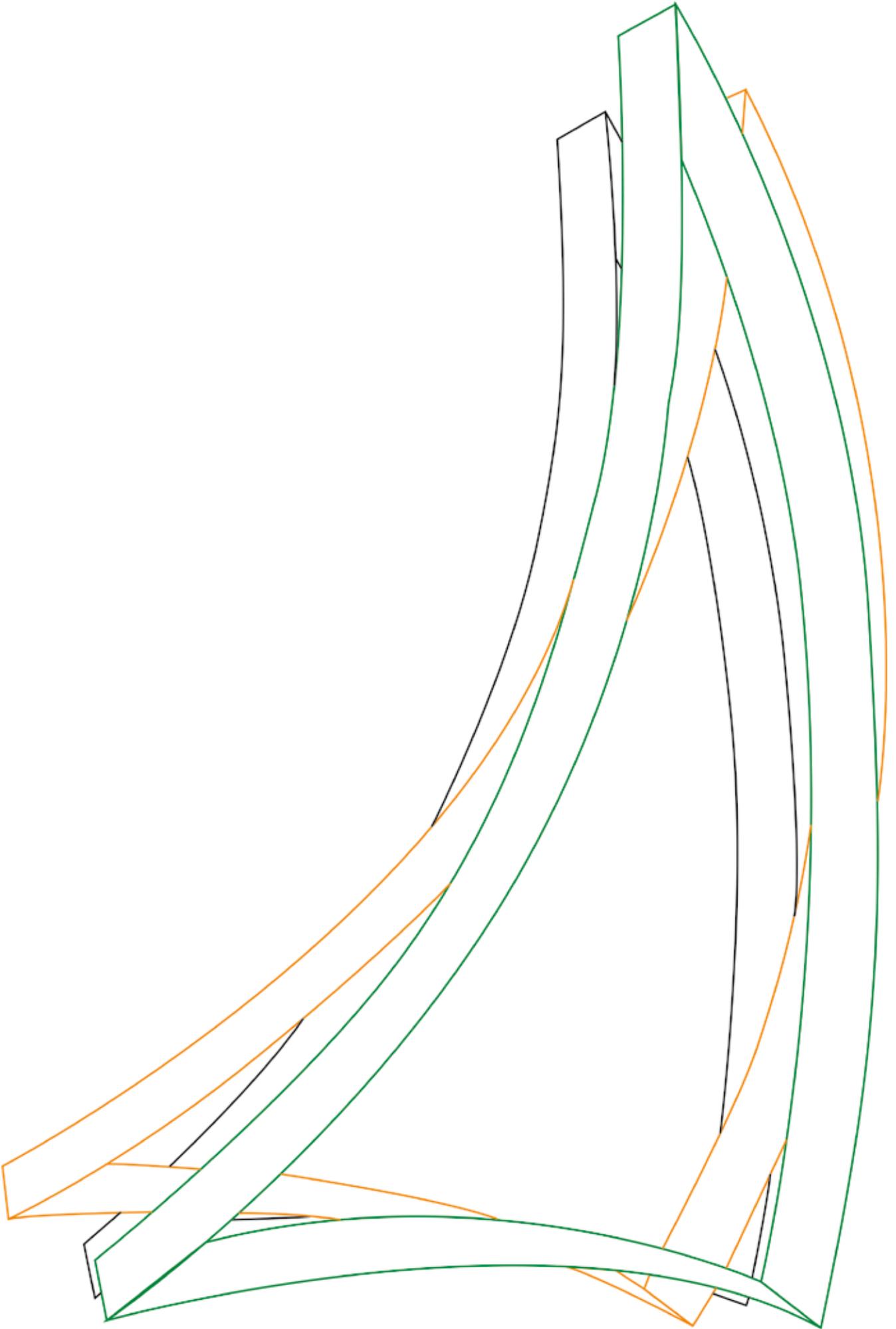
IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE DE ATENDIMENTO no âmbito da Política sobre Drogas, em Fortaleza.



REALIZAÇÃO DE 159.255 ATENDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOS para o sistema de acolhimento e tratamento de dependência química.



IMPLANTAÇÃO DE 94 ESTRUTURAS DE APOIO AOS CONSELHOS TUTELARES no Estado, para atuar conjuntamente nas questões de prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas.



SUMÁRIO

PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR.....	13
RESULTADOS E DESTAQUES EM 2018.....	25
DESEMPENHO ESTADUAL.....	81
DESEMPENHO ECONÔMICO E PERSPECTIVAS.....	83
DESEMPENHO ECONÔMICO.....	84
INDICADORES CONJUNTURAIS.....	100
DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO.....	115
1. CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS.....	116
2. CEARÁ ACOLHEDOR.....	120
3. CEARÁ DE OPORTUNIDADES.....	122
4. CEARÁ SUSTENTÁVEL.....	125
5. CEARÁ DO CONHECIMENTO.....	127
6. CEARÁ SAUDÁVEL.....	130
7. CEARÁ PACÍFICO.....	133
DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL.....	137
EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS.....	139
TEMA – GESTÃO FISCAL.....	140
TEMA – PLANEJAMENTO E GESTÃO.....	144
TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	153
EIXO CEARÁ ACOLHEDOR.....	161
TEMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	162
TEMA – HABITAÇÃO.....	166
TEMA – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.....	169
TEMA – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	177
EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES.....	181
TEMA – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO.....	182
TEMA – INDÚSTRIA.....	188
TEMA – SERVIÇOS.....	191
TEMA – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE.....	193
TEMA – TURISMO.....	200
TEMA – TRABALHO E RENDA.....	203
TEMA – EMPREENDEDORISMO.....	208
TEMA – PESCA E AQUICULTURA.....	209
TEMA – REQUALIFICAÇÃO URBANA.....	211

EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL	217
TEMA – RECURSOS HÍDRICOS.....	218
TEMA – MEIO AMBIENTE.....	222
TEMA – ENERGIAS.....	231
EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO	235
TEMA – EDUCAÇÃO BÁSICA.....	236
TEMA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	245
TEMA – EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	250
TEMA – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	255
TEMA – CULTURA.....	260
EIXO CEARÁ SAUDÁVEL	269
TEMA – SAÚDE.....	270
TEMA – ESPORTE E LAZER.....	278
TEMA – SANEAMENTO BÁSICO.....	282
EIXO CEARÁ PACÍFICO	291
TEMA – SEGURANÇA PÚBLICA.....	292
TEMA – JUSTIÇA E CIDADANIA.....	297
TEMA – POLÍTICA SOBRE DROGAS.....	301
TEMAS TRANSVERSAIS	305
TEMA – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA JUVENTUDE.....	306
TEMA – POLÍTICA DE GÊNERO.....	309
TEMA – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL.....	311
TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA.....	312
TEMA – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	313
TEMA – ATENÇÃO À PESSOA IDOSA.....	316
TEMA – INCLUSÃO E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT.....	318
TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	320
TEMA – POLÍTICA DE MEMÓRIA.....	323
TEMA – CONVIVÊNCIA COM A SECA.....	324

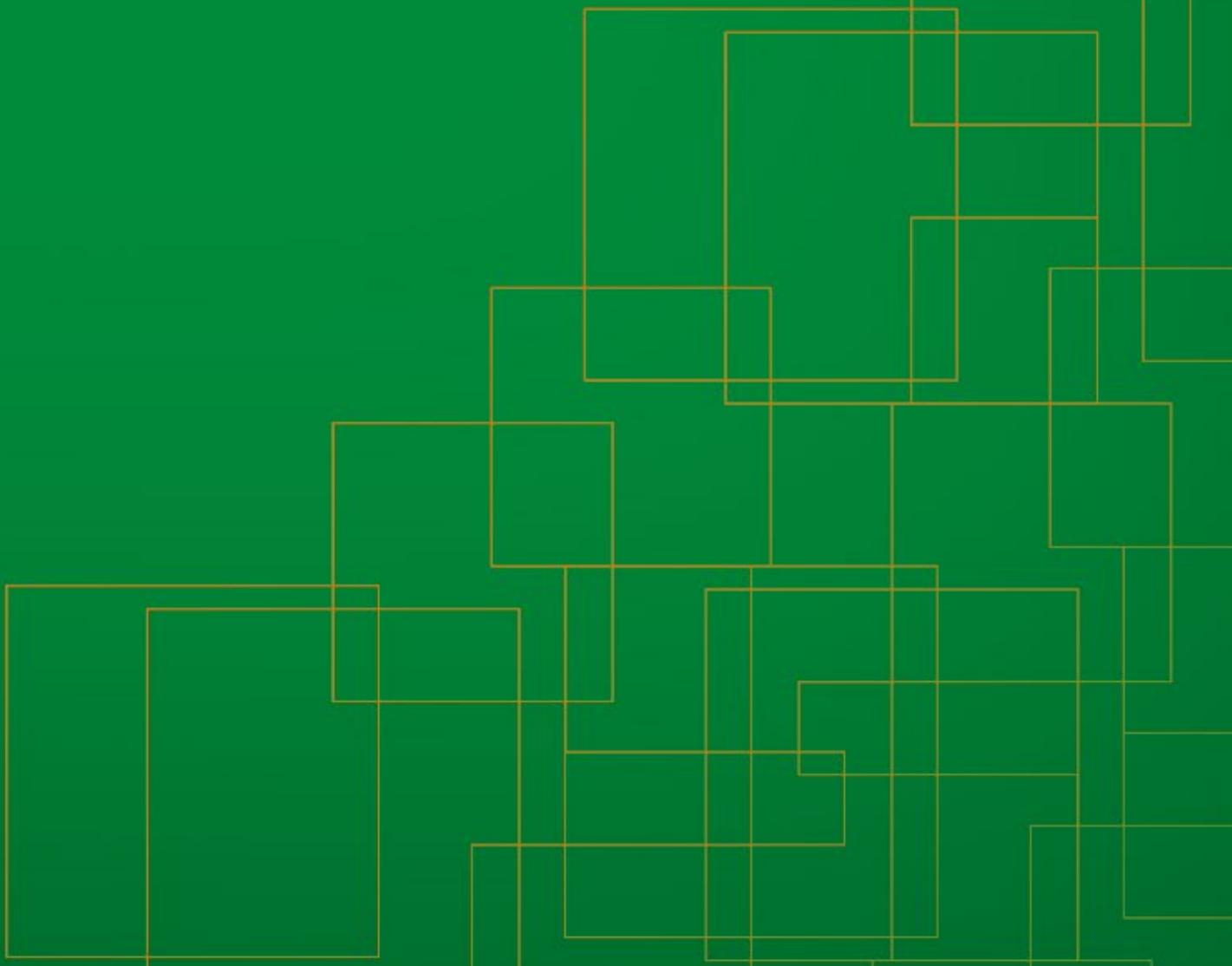


**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Mensagem à Assembleia 2019



DESEMPENHO ESTADUAL



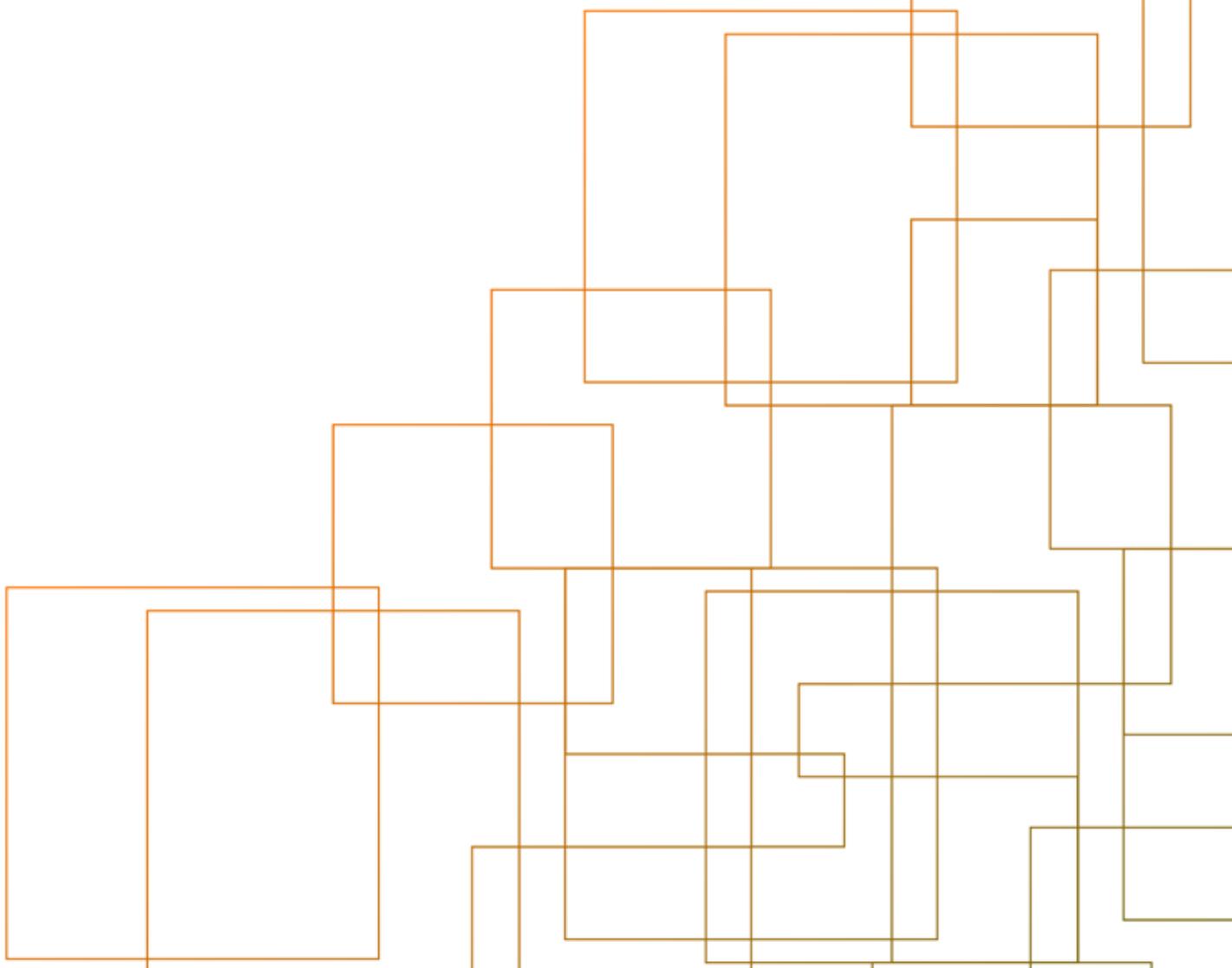
Mensagem à Assembleia

2019



DESEMPENHO ECONÔMICO E PERSPECTIVAS

○ □ △

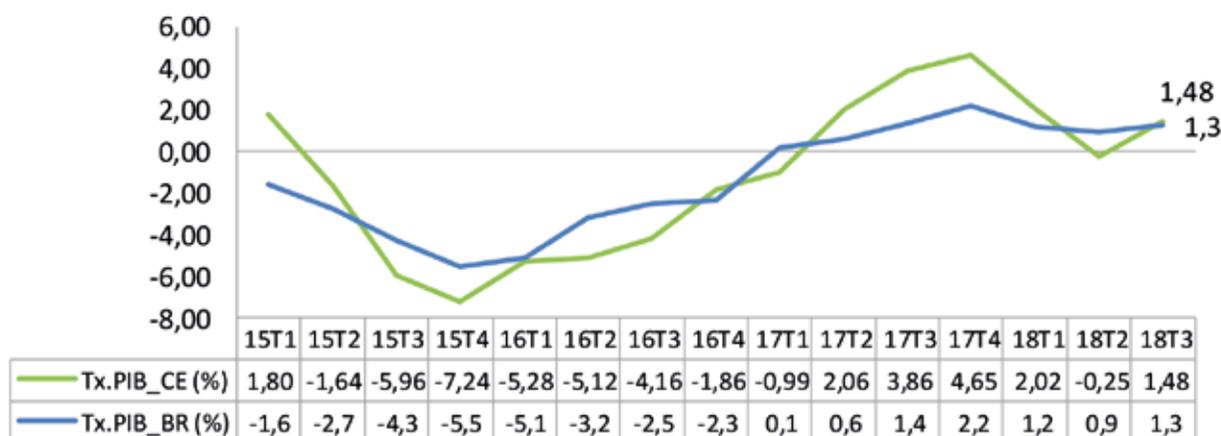


DESEMPENHO ECONÔMICO

O PIB cearense no ano de 2018 manteve o ritmo de crescimento iniciado no segundo trimestre de 2017, apesar da queda verificada no segundo trimestre de 2018 em decorrência da greve dos caminhoneiros, como se pode observar no Gráfico 1. Verifica-se que no período de recessão, compreendido entre o segundo trimestre de

2015 e o primeiro trimestre de 2017, o PIB estadual apresentou quedas trimestrais mais intensas do que a economia do Brasil, enquanto que no período do segundo trimestre de 2017 ao primeiro trimestre de 2018, o contrário se verifica, com um ritmo de crescimento superior da atividade local ante a nacional.

Gráfico 1: Evolução do PIB trimestral - Brasil e Ceará – 2015.1/2018.3



Fonte: Ipece e IBGE.

Para entender melhor este comportamento recente, serão analisados nas seções seguintes os três grandes setores da economia: Serviços, Indústria e Agropecuária, bem como indicadores conjunturais de comércio exterior e mercado de trabalho.

SERVIÇOS

Na análise setorial, ao se comparar o terceiro trimestre de 2018 com o mesmo período de

2017, verifica-se que o setor de Serviços cresceu 1,48% (Tabela 1), com destaque positivo para as atividades do Comércio (4,79%), Intermediação Financeira (1,57%) e Alojamento e Alimentação (1,08%). Esses resultados corroboram para a recuperação do setor que, simetricamente à economia agregada, registrou o quarto trimestre consecutivo de crescimento após dois anos de recessão econômica.

Tabela 1: Taxas de crescimento (%) do Valor Adicionado do setor de Serviços no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Ceará – 3º trim. 2017 a 3º trim. 2018¹

Setores e Atividades	3º Trim. 2017 ²	1º Trim. 2018 ²	2º Trim. 2018 ²	3º Trim. 2018 ²	Acumulado no ano ²	Acumulado nos 4 últimos Trimestres ³
Serviços	2,48	0,75	1,27	1,48	1,17	1,53
Comércio	6,69	3,25	7,20	4,79	5,08	5,26
Alojamento e Alimentação	-0,15	0,74	1,20	1,08	1,01	0,95
Transportes	0,33	-3,05	-1,16	-2,27	-2,17	-0,74
Intermediação Financeira	3,31	1,38	0,96	1,57	1,31	2,05
Administração Pública	0,44	-0,61	-1,23	0,05	-0,60	-0,56
Outros Serviços	-1,52	0,37	0,08	0,53	0,33	0,15
VA a preços básicos	4,03	2,17	-0,45	1,52	1,07	2,03
PIB pm	3,86	2,02	-0,25	1,48	1,07	1,97

Fonte: Ipece e IBGE. Elaboração: Ipece.

¹ São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

² Em comparação a igual período do ano anterior.

³ Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Dados da Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, revelam que o varejo comum brasileiro registrou alta de apenas 1,1% no terceiro trimestre de 2018 comparado a igual período do ano passado. Essa foi a sexta variação positiva consecutiva nas vendas do varejo nacional, revelando uma trajetória consistente de crescimento. Vale destacar que em igual período de 2017, o varejo comum nacional

havia registrado alta de 4,3% frente a uma base de comparação negativa. Na comparação com os demais trimestres de 2018, nota-se uma desaceleração do ritmo de crescimento das vendas do varejo comum nacional.

O varejo comum cearense também registrou alta de apenas 1,2% no terceiro trimestre de 2018, comparado a igual período de 2017,

refletindo ainda alguns dos efeitos negativos da crise, como o elevado quantitativo de pessoas desocupadas no mercado de trabalho local. Essa foi a quinta variação trimestral positiva e consecutiva, revelando uma dinâmica consistente de crescimento nas vendas do varejo cearense. O crescimento registrado

no terceiro trimestre de 2017 tinha sido de 0,8%, frente também a uma base de comparação negativa. Comparando com os demais trimestres de 2018, é possível afirmar que está havendo uma desaceleração do ritmo de crescimento das vendas no varejo local. (Gráfico 2)

Gráfico 2: Variação trimestral das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – 1º T./2017 a 3º T./2018 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

Em relação às vendas do varejo ampliado, que inclui também as vendas de veículos e de materiais de construção, as vendas do país apresentaram um ritmo de crescimento mais satisfatório no terceiro trimestre de 2018, de 4,0%, bem acima do registrado no varejo comum. Vale notar que o varejo ampliado nacional registrou crescimento pelo sexto trimestre consecutivo, mas com nítida desaceleração até o terceiro trimestre de 2018 (Gráfico 3).

Por outro lado, o ritmo de crescimento nas vendas do varejo ampliado cearense não seguiu o mesmo patamar observado para o país, tendo registrado alta de apenas 1,3% no terceiro trimestre de 2018, revelando um nível de desempenho muito aquém do nacional. Nota-se ainda que o varejo ampliado local também apresentou uma desaceleração no ritmo de crescimento nas vendas dentro do ano de 2018 (Gráfico 3).

Gráfico 3: Variação trimestral das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – 1º T./2017 a 3º T./2018 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

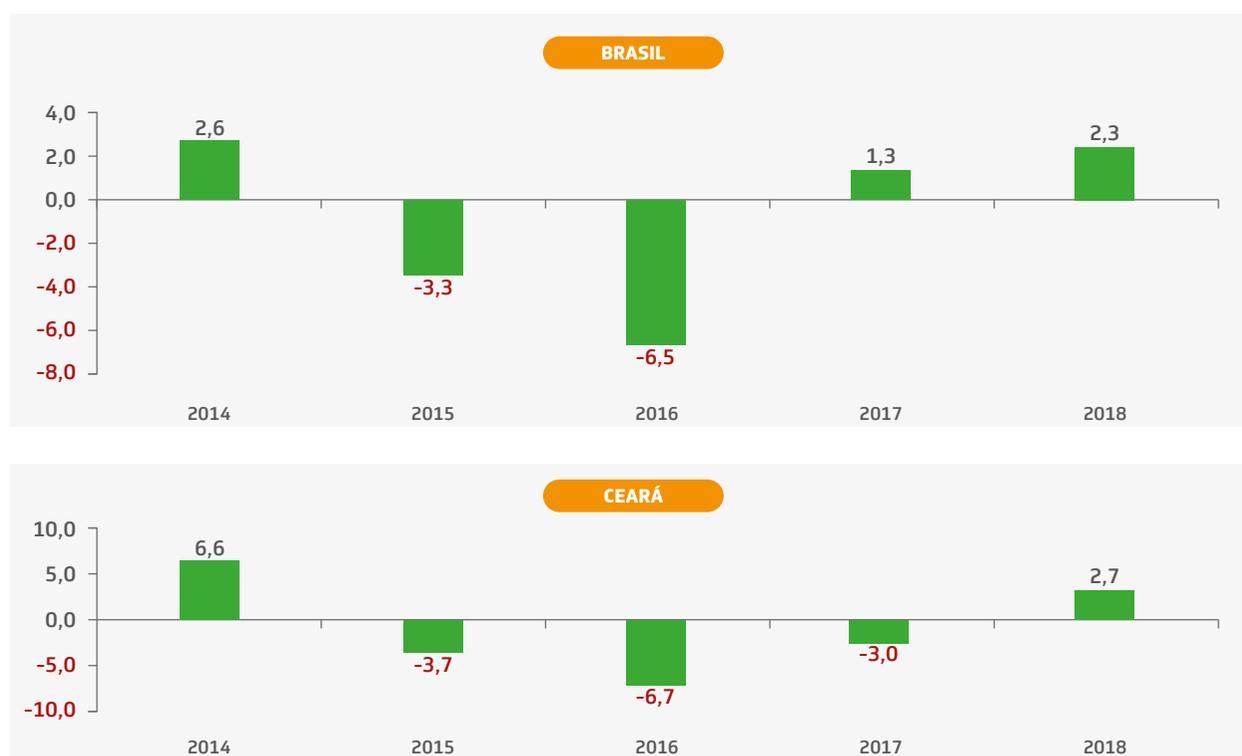
Através do Gráfico 4 a seguir, é possível observar a dinâmica da variação anual das vendas do varejo comum no Brasil e no Ceará para o acumulado até setembro nos últimos cinco anos.

Nota-se que o varejo comum nacional registrou crescimento de 2,3% no acumulado até setembro de 2018 pela segunda vez consecutiva, quando em igual período de 2017 já havia registrado crescimento de 1,3%. Isso revelou uma trajetória ascendente de expansão, explicada pela melhoria nos indicadores macroeconômicos, reflexo da

melhoria no crédito, dada a manutenção da taxa de juros nos níveis mais baixos historicamente, além da melhoria nos indicadores de emprego e renda no mercado de trabalho.

O varejo comum cearense registrou um crescimento ainda maior, de 2,7%, dada uma base de comparação negativa. Foi a primeira vez, após três anos de queda, que o varejo comum cearense registrou variação positiva, revelando o início da recuperação das vendas pós período de crise econômica.

Gráfico 4: Variação anual das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – Acumulado de 2014 até set./2018 (%)



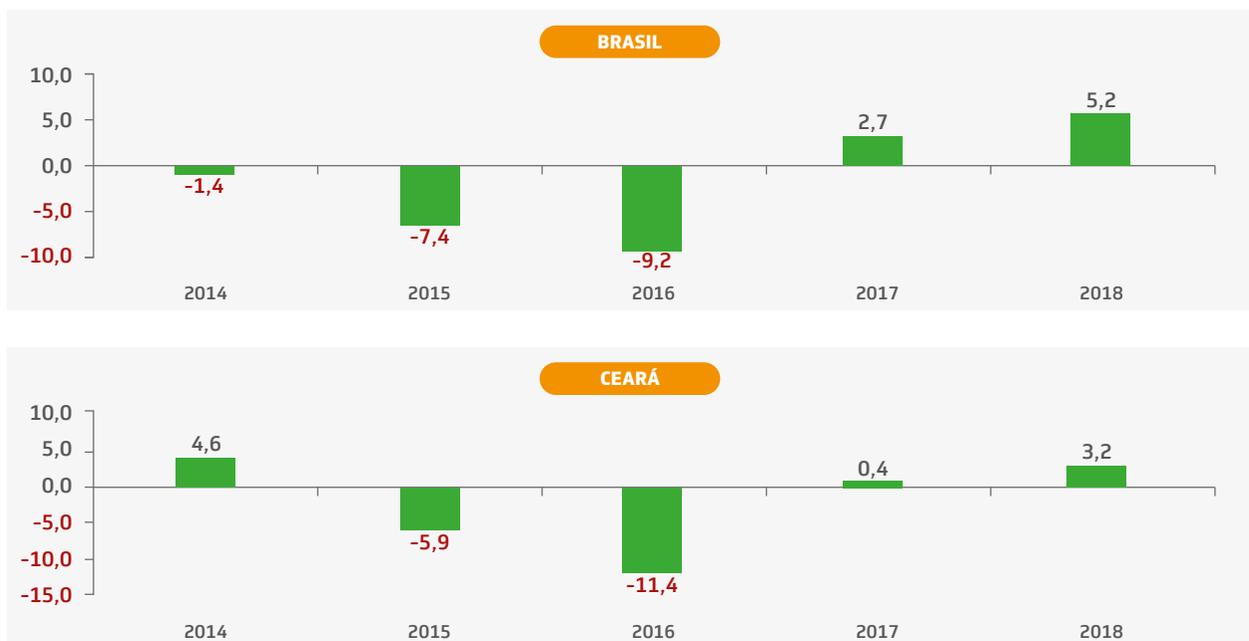
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

As vendas do varejo ampliado apresentaram um crescimento mais expressivo, tanto no Brasil quanto no estado. O país registrou alta acumulada até setembro de 5,2%, ante alta de 2,7% em igual período de 2017 e queda de 9,2% no mesmo período em 2016. Já o Ceará registrou alta de 3,2%, ante alta de 0,4% em 2017 e queda de 11,4%, em 2016.

Diante o exposto, é possível notar que o varejo ampliado nacional e cearense tiveram momentos difíceis, registrando quedas

expressivas nos anos de 2015 e 2016, mas que a partir de 2017 apresentaram os primeiros sinais de recuperação ao registrar taxas de crescimento. O ano de 2018 apresenta a manutenção de um ritmo de recuperação das vendas mais sustentável ao registrar um crescimento bem mais significativo. Todavia, vale dizer que as taxas positivas registradas nos últimos dois anos não foram ainda suficientes para recuperar as perdas observadas no período de crise (Gráfico 5).

Gráfico 5: Variação anual das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – Acumulado de 2014 até set./2018 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

VENDAS DO VAREJO NO CONTEXTO NACIONAL

A Tabela 2 abaixo apresenta a variação anual das vendas para o acumulado do ano até o mês de setembro dos últimos cinco anos no Brasil e estados para o varejo comum. No auge da crise do varejo nacional, foi possível notar que quase todos os estados registraram queda no volume de vendas do varejo comum. Em 2015, apenas três estados apresentaram crescimento e em 2016 apenas um. No ano de 2017, foi possível perceber os primeiros sinais de recuperação da

crise, quando quinze estados passaram a registrar alta nas vendas do varejo comum. Esse número cresceu para vinte e um estados em 2018.

Neste último ano, os maiores crescimentos nas vendas do varejo comum foram registrados nos estados do Rio Grande do Norte (+8,2%); Santa Catarina (+8,1%); Espírito Santo (+7,5%); Tocantins (+7,4%) e Acre (+7,2%). Por outro lado, as maiores quedas foram observadas nos estados do Distrito Federal (-3,1%); Amapá (-2,5%); Pernambuco (-1,4%); Goiás (-1,1%); e Bahia (-0,7%).

Tabela 2: Variação anual das vendas do varejo comum – Brasil e Estados – Acumulado de 2014 até set./2018 (%)

Estados	2014	2015	2016	2017	2018
Rio Grande do Norte	3,1	-2,4	-9,6	0,4	8,2
Santa Catarina	-0,3	-0,3	-6,9	13,7	8,1
Espírito Santo	0,5	-6,1	-11,4	-3,6	7,5
Tocantins	6,3	-1,4	-9,4	-0,2	7,4
Acre	13,7	1,2	-10,1	2,7	7,2
Pará	2,8	-2,8	-12,4	-0,9	6,5
Rio Grande do Sul	3,1	-5,3	-5,4	5,0	5,9
Rondônia	9,3	-3,3	-12,3	3,1	5,8
Maranhão	6,7	-5,4	-7,5	4,0	5,8
Roraima	5,4	9,6	0,7	-6,8	5,2
Amazonas	0,8	-6,3	-11,6	6,7	5,0
Paraíba	3,2	-8,6	-3,7	-1,4	2,8
Ceará	6,6	-3,7	-6,7	-3,0	2,7
São Paulo	1,8	-2,9	-4,8	0,7	2,2
Paraná	2,5	-1,2	-6,3	4,0	1,8
Mato Grosso	2,8	-7,4	-8,5	4,3	1,3
Piauí	2,3	-3,4	-8,4	-1,6	1,2
Minas Gerais	2,5	-2,0	-1,0	3,7	0,8
Rio de Janeiro	3,3	-2,2	-8,0	-2,1	0,4
Sergipe	1,6	1,6	-12,0	-5,7	0,3
Alagoas	5,8	-7,4	-7,0	8,2	0,2
Mato Grosso do Sul	4,4	-0,4	-6,8	0,8	-0,5
Bahia	5,6	-6,6	-12,9	-1,4	-0,7
Goiás	2,2	-9,5	-10,0	-8,9	-1,1
Pernambuco	3,4	-6,4	-10,7	4,8	-1,4
Amapá	8,0	-7,5	-20,0	3,0	-2,5
Distrito Federal	1,3	-5,5	-11,0	-6,7	-3,1
Brasil	2,6	-3,3	-6,5	1,3	2,3

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

Em 2014, o varejo comum cearense apresentou um bom desempenho nas vendas, tendo registrado o quinto maior crescimento dentre todos os estados brasileiros. Um ano depois, passou a registrar a décima segunda menor queda do varejo comum nacional. Em 2016, o varejo comum cearense voltou a registrar a queda mais acentuada, só que ficou com a sexta menor queda do país. Em 2017, um ano de recuperação nas vendas do varejo comum observado em grande parte dos estados do país, o Ceará registrou a terceira queda consecutiva, sendo sexta maior queda de um total de doze estados. Por fim, em 2018, o varejo comum cearense esboçou sua primeira recuperação, tendo registrado a décima terceira maior alta do país.

No tocante ao varejo ampliado, nenhum estado registrou crescimento no ano de 2016; em 2017, vinte estados passaram a registrar crescimento. Em 2018, esse número cresceu para vinte e

seis estados. As maiores altas observadas no último ano foram observadas nos estados do Espírito Santo (+14,5%); Tocantins (+11,0%); Santa Catarina (+11,0%); Amazonas (+10,7%); e Rondônia (+10,4%). O único estado que apresentou queda nas vendas do varejo ampliado foi o Distrito Federal (-2,9%).

Em 2014, o varejo ampliado cearense havia registrado a terceira maior alta dentre os vinte e sete estados da federação. Em 2015, o varejo local registrou queda, tendo sido a sexta menor do país. Um ano depois, quando todos os estados apresentaram queda nas vendas, o varejo ampliado cearense ocupou a décima quarta menor queda nacional. O varejo ampliado cearense esboçou uma tímida recuperação em 2017, mas registrou apenas a décima oitava maior posição do país. Por fim, em 2018, apesar de apresentar nova alta nas vendas do varejo ampliado, o varejo cearense ocupou a décima nona colocação no país.

Tabela 3: Variação anual das vendas do varejo ampliado – Brasil e Estados – Acumulado de 2014 até set./2018 (%)

Estados	2014	2015	2016	2017	2018
Espírito Santo	-4,5	-14,5	-16,4	4,5	14,5
Tocantins	3,3	-11,6	-14,6	6,2	11,0
Santa Catarina	1,4	-7,8	-9,5	13,9	11,0
Amazonas	2,6	-8,3	-13,2	10,1	10,7
Rondônia	5,2	-8,2	-5,4	-6,3	10,4
Acre	5,1	-8,0	-12,5	3,8	8,9
Roraima	4,0	2,5	-1,0	0,0	8,8
Mato Grosso	0,8	-9,9	-10,4	5,4	8,8
Pará	0,8	-3,7	-13,9	1,3	7,3
São Paulo	-5,6	-6,1	-6,5	1,1	6,8
Rio Grande do Sul	1,5	-11,3	-10,4	11,0	6,8
Rio Grande do Norte	1,8	-3,6	-10,5	-2,1	6,2
Maranhão	2,5	-7,9	-13,4	6,4	6,1
Paraíba	3,2	-12,9	-7,3	2,1	4,4
Piauí	1,0	-6,8	-9,3	-0,6	3,7
Minas Gerais	-0,4	-6,9	-5,0	0,4	3,7
Sergipe	2,6	-4,3	-15,0	-0,8	3,3
Mato Grosso do Sul	-0,7	-4,4	-7,4	-0,6	3,3

Tabela 3: Variação anual das vendas do varejo ampliado – Brasil e Estados – Acumulado de 2014 até set./2018 (%) - CONTINUAÇÃO

Ceará	4,6	-5,9	-11,4	0,4	3,2
Paraná	-3,2	-7,4	-7,4	3,6	3,0
Alagoas	3,6	-9,0	-9,1	7,7	1,8
Bahia	1,7	-7,7	-12,2	0,2	1,7
Goiás	-2,3	-13,0	-13,7	-9,4	1,5
Pernambuco	1,5	-8,4	-14,0	3,9	1,2
Rio de Janeiro	1,3	-5,5	-12,1	2,3	1,0
Amapá	-2,2	-8,5	-18,3	4,7	0,2
Distrito Federal	0,7	-10,8	-13,8	3,9	-2,9
Brasil	-1,4	-7,4	-9,2	2,7	5,2

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

VARIAÇÃO SETORIAL DAS VENDAS DO VAREJO

Por fim, a Tabela 4 apresenta a variação anual das vendas do varejo por setores para o acumulado do ano até setembro nos últimos cinco anos. Do total de treze atividades disponíveis na pesquisa, sete registraram crescimento nas vendas do varejo nacional no acumulado do ano de 2018: Veículos, motocicletas, partes e peças (+15,7%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,3%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (5,4%); Hipermercados e supermercados (4,6%); e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (4,4%). As maiores quedas foram observadas nas vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria (-10,1%); Combustíveis e lubrificantes (-5,8%); Móveis (-3,5%); Tecidos, vestuário e calçados (-3,0%) e Móveis e eletrodomésticos (-1,0%).

O varejo cearense apresentou variação positiva em um número maior de atividades, registrando crescimento nas vendas do varejo para o acumulado do ano até setembro de 2018 em nove delas. A atividade que registrou maior crescimento nas

vendas em 2018 foi Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+10,1%) que compreendem artigos de cutelaria; artigos para habitação de vidro, cristal, porcelana, borracha, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares; panelas, louças, garrafas térmicas, escadas domésticas, escovas, vassouras, cabides, etc; brinquedos de qualquer material, inclusive eletrônicos; instrumentos musicais; óculos para natação, pranchas, etc.; artigos para caça, pesca e camping; papel de parede e similares; artigos de óptica e, por fim, artigos descartáveis em geral (copos, talheres, guardanapos, embalagens para alimentos preparados e outros similares).

Outras atividades que também registraram crescimento nas vendas do comércio cearense no acumulado do ano de 2018 foram: Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+7,5%); Veículos, motocicletas, partes e peças (+7,0%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+3,4%); e Eletrodomésticos (+3,2%). Por outro lado, as maiores baixas foram observadas nas atividades de Livros, jornais, revistas e papelaria (-9,6%); Material de construção (-3,4%); Combustíveis e lubrificantes (-2,6%); e Tecidos, vestuário e calçados (-0,2%).

Tabela 4: Variação anual das vendas do varejo por atividades – Brasil e Ceará – Acumulado de 2014 até set./2018 (%)

Atividades	Ceará				
	2014	2015	2016	2017	2018
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	17,3	1,3	-12,9	5,9	10,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	8,7	-24,7	-12,6	15,2	7,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	-0,6	-12,7	-19,2	4,5	7,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,5	-5,6	-3,2	-0,6	3,4
Elerodomésticos	6,8	-9,4	-27,0	-1,3	3,2
Hipermercados e supermercados	3,8	-5,3	-2,5	-7,5	2,9
Móveis e eletrodomésticos	7,5	-7,8	-17,2	-13,1	1,6
Móveis	7,9	-5,2	-2,2	-28,2	1,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,1	6,9	-4,2	12,0	0,7
Tecidos, vestuário e calçados	8,5	4,3	-2,5	-2,7	-0,2
Combustíveis e lubrificantes	10,7	-3,3	-4,4	-25,0	-2,6
Material de construção	9,4	-0,2	-25,4	16,5	-3,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,7	-13,7	-22,3	-16,8	-9,6

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

INDÚSTRIA

No terceiro trimestre de 2018, em comparação com igual período de 2017, a indústria geral cearense manteve relativa estabilidade, apresentando uma leve redução de -0,05%. Em linhas gerais, o resultado reflete os efeitos ainda presentes da greve dos caminhoneiros, que afetou fortemente o setor no segundo trimestre e exigiu um tempo maior para a total recuperação da capacidade produtiva. Explicam também o resultado, a formação de expectativas cautelosas por parte dos agentes econômicos diante de um cenário de disputa eleitoral presidencial fortemente

polarizado e um componente estatístico, a elevada base de comparação que se configura no terceiro trimestre de 2017.

No tocante às atividades industriais, a leve expansão da indústria de transformação, principal segmento industrial, com alta de 0,76%, foi motivada pelas razões acima, e a redução na atividade de Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), com queda de -2,66%, são as principais razões para o desempenho do setor como um todo. As demais atividades apresentaram expansões, sendo um crescimento de 8,14% na extrativa mineral e 0,42% na construção civil.

Tabela 5: Taxas de crescimento (%) trimestrais do Valor Adicionado do setor da Indústria Ceará – 2018/2017¹

Setores e Atividades	3º Trim. 2017 ²	1º Trim. 2018 ²	2º Trim. 2018 ²	3º Trim. 2018 ²	Acumulado no ano ²	Acumulado nos 4 últimos Trim ³
Indústria	2,38	0,82	-3,46	-0,05	-0,87	0,41
Extrativa Mineral	-20,89	-11,45	-0,88	8,14	-1,55	-5,46
Transformação	2,45	3,29	-3,55	0,76	0,15	1,14
Construção Civil	-1,03	-4,85	-0,58	0,42	-1,66	-0,38
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	9,84	6,65	-8,72	-2,66	-1,69	-0,12

Fonte: Ipece.

¹ São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

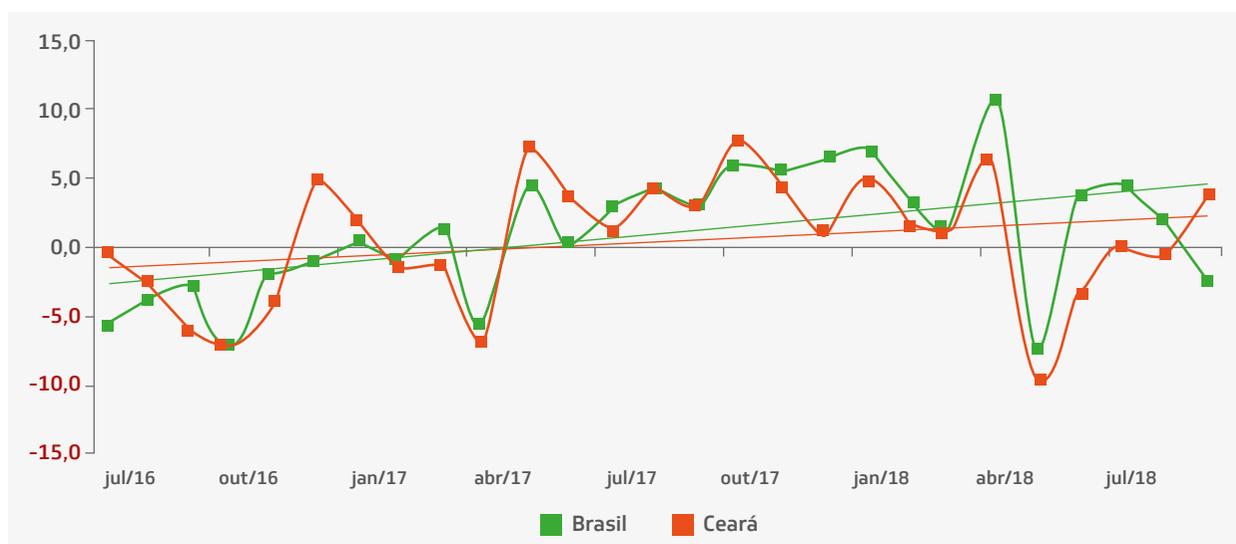
² Em comparação a igual período do ano anterior.

³ Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Considerando em especial a indústria de transformação, a principal atividade industrial cearense, o Gráfico 6, a seguir, compara a trajetória mensal da atividade industrial no Ceará e no Brasil. Na comparação com os anos de 2016 e 2017, com o auxílio das linhas de tendência, é

possível perceber a trajetória de melhora do ritmo da produção em ambos os parques. Com os últimos resultados, a indústria brasileira mostra uma expansão nitidamente superior àquela registrada pelo Ceará.

Gráfico 6: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará e Brasil - Jul./2016 - Set./2018



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: Ipece.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. As linhas retas indicam tendência de comportamento dos dados no período considerado.

Na comparação com os demais estados brasileiros e considerando o resultado acumulado do ano, a indústria cearense se posiciona na metade inferior da distribuição, mas, ainda assim, com uma leve expansão. Ao lado da Bahia, o estado apresentou o menor crescimento acumulado em 2018, com apenas 0,3% de alta na comparação com o mesmo período de 2017. O Ceará superou apenas Minas Gerais (-0,7%), Goiás (-3,1%), Espírito Santo (-4,2%) e Pará (-8,3%), que acumularam retrações

no período. Com fortes expansões no ano, se destacaram no cenário nacional os estados de Amazonas (8,1%), Pernambuco (7,1%) e Rio de Janeiro (6,0%). Com os números do último trimestre, o resultado estadual se posicionou abaixo do alcançado pela região Nordeste (1,6%) e foi também inferior ao nacional (2,1%). A Tabela 6 traz os resultados para os estados pesquisados, para o país e para a região.

Tabela 6: Variação (%) da Produção Física Industrial - Brasil e Estados - Acumulados dos Anos de 2017 e 2018 (até setembro)

Brasil e Estados	Acumulado do Ano (set/2017)	Acumulado do Ano (set/2018)
Brasil	1,1	2,1
Nordeste	-0,3	1,6
Amazonas	3,2	8,1
Pernambuco	0,0	7,1
Rio de Janeiro	2,3	6,0
Rio Grande do Sul	0,8	4,6
Santa Catarina	3,5	4,0
São Paulo	2,1	2,4
Paraná	5,1	2,1
Mato Grosso	1,6	0,7
Bahia	-1,9	0,3
Ceará	1,3	0,3
Minas Gerais	-0,1	-0,7
Goiás	2,1	-3,1
Espírito Santo	2,3	-4,2
Pará	-4,7	-8,3

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: Ipece.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2018.

Considerando as atividades industriais que compõem o segmento da transformação, no resultado acumulado até o terceiro trimestre do ano, sete das onze atividades pesquisadas apresentaram resultados positivos para a produção, na comparação com igual período do ano anterior. A Tabela 7, na sequência, compara para todos os setores a taxa de crescimento acumulada em 2017 e 2018.

A tabela mostra também, em sua última coluna, a contribuição de cada atividade pesquisada para o crescimento total do segmento da transformação. Os setores mais tradicionais e de maior relevância para a manufatura cearense acumularam redução na produção e contribuem negativamente para desempenho do ano até o terceiro trimestre. Neste grupo se destacam as fabricações de Vestuário e acessórios (-5,1%), Couro e calçados (-2,3%) e Alimentos (-1,6%).

Tabela 7: Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Física em 2017 e 2018 e Contribuição (em p.p.) ao Acumulado do Ano de 2018 – Atividades Industriais - Ceará

Atividades Industriais	Acumulado Ano (2017) (%)	Acumulado Ano (2018) (%)	Contribuição ao Acumulado do Ano (2018) (em p.p.)
Indústrias de transformação	1,30	0,30	0,30
Fabricação de bebidas	-4,90	6,90	0,62
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-32,40	41,60	0,50
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-29,50	7,10	0,47
Metalurgia	55,50	4,80	0,26
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-5,20	3,50	0,14
Fabricação de produtos têxteis	12,10	1,50	0,08
Fabricação de outros produtos químicos	8,30	1,30	0,04
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-13,70	-3,60	-0,16
Fabricação de produtos alimentícios	4,40	-1,60	-0,32
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	5,20	-2,30	-0,64
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	8,50	-5,10	-0,67

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: Ipece.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pela contribuição ao acumulado do ano de 2018. (p.p.) pontos percentuais.

AGROPECUÁRIA

O setor agropecuário cearense para o ano de 2018 vem indicando um resultado positivo, com crescimento de 6,57% do valor adicionado do setor no acumulado de janeiro até setembro de 2018, comparado ao mesmo período de 2017, conforme estimativas realizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) (Gráfico 7). Porém, mesmo com esse resultado, o setor agropecuário continua muito inferior a um cenário considerado ótimo, visto que nos anos de 2012 a 2016, exceto 2014, registrou grandes reduções, deixando a base muito baixa.

O desempenho da agropecuária está muito associado ao nível de precipitação pluviométrica, pois, como se sabe, de 2012 a 2016 o volume de chuvas ocorridas no Ceará ficou abaixo da

média histórica para o estado. Em 2017 e 2018, a precipitação ficou em torno da média, mas na margem inferior, sendo, portanto, incapaz de gerar recarga para os reservatórios de água do Estado, conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme). Contudo, as expectativas do setor agropecuário para 2018 apontam crescimento ao fim do ano, estando associada à melhor quadra chuvosa ocorrida em 2018.

No âmbito nacional, o setor agropecuário apresentou taxa negativa de -0,3% no acumulado de janeiro a setembro de 2018, comparado a igual período de 2017. Porém, para o acumulado do ano, a expectativa é que o setor agropecuário para o Brasil encerre o ano com taxa positiva.

Gráfico 7: Taxas de Crescimento (%) Trimestrais do Valor Adicionado da Agropecuária – Ceará – 2018/2017



Fonte: IPECE

As culturas consideradas tradicionais no Ceará são milho, feijão e mandioca, sendo estas classificadas culturas de sequeiro e altamente dependentes da ocorrência de chuvas no estado. O arroz também é uma cultura importante no Ceará, porém, por ser principalmente irrigada, esta vem deixando de ser incentivada.

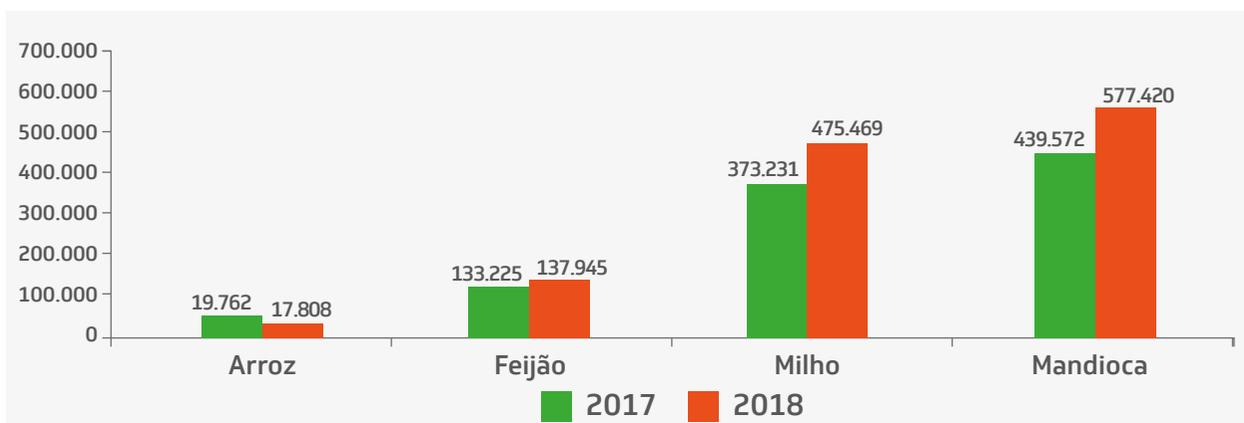
A produção de milho, feijão e mandioca aponta crescimento em 2018, comparado a 2017. Dentre estas culturas, destaca-se o milho, sendo responsável por 74,57% da produção total de grãos no estado. Assim, estima-se que a produção

de milho no Ceará para 2018 é de 475,5 mil toneladas (Gráfico 8).

Quanto à produção de feijão, esta representa 21,63% da produção de grãos do estado. Para 2018, estima-se crescimento de 3,54% da produção de feijão, em função da expansão da área plantada.

A produção de mandioca também indica crescimento para 2018, comparado a 2017, explicado pelo aumento de área e maior produtividade.

Gráfico 8: Produção obtida e estimativa de grãos e outras culturas (em toneladas) - Ceará - 2017-2018



Fonte: IBGE.

Nota: O valor de 2017 refere-se aos valores da produção obtida e o valor de 2018 corresponde à estimativa.

A produção de frutas do Ceará, para o ano de 2018, apresenta uma estimativa abaixo do esperado no começo do ano. Esse comportamento foi influenciado principalmente pela redução de mamão (-9,45%), castanha de caju (-1,16%), manga (7,14%) e abacaxi (-65,48%) (Tabela 8).

Dentre as frutas que apresentam aumento na produção, destaca-se o melão que, depois de dois anos, voltou a apresentar aumento na

produção, embora a quantidade produzida de 2018 ainda fique bem abaixo da capacidade de produção que o Ceará possui. Esse crescimento da produção de melão é explicada, em parte, pelo incentivo gerado pelo mercado externo, dado a maior valorização do dólar frente a moeda nacional, mantendo a rentabilidade do produto em patamares mais elevados. Destaca-se também o aumento da produção de banana (2,03%), maracujá (55,53%) e coco-da-baía (36,1%).

Tabela 8: Produção obtida e estimativa de frutas (em toneladas) no Ceará - 2017-2018

Produção de Frutas	Produção 2017	Estimativa 2018	Varição (%) 2018/2017
Acerola	12.995	19.650	51,21
Banana	393.025	401.021	2,03
Goiaba	17.696	18.345	3,67
Laranja	9.480	8.258	-12,89
Mamão	109.893	99.503	-9,45
Manga	45.338	42.102	-7,14
Maracujá	94.816	147.465	55,53
Melancia	28.936	40.592	40,28
Melão	70.593	85.219	20,72
Castanha de caju	83.996	83.019	-1,16
Abacaxi ¹	730	252	-65,48
Coco-da-baía ¹	186.733	254.152	36,10

Fonte: IBGE.

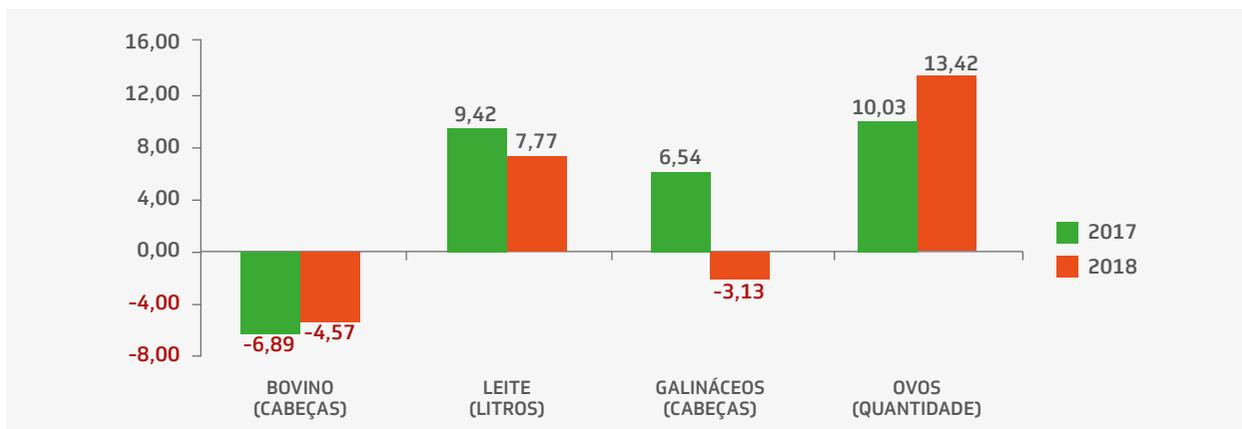
Nota: O valor de 2017 refere-se à produção obtida e o valor de 2018 corresponde à estimativa.

¹ Produção em mil frutos.

A estimativa da produção pecuária cearense continua indicando queda para a atividade bovina (-4,57%) no ano de 2018, influenciada pelo longo período de seca que afetou a criação do gado, pelo que muitos produtores diminuíram o rebanho de bovino e passaram a criar animais de menor porte. A atividade de aves também indica queda (-3,13%) em 2018.

Com relação à produção de produtos de origem animal, destaca-se o leite, que vem apresentando ótimo desempenho, com perspectiva de crescimento de 7,77% em 2018, comparado ao ano de 2017, e a produção de ovos, com crescimento de 13,45% (Gráfico 9).

Gráfico 9: Taxa de crescimento (%) de produção animal – Ceará 2017-2018



Fonte: IBGE/Ipece.

INDICADORES CONJUNTURAIS

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações do Ceará no acumulado de janeiro a novembro de 2018 totalizaram US\$ 2,07 bilhões, valor superior ao verificado no mesmo período de 2017 e quase o dobro do valor de 2016. Com esse desempenho, a participação das exportações cearenses nos onze primeiros meses de 2018 representou 0,94% do total da pauta nacional, percentual de participação um pouco inferior ao verificado no mesmo período de 2017 (0,97%), mas superior ao verificado em 2016 (0,70%). As importações cearenses alcançaram o valor de US\$ 2,3 bilhões no acumulado de janeiro a novembro,

apresentando crescimento de 12,4% em relação ao mesmo período de 2017 (Gráfico 10).

O saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit de US\$ 298 milhões, no acumulado de janeiro a novembro de 2018, superior ao registrado no mesmo período de 2017 (US\$ 234,7 milhões). Com o movimento das exportações e importações, a corrente de comércio do Ceará, no acumulado de janeiro a novembro de 2018, atingiu o montante de US\$ 4,43 bilhões, com crescimento de 11,5% em relação ao mesmo período de 2017. Esse aumento da corrente de comércio foi influenciado tanto pelas exportações como pelas importações.

Gráfico 10: Balança comercial cearense (US\$ 1.000.000 - FOB) – Janeiro a novembro - 2016-2017-2018



Fonte: SECEX/MDIC.

No acumulado de janeiro a novembro de 2018, a pauta cearense foi liderada pelos produtos metalúrgicos, com US\$ 1,2 bilhão em vendas externas, participando com 59,43% do valor total exportado pelo estado no período. As exportações de “Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção transversal retangular” participaram com 75,2% do total desse grupo. Calçados e suas partes ocuparam o segundo lugar, com valor de US\$ 229,5 milhões, participando com 11,1% do total exportado no período. Em seguida, está Castanha de caju, com US\$ 82,6 milhões, Produtos da Indústria de Alimentos e Bebidas, com US\$ 74,8 milhões, Frutas (US\$ 72,5 milhões) e Couros e peles (US\$ 67,8 milhões). No período, esses seis segmentos que lideraram a pauta de exportação representaram 84,9% do total exportado pelo estado.

Embora as exportações cearenses tenham apresentado crescimento em 2018, o desempenho da pauta como um todo não foi muito favorável. Dentre os dez principais produtos exportados, apenas produtos metalúrgicos, frutas, máquinas, aparelhos e materiais elétricos apresentaram crescimento. As exportações de calçados, couros e peles, alimentos e bebidas e lagosta registraram as maiores quedas (Tabela 9).

A pauta de exportação do Ceará é considerada bastante concentrada em produtos metalúrgicos. Outra característica é ser composta por produtos de baixo valor agregado. Em 2018, produtos considerados tradicionais na pauta (calçados, têxteis, alimentos e bebidas, castanha de caju, dentre outros) tiveram redução nas exportações não só em valor, mas também em quantidade, indicando uma perda de mercado externo.

Tabela 9: Exportações por itens e produtos selecionados - Ceará - janeiro a novembro de 2017-2018 (US\$ FOB)

Produtos Exportados	2017		2018	
	Valor (US\$ mil)	Participação (%)	Valor (US\$ mil)	Participação (%)
Produtos Metalúrgicos	955.508	51,08	1.228.890	59,43
Calçados e suas partes	268.222	14,34	229.487	11,10
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	82.932	4,43	82.630	4,00
Produtos Ind. de Alim. e Beb.	85.317	4,56	74.848	3,62
Frutas (Exceto Castanha de caju)	55.576	2,97	72.489	3,51
Couros e Peles	114.289	6,11	67.807	3,28
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	23.787	1,27	62.711	3,03
Ceras Vegetais	51.649	2,76	48.366	2,34
Lagosta	37.850	2,02	35.195	1,70
Têxteis	33.528	1,79	32.448	1,57
Demais Produtos	162.012	8,66	133.058	6,43
Ceará	1.870.670	100,00	2.067.928	100,00

Fonte: SECEX/MDIC.

A pauta de importação cearense no acumulado de janeiro a novembro de 2018 foi liderada pelo segmento de combustíveis minerais, óleos minerais e derivados, com o montante de US\$ 929 milhões. Esse valor representou 39% da pauta cearense, significando um crescimento de 12,6%, comparado ao mesmo período de 2017. Os produtos em destaque dentro desse grupo foram: Hulha betuminosa, Gás natural liquefeito e Gasóleo (óleo diesel). Em seguida aparecem os produtos da indústria química (US\$ 265 milhões), com participação de 11,23% da pauta importadora do Ceará, com relevância para a importação de Glifosato e seu sal de monoisopropilamina e outros inseticidas.

O Ceará, em 2018, importou US\$ 207,7 milhões de cereais, respondendo por 8,8% do total importado, sendo o trigo o principal cereal importado. O estado importou a quantia de US\$ 178 milhões em Produtos Metalúrgicos, expressando uma participação de 7,53% na pauta importadora (Tabela 10).

Os dez principais produtos importados de janeiro a novembro de 2018 responderam por 91% de tudo o que foi comprado externamente pelo Ceará nesse período do ano.

Tabela 10: Importações por itens e produtos selecionados Ceará – Janeiro a novembro 2017-2018 (US\$ FOB)

Produtos Exportados	2017		2018	
	Valor (US\$ mil)	Participação (%)	Valor (US\$ mil)	Participação (%)
Combustíveis minerais, óleos minerais e derivados	824.740	39,17	929.111	39,27
Produtos da indústria química	203.677	9,67	265.695	11,23
Cereais	195.493	9,29	207.757	8,78
Produtos metalúrgicos	122.879	5,84	178.190	7,53
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	99.048	4,70	167.418	7,08
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, instrumentos mecânicos	168.887	8,02	150.760	6,37
Têxteis	130.785	6,21	115.697	4,89
Plásticos, borrachas e suas obras	84.049	3,99	72.465	3,06
Óleos de dendê	52.669	2,50	47.891	2,02
Aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes	5.742	0,27	25.549	1,08
Demais Produtos	217.395	10,33	205.407	8,68
Ceará	2.105.363	100,00	2.365.939	100,00

Fonte: SECEX/MDIC.

MERCADO DE TRABALHO

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho revelam que o Brasil gerou um saldo positivo de 308.662 vagas com carteira assinada no terceiro trimestre do ano de 2018. Esse foi o maior saldo de empregos no ano, superando o registrado no primeiro trimestre (236.283 vagas) e no segundo trimestre (174.144 vagas) e também maior que o saldo registrado em

igual período do ano de 2017 (149.506 vagas).

O mercado de trabalho cearense registrou igualmente um bom desempenho na geração de novas vagas de trabalho celetista para o terceiro trimestre de 2018 (12.109 vagas), sendo também a maior geração de postos de trabalho com carteira assinada por trimestre no ano, superando também a criação de vagas em igual período de 2017 (10.677 vagas).

Gráfico 11: Evolução trimestral do saldo de empregos celetista – Brasil e Ceará - 1º Trim./2017 ao 3º Trim./2018



Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Ipece.

No acumulado do ano até setembro de 2018, o país gerou um total de 719.089 vagas de trabalho com carteira assinada e o Ceará um total de 21.918 vagas na mesma categoria de emprego. Ao se comparar o saldo de empregos gerados nos últimos três anos, é possível notar que ambos os mercados de trabalho nacional e local registraram desempenhos,

em 2018, bem acima daqueles observados nos anos de 2016, quando observou-se destruição de vagas tanto no país quanto no Ceará, e 2017, quando o país criou 246.543 vagas e o Ceará destruiu 2.953 vagas. O país conseguiu gerar um saldo de empregos quase três vezes o gerado em igual período do ano passado.

Gráfico 12: Evolução do saldo de empregos celetista – Brasil e Ceará – Acumulado do ano até setembro/2016, 2017 e 2018



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: Ipece.

EVOLUÇÃO DO SALDO DE EMPREGOS CELETISTAS NO CONTEXTO NACIONAL

A Tabela 11 abaixo apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetista entre o terceiro trimestre de 2017 e o de 2018 para o Brasil e estados. No terceiro trimestre de 2017, um total de vinte e um estados registraram saldo positivo de empregos. Esse número cresceu para vinte e cinco estados no terceiro trimestre de 2018. Os maiores cinco saldos positivos de empregos foram registrados nos estados de São Paulo (+75.408 vagas); Pernambuco (+33.832 vagas); Paraná (+22.789 vagas); Minas Gerais (+20.990 vagas) e Alagoas (+20.285 vagas). A soma conjunta

desses cinco maiores saldos foi de 173.304 vagas, participando com 56,1% do saldo positivo total do país de 308.662 vagas. Por outro lado, apenas dois saldos negativos foram observados nos estados do Rio Grande do Sul (-4.719 vagas) e Mato Grosso do Sul (-455 vagas).

O estado do Ceará registrou um saldo positivo de 12.109 vagas com carteira assinada, tendo ocupado a décima colocação no país e a quarta dentro da região Nordeste, superado pelos saldos registrados em Pernambuco, Alagoas e Bahia, superando a geração de empregos de importantes estados do país, a exemplo do Rio de Janeiro, que criou 10.856 vagas no mesmo trimestre.

Tabela 11: Evolução trimestral do saldo de empregos celetista – Brasil e Estados – 3º Trim./2017 ao 3º Trim./2018

Estados	3º Trim. /2017	Rank.	4º Trim. /2017	Rank.	1º Trim. /2018	Rank.	2º Trim. /2018	Rank.	3º Trim. /2018	Rank.
São Paulo	49.399	1	-125.332	27	89.173	1	55.4280	2	75.408	1
Pernambuco	21.242	2	1.401	4	-20.493	26	1.221	16	33.832	2
Paraná	6.992	7	-17.942	24	28.075	5	4.094	11	22.789	3
Minas Gerais	-9.745	26	-35.717	26	35.464	4	58.175	1	20.990	4
Alagoas	7.291	6	17.134	1	-21.843	27	-2.180	25	20.285	5
Pará	6.635	9	-4.649	17	-3.653	22	6.620	8	16.215	6
Bahia	6.442	11	-12.028	21	13.293	7	9.165	5	14.516	7
Mato Grosso	12.369	4	-15.298	22	13.261	8	10.213	4	13.825	8
Goiás	6.142	12	-21.417	25	20.036	6	13.710	3	13.430	9
Ceará	10.677	5	467	5	3.535	12	6.274	9	12.109	10
Santa Catarina	15.138	3	-8.638	19	36.644	3	-2.738	26	11.027	11
Rio de Janeiro	-12.987	27	-15.506	23	-8.700	25	3.653	12	10.856	12
Paraíba	6.814	8	12	7	-5.865	24	91	22	10.763	13
Rio Grande do Norte	6.517	10	-2.209	14	-4.524	23	778	18	7.228	14
Distrito Federal	4.890	13	-2.903	15	6.264	10	6.065	10	6.230	15
Amazonas	4.803	15	2.110	3	-245	19	-19	23	5.780	16
Maranhão	4.823	14	-714	9	629	17	6.774	7	3.848	17
Sergipe	-97	22	4.560	2	-3.621	21	265	21	3.207	18
Espírito Santo	-3.946	25	-3.597	16	6.611	9	7.254	6	2.810	19
Piauí	2.197	18	-1.111	13	755	15	2.375	13	2.155	20
Rondônia	3.492	16	-861	12	793	14	901	17	2.003	21
Amapá	333	21	-541	8	742	16	414	19	1.794	22
Tocantins	2.518	17	-825	11	962	13	2.179	14	1.598	23
Acre	850	20	-742	10	-1.015	20	310	20	582	24
Roraima	1.265	19	131	6	-142	18	-707	24	556	25
Mato Grosso do Sul	-2.299	24	-8.708	20	5.461	11	1.818	15	-455	26
Rio Grande do Sul	-2.249	23	-6.949	18	44.686	2	-18.041	27	-4.719	27
Total	149.506	---	-259.872	---	236.283	---	174.144	---	308.662	---

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Ipece.

A Tabela 12 a seguir apresenta a evolução do saldo de empregos celetista para o acumulado do ano até setembro dos últimos três anos para o Brasil e estados. Nota-se que em 2016, apenas quatro estados haviam registrado saldo positivo de empregos, aumentando para dezenove estados em 2017 e aumentando ainda mais para vinte e três estados em 2018, revelando nítida recuperação no mercado de trabalho nacional. Os cinco maiores saldos positivos para o acumulado até setembro de 2018 foram observados nos estados de São Paulo (+220.061 vagas); Minas

Gerais (+114.629 vagas); Paraná (+54.958 vagas); Goiás (+47.176 vagas) e Santa Catarina (+44.933 vagas), todos pertencentes às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país. A soma conjunta desses cinco estados foi de 481.757 vagas, participando com 66,9% do saldo positivo do país.

Por outro lado, quatro estados apresentaram destruição de vagas de trabalho no acumulado do ano de 2018: Alagoas (-3.738 vagas); Roraima (-293 vagas); Sergipe (-149 vagas) e Acre (-123 vagas).

Tabela 12: Evolução do saldo de empregos celetista – Brasil e Estados – Acumulado do ano até setembro/2016, 2017 e 2018

Estados	3º Trim. /2017	Rank.	4º Trim. /2017	Rank.	3º Trim. /2018	Rank.
São Paulo	-170.118	27	119.004	1	220.061	1
Minas Gerais	-47.989	25	59.072	2	114.629	2
Paraná	-20.246	19	31.316	6	54.958	3
Goiás	16.517	1	48.178	3	47.176	4
Santa Catarina	-6.199	9	37.913	4	44.933	5
Mato Grosso	5.958	3	31.818	5	37.299	6
Bahia	-41.559	24	12.151	7	36.974	7
Rio Grande do Sul	-28.438	23	-1.387	20	21.926	8
Ceará	-27.323	22	-2.953	22	21.918	9
Pará	-19.255	18	-1.827	21	19.182	10
Distrito Federal	-15.067	16	4.992	9	18.559	11
Espírito Santo	-26.277	20	1.764	16	16.675	12
Pernambuco	-26.465	21	-7.957	25	14.560	13
Maranhão	-9.507	12	2.672	14	11.251	14
Mato Grosso do Sul	7.207	2	3.699	11	6.824	15
Rio de Janeiro	-164.919	26	-77.171	27	5.809	16
Amazonas	-12.286	14	28	19	5.516	17
Piauí	-8.546	11	4.438	10	5.285	18
Paraíba	-6.502	10	-3.361	23	4.989	19
Tocantins	-736	6	5.057	8	4.739	20
Rondônia	-5.952	8	2.816	13	3.697	21
Rio Grande do Norte	-10.765	13	3.045	12	3.482	22
Amapá	-3.185	7	712	18	2.950	23
Acre	-395	5	917	17	-123	24
Sergipe	-14.651	15	-5.451	24	-149	25
Roraima	949	4	2.529	15	-293	26
Alagoas	-15.903	17	-25.471	26	-3.738	27
Total	-651.652	---	246.543	---	719.089	---

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Ipece.

O estado do Ceará criou em igual período 21.918 vagas de trabalho formais, levemente inferior ao saldo de empregos gerados no estado do Rio Grande do Sul (21.926 vagas), ocupando a nona colocação do país e segunda do Nordeste, superado apenas pelo estado da Bahia, que ficou com a sétima posição.

EVOLUÇÃO DO SALDO DE EMPREGOS CELETISTAS POR ATIVIDADES

A Tabela 13 abaixo apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetista por setores no Brasil entre o terceiro trimestre de 2017 e o terceiro trimestre de 2018. No primeiro período,

dos oito setores analisados para o mercado de trabalho brasileiro, quatro deles registraram saldo positivo. Já no terceiro trimestre de 2018, esse número cresceu para sete setores. Os setores que registraram os maiores saldos positivos no mercado de trabalho brasileiro no terceiro trimestre de 2018 foram: Serviços (+147.822 vagas); Indústria de transformação (+59.807 vagas) e Comércio (+45.103 vagas). A Construção civil também apresentou um saldo significativo de empregos no mercado de trabalho nacional, num total de 37.572 vagas. Apenas o setor da Administração pública destruiu vagas de trabalho, num total de 28 vagas.

Tabela 13: Evolução trimestral do saldo de empregos celetista por setores - Brasil - 3º Trim./2017 ao 3º Trim./2018

Setores	3º Trim. /2017	Rank.	4º Trim. /2017	Rank.	1º Trim. /2018	Rank.	2º Trim. /2018	Rank.	3º Trim. /2018	Rank.
Serviços	55.387	2	-89.836	7	194.495	1	94.548	1	147.822	1
Indústria de transformação	56.323	1	-107.065	8	79.014	2	-2.550	7	59.807	2
Comércio	44.103	3	118.766	1	-72.525	8	-19.419	8	45.103	3
Construção Civil	8.130	4	-81.587	6	22.711	3	19.852	3	37.572	4
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	-10.963	8	-73.623	5	-3.629	7	76.622	2	13.058	5
Serviços Industr de Utilidade Pública	-2.538	7	-3.076	2	2.608	5	3.800	4	3.690	6
Extrativa mineral	-412	5	-4.170	3	301	6	906	5	1.638	7
Administração Pública	-524	6	-19.281	4	13.308	4	385	6	-28	8
Total	149.506	---	-259.872	---	236.283	---	174.144	---	308.662	---

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Ipece.

A Tabela 14, por sua vez, apresenta a evolução do saldo de empregos celetista por setores no Brasil para o acumulado do ano até setembro nos últimos três anos. Diferente do ocorrido em 2016, quando apenas dois setores registraram saldo positivo de empregos, e em 2017, quando esse número cresceu para quatro setores, o ano de 2018 teve sete setores registrando saldo positivo de empregos, revelando que a recuperação no mercado de trabalho foi observada em quase todos os setores da economia nacional, a exceção tendo ficado por conta do Comércio, que ainda

apresentou destruição de 46.841 vagas; contudo significativamente menor quando comparada à destruição de 73.297 vagas vista em igual período de 2017.

Vale destacar os três setores que registraram os maiores saldos positivos no mercado de trabalho brasileiro no ano de 2018: Serviços (+436.865 vagas); Indústria de transformação (+136.271 vagas) e Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca (+86.051 vagas).

Tabela 14: Evolução do saldo de empregos celetista por setores – Brasil – Acumulado do ano até setembro/2016, 2017 e 2018

Setores	2016	Rank.	2017	Rank.	2018	Rank.
Serviços	-156.635	6	130.369	1	436.865	1
Indústria de transformação	-133.682	5	85.970	3	136.271	2
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	75.435	1	110.797	2	86.051	3
Construção Civil	-189.330	7	-22.548	7	80.135	4
Administração Pública	18.826	2	18.082	4	13.665	5
Serviços industriais de utilidade pública	-6.206	3	-1.053	5	10.098	6
Extrativa mineral	-6.267	4	-1.777	6	2.845	7
Comércio	-253.793	8	-73.297	8	-46.841	8
Total	-651.652	---	246.543	---	719.089	---

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Ipece.

A Tabela 15 a seguir apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetista por setores no Ceará entre o terceiro trimestre de 2017 e o terceiro trimestre de 2018. No terceiro trimestre de 2017, sete setores registraram saldos positivos de empregos, com exceção da indústria Extrativa Mineral. No terceiro trimestre de 2018, todos os oito setores registraram saldos positivos

de empregos no mercado de trabalho cearense. Os três setores com os maiores saldos observados neste período foram: Serviços (+ 5.280 vagas); Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca (+2.341 vagas) e Indústria de transformação (+1.713 vagas). O Comércio e a Construção civil também registraram saldos positivos, acima de mil vagas.

Tabela 15: Evolução trimestral do saldo de empregos celetista por setores - Ceará - 3º Trim./2017 ao 3º Trim./2018

Setores	3º Trim. /2017	Rank.	4º Trim. /2017	Rank.	1º Trim. /2018	Rank.	2º Trim. /2018	Rank.	3º Trim. /2018	Rank.
Serviços	3.840	1	1.016	2	3.327	2	4.979	1	5.280	1
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	2.457	2	-1.530	6	-1.181	7	-72	6	2.341	2
Indústria de transformação	1.673	3	-2.307	8	4.345	1	-658	7	1.713	3
Comércio	1.592	4	5.267	1	-3.368	8	-700	8	1.325	4
Construção Civil	620	5	-1.825	7	38	6	2.585	2	1.035	5
Serviços industriais de utilidade pública	347	6	-2	3	94	4	53	3	225	6
Administração Pública	152	7	-31	4	219	3	46	4	123	7
Extrativa mineral	-4	8	-121	5	61	5	41	5	67	8
Total	10.677	---	467	---	3.535	---	6.274	---	12.109	---

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Ipece.

Por fim, a Tabela 16 apresenta a evolução do saldo de empregos celetista por setores no Ceará para o acumulado do ano até setembro nos últimos três anos. Apenas dois setores registraram saldo positivo de empregos em 2016, aumentando esse número para quatro em 2017 e para sete setores em 2018, revelando a mesma trajetória observada para o país. Os três setores que registraram os

maiores saldos positivos no acumulado do ano de 2018 foram: Serviços (+13.586 vagas); Indústria de transformação (+5.400 vagas) e Construção civil (+3.658 vagas). Igualmente ao observado para o país, apenas o setor de Comércio apresentou destruição de vagas, num total de 2.743 vagas; todavia, inferior ao saldo negativo observado nos últimos dois anos.

Tabela 16: Evolução do saldo de empregos celetista por setores - Ceará - Acumulado do ano até setembro/2016, 2017 e 2018

Setores	2016	Rank.	2017	Rank.	2018	Rank.
Serviços	1.290	1	1.778	1	13.586	1
Indústria de transformação	-7.399	6	-1.462	7	5.400	2
Construção Civil	-8.733	7	-465	6	3.658	3
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	587	2	1.160	2	1.088	4
Administração Pública	-119	3	562	3	388	5
Serviços industriais de utilidade pública	-2.211	5	493	4	372	6
Extrativa mineral	-144	4	-201	5	169	7
Comércio	-10.594	8	-4.818	8	-2.743	8
Total	-27.323	---	-2.953	---	21.918	---

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Ipece.

PERSPECTIVAS

Após o início da crise macroeconômica que iniciou no segundo trimestre de 2014 e no qual começou a repercutir no Ceará a partir do segundo trimestre de 2015, o ano de 2018 manteve um ritmo de crescimento positivo, assim como o ano de 2017, no qual configurou-se o início da retomada do crescimento econômico. Segundo o Banco Central, a previsão para o PIB do Brasil em 2018 é um crescimento de 1,30% (Tabela 17). Para o PIB do Ceará, a perspectiva é que, para o ano de 2018, ocorra um crescimento de 1,35% com a possibilidade de variar num intervalo entre 0,85% e 1,85%.

Para o ano de 2019, a projeção de crescimento do PIB do Ceará é de uma taxa positiva de 2,50%, devendo oscilar em um intervalo de 2,0% a 3,0%, muito próxima à taxa projetada para o Brasil de 2,55% (Tabela 11). Já para o valor corrente do PIB, em 2019, o valor esperado é de R\$ 7.342.655 milhões para o Brasil e de R\$ 162.593 milhões para o Ceará, representando 2,21% do PIB brasileiro. Em relação ao PIB per capita, em 2019, a projeção para o Brasil é de R\$ 34.941 e do Ceará é de R\$ 17.803, representando aproximadamente 51% em relação ao PIB per capita do Brasil.

Tabela 17: Estimativa do PIB pm e PIB per capita - Brasil e Ceará – 2018 - 2019

Indicadores Selecionados	2018		2019	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
PIB (R\$ milhões correntes)	152.512	6.884.023	162.593	7.342.655
Crescimento Real do PIB (%)	1,35	1,3	2,50	2,55
PIB per capita (R\$ corrente)	16.804	33.018	17.803	34.941

Fonte: Ipece; IBGE e Relatório Focus 28/12/18.

Espera-se que o ritmo de crescimento para as economias do Brasil e Ceará em 2019, após o período da crise macroeconômica 2014-2016, seja fruto do aumento da confiança na economia por parte das famílias e empresas, bem como da convergência do índice de inflação IPCA para valores abaixo da meta de 4,5%, e de uma trajetória de queda da taxa de juros Selic iniciada no final de 2016, e com projeção de 7,13% para o final de 2019. Esses elementos são importantes para tornar o crédito mais atraente e assim estimular a retomada do crescimento dos investimentos das empresas, bem como o aumento do consumo das famílias, impactando de forma positiva no PIB. No caso do Ceará, soma-se a esse impacto a continuidade do equilíbrio das finanças públicas estaduais, que torna o Estado do Ceará

entre os três maiores entes da federação em termos de capacidade de investimento público em relação à receita corrente líquida.

Por outro lado, a magnitude do crescimento econômico para o Brasil, em 2019, e que repercute para a economia cearense, está bem limitada em decorrência do alto déficit orçamentário do Governo Federal. O Governo Federal precisa dar os primeiros resultados de redução do déficit para que se apresente uma trajetória decrescente da dívida pública no médio e longo prazos, e a reforma da previdência é o principal elemento para tal objetivo, sendo a condição mais importante para que o crescimento econômico do Brasil seja significativo e sustentável nos próximos anos.

A agropecuária do Ceará ainda concentra grande parte da sua produção em culturas de sequeiro, o que torna o setor mais vulnerável e dependente das chuvas. Além disso, o estado vem passando por uma intensa crise hídrica, com reservatórios de água encerrando o ano de 2018 com apenas 11%, comprometendo o abastecimento de água tanto para o consumo humano como para as atividades econômicas. Conforme sinaliza a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), o El Niño (fenômeno que aquece as águas a oeste da América do Sul e aumenta as chances de chuvas fracas) está ganhando força, havendo menor possibilidade de chuvas acima da média em 2019. Porém, ainda segundo a Funceme, outro fenômeno que aumenta a probabilidade de chuvas no Ceará é o aquecimento das águas do Oceano Atlântico. Por este fato, há chances melhores de ter chuvas, embora irregulares.

Diante da perspectiva de chuvas abaixo da média, o setor agropecuário do Ceará, em 2019, pode apresentar queda no valor adicionado, pois as culturas de sequeiro diante do cenário descrito tendem a apresentar menor produção e rendimentos mais baixos. Com isso, a expectativa é que a produção de grãos e oleaginosas atinja uma quantidade inferior ao verificado em 2018.

A produção de frutas também deve ser atingida, visto que o cultivo de muitas culturas frutíferas ocorre em áreas irrigadas e a disponibilidade de água para os pólos irrigados devem continuar muito limitado, pois a liberalização de água depende da quantidade disponível dos reservatórios do estado. Quanto à pecuária, a perspectiva é que os produtos de origem animal continuem crescendo no estado, a destacar a produção de leite, que vem apresentando bom desempenho diante das novas técnicas de

produção e criação das vacas leiteiras. Com relação aos rebanhos de aves e suínos, espera-se um crescimento em 2019, comparado com 2018. Para a criação de bovino, a expectativa é que a quantidade do rebanho continue diminuindo, pois exige uma grande quantidade de água e pasto. Diante disso, existe um desestímulo por parte dos criadores para retomar a criação de bovino.

Diante da perda econômica da agropecuária na economia do Ceará, o Governo do Estado vem desenvolvendo um estudo que aponta os principais entraves das atividades do setor, que não só a falta de água, e que indica quais atividades devem ser incentivadas, com intuito de fortalecer o setor e garantir a ocupação e renda de pessoas que trabalham no campo.

A indústria de transformação é a principal atividade para o conjunto da indústria cearense. O desempenho do segmento influencia sobremaneira a dinâmica do setor industrial e de modo relevante o comportamento de toda economia no estado. Em 2018, o segmento deve registrar o segundo ano consecutivo de crescimento.

O ritmo da expansão deve ser inferior ao observado em 2017, mas ainda assim, positivo. Apesar da velocidade aquém do desejado, o desempenho ratifica o momento de retomada da indústria local. O menor ritmo em 2017 é explicado basicamente pela ocorrência da greve dos caminhoneiros e pelas eleições presidenciais fortemente polarizadas, que terminaram por inibir a formação das expectativas, levando os agentes a um comportamento mais cauteloso.

Para 2019, as perspectivas se mantêm positivas e a atividade deve apresentar o terceiro ano de crescimento consecutivo. Alguns fatores devem

contribuir para o comportamento esperado. O primeiro deles diz respeito ao ambiente econômico nacional. A manutenção e/ou recuperação das condições macroeconômicas favoráveis à atividade, tais como inflação, juros, câmbio, emprego e salários, como percebido ao longo do ano de 2018, aliado à implantação de reformas fiscais importantes, como a da previdência, são condições necessárias para o melhor desempenho da indústria nacional e cearense. Com a definição do cenário político e a sinalização econômica positiva emitida pelo governo eleito, aumenta-se a confiança para uma conjuntura econômica favorável ao longo de 2019. No tocante ao ambiente local, a solidez fiscal do estado e a opção do governo em manter um nível de investimento relevante para o estado, indicam a preservação de vetores importantes da demanda agregada local, o que pode afetar positivamente a indústria cearense. A tal ponto adiciona-se a segurança jurídica que a seriedade da gestão fiscal transmite aos investidores, o que atrai e estimula investimentos. Mais especificamente, têm-se os investimentos para ampliação do aeroporto e a consolidação da operação do HUB aéreo como outras fontes de dinamismo da economia do estado. Por fim, consideram-se as expectativas positivas dos investimentos privados no Complexo do Pecém, como a parceria com o Porto de Rotterdam.

Nos anos de 2015 (-1,48%) e 2016 (-2,73%), o setor de serviços cearense amargou duas quedas sucessivas, acumulando perda de 4,2% no período, inferior à registrada pelo país (4,9%) e no Nordeste (-5,3%), e também inferior às perdas acumuladas na agropecuária cearense (-24,0%) e na indústria cearense (-12,5%), revelando uma maior resistência do setor no estado. A principal explicação para a retração dessa atividade está ligada à redução da massa salarial em função da escalada da taxa de

desemprego que chegou a alcançar dois dígitos. O ano de 2017 revelou-se como um período de recuperação dos postos de trabalho, cujo rebatimentos foram sentidos diretamente sobre o setor de serviços que registrou crescimento estimado de 1,22%, repetindo essa performance no acumulado até setembro de 2018, cuja alta estimada foi de 1,45%.

Para 2019, as perspectivas para o setor no estado são positivas. Os resultados devem superar os alcançados em 2018. As expectativas se sustentam no crescimento esperado para o consumo das famílias e do setor de serviços em âmbito nacional, assim como na manutenção da estabilidade econômica, na maior criação de empregos e na realização de novos investimentos por parte do Governo do Estado.

As perspectivas do cenário internacional para 2019 mostram-se favorável para o comércio exterior, com projeção de crescimento da economia mundial de 3,7% e crescimento de 2,4% da demanda doméstica dos países avançados, segundo projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI). Destaque para a economia americana, com expectativa de crescimento econômico de 2,5% e demanda doméstica de 3,2%; e a Europa, com projeção de crescimento econômico de 1,9% e demanda doméstica também de 1,9%. A economia dos países da América do Sul também indica crescimento em 2019 (1,9%), destacando Colômbia e Paraguai, com crescimento de 3,6% e 4,2%, respectivamente, enquanto que Argentina apresenta estimativa de retração econômica (-1,6%) para 2018. México, que também está entre os principais destinos das exportações cearenses, apresenta crescimento econômico de 2,5%.

O Relatório de Mercado Focus, do Banco Central,

prevê uma taxa de câmbio para o ano de 2019 de R\$ 3,80, valor considerado benéfico, segundo alguns especialistas de mercado, para as transações comerciais, visto que pode ser considerada uma taxa de equilíbrio, ou seja, neutra para exportadores, importadores e produtores domésticos.

Diante desse cenário, espera-se que as exportações cearenses continuem crescendo em 2019, influenciadas principalmente pelas vendas externas de produtos metalúrgicos, que devem continuar ampliando mercado. Porém, em 2018, verificou-se redução das exportações de produtos considerados tradicionais da pauta cearense, como têxtil, calçados e couros e peles, alimentos e bebidas, indicando, assim, perda de mercado externo. Para 2019, existe a possibilidade de esses setores recuperarem o mercado externo, e assim crescer as exportações cearenses.

As exportações de frutas podem sofrer quedas, dado que as expectativas climáticas para o Ceará em 2019 não são muito favoráveis para as atividades agrícolas.

Com relação às importações cearenses para 2019, a expectativa é que mantenha o comportamento de 2018, com compras de insumos industriais, bens de capital e combustíveis minerais.

Dessa forma, o saldo da balança comercial cearense para 2019 deve-se manter no mesmo patamar de 2018, enquanto que a corrente de comércio indica crescimento, influenciado pelo aumento tanto das exportações como das importações.

No âmbito das finanças públicas para o Brasil, espera-se para o ano de 2019 a continuidade do desequilíbrio fiscal das contas públicas do Governo Federal, sendo provável que se registre o sexto ano seguido de déficit primário. Dessa forma, as atenções voltam-se para as contas previdenciárias, em que estima-se um crescimento das despesas com pagamentos de aposentadorias no Governo Federal. Não à toa, espera-se que a votação no Congresso para a reforma da previdência ocorra ainda no primeiro semestre de 2019.

Finalmente, no aspecto das finanças públicas do Ceará, no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2018, em termos reais, verificou-se um incremento de 2,0% das receitas correntes, devido ao incremento de 2,8% e 2,3% das receitas tributárias e de transferências, respectivamente, e a queda de 4,3% das demais receitas correntes. Já para a receita corrente líquida (RCL), registrou-se um crescimento de 2,6%.

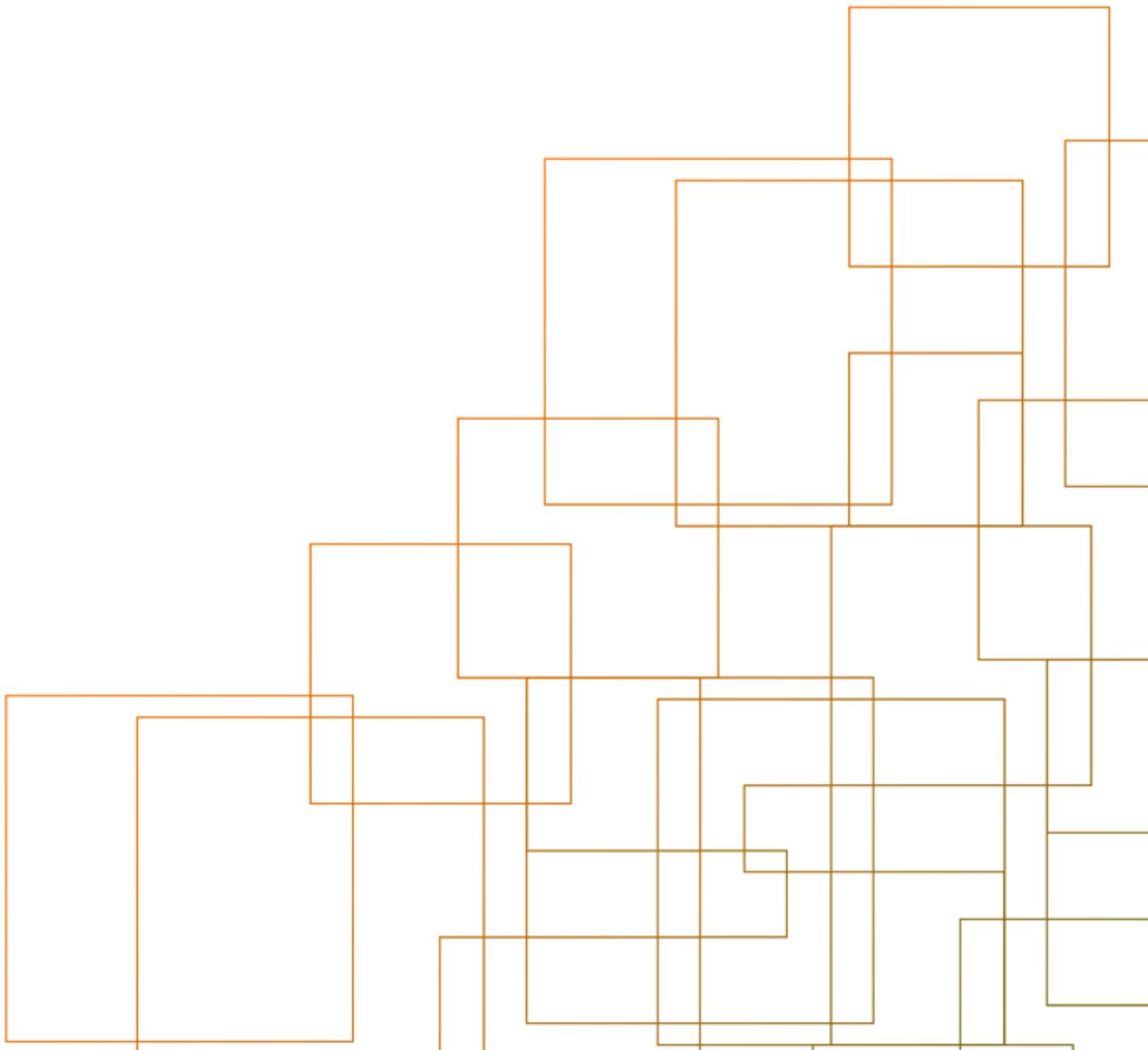
No lado das despesas do Ceará, no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2018, em termos reais, verificou-se o mesmo crescimento das despesas correntes (5,8%) e das despesas de pessoal (5,8%), sendo que essas duas despesas cresceram de forma mais acelerada que as receitas correntes e a RCL. Apesar disto, o Governo do Ceará manteve um considerável esforço da administração estadual no controle das despesas, com o intuito de manter o equilíbrio fiscal e a alta capacidade de investimento público verificado nos últimos anos. Este comportamento é um dos pilares para o aumento do crescimento econômico estadual em 2019.

Mensagem à Assembleia

2019



DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO



O Governo do Estado atua sob os fundamentos do modelo de gestão pública orientada para o alcance de resultados e busca, nesse contexto, fortalecer o estímulo à participação cidadã e a efetividade da ação governamental, por meio da construção, execução, monitoramento e avaliação de programas e projetos, visando a promoção do desenvolvimento territorial, por meio da interiorização de suas ações. Assim, a gestão estadual tem se centrado em superar desafios prioritários e potencializar oportunidades regionais, instrumentalizando a intersectorialidade, com o escopo de implementar estratégias setoriais articuladas e territorializadas. A intenção é substanciar políticas públicas contínuas, integradas e transversais de Estado.

A visão participativa entre sociedade e Governo sobre o porvir se expressa no “Ceará que queremos”. Ao longo dos últimos anos de gestão,

os espaços de participação garantiram um debate qualificado, com o engajamento de técnicos, lideranças e sociedade civil, fortalecendo a cultura democrática, a participação social e pactuando compromissos fundamentais entre diversos atores. Portanto, os muitos “Cearás” puderam se manifestar das mais diversas maneiras, por expressivas representações da sociedade civil organizada, reconhecidas como referências nas áreas centro dos debates, bem como por sua capacidade de transformar a realidade cearense.

A desafiadora missão de alavancar o processo de desenvolvimento do Ceará demandou seu desdobramento nos atuais sete Eixos Governamentais de Atuação Interssetorial: Ceará da Gestão Democrática por Resultados; Ceará Acolhedor; Ceará de Oportunidades; Ceará Sustentável; Ceará do Conhecimento; Ceará Saudável; e Ceará Pacífico.

1. CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Uma das vertentes do eixo “Ceará da Gestão Democrática por Resultados” é a organização das ações governamentais de forma planejada para uma execução eficaz e eficiente, de modo a contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas integradas e cuja atenção encontra-se concretamente direcionada às necessidades dos cidadãos.

Neste sentido, busca-se garantir no estado o crescimento econômico constante; o equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário; bem como a redução de desigualdades imanentes às realidades sociais vigentes. Buscando concretizar tais propostas desde o momento inicial da gestão,

tem sido possível trespassar desafios e orientar diretamente o foco aos resultados desejados.

O ponto de partida da Gestão Democrática baseada no alcance de resultados lastreia-se no planejamento estratégico, democrático, inclusivo e participativo. Além disso, visa a pactuação de resultados exequíveis, mensuráveis e transparentes, dotados de eficiência, eficácia e efetividade.

Um modelo que adota a contratualização de resultados é extremamente desafiador, instigando a mudança de postura dos gestores públicos e a conscientização acerca dos

compromissos pactuados. Isto condiciona o ciclo de formulação do planejamento, orçamento e gestão estadual.

O êxito da implementação deste modelo pressupõe a integração de eixos estratégicos, o enlace de processos, recursos, programas e produtos com os resultados, assim como a internalização e o compartilhamento de mecanismos de monitoramento intensivo e avaliação perene.

Deste modo, o desenvolvimento de estratégias voltadas ao atendimento das expectativas da sociedade pressupõe uma agenda governamental que reconheça e incorpore a importância da transversalidade dos temas, da intersectorialidade das ações e do desenvolvimento regional sustentável em seu sentido mais amplo, depreendendo a realidade como resultado de múltiplas variáveis, facetas e determinações. Uma administração pública eficaz e eficiente pode repercutir em todo o sistema social, na medida em que incute a transição de iniciativas setoriais para arranjos multissetoriais e transversais. Isto favorece o melhor desempenho dos atores públicos e a alocação técnica e adequada de recursos.

O planejamento regionalizado e descentralizado origina as condições para a construção de vetores econômicos interdependentes e corredores mais dinâmicos de atividades. Isto contribui para o desenvolvimento das aptidões regionais e eleva a eficiência sistêmica, rumo à ruptura da geração de pobreza e desigualdade.

Em sintonia com a política federal, o Governo Estadual reconhece a imprescindibilidade do fortalecimento

das instituições públicas, com protagonismo e controle da sociedade, transparência e qualidade da gestão enquanto instrumentos para a efetiva democratização do Estado.

A qualificação da gestão pública, com o aprimoramento técnico e político dos processos de incorporação social e o adequado atendimento à população, permitirá ao Estado cumprir seu papel no fomento ao desenvolvimento e, assim, contribuir para a superação das desigualdades. O diálogo entre Governo e sociedade deve assegurar a participação popular no processo decisório e na gestão das políticas públicas, propiciar maior transparência, requerer produção qualificada, aprimorar o acesso, disponibilizar e divulgar as informações. Nesta cultura de aproximação entre Governo e sociedade, dois instrumentos de controle social assumem especial protagonismo: o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação. Estes dispositivos contribuem para a efetividade das políticas e o pleno exercício da cidadania.

Um Estado transparente e comprometido com a participação social fortalece a idoneidade na gestão fiscal, a racionalização e o controle da qualidade dos gastos. Assim, busca aproximar-se de suas metas e ações finalísticas e da execução de seu planejamento estratégico.

Com isso, o Governo almeja qualificar seu desempenho de planejamento e gestão, de modo a aprimorar o processo de monitoramento e avaliação de suas ações, a partir do desenvolvimento das seguintes políticas: Gestão Fiscal, Planejamento e Gestão, Transparência e Controle e Participação Social.

Resultado Estratégico: Serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, produzindo impactos e atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal.

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018
Índice de Concentração regional dos Investimentos (ICI)	índice	1,22	0,93	0,93	0,94	ND
Nível de endividamento (Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida)	proporção	0,42	0,62	0,44	0,46	0,52 ¹
Despesa de Pessoal do Poder Executivo/ Receita Corrente Líquida	percentual	44,09	45,93	40,68	42,45	42,04 ²
Despesa finalística empenhada/Despesa Total	percentual	37,50	31,62	31,01	37,31	38,20 ²
Investimento/Receita Corrente Líquida	percentual	24,10	15,89	12,18	13,89	15,30 ²

Fontes: Ipece, Sefaz e Seplag.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Dado estimado, sujeito a alteração.

² Dados obtidos nos últimos 12 meses, encerrados em novembro de 2018.

Pela metodologia do “Índice de Concentração regional dos Investimentos (ICI)”, os investimentos públicos na Grande Fortaleza estão relativamente menos concentrados do que a população quanto mais próximo seu valor estiver de 0. Quando for igual a 1, significa que a Grande Fortaleza apresenta a mesma concentração de investimentos e de população. Por fim, quando maior que 1, os investimentos públicos estão relativamente mais concentrados do que a população na Grande Fortaleza, ou, em termos per capita, os investimentos na Grande Fortaleza são maiores que a média do Ceará.

Em termos populacionais e econômicos, há uma forte concentração na região de planejamento da Grande Fortaleza, onde em 2017 residiam 44,92% da população cearense, enquanto que o Produto Interno Bruto (PIB) equivalia, em 2015 (último dado disponível), a um percentual da ordem de 64,94% .

Ressalta-se que esta concentração decorre de um maior desenvolvimento da Grande Fortaleza em relação às outras regiões do Ceará, por exemplo, em termos de oferta de serviços públicos, infraestrutura, mobilidade urbana, número de indústrias, geração de empregos,

entre outros aspectos . Desse modo, tem-se que a concentração econômica na região da Grande Fortaleza representa um desafio para o Governo do Estado no sentido de dinamizar a economia das demais regiões, objetivando diminuir a elevada concentração registrada atualmente.

Pelos dados apresentados do ICI para o período de 2014 a 2017, verifica-se que nos últimos três anos o Ceará desconcentrou investimentos públicos em favor do interior do estado, sinalizando um esforço do Governo Estadual em desconcentrar os investimentos públicos. Se esse direcionamento for mantido ao longo do tempo, então, será possível vislumbrar no futuro uma redução consistente das disparidades históricas existentes entre o entorno da capital do estado e as demais regiões do Ceará, sem perda de crescimento para a região da Grande Fortaleza.

O Estado do Ceará e o Governo Federal possuem um termo de entendimento técnico, através do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que procura manter o controle de endividamento, para que níveis elevados não comprometam a receita futura com pagamento de encargos, inviabilizando a qualidade dos gastos públicos com serviços prestados à população. Desta

forma, vem sendo mantida sob rígido controle a relação Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) nos últimos anos. Em agosto de 2018, o Estado atingiu o valor de 0,56, quando o limite de endividamento poderia chegar até duas vezes a RCL, conforme determina resolução do Senado Federal, mantendo desta forma, uma situação equilibrada. A projeção para o final do exercício é de que se atinja o valor de 0,52.

No que se refere à análise fiscal, a projeção do indicador “Despesa de Pessoal Poder Executivo/ Receita Corrente Líquida” para 2018 está inferior ao obtido em 2017, que foi de 42,45%. Embora sejam dados preliminares, a elevação das alíquotas de contribuição previdenciária patronal e do servidor possibilitou um menor aporte de recursos do Tesouro para o pagamento das aposentadorias do Poder Executivo em relação ao ano de 2017. Em sentido oposto, o Estado concedeu a revisão geral de 3% a todos os servidores ativos e inativos, além de ter reforçado seu quadro de servidores, com a nomeação de concursados nas mais diversas áreas, destacando-se a área da segurança pública, por exemplo. Portanto, alguns atos do Poder Executivo auxiliaram na redução do indicador e outros atos, como a nomeação de novos servidores, atuaram no sentido inverso, o

que ajudou o indicador a se manter em patamar parecido com o de 2017.

Ainda quanto à despesa, o indicador “Despesa Finalística Empenhada/Despesa Total” apresentou, em 2018, um percentual de 38,2% - maior percentual desde 2014. Entre os fatores que contribuíram para essa magnitude salientam-se o crescimento de pessoal na área finalística, notadamente da Secretaria de Educação, além do crescimento das despesas discricionárias. Dentre os principais programas finalísticos que contribuíram para esse crescimento, destacam-se: Segurança Pública Integrada, Ensino Integrado à Educação Profissional, Atenção à Saúde Integral e de Qualidade e Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior. Esses programas apresentaram crescimento na execução de mais de 30% em relação a 2017.

No que tange à relação do “Investimento sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)”, o ano de 2018 foi de 15,3%, superior, portanto, ao percentual de 2017, em virtude, principalmente, de investimentos nas áreas de educação, conservação e manutenção de rodovias, implantação e operação do sistema VLT – Linha Parangaba/Mucuripe, infraestrutura de acesso a destinos e serviços básicos, além da aquisição de máquinas e equipamentos na área de segurança pública.

2. CEARÁ ACOLHEDOR

O Eixo Ceará Acolhedor fundamenta-se na articulação de um conjunto de políticas públicas pautado na inclusão social das classes excluídas da sociedade, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas dos indivíduos e na garantia dos direitos humanos e civis.

Estas políticas se conjugam no firme propósito de ampliar o acesso a bens e serviços, ao conhecimento, ao lazer, à renda e ao trabalho. Com a valoração do acolhimento sincronizada ao fortalecimento a ação pública, o Governo passa programaticamente a assumir o compromisso de proporcionar ao cidadão uma vivência e uma convivência pessoal, familiar e comunitária segura, inclusiva e que resguarda direitos sociais.

Assim, o acolhimento torna-se um dos principais eixos da política deste Governo, como condição primordial para se avançar no desenvolvimento social, econômico, político e sustentável do Estado do Ceará. Portanto, na política governamental, acolher eleva o diálogo como

norte do entendimento, firmando o compromisso de responder às necessidades e assegurar os direitos de todos os cearenses.

A presente gestão, em sintonia com os governos federal e municipais, com entidades representativas, categorias profissionais, organizações e setores sociais, orienta suas ações com o objetivo de avançar no reconhecimento de lutas históricas. Tal quadro apresenta-se como legado do processo de redemocratização do país, com a conquista dos direitos sociais, fortalecendo as estruturas de participação cidadã, a exemplo dos Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais, fóruns de participação e outros mais, bem como ampliando os mecanismos de acesso aos direitos constitucionais.

Na esfera do Eixo Ceará Acolhedor, enquadram-se as políticas públicas de Assistência Social; Habitação; Inclusão Social; Direitos Humanos; Segurança Alimentar e Nutricional.

Resultado Estratégico: Inclusão social e direitos humanos assegurados para a população cearense, com prioridade aos segmentos vulneráveis.

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018
Percentual de pobres (<1/2 sal. mín. per capita)	percentual	-	-	48,4 ¹	47,7 ¹	ND
Percentual de extremamente pobres (critério utilizado pelo Programa Bolsa Família e pelo Plano Brasil Sem Miséria)	percentual	-	-	8,4 ¹	8,1 ¹	ND
Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham	percentual	-	-	28,8 ¹	29,4 ¹	ND

Fonte: Ipece.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Informação atualizada pela PNAD-Contínua, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

Para determinar na população o quantitativo de pobres e não pobres sob a ótica monetária, é necessário optar por uma linha de corte, e a sua escolha se deve muitas vezes ao valor adotado administrativamente nas políticas. O Estado do Ceará, por meio da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003, criou o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), que classificou administrativamente pobre, pela ótica monetária, as pessoas vivendo com menos que $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo per capita, que em 2017 representou 47,7% da população do estado.

No Brasil, diferentes linhas são adotadas e utilizadas administrativamente, tais como as linhas do Programa Brasil sem Miséria (PBSM), de R\$ 85,00 (pobreza extrema), e a linha do Benefício de Prestação Continuada (BPC), definida como o rendimento domiciliar per capita abaixo de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de salário mínimo. A partir do critério utilizado pelo Programa Bolsa Família e pelo Plano Brasil Sem Miséria no Ceará, em 2017, 8,1% dos cearenses viviam em situação de extrema pobreza.

Considerando o tamanho do problema, destaca-se a criação, em 2017, do Programa para Superação da Extrema Pobreza Infantil no Ceará (Lei nº 172/2017). A partir de então, as famílias que devem ser atendidas com prioridade são as que

residem no Ceará e que tenham renda per capita de até R\$ 85,00, sem levar em consideração valores recebidos de outros auxílios, como Bolsa Família e Benefício de Superação da Extrema Pobreza. Além disso, nessas casas devem morar crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, e as famílias devem estar inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais, além de terem sido selecionadas pelo índice de vulnerabilidade econômica do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Dentre as diversas ações, destaca-se o “Cartão Mais Infância Ceará”, lançado em 11 de dezembro de 2017 como um benefício de transferência de renda para famílias cearenses com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social.

Além do tamanho da pobreza no estado, é preocupante também o tamanho da proporção de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham, conhecidos como “nem-nem”. Ao longo do período analisado, este percentual vem aumentando consideravelmente. Em 2016, esta proporção era de 28,8% e, em 2017, aumentou para mais de 29%. Com tal indicador aumentando de forma alarmante, o Governo do Estado vem realizando estudos para a implementação de um plano de ações específicas para esse público a fim de reverter de forma efetiva este crescimento.

3. CEARÁ DE OPORTUNIDADES

O Eixo Ceará de Oportunidades integra os temas representativos das bases de sustentação econômica do desenvolvimento no Ceará. Nesta esfera, as políticas estruturadas buscam responder aos desafios da economia estadual mediante objetivos estratégicos que visam promover o crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento territorial, bem como gerar mais emprego, renda, riqueza e trabalho emancipado.

A estratégia de crescimento econômico pressupõe novos arranjos e impulsos produtivos, bem como o melhor esclarecimento, consolidação ou recuperação dos fatores que determinaram o ritmo de desempenho da economia cearense e possibilitam-na estar posicionada acima da média da economia nacional.

Nas díspares condições do desenvolvimento desigual, a possibilidade de captação de projetos sustentáveis de investimento mais complexos se mantém entre os fatores que sinalizam a dinamização da economia cearense. Entre os óbices, a redução do crédito e o declínio do emprego são aspectos que demandam novas estratégias.

Estas variáveis podem influenciar o desempenho de diversos setores da economia. É notável, por exemplo, reconhecer a crise hídrica e seus efeitos negativos sobre o ramo agropecuário em seis anos de seca. A forte queda na produtividade da área, bem como as repercussões no crescimento industrial e de serviços, são fatores a serem considerados nesta análise conjuntural.

Não bastasse, prevaleceu o reconhecimento de que o atual modelo de fomento ao crescimento econômico, fundamentado na atração de

empreendimentos e na concentração de grandes projetos, em especial na Região Metropolitana de Fortaleza, tenderia a ampliar a desigualdade regional. Desse modo, destaca-se o desafio da propagação da equidade social e regional. Neste sentido, o Governo Estadual adotou, como primeira estratégia, o mapeamento do estado em 14 Regiões de Planejamento. Esta divisão possibilitou priorizar as estratégias de política e a atuação regionalizada dos Programas do PPA, por exemplo. A divisão regional em 14 áreas resultou em um conhecimento mais específico dos gargalos regionais.

Em última instância, simboliza-se que a interiorização está sendo articulada rumo a um processo de desenvolvimento econômico fortemente atrelado ao desenvolvimento territorial. No que permeia a segunda estratégia, esta iniciativa consistiu no propósito de gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza, tratando de ampliar as ações governamentais no sentido de incorporar a totalidade das forças produtivas.

Como foco precípuo desta estratégia, primeiramente ressalta-se a ampliação da dimensão e do número de empresas que fazem uso de tecnologias, e que, ao mesmo tempo, não geram prejuízo ao aumento de postos de trabalho. Delas, aproveita-se o potencial gerador de oportunidades e a atratividade tecnológica com vistas ao desenvolvimento regional.

O segundo ponto é a geração apoderada de trabalho emancipado, que reflete o movimento de economia solidária como uma alternativa nas relações sociais de produção e se consolida enquanto uma estratégia de sustentação econômica para o desenvolvimento.

A consequência é a redução dos elementos intermediários na distribuição de renda e o fomento à geração desconcentrada de riqueza. As políticas estaduais que contemplam o Ceará de Oportunidades articulam-se nos temas:

Agricultura Familiar e Agronegócio; Indústria; Serviços; Infraestrutura e Mobilidade; Turismo; Trabalho e Renda; Empreendedorismo; Pesca e Aquicultura; e Requalificação Urbana.

Resultado Estratégico: Desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses.

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa de crescimento do PIB ¹	percentual	4,18	-3,42	-4,11	1,87	1,35
PIB per capita ¹	R\$	14.255	14.669	15.438	16.088	16.804
Participação PIB Ceará/PIB Brasil ¹	percentual	2,18	2,18	2,21	2,21	2,22
Razão PIBpc CE / PIBpc Brasil ¹	proporção	0,50	0,50	0,51	0,51	0,51
Índice de Gini	índice	-	-	0,55 ²	0,56 ²	ND
Razão PIB Interior/Grande Fortaleza ³	proporção	0,54	0,54	0,55	ND	ND
Razão de empregos formais do Interior/ Grande Fortaleza	proporção	0,46	0,46	0,48	0,48	ND
Razão entre a renda domiciliar per capita rural e a renda domiciliar per capita total	percentual	-	-	48,4 ²	48,3 ²	ND
Participação do Ceará nas exportações brasileiras ⁴	percentual	0,65	0,55	0,70	0,97	0,94
Valor das exportações cearenses ⁴	US\$ milhão (FOB)	1.469,70	1.044,24	1.294,10	2.102,13	2.067,92

Fonte: Ipece.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Há uma defasagem de 2 anos no cálculo do PIB Regional realizado pelo IBGE. Os anos de 2017 e 2018 são previsões realizadas pelo Ipece.

² Informação atualizada pela PNAD-Contínua, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

³ Existem dois anos de defasagem para a divulgação do PIB municipal pelo IBGE. A divulgação anual é sempre realizada em dezembro, sendo que não existem previsões calculadas para o PIB municipal.

⁴ Em 2018, o valor das exportações compreende o período de janeiro a novembro de 2018.

O Produto Interno Bruto (PIB) da economia cearense, dado pelo somatório dos valores adicionados dos setores da Agropecuária, Indústria e Serviços, acrescidos dos impostos líquidos dos subsídios, tem um crescimento esperado de 1,35% para o ano de 2018 na comparação com 2017. Este resultado deve elevar o PIB per capita do Ceará para R\$ 16.804,00 em 2018, representando 50,9% do PIB per capita brasileiro para o mesmo ano.

Apesar de inferior ao crescimento registrado em 2017, o desempenho de 2018 deve materializar o segundo ano de expansão da economia após as fortes reduções em 2015 e 2016. É importante

destacar que, ao contrário do ano anterior, o crescimento de 2018 se dá sobre uma base de comparação positiva, o que ratifica, apesar do lento ritmo, a trajetória de recuperação da economia após a fase mais aguda da crise macroeconômica nacional.

Para medir o nível de desigualdade social de uma região, um dos índices mais utilizados é o Índice de Gini da renda domiciliar per capita. Este mede o nível de concentração da renda de uma determinada população, variando em um intervalo de zero a um, onde zero equivale à máxima igualdade, e um equivale à máxima desigualdade de renda.

De acordo com os dados apresentados, o índice de Gini da população cearense chegou a 0,56 em 2017, superior ao valor apresentado em 2016 (0,55), mostrando que ainda existem grandes desafios para alcançar níveis satisfatórios de maior proximidade entre aqueles mais vulneráveis e os detentores de maior riqueza no Ceará.

No tocante aos empregos formais, no ano de 2015, como resultado da crise macroeconômica nacional e também da retração da atividade econômica no estado, o mercado de trabalho formal cearense sofreu sua primeira baixa, em torno de 0,62%, comparado ao estoque de vínculos formais observados no ano de 2014. Assim, em 2015, o estado registrou um total de empregos formais de 1.542.759 vínculos, 9.688 vínculos a menos que em 2014. Essa baixa foi explicada pela queda nos empregos formais na Região Metropolitana de Fortaleza (-0,88%) que superou a queda registrada no interior do estado (-0,07%) na mesma comparação.

No ano seguinte, ocorreu uma nítida piora no ambiente econômico, contagiando todos os estados do país. A forte retração econômica registrada no estado teve sérias consequências sobre o mercado formal de trabalho cearense, que registrou uma queda ainda mais expressiva no estoque de empregos (-6,44%), finalizando o ano de 2016 com um total de 1.443.365 vínculos, ou seja, uma perda de 99.394 postos de trabalhos formais na comparação com 2015. Novamente, a maior perda de vínculos formais foi na RMF (-7,41%), com perda também significativa no interior do estado (-4,33%).

O ano de 2017 surge como um ano de recuperação econômica cujos rebatimentos positivos se fizeram sentir sobre o mercado de trabalho formal, registrando um crescimento de 1,50%, ou seja, uma criação de 21.583 postos de trabalho, na comparação com 2016. Em ambas as regiões foram observadas geração de empregos; todavia,

foi no interior do estado que ocorreu a maior geração de vagas, num total de 11.451 vínculos contra 10.132 vínculos criados na RMF.

Em resumo, como consequência da maior destruição de vagas registrada na RMF no período de crise e pela retomada mais intensa no momento de recuperação observado no interior do estado do Ceará, a participação dessa última região no total de vínculos formais de trabalho tem sido crescente nos últimos anos, aumentando de 31,3%, em 2014, para 32,52%, em 2017. Assim, o indicador Razão de empregos formais do Interior/Grande Fortaleza vêm apresentando um comportamento de alta nos últimos quatro anos, passando de 0,4561, em 2014, para 0,4599, em 2015, para 0,4752, em 2016, finalizando 2017, com 0,4819. Ou seja, o interior representa quase metade dos empregos formais existentes na região da Grande Fortaleza.

Em relação ao comércio exterior, as exportações cearenses estão ganhando um maior destaque no cenário nacional nos últimos anos devido às operações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Esse fato deve-se à estrutura que o Porto do Pecém possui em operar um grande volume de cargas. Porém, as exportações dos produtos considerados tradicionais (calçados, castanha de caju, produtos têxteis, couros e peles, dentre outros) da pauta cearenses apresentaram queda no ano de 2018, indicando perda de mercado externo. Diante desse contexto, a participação das exportações cearenses no total das exportações brasileiras, vem indicando perda de participação, passando de 0,97%, em 2017, para 0,94% em 2018. Embora as exportações cearenses tenham crescido 10,5% no acumulado de 2018 (janeiro a novembro), comparado a igual período de 2017, ainda assim não foi suficiente para aumentar a participação no total das exportações brasileiras. As exportações cearenses foram lideradas pelas vendas de produtos metalúrgicos, seguida de calçados e suas partes, castanha de caju, alimentos e bebidas, para citar apenas os mais importantes.

4. CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Ceará tem 86,8% de sua área na região climática do semiárido brasileiro. Este perfil sugere um risco de seca 60% mais significativo e prolongado. Tal fato reflete-se sobre toda a população, requerendo medidas que aprimorem a convivência com o ambiente, bem como minimizem seus impactos ambientais, sociais e produtivos. Deve-se então considerar as múltiplas alternativas e estratégias voltadas ao acesso aos recursos naturais e bens fundamentais articulados aos consideráveis atributos potenciais do bioma caatinga.

Apesar desse quadro restritivo de padecimento ante às desigualdades sociais, são múltiplas as alternativas e estratégias possíveis, algumas construídas com o protagonismo popular e adequadas à efetivação do acesso aos recursos naturais e bens fundamentais. As inovações em tecnologias sociais, atreladas às técnicas e estratégias de convivência com o semiárido devem ser qualificadas e universalizadas para se converterem em possibilidades efetivas de aumento da renda e melhoria na qualidade

de vida de milhões de cidadãos afetados cotidianamente com a seca.

Somente por meio do fortalecimento de políticas públicas de convivência com o semiárido, o Estado do Ceará conseguirá adaptar-se e utilizar-se das potencialidades do bioma caatinga e de sua ampla e única biodiversidade funcional: forrageira, medicinal ou madeireira, para promover o pleno desenvolvimento sustentável em todo o seu território.

Nesta perspectiva, em julho de 2017, o Governo Estadual instituiu o Pacto pelo Ceará Sustentável, que, por sua abrangência e transversalidade, tende a conquistar uma destacada posição nas ações voltadas para o desenvolvimento inclusivo no Estado do Ceará, com o objetivo de planejar e monitorar, de forma sistêmica e integrada, as políticas socioambientais realizadas em conjunto com outras instituições. Além disso, pretende articular ações na gestão de recursos hídricos, na convivência com o semiárido, no saneamento básico e nas energias renováveis.

Resultado Estratégico: Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018
Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM)	índice	-	-	-	-	97,5 ¹
Número de Reservatórios com Aplicação da Metodologia do IQAR	número	7	21	21	21	23
Percentual de cobertura vegetal	percentual	-	57,00	58,00	59,00	73,64
População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos	percentual	52,66	52,95	53,45	53,49	41,77

Fonte: Ipece, COGERH e Sema.

¹ A metodologia de apuração do índice foi alterada pelo decreto nº 32.483 de 29/12/2017, o que inviabiliza a comparação com os anos anteriores.

O “Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM)” tem como objetivo principal mensurar os esforços dos municípios cearenses no desenvolvimento de ações voltadas à preservação ambiental. Os municípios que atendem a todos os requisitos que compõem o índice de qualidade alcançam a pontuação máxima, de 1,0 ponto. Já aqueles que não atendem a nenhum dos requisitos, têm pontuação 0,0 (zero). O resultado para o Estado é obtido pela soma da pontuação obtida por cada município, e pode variar de 0,0 a 184,0.

Os resultados para o IQM em 2018, apurados conforme nova metodologia, indicam uma situação intermediária no cumprimento dos requisitos considerados no IQM ao alcançar a soma de 97,5 pontos. Os próximos anos indicarão como a situação terá evoluído.

Apesar da comparação direta com os resultados anteriores não ser indicada, vale destacar a dinâmica observada até então. Os resultados registrados desde 2014 revelavam um escore que se mantinha baixo para o indicador, alcançando nesse mesmo ano um pico de apenas 60,4 pontos, o que representa menos da metade do escore máximo. Nos últimos anos, o indicador oscilou, registrando em 2017 o mais baixo valor da série, apenas 42,0. Os resultados indicavam recuo e insustentabilidade das iniciativas municipais voltadas à melhoria do meio ambiente, pelo menos em relação àquelas observadas no índice. A nova forma de calcular o indicador traz em conjunto novas orientações para a realização de ações por parte do município. Cabe observar se a evolução do indicador reformulado será mais positiva do que a anterior.

Na perspectiva hídrica, há o indicador “Número de Reservatórios com Aplicação da Metodologia do IQAR – índice de qualidade da água de reservatórios”, calculado inicialmente nos sete reservatórios estratégicos que abastecem a Região Metropolitana de Fortaleza, e expandido para todos os 23 açudes

da Bacia Metropolitana, incluindo o Castanhão. A aplicação deste índice mostrou-se bastante promissora, uma vez que retrata bem a real qualidade da água observada nos reservatórios. O seu grande objetivo nos próximos anos é aplicar uma versão regionalizada para todos os reservatórios monitorados.

A aferição do “Percentual de cobertura vegetal” é obtida por meio do monitoramento realizado por imagens de satélites, que demonstra a situação atual da vegetação do Bioma Caatinga. Em relação a esse indicador, é possível visualizar uma significativa melhora em relação à série histórica, quando foi registrado, em 2018, o valor de 73,64%, quase 15 p.p. acima do ano anterior. Tal comportamento pode ser, em parte, atribuído às ações governamentais de conservação, florestamento e reflorestamento e de educação ambiental.

Quanto ao indicador de “População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos”, pode-se observar uma queda de 12 p.p. entre 2017 e 2018, descontinuando a série histórica de comportamento positivo do mesmo.

A redução nesse percentual da população cearense beneficiada em 2018, em relação aos anos anteriores, se dá em razão de alguns aterros sanitários terem perdido a licença de operação sendo classificados na categoria de lixo.

Desta forma, na perspectiva de reverter esse quadro relacionado aos aterros que se tornaram lixo, o Governo vem implementando uma política consorciada com foco na gestão integrada para otimizar os recursos financeiros e humanos, além de fortalecer a coleta seletiva múltipla que reduzirá de forma significativa o volume de resíduos atualmente dispostos de forma ambientalmente inadequada. Destaca-se a importância da política de educação ambiental, priorizada neste governo.

5. CEARÁ DO CONHECIMENTO

O conhecimento incorporado por uma sociedade é determinante para seu desenvolvimento econômico, compreendendo distribuição de riqueza inclusiva às camadas historicamente excluídas. Neste sentido, o desenvolvimento econômico pressupõe o crescimento da riqueza atrelado à redução da desigualdade.

Nas sociedades modernas, o conhecimento é um dos instrumentos mais relevantes de transformação. Nessa construção, manifesta-se como motor eficaz e proeminente na geração da riqueza e na inclusão social.

A missão do Governo é, portanto, de assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição equitativa na sociedade. O compromisso central do Plano Plurianual 2016-2019 é lançar bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no Ceará.

Esta proposta visa introduzir de forma efetiva no Estado os pilares de uma economia inovadora do século XXI, alavanca para um salto de qualidade no perfil econômico do Ceará, aumentando a participação do Estado no PIB do país, estacionado na casa dos 2% há algumas décadas. Esse propósito representa uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, disponibilizando o acesso ao conhecimento, à cultura e à educação para todas as classes e camadas sociais.

As ações que envolvem a construção do conhecimento dispõem de um amplo espectro; do ensino básico à pesquisa e inovação, passando

pela cultura, pela economia, pela educação profissional e qualificação do trabalhador. Os efeitos da produção do conhecimento e de sua ampla difusão alcançam praticamente todos os aspectos da vida social: do aumento da produtividade nas atividades econômicas à melhoria da prestação de serviços pelo Estado; do aprimoramento do exercício da cidadania até um apoderamento mais equânime e generalizado dos bens culturais e da riqueza material.

Portanto, trata-se aqui da determinação clara de um projeto para o Ceará, baseado na educação e capacitação do seu povo, em todos os níveis do conhecimento, da sua utilização decisiva no processo de geração e distribuição da renda e da riqueza.

O primeiro passo para a construção de uma sociedade do conhecimento está na Educação Básica de qualidade. Isto se traduz, nessa dimensão, em um desafio a ser enfrentado de forma conjunta, pelo Estado e pela Sociedade. Outras tarefas, igualmente decisivas, estão conectadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ensino Superior, à Educação Profissional e à Cultura.

Neste sentido, a construção de um Ceará mais próspero e justo passa pelo delineamento de estratégias que sejam capazes de correlacionar os aspectos educacionais ao desenvolvimento econômico-social, trilhando o caminho do conhecimento como catalisador para uma nova economia, com vistas a garantir melhores e maiores oportunidades.

Resultado Estratégico: População com formação integral de qualidade, com ênfase na equidade e produção do conhecimento e inovação.

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade	percentual	16,3	17,3	15,2	14,2	ND
Escolaridade média das pessoas de 15 anos e mais de idade	anos de estudo	7	7	8	8,3	ND
Participação de graduados no mercado de trabalho formal	percentual	18,8	20,9	20,6	ND	ND
Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais	anos de estudo	-	-	2,8 ¹	2,8 ¹	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual do Ensino Médio ²	índice	-	3,45	-	3,80	-
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho ³	percentual	19,00	16,95	13,60	14,00	ND

Fonte: Ipece e Seduc.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Informação atualizada pela PNAD-Contínua, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

² O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEb calcula o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, é apurado nos anos ímpares.

³ Dados de 2016 e 2017 são prévios, pois o monitoramento de inserção das turmas no mercado de trabalho é feito em até três anos após o término do curso. Assim, os dados de 2018 e 2019 são projeções. Criado sistema piloto para cadastro dos jovens egressos.

O indicador “Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade” apresenta uma melhora discreta ao longo dos últimos anos. Porém, em 2017, aproximadamente 14% dos cearenses de 15 anos ou mais ainda não sabiam ler nem escrever, sendo necessários, portanto, grandes esforços para erradicar o analfabetismo no estado.

É importante lembrar que a baixa escolaridade e as altas taxas de analfabetismo da população cearense são reflexos de problemas estruturais históricos, que impediram o acesso de milhares de pessoas ao sistema público de ensino. De modo que a grande quantidade de analfabetos no estado é explicada pela manutenção de indivíduos que, em décadas passadas, tiveram maiores restrições de acesso à escola e a um ensino público de qualidade, como também pela reposição de “novos analfabetos”. Sendo assim, o estoque de analfabetos na sociedade cearense é caracterizado, por um lado, por gerações mais

velhas que não tiveram oportunidades de acesso ao sistema de ensino e, por outro, pela reposição por parte da população mais jovem que não foi alfabetizada adequadamente.

Partindo desse raciocínio, uma das principais vias de erradicação do analfabetismo é assegurar o acesso de todas as crianças em idade escolar à escola e, também, garantir que elas sejam escolarizadas adequadamente. Evitando dessa maneira que, no futuro, elas venham a fazer parte do grupo de analfabetos. Dessa maneira, espera-se que, daqui há alguns anos, o Ceará consiga erradicar o analfabetismo absoluto, visto que importantes melhorias educacionais vêm sendo implementadas pelo Governo do Estado nos últimos anos, como o Programa Alfabetização na Idade de Certa e a lei de incentivos aos gestores municipais que se propõem a melhorar a qualidade da educação ofertada às crianças de seus municípios.

Considerando a escolaridade média da população de 15 anos ou mais no Ceará, percebe-se que a escolaridade média dos cearenses nessa faixa de idade em 2017 foi de 8,3 anos de estudos, o que corresponde apenas ao Ensino Fundamental completo. O ideal seria que a população dedicasse, em média, 11 anos ou mais de suas vidas aos estudos, correspondendo à conclusão do Ensino Médio.

O Estado é responsável pela oferta do Ensino Médio regular e profissional, enquanto compete aos municípios a educação infantil e o Ensino Fundamental, este último compartilhado com o Governo Estadual. Dessa forma, destacam-se como políticas a implementação das escolas de tempo integral e de ensino profissionalizante.

Vale destacar, entretanto, que apesar de todos os esforços em melhorar a educação dos cearenses, a diferença de escolaridade entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais ainda é expressiva. Em 2017, essa diferença estava em torno de 2,8 anos de estudos. O nível de escolarização da mão de obra constitui um fator importante para mensurar a qualidade da força de trabalho no Estado. O indicador relativo à participação de graduados no mercado de trabalho formal apresenta um comportamento crescente desde 2014, evidenciando que a inserção de mão de obra qualificada no mercado de trabalho formal tem aumentado nos últimos anos. Em 2017, o percentual de empregados no mercado formal com graduação chegou a 20,6% dos postos ocupados.

O “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” foi criado em 2007 e reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. É calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação

da Educação Básica (Saeb) para o país, para as unidades da federação e para os municípios.

No Ensino Médio, em 2017, o Ceará registrou o índice de 3,8 pontos, marca 0,50 menor que a estipulada para o ano (meta estipulada pelo INEP/MEC). Embora, tenha-se observado, em 2017, um crescimento de 0,4 quando comparado ao ano de 2015, o indicador aponta que o Ceará não atingiu ainda a meta estabelecida. Visando a melhoria desses resultados a secretaria tem buscado articular as metas e estratégias do Plano Estadual de Educação (2016-2024) alinhadas ao PPA (2016-2019) e ao Plano Nacional de Educação (PNE) referentes ao Ensino Médio, buscando sempre a qualidade do processo ensino aprendizagem dos alunos. Além disso, tem-se envidado esforços para universalizar a participação dos alunos do 3º (terceiro) ano do Ensino Médio no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica SAEB, e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica.

O indicador “Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho” em 2017 atingiu 14%. Essa projeção, com aumento de 0,40 pontos em relação ao percentual de 13,60% obtido em 2016, explica-se pela frequente oscilação do mercado. Do mesmo modo, pode-se observar quedas consecutivas neste indicador ao longo da série histórica (2014 a 2016), que podem ser justificadas, dentre outros motivos, pela crise econômica que tem afetado os setores produtivos de nossa economia e a elevada quantidade de inserção desses jovens no Ensino Superior, sobretudo em virtude das características diferenciadas do ensino integrado.

6. CEARÁ SAUDÁVEL

A saúde cidadã é uma diretriz fundamental para o desenvolvimento humano, econômico, político, socioambiental e sustentável do Ceará. Estar saudável é um conceito dinâmico e abrangente, qualificado pela intervenção humana e resultante de um processo coletivo, a partir da interação entre determinantes culturais, econômicas, sociais e ambientais.

Dessa forma, a construção de um Ceará Saudável deve promover a garantia de direitos, a criação de ambientes favoráveis ao bem-estar, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o desenvolvimento de habilidades pessoais, bem como a mudança de estilos de vida. Com a finalidade de concretizar tais premissas, é imprescindível a articulação de diversos setores

da sociedade, priorizando a participação social e o acesso da população ao conhecimento. Além disto, faz-se imprescindível a interação entre distintas políticas públicas, reorientando o modelo de atenção à saúde, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população. Com isso, pretende-se favorecer a vigência de um Estado Saudável, promotor de uma cultura de paz, que compreenda ações articuladas e compartilhadas entre as políticas públicas de saúde, esporte, lazer, saneamento básico, educação, habitação, entre outras.

Nesta perspectiva, o Eixo Governamental de Articulação Intersetorial intitulado Ceará Saudável contempla três Temas Estratégicos, quais sejam: Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico.

Resultado Estratégico: População mais saudável.

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018
Expectativa de vida ao nascer	ano	73,4	73,6	73,8	ND	ND
Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado ¹	percentual	-	-	78,0 ³	81,4 ³	ND
Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado ²	percentual	-	-	48,7 ³	51,2 ³	ND
Razão da mortalidade materna	óbito por 100 mil nascidos vivos	65,20	55,80	57,90	69,61	54,804
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	óbito por mil nascidos vivos	12,30	12,10	12,60	13,20	11,904
Taxa de mortalidade por causas externas	taxa por 100 mil habitantes	105,10	99,10	90,70	107,30	75,50

Fonte: Ipece e Sesa.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Domicílios nos quais a principal fonte de abastecimento de água é a rede geral de distribuição.

² Domicílios nos quais o escoamento do esgoto é feito pela rede geral ou fossa ligada à rede.

³ Informação atualizada pela PNAD-Contínua, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

⁴ Dados parciais, sujeitos a revisão. O fechamento dos dados no sistema tem prazo até julho de 2019.

O indicador relacionado à expectativa de vida diz respeito ao número médio de anos que a população de uma determinada região pode esperar viver. Esta quantidade de anos reflete a qualidade de vida da região, onde a educação, saúde, assistência social, saneamento básico, segurança pública e outros aspectos influenciam diretamente.

Segundo o IBGE, a expectativa de vida brasileira vem crescendo historicamente. No caso do Ceará, grande parte do aumento pode ser explicada pela melhoria das condições médico-sanitárias ofertadas e pelas mudanças nos fatores socioeconômicos dos últimos anos. Como exemplo destas melhorias, pode-se citar os avanços obtidos nas políticas públicas implementadas na área da saúde, incluindo a implementação de novos hospitais e unidades de atendimento e o aumento da oferta de serviços de saúde, além das iniciativas da redistribuição de oferta de profissionais da saúde para chegar aos municípios mais carentes de tal atenção. Além disto, podem ser citadas também as melhorias alcançadas nas políticas que buscam não somente melhorar a nutrição da população, como também reduzir o sedentarismo desta, incentivando a prática de exercícios físicos. Mais ainda, devem ser citadas também a melhoria nas condições de trabalho da população, no ensino cearense e no bem-estar econômico de um modo geral.

De maneira mais específica, as melhorias nas condições sanitárias também causam grande impacto na qualidade de vida dos cearenses, dado que, uma vez consideradas adequadas, reduzem a vulnerabilidade às doenças de veiculação hídrica que representam um risco epidemiológico para a população. Destacam-se, desse modo, as proporções de domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados no

estado. De acordo com dados da PNAD-Contínua de 2017, 81,4% dos cearenses tinham acesso a água adequadamente, ou seja, a principal forma de abastecimento de água utilizada pelos domicílios era a rede geral de distribuição. Já o acesso ao saneamento básico adequado foi mais restrito, exigindo uma atenção mais especial, uma vez que apenas 51,2% dos domicílios cearenses foram atendidos pelo serviço de rede coletora de esgoto, o que coloca em risco tanto a saúde dos moradores (principalmente dos mais pobres) como o meio ambiente.

O Ceará, buscando reduzir as taxas de mortalidade e adoecimento materno, fetal e neonatal durante a gestação, o parto e o nascimento, vem reestruturando a linha de cuidado materno infantil a partir do cuidado à gestação de alto risco, com a finalidade de garantir assistência qualificada. Em 2018, foram intensificadas as ações de fortalecimento do acesso ao pré-natal e implementada a capacitação sobre manejo obstétrico da hemorragia e de qualificação de profissionais de saúde por meio do projeto Nascer no Ceará. Isso contribuiu para a redução da razão de mortalidade materna, que registrou taxas de 65,2/100.000 em 2014, para 54,8/100.000 óbitos em 2018.

Outras ações que contribuem para a diminuição dessa taxa de mortalidade é a ampliação da rede de serviços de atenção obstétrica e neonatal com habilitação de Centros de Parto Normal nos hospitais regionais que estavam previstos nos Planos de Ação Regional da Rede Cegonha, com serviços integrados em 17 Redes nas 22 regiões de saúde. A vigilância do óbito materno, infantil e fetal no estado por meio da reestruturação dos Comitês Estadual e Regionais também constitui uma importante estratégia para a prevenção da mortalidade materna, infantil e fetal.

A taxa de mortalidade infantil no Ceará, apesar do crescimento observado entre os anos 2014 e 2017, registrou uma redução no valor calculado até novembro de 2018 (11,9/1.000NV). O Governo do Ceará, em parceria com governos federal e municipais, vem desenvolvendo ações por meio do Projeto QualificarSUS Ceará, que objetiva a reorganização das Redes de Atenção, com ênfase na Rede Materno Infantil, o reforço da qualidade no pré-natal e na assistência ao parto, além da expansão das UTIs neonatais. A parceria dos hospitais na iniciativa “Amigo da Criança” vem contribuindo no incentivo ao aleitamento materno, com reflexo na redução da taxa de mortalidade infantil.

O valor alcançado em 2018 no indicador “Taxa de mortalidade por causas externas” (base atualizada em 06/12/2018) é de 75,5 óbitos a cada 100 mil habitantes, vislumbrando-se uma aparente redução comparativamente aos demais valores apresentados na série histórica. Como ação de fortalecimento da vigilância, está em processo de implantação o Observatório de Causas Externas do Ceará. Esse projeto tem por objeto a ampliação do escopo de informações sobre violências e acidentes, e visa a qualificação dos dados para melhoria de análises da situação de saúde da população no que se refere a esses agravos, além do auxílio em tomadas de decisão para o enfrentamento da violência e promoção da cultura de paz.

7. CEARÁ PACÍFICO

Este Eixo consolida-se a partir da visão de um horizonte justo e pacífico. Engloba, assim, a busca por convivência e segurança cidadãs e aponta para uma sociedade pacificadora e pacificada. Ancora-se, também, na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito ao trabalho, à atenção social, à proteção, ao amparo, à defesa e à justiça.

Nesta perspectiva, o Estado atua como protagonista em duas frentes: i) no processo de defesa desses direitos, vez que abraça a concepção de transversalidade temática e intersetorialidade das suas ações, desenhando enlaces com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública; e ii) enquanto agente não perpetuador de violação de direitos, vez que preza pela solidez de uma política de segurança que respeite plenamente o cidadão. Além disso, contempla a noção de desenvolvimento social e visa superar a percepção segmentada da violência e da própria segurança pública.

Tendo em vista tal objetivo, que duas secretarias setoriais – a do Trabalho e a da Segurança Pública – trabalham conjuntamente na compreensão das distintas nuances da questão. Elas compreendem o conceito ampliado do desenvolvimento social em sua complexidade, atuando de maneira incisiva no combate à violência e na promoção do acesso pleno aos direitos sociais.

A política de segurança cidadã deve adotar, de um lado, estratégias focadas no combate às desigualdades, das quais decorrem os fatores que potencializam os riscos de insegurança de outro, estratégias que resultem no fortalecimento dos fatores de proteção, pelos quais se planejam ações que resguardem a tranquilidade social. Assim, busca-se o equilíbrio entre as noções de

segurança e cidadania, conjugando a paridade entre deveres individuais e direitos sociais.

A garantia de um Ceará Pacífico pressupõe uma abordagem multissetorial integrada, com foco na prevenção da violência pela redução da vulnerabilidade social de amplas parcelas da população. Atrelado a esta abordagem, projeta-se o reordenamento distributivo dos bens e serviços públicos e das relações econômicas e sociais, com vistas a garantir plena justiça social. A atual política de segurança pública adota um modelo de gerenciamento de conflitos que busca a humanização do aparelho repressivo e a integração entre as polícias. Além disto, o Estado tem se esforçado no desempenho de ações articuladas às políticas preventivas municipais e às diversas instâncias de participação social, no fomento à qualidade de vida urbana e no acesso a uma justiça eficiente, dinâmica e eminentemente pública.

É amparado na compreensão das múltiplas causalidades da violência, da criminalidade e da criminalização, que se consolidam propostas voltadas para a construção de uma sociedade justa e pacífica, com ênfase na segurança pública articulada à justiça, à cidadania e à política sobre drogas, com o enaltecimento da defesa social.

Por fim, a política de justiça deve buscar a isonomia ante desigualdades que afetam a sociedade cearense, contrapondo a concentração da renda e da riqueza, o que gera assimetrias e apartes entre as classes e camadas sociais. Assim, resguarda-se a prevalência do interesse público, oportunizando a participação popular nos processos decisórios e elucubrando os caminhos para um horizonte em que a justiça se materialize.

Resultado Estratégico: População com segurança cidadã e justiça efetivas.

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) por 100 mil habitantes	taxa por 100 mil habitantes	-	684,65	810,62	843,05	722,99 ¹
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes)	taxa por 100 mil habitantes	50,20	45,13	38,01	59,60	50,36 ¹
Taxa de reincidência por autuação em flagrante	percentual	38,94	85,12	50,26	44,90	47,32 ¹
Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada	percentual	48,30	45,55	59,10	56,62	62,42

Fonte: SSPDS e Sejus.

¹ Dados finais de 2018, considerando o acumulado até novembro somado à projeção para o mês de dezembro.

O indicador “Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) por 100 mil habitantes” registrou uma redução de 14,52%, considerando o mesmo período do ano anterior, ressaltando que essa redução está levando em consideração a projeção feita para o mês de dezembro, que poderá sofrer alterações quando da divulgação do dado real. Ações como a parceria com a Polícia Rodoviária Federal para utilização do Sistema SPIA e o fortalecimento e realização de operações integradas com os órgãos de segurança da esfera Federal e Municipal tem trazido resultados que, pela primeira vez, considerando a gestão 2015 - 2018, registram a redução da Taxa de CVP por 100.000 habitantes. Ainda não são índices desejáveis, mas que apontam que as atividades que estão sendo realizadas certamente traduzirão uma maior sensação de segurança da população cearense. Importante destacar também a redução dos registros de Furto/Roubo de veículos no Estado, que caíram 16%, considerando o comparativo de janeiro - novembro dos anos de 2017 (Registro de 14.827 furtos/roubos) e 2018 (Registro de 12.492 furtos/roubos).

O indicador “Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes” registrou redução de 11,5% em relação ao mesmo período de 2017, ressaltando que os dados considerados para dezembro/2018 foram

projetados, podendo sofrer alterações quando do registro do dado real. Ações que aliam o uso da inteligência, da tecnologia e da prática da ostensividade e proximidade com a comunidade, como, por exemplo, a territorialização, que consiste na implantação de bases móveis em pontos específicos onde há registro de maiores índices de CVLI, a maior integração entre as inteligências dos diversos órgãos da Segurança Pública, contribuíram para a redução alcançada, demonstrando que o trabalho que vem sendo realizado está alinhado com as metas de redução da criminalidade estabelecidas pelo Governo do Estado.

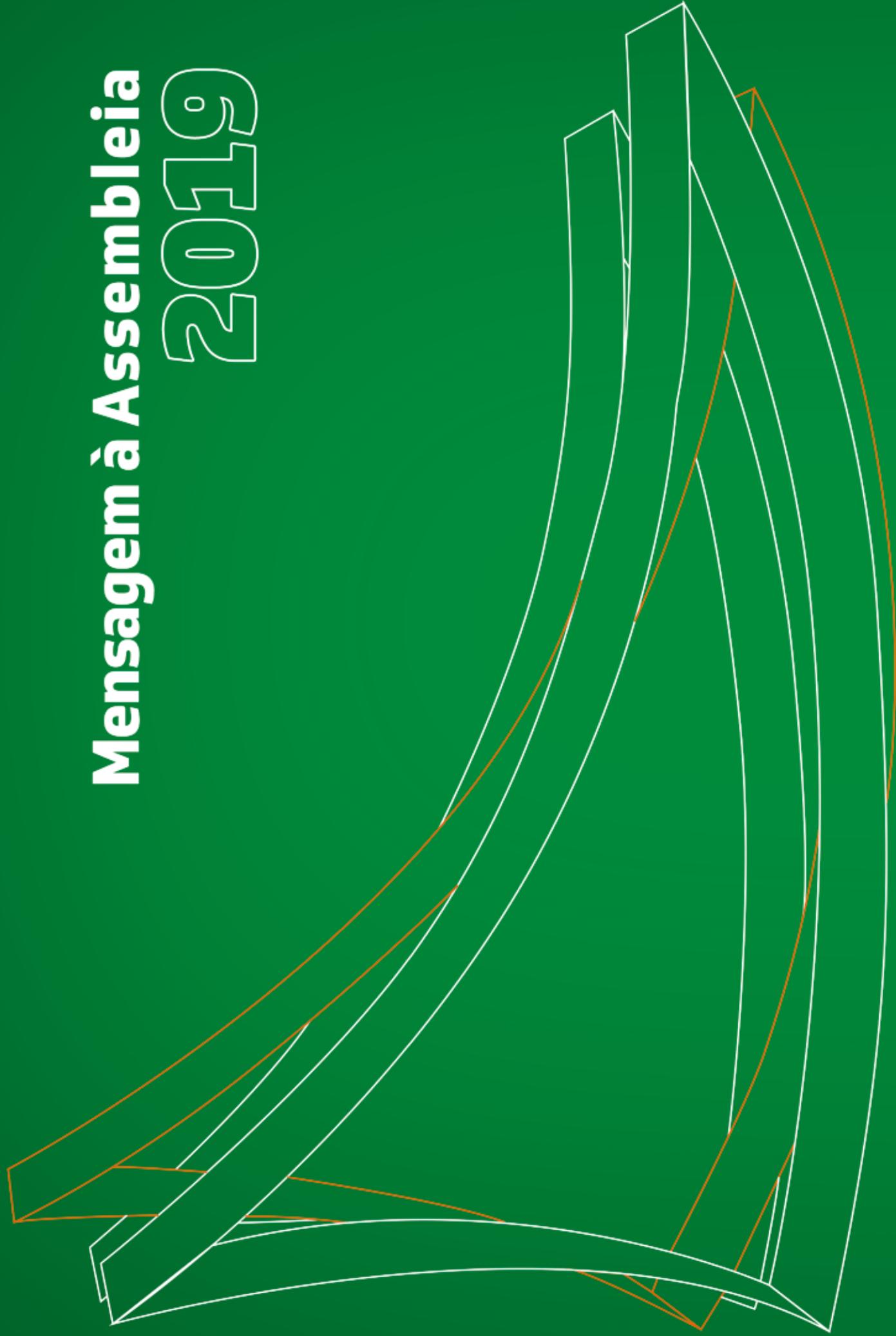
O indicador “Taxa de reincidência por autuação em flagrante” registrou um aumento de 5% considerando o mesmo período de 2017, ressaltando a projeção considerada para o mês de dezembro, que poderá sofrer alterações quando da divulgação do dado real no fechamento do mês. Para a Segurança Pública, o dado é considerado positivo uma vez que demonstra que as ações de policiamento ostensivo foram mais efetivas em 2018, pois um maior número de prisões em flagrante foram efetuadas. No entanto, esse dado também demonstra que há uma maior tendência do agente infrator de retorno a prática de delitos, havendo a necessidade de estabelecimento, pelas áreas afins, de ações que possam desestimular a reincidência do crime.

O indicador “Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada”, demonstra o percentual de jovens nesta faixa etária em relação ao total da população encarcerada. Este percentual vem aumentando anualmente, tendo em 2018 atingido 62,42%, um aumento de 14 p.p em relação ao ano de 2014.

Tal desempenho é causado por uma série de fatores que extrapolam a política desempenhada pelo Estado, reflexo de situações como a elevada

vulnerabilidade social, baixa escolaridade deste público e dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho, emprego e renda. Observa-se que essa população de jovens encarcerados é formada majoritariamente por pessoas negras, com um significativo aumento do número de mulheres, considerando ainda que a população feminina encarcerada nos últimos anos cresceu percentualmente em velocidade superior à masculina.

Mensagem à Assembleia 2019



DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

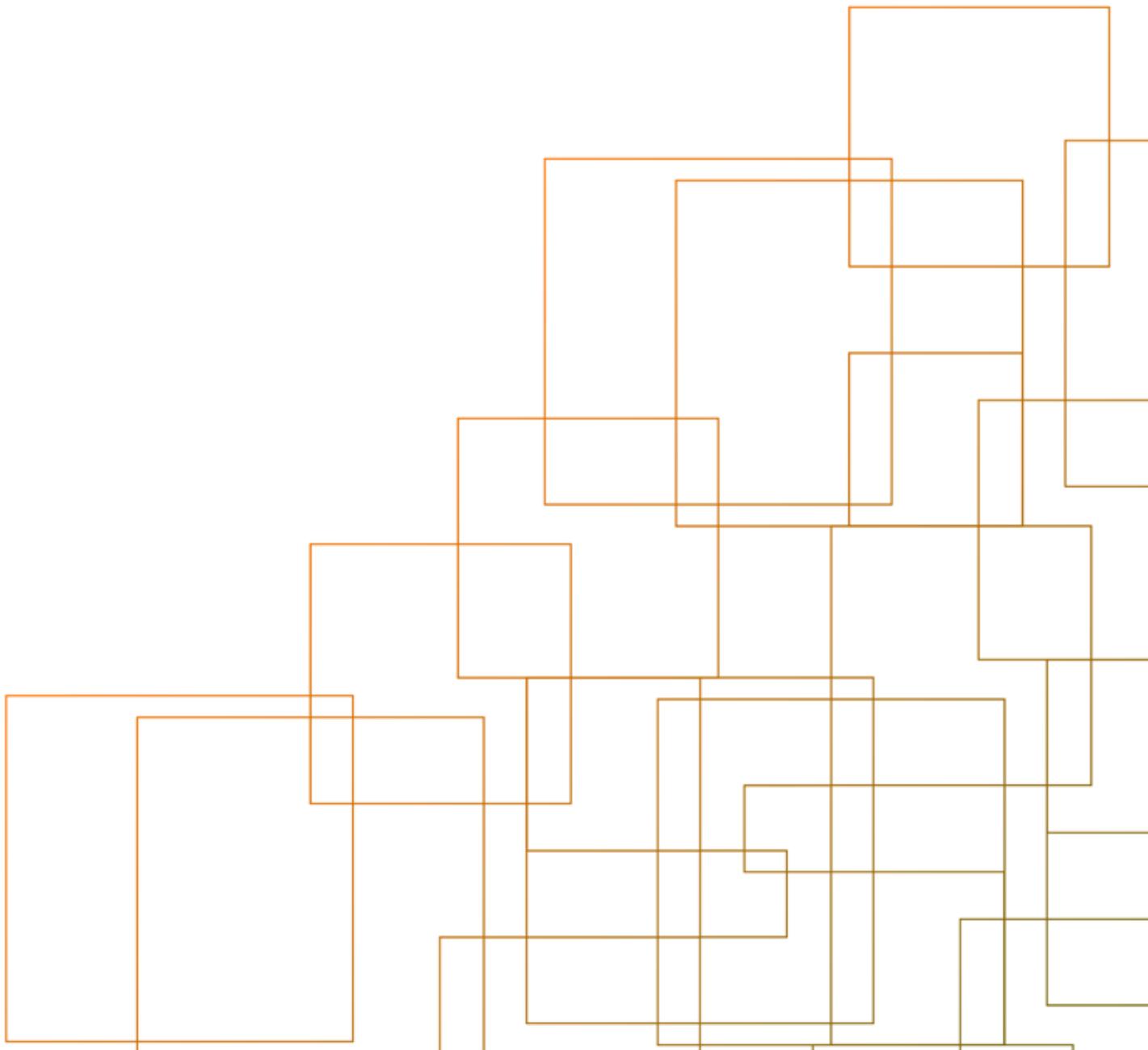


Mensagem à Assembleia

2019



EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS



O Ceará da Gestão Democrática por Resultados contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades. O propósito central deste eixo consiste em serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente

e efetiva, atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal. Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Gestão Fiscal, Planejamento e Gestão e Transparência, Controle e Participação Social, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – GESTÃO FISCAL

O principal foco deste tema é garantir o equilíbrio fiscal do Estado do Ceará ao longo dos exercícios. Para tanto, é preciso atuar em um contexto que envolve uma série de variáveis que são influenciadas individualmente por fatores nem sempre tão previsíveis. Isto implica na necessidade de um monitoramento amigável do comportamento das finanças públicas requerendo decisões tempestivas sobre a alocação de recursos.

O Estado do Ceará tem tradição na condução de suas finanças, promovendo ajustes quando se fazem necessários. Prova disso é que, a despeito de crises e fatores exógenos, o Estado mantém suas despesas em dia, cumpre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais limites formais que regem as finanças públicas, possui capacidade de endividamento e capacidade de investimento. Neste último caso, paradoxalmente, se por um lado, o Estado do Ceará possui elevada capacidade e

ritmo de investimentos realizados no passado recente, representando algo benéfico para nossa população, existe a preocupação de garantir recursos nos exercícios seguintes para custear o funcionamento dos novos equipamentos.

No contexto de um cenário desafiador para as finanças estaduais, considerando-se ainda os efeitos dos desequilíbrios fiscais identificados em outras unidades da federação, o tema gestão fiscal ganha ainda mais importância considerando-se que, uma vez se alcançando resultados satisfatórios, fica garantido um ambiente de equilíbrio fiscal salutar para a economia cearense e o desenvolvimento do Estado.

O resultado esperado neste tema estratégico é o equilíbrio fiscal e orçamentário garantido. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Capacidade de investimento do Tesouro	R\$ milhão	622,19	629,36	1.634,57	967,76	860,10	932,48
Crescimento nominal do ICMS	percentual	8,62	4,27	5,85	8,79	7,70	4,73
Resultado Primário/PIB Estadual	percentual	0,40	0,40	1,36	0,75	0,40	0,46

Fonte: Sefaz.

A “Capacidade de Investimento do Tesouro” alcançou, em 2018, o montante de R\$ 932,48 milhões. Como principal subsídio aos resultados positivos deste indicador, ao longo dos anos, o Estado do Ceará tem mantido uma sustentabilidade no crescimento real do ICMS, que é a principal receita estadual. Mesmo nos momentos mais severos da crise econômica e fiscal brasileira, o Governo conseguiu, por meio de políticas bem estruturadas, recuperar e manter a arrecadação do Estado, permitindo assim o alto nível de investimentos que tem colocado o Ceará em posição fiscal de destaque no país. Os investimentos, por sua vez, geram renda e emprego, reaquecendo a economia em cenários de recessão. Aliado a uma política de governo e econômica de busca por parcerias privadas que tragam para a região desenvolvimento econômico, o Ceará desponta com um grande diferencial para ser o estado que largará na frente com a possível retomada econômica do Brasil. O Porto do Pecém, a Siderúrgica, o Aeroporto de Jericoacoara, o hub da AirFrance, dentre outras diversas potencialidades, já sinalizam para uma recuperação da atividade econômica cearense.

A arrecadação tributária própria do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2018, atingiu o montante de R\$ 13,128 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 90,41% da Receita de Arrecadação Própria. O IPVA contribuiu com 7,02%, o ITCD com 1,14% e as taxas e outras receitas tributárias com 1,43%. O montante tributário relativo à arrecadação própria obteve um crescimento nominal de 4,73%, comparado ao exercício de 2017, quando se atingiu o valor de R\$ 12,536 bilhões. Considerando os valores corrigidos pelo IPCA (IBGE) de novembro/2018, as receitas de arrecadação própria no exercício de 2018, no período de janeiro a dezembro, totalizaram

R\$ 13,309 bilhões, obtendo um acréscimo de 1,07% em termos reais, comparando com o mesmo período do ano anterior.

O Estado do Ceará manteve sua política de investimentos, associada à política de redução da carga tributária, em determinados setores, o que permitiu uma manutenção de seu equilíbrio financeiro durante o ano de 2018, diferente dos outros entes federados que se encontram em situação alarmante no que diz respeito às suas finanças. Importante destacar que, sem comprometer o equilíbrio fiscal, se atingiu meta de Resultado Primário em R\$ 703 milhões (até outubro de 2018), conforme legislação pertinente.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA GESTÃO FISCAL

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Educação Fiscal e Cidadania; Gestão Fiscal e Financeira; e Modernização da Gestão Fiscal. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 40,57 milhões.

PROGRAMA 002 – EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

O Programa tem como objetivo principal desenvolver ações para esclarecer os cidadãos sobre a função social dos tributos, a gestão fiscal do Estado e sua responsabilidade no controle da aplicação desses recursos, por meio do exercício da cidadania, buscando, assim, a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, tendo como público-alvo professores, alunos de todos níveis de ensino, servidores públicos, sindicatos, comunidades e ONGs.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 20 palestras, sobre temas relacionados com a Educação Fiscal, principalmente sobre Ética e Cidadania, Estado e Sociedade, Bens Públicos, Sistema Tributário Nacional, Carga Tributária, Gestão dos Gastos Públicos, Orçamento, Combate à Sonegação e Corrupção, Controle Social, objetivando desenvolver no cidadão o aprendizado constante para capacitá-lo para exercer sua cidadania para o bem-estar da sociedade.
- Realização de cursos na temática da Educação Fiscal e Cidadania: dois cursos de Tributos Estaduais, para alunos do Curso de Contabilidade pertencente aos Núcleos de Apoio Contábil Fiscal (NAF), da Universidade Federal do Ceará e Centro Universitário Estácio de Sá; cursos de Introdução à Cidadania Fiscal, para servidores terceirizados da Secretaria da Fazenda e para jovens integrantes do Projeto Inclusão Social/PJES, com parceria com a Fundação Sintaf; três cursos de Educação Fiscal na modalidade a distância, para servidores públicos, com 191 participantes.
- Realização do 2º Seminário de Educação Fiscal do Cariri, promovido em parceria com a Delegacia da Receita Federal, em Juazeiro, e o Grupo de Educação Fiscal do Ceará, e a Universidade Federal do Cariri, em Juazeiro, com 176 participantes.
- Realização do Fórum sobre Educação Fiscal e Aduana, no Centro Universitário Estácio de Sá, em parceria com a Receita Federal/Alfândega Fortaleza e Secretaria de Finanças de Fortaleza.
- Realização de visitas técnicas sobre o Fisco e a Educação Fiscal, para alunos do Ensino Médio de Fortaleza e Jucás.
- Realização da Mostra Municipal de Educação Fiscal de Bela Cruz, na Escola Estadual de Educação Profissional Júlio França, com apresentação de 25 (vinte e cinco) projetos sobre o tema.
- Participação no 2º Seminário Estadual de Educação Fiscal de Palmas/TO, com a Palestra “Educação Fiscal no Ceará - 20 anos construindo a cidadania”.
- Participação na 7ª edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, com 10 projetos inscritos, sendo cinco de instituições dos municípios de Acaraú, Barbalha, Caucaia, Horizonte e Juazeiro do Norte; quatro de escolas das cidades de Acaraú, Bela Cruz, Campo Sales e Marco e um projeto na categoria imprensa, cujo trabalho foi premiado em 1º lugar, com a Jornalista Irna Cavalcante, do Jornal O Povo, com a série de reportagens “Dinheiro sob controle”.
- Realização do V Concurso Regional de Redação, promovido pela Coordenadoria Regional de Educação (Crede) 3, em Acaraú, abrangendo 22 escolas da região com 1.395 redações.
- Implementação do Projeto Sustentável de Educação Fiscal, desde 2008, com a participação de 2.685 alunos das escolas de oito municípios da região da Crede 3.
- Instituição do Programa de Educação Fiscal no Estado do Ceará, com a publicação da Lei Nº 16.696, de 14 de dezembro de 2018.
- Inclusão do Programa de Educação Fiscal na Lei Complementar Nº 180, de 18 de julho de 2018, sobre o Programa de Governança Interfederativa do Estado.

PROGRAMA 053 – GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

O Programa tem como objetivo principal garantir a eficiência e eficácia do sistema de fiscalização, arrecadação, tributação e de Gestão Fiscal do Estado

do Ceará, tendo como público-alvo os contribuintes.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Aparelhamento e manutenção dos postos fiscais e células de execução tributárias.	Unidade fazendária estruturada	unidade	6	17
Integração das informações fiscais.	Centro integrado de operações fiscais implantado	unidade	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação do novo Sistema IPVA, que proporcionou o aprimoramento dos controles do referido imposto, bem como permitindo melhorias nos serviços prestados aos contribuintes e aos Municípios do Ceará.
- Melhoria da infraestrutura de unidades na região metropolitana e interior do estado

(Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste e Vale do Jaguaribe), a fim de oferecer melhores condições de atendimento, por meio de reformas e equipamentos.

- Otimização do Sistema de Gestão Tributária (Siget), que tem como objetivo oferecer aos contribuintes uma plataforma amigável de relacionamento fiscal.

TEMA – PLANEJAMENTO E GESTÃO

Uma das vertentes do eixo “Ceará da Gestão Democrática por Resultados”, que tem por finalidade garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades, é a organização das ações governamentais de forma planejada para uma execução eficaz e eficiente, contribuindo com a integração e a efetividade das políticas públicas.

O ponto de partida para a consecução desta finalidade está assentado na necessidade do (I) planejamento estratégico e na (II) contratualização dos resultados. O primeiro deve ser democrático, inclusivo e participativo; o segundo, claro, objetivo, preciso, mensurável e transparente.

Assim, para o bom funcionamento das instituições é necessário promover um aperfeiçoamento institucional, a intersectorialidade e o desenvolvimento regional sustentável, o que estimula a prosperidade e a inovação em todo

o sistema social. E para isto é importante promover a passagem das iniciativas setoriais para um arranjo multissetorial e transversal garantindo maior efetividade por parte dos atores públicos e autonomia para a alocação técnica e meritória de recursos.

Finalmente, um planejamento regionalizado e descentralizado, aliado à concepção de uma gestão pública moderna, focada no alcance de resultados, cria as condições para a construção de matrizes econômicas interdependentes, corredores dinâmicos de atividades e fortalecimento das vocações regionais, aumento a eficiência sistêmica e, portanto, rompendo o ciclo gerador de pobreza e desigualdade.

O resultado esperado neste tema estratégico é a gestão pública eficiente, efetiva, descentralizada e regionalizada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Despesa Executada em relação à Despesa Autorizada	percentual	98,88	95,03	96,60	97,34	98,88	97,10 ¹
Despesa Finalística Empenhada em relação à Despesa Total	percentual	37,50	31,62	31,01	37,31	37,99	38,20 ¹
Operações de Crédito Aplicado em relação à Previsão de Desembolso Anual	percentual	89,00	75,00	55,00	43,00	55	116,13
Valor de Ordens de Compras emitidas em relação ao Valor Total da Ata de Registro de Preço do Estado	percentual	21,00	33,20	40,06	39,27	27,50	50,65 ²

Fonte: Seplag.

¹ Dados obtidos nos últimos 12 meses, encerrados em novembro de 2018.

² Considera as atas de registro de preços sob a gestão da Seplag finalizadas no período de 01/01/2018 a 28/12/2018.

O percentual obtido em 2018 para o indicador “Despesa Executada em relação a Despesa Autorizada” nas fontes do Tesouro, embora tenha como base dados preliminares, demonstra que as despesas previstas nessas fontes vêm sendo planejadas com maior assertividade. Vale destacar que despesas como o serviço da dívida apresentaram um percentual de execução superior a 99% e de pessoal apresentou 97,1%. Investimentos apresentaram o menor percentual de execução (92,17%) dentre os grupos de despesa; mesmo assim, ainda com percentual substancial de execução.

Dessa forma, o ano de 2018 finda com um percentual inferior ao previsto de 98,88%, mas em linha com o obtido em 2017, que foi de 97,34%.

Ainda quanto à despesa, o indicador “Despesa Finalística Empenhada/Despesa Total” apresentou, em 2018, um percentual de 38,2%, superando a meta estabelecida para o ano. Entre os fatores que contribuíram para essa magnitude salientam-se o crescimento de pessoal na área finalística, notadamente da Secretaria de Educação, além do crescimento das despesas discricionárias. Dentre os principais programas finalísticos que contribuíram para esse crescimento, destacam-se: Segurança Pública Integrada, Ensino Integrado à Educação Profissional, Atenção à Saúde Integral e de Qualidade e Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior. Esses programas apresentaram crescimento na execução de mais de 30% em relação a 2017.

O indicador “Operações de Crédito Aplicado em relação à Previsão de Desembolso Anual” demonstra uma progressiva redução de desempenho no período de 2014 a 2017, com recuperação em 2018. Esse comportamento se deve a dois fatores básicos: à previsão de desembolso para operações que não foram contratadas a tempo de ocorrerem os desembolsos nos exercícios planejados;

e aos entraves de execução que adiaram os desembolsos para as operações contratadas e a efetivação de pagamentos. Nesse contexto, o saldo do desempenho de 2018 foi diretamente afetado pelo saldo de recursos desembolsados em 2017 e aplicados no referido ano.

Por sua vez, o indicador “Valor de Ordens de Compras emitidas em relação ao Valor Total da Ata de Registro de Preço do Estado” avalia o cumprimento de duas importantes diretrizes do Governo na área de compras: a) aquisições baseadas em demandas corporativas da Administração Pública Estadual, com base no planejamento anual dos órgãos e entidades; e b) prioridade de contratação de bens, materiais e serviços por meio da sistema de registro de preços.

Cabe registrar as principais razões que dificultaram a obtenção de índices elevados de utilização das atas de registro de preços. A primeira é a própria legislação, que não obriga os órgãos participantes a contratarem a totalidade das quantidades e/ou valores estimados; a outra razão são as medidas de contenção de gastos para o cumprimento das diretrizes de ajuste fiscal, as quais impactaram também no volume das contratações por registro de preços. Ainda assim, observa-se que a meta do indicador foi superada com folga em 2018, com utilização muito superior em comparação aos anos anteriores. Neste ano, registrou-se 50,65% de utilização, considerando as ordens de compra emitidas e as atas de registros de preços encerradas no período de 01/01/2018 a 17/12/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Governança do Pacto por um Ceará Pacífico;

Fortalecimento Institucional dos Municípios; Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento; Modernização da Gestão Pública Estadual; Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas; e Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 207,64 milhões.

PROGRAMA 015 – GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a integração das ações dos órgãos de todos poderes e órgãos autônomos, visando a melhoria da eficiência e eficácia das ações de políticas de prevenção à violência, tendo como público-alvo atores governamentais e sociedade civil organizada.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

No âmbito do Pacto por um Ceará Pacífico:

Território Genibaú

- Fortalecimento da articulação entre as Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS).
- Ampliação da articulação da rede informal (associações, ONGs, centros comunitários) por meio de cursos de qualificação profissional.

Território São Miguel

- Articulação de uma agenda de compromissos de prevenção social à violência.
- Implantação do Núcleo de Ação pela Paz (Napaz).
- Promoção da melhoria dos espaços públicos (reforma de praças).
- Fortalecimento da rede e da capilaridade dos cursos de inserção produtiva.

- Fortalecimento das entidades locais e diálogo com os coletivos de juventudes.

Território Vicente Pizón

- Articulação e integração da rede de serviços públicos, envolvendo reforma de praças, escolas e postos de saúde, dentre outras obras realizadas.
- Realização da Feira Napaz.

Território Bom Jardim

- Apoio à realização de políticas setoriais, promovendo a reabertura da Vila do Esporte e Lazer do Canindezinho, à realização de cursos de capacitação profissional, à inserção de novos projetos sociais com a juventude e melhorias nas 12 escolas estaduais do território.

- Apoio e fomento ao Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim.

- Fortalecimento da agenda coletiva de atividades de preservação da vida, abrangendo o Corredor do Abraço, formação para profissionais, apresentação da rede socioassistencial, apoio a jogos interescolares e gincanas.

- Realização da semana estadual de prevenção aos homicídios na adolescência - I Semana Cada Vida Importa.

PROGRAMA 021 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS

O Programa tem como objetivo principal elevar a capacidade institucional dos municípios do Estado do Ceará, tendo como público-alvo os municípios cearenses.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos Vales do Jaguaribe e do Acaraú	Projeto elaborado	unidade	5	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Prestação de apoio técnico a oito municípios das regiões do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte), Centro Sul (Quixelô e Acopiara), Litoral Leste (Beberibe), Litoral Norte (Camocim e Bela Cruz) e Serra da Ibiapaba (Viçosa do Ceará), para incrementar a arrecadação tributária municipal, através de monitoramento do trabalho de Gestão Fiscal e Financeira.
- Elaboração de 14 planos para apoiar o planejamento e execução de equipamentos e espaços públicos municipais, sendo eles: 10 Planos Diretores Municipais com os Planos de Mobilidade Urbana dos municípios de Jaguaribe, Jaguaruana, Irauçuba, Limoeiro do Norte, Massapê, Morada Nova, Santana do Acaraú, Quixerê, Russas e Tabuleiro do Norte; Um Plano de Arborização Urbana da Sede de Sobral; Um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana de Sobral (RMS); Um Plano de Reutilização da Área Remanescente do Atual Aeroporto de Sobral, na região do Sertão de Sobral; e Um Plano do Polo Metal Mecânico de Tabuleiro do Norte, na região do Vale do Jaguaribe.
- Capacitação de 26 servidores em Gestão Pública, nas regiões do Cariri, Centro-Sul, Litoral Leste, Litoral Norte e Serra da Ibiapaba.
- Capacitação de 180 técnicos e gestores em Licitação e Gestão de Contratos; Planejamento Urbano; Gestão Fiscal e Tributária; Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira, de municípios das regiões Litoral Leste (24), Litoral Oeste-Vale

do Curu (08), Sertão de Sobral (65) e no Vale do Jaguaribe (83).

- Fortalecimento da gestão tributária e fiscal dos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas e Sobral com a entrega do Recadastramento Tributário, atualização dos Códigos Tributários da Planta Genérica de Valores e elaboração/atualização da Planta Genérica de Valores.
- Redesenho de processos no município de Limoeiro do Norte, para melhoria do ambiente de negócios.
- Implementação do Sistema Informatizado de Registro e Formalização de Empresas no município de Sobral, visando reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais - Cidades do Ceará II - Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

PROGRAMA 065 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

O Programa tem como objetivo principal promover o aperfeiçoamento da Gestão Pública do Estado do Ceará orientada para o alcance de resultados, tendo como público-alvo órgãos e entidades públicas, instituições privadas e sociedade civil organizada.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Disponibilização do conhecimento voltado ao aperfeiçoamento da Gestão Pública orientada para Resultados e à proposição de políticas públicas	Estudo e pesquisa realizados	unidade	102	86
Promoção da participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos e projetos públicos	Evento realizado	unidade	14	13
Gestão do Planejamento Estadual orientado para Resultados	Instrumento de planejamento e gestão elaborado	unidade	4	4

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Celebração de acordos de resultados, assinados pelo Governador e pelos titulares de 17 das 18 secretarias finalísticas.
- Realização de 13 encontros de avaliação participativa do PPA 2016-2019 e de 15 encontros de construção participativa da Visão de Futuro no âmbito da Plataforma Ceará 2050, nas Regiões de Planejamento do Ceará.
- Conclusão da 1ª turma da formação (240 h/a), no âmbito do Programa de Formação Continuada em Gestão para Resultados (ProGpR), com a entrega de certificados para 46 servidores da Rede Estadual de Planejamento.
- Elaboração e entrega dos seguintes instrumentos de planejamento e gestão: Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa 2018; projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2019; projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019; e minuta do Decreto de Adequação do PPA para o ano de 2019.
- Divulgação de estudos e indicadores com finalidade de assessorar o desenvolvimento e avaliação de políticas públicas: Anuário Estatístico do Ceará, Ceará em Números, Perfil Regional, Perfil Municipal, Painel de Indicadores, Índice Municipal de Alerta, Termômetros da Inflação e do Mercado de Trabalho; Enfoques Econômicos, Farol da Economia Cearense, dentre outros.
- Assessoramento em projetos estratégicos para o Ceará no âmbito das Parcerias Público-Privadas, tais como a finalização dos estudos para a nova concessão da Arena Multiuso, a avaliação dos estudos para a licitação da Planta de Dessalinização e o lançamento do procedimento de manifestação de interesse para a concessão de uso de faixas livres do Eixão das Águas para aproveitamento fotovoltaico.
- Aperfeiçoamento dos instrumentos que auxiliam a execução do processo de parcerias público-privadas e concessões, como o modelo da Carta Proposta e do Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse.
- Assessoramento junto a 18 instituições entre órgãos e entidades nos processos de contratação, alteração e execução contratual de operações de crédito, envolvendo cerca de 26 contratos.
- Assessoramento em 59 processos de celebração de contratos de gestão e aditivos, sendo 54 novos e cinco aditivos de contratos do ano anterior com vigência em 2018, os quais perfazem um valor total de mais de R\$ 964 milhões.
- Seleção e aprovação de 93 projetos estratégicos de combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais, por parte do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), apresentados pelo conjunto de 12 secretarias de Estado, tendo como finalidade a alocação e uso de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), para fomentar a execução das respectivas ações

governamentais, todas voltadas à superação da pobreza e à redução das desigualdades sociais, representando um volume expressivo de deliberação da ordem de quase R\$ 506 milhões.

- Apresentação de Relatório de Desempenho Físico Financeiro do Fecop junto à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), de modo a publicizar os recursos captados e utilizados, e, bem assim, para efeito de prestação de contas junto a sociedade.

PROGRAMA 069 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

O Programa tem como objetivo principal promover a eficiência na utilização dos recursos públicos e a otimização de processos governamentais, tendo como público-alvo os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará	Sistema de gestão corporativa modernizado	unidade	2	2
Gestão da logística corporativa do Estado do Ceará	Sistema de gestão corporativa modernizado	unidade	1	0
Gestão da política de Compras Governamentais do Estado do Ceará	Sistema de gestão corporativa modernizado	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Desenvolvimento das funcionalidades (módulos) de leilão de Bens Imóveis e Bens Móveis no Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SGBI) e Sistema de Gestão de Bens Móveis (SGBM).
- Avaliação de 532 imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado do Ceará.
- Alienação de bens móveis inservíveis e/ou antieconômicos (leilão), com ingresso de recursos da ordem de R\$ 1.179.400,00.
- Realização de estudos alusivos à otimização do Sistema de Rotas e à implantação da Central de Veículos compartilhados.
- Realização de intervenções no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora na

área de urbanismo, paisagismo, pavimentação, sinalização, além da criação da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie).

- Modernização do Portal de Compras do Estado, com destaque para as páginas: Licitações Publicadas - Licitaweb; Registro de Preços; Cotação Eletrônica; Fornecedores - Emissão do CRC; Catálogo de Itens - Preços Adjudicados; e Painel das Compras.
- Regulamentação do uso do Sistema de Registro de Preços, o qual aplica-se aos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, aos Fundos Especiais, às Autarquias, às Fundações, às Empresas Públicas, às Sociedades de Economia Mista, suas subsidiárias, às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado e os entes municipais beneficiados por programa ou projeto estadual.

- Implementação do módulo Registro de Preços no sistema de gestão de compras (LicitaWeb), integrando-se na mesma plataforma do catálogo de itens, do cadastro de fornecedores, do planejamento das aquisições e dos resultados da licitação (S2GPR), além de outros subsistemas da cadeia de compras, tais como: SIGA (almoxarifado), SACC (contratos) e Ciclo Orçamentário.

- Consolidação de 26 processos de avaliação e de adequação de estruturas organizacionais, destacando-se a criação dos Centros Cearenses de Idiomas na estrutura da Secretaria da Educação (Seduc), a criação da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), a criação da Fundação de Previdência Social dos Servidores do Estado do Ceará (Cearaprev), da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-Prevcom) e da Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará (Cearapar).

- Implantação de uma nova metodologia de gestão e melhoria dos processos, aplicada inicialmente em seis órgãos/entidades selecionados para iniciar o modelo: Seplag, Sesa, Seduc, SSPDS, Sema e Semace.

PROGRAMA 070 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

O Programa tem como objetivo principal alcançar o perfil desejado do servidor público para o atendimento ao cidadão, de forma motivada e eficiente, em um modelo de gestão baseado em resultados, tendo como público-alvo os servidores públicos estaduais e seus dependentes, servidores públicos de outros entes e colaboradores.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Formação e qualificação profissional de servidores públicos	Servidor capacitado	unidade	10.500	18.329
Gestão estratégica do dimensionamento e da alocação da força de trabalho no serviço público estadual	Plano elaborado	unidade	1	1
Promoção da prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, exames especializados e laboratoriais, assistência em fisioterapia, psicologia e fonoaudiologia aos servidores públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas	Pessoa assistida	unidade	346.048	206.091

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Oferta mensal de 64 cursos com foco nas áreas de Educação e Aprendizagem, Saúde, Socialização e Trabalho, totalizando 18.434 participações dos associados.
- Oferta de atividades sistemáticas voltadas à qualidade de vida do servidor público inativo e pensionistas, registrando um total de 4.480 participações.

- Realização de eventos diversos, tais como Semana do Idoso, Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, apresentação dos grupos de teatro e coral, passeios e oficinas de capacitação, com participação de 2.664 associados.

- Implantação de Programa de Qualificação Profissional através de cursos de capacitação ministrados pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (Indesa), beneficiando 162 associados.

- Ampliação de convênio com a Universidade de Fortaleza (Unifor) na concessão de estagiários curriculares obrigatórios vinculados ao Programa Integrado de Preparação para a Aposentadoria (Pipa).
- Realização do Seminário PIPA com o tema “Você vivenciando o impasse: Aposentar-se ou não? Seja livre e consciente! Junte-se a nós nessa reflexão”.
- Oferta de 18.329 oportunidades de capacitação aos servidores por meio dos seguintes eventos: 111 cursos presenciais, 22 cursos a distância, 39 palestras, 15 seminários e 19 oficinas.
- Dimensionamento da Força de Trabalho do Poder Executivo do Governo do Estado do Ceará.
- Desenho de Novas Carreiras do Serviço Público de Atuação Transversal.
- Elaboração do Modelo de Bonificação por Resultados.
- Implementação de sistema informatizado de controle da execução de contratos de terceirização e gerenciamento orçamentário dos recursos destinados aos gastos com serviços terceirizados, com exclusividade de mão de obra.
- Elaboração de instrumentos legais que instituem o novo modelo para contratação de serviços terceirizados pelos órgãos e entidades que integram a Administração Pública do Estado do Ceará.
- Implementação do novo fluxo de perícia médica e do novo Sistema de Perícia Médica (SPM) de forma integrada, informatizando 100% do processo pericial.
- Elaboração e disponibilização do novo Manual de Perícia Médica.
- Criação de duas fundações estaduais: a Fundação de Previdência Social do Ceará (Cearaprev), para gerir o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará (Supsec); e a Fundação de Previdência Complementar do Ceará (CE-Prevcom), para gerir o Regime de Previdência Complementar (RPC) estadual.
- Normatização dos procedimentos para a formação, instrução e tramitação dos processos de aposentadoria, reserva e reforma, no âmbito do RPPS estadual, considerando a virtualização do processo previdenciário.
- Criação da Companhia de Participação de Ativos do Ceará (CearaPar), voltada a gerenciar bens ativos do Estado, com vistas a custear parte da insuficiência financeira do Supsec por meio de seus lucros.
- Elaboração e disponibilização da Cartilha da Previdência do Estado do Ceará.
- Implantação de 7.600 procedimentos em folha de pagamento, até novembro de 2018, relacionados a pagamentos de benefícios previdenciários de aposentadoria, reserva, reforma, pensão previdenciária e abono de permanência;
- Realização de 10.162 atendimentos presenciais e 13.817 atendimentos telefônicos relativos à Previdência Social estadual, até novembro de 2018, a beneficiários e outros interessados da Previdência Estadual.
- Implantação do novo modelo de assistência à saúde dos servidores, pensionistas e seus dependentes, com a instituição do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Ceará (Fassec).

PROGRAMA 081 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa tem como objetivo principal contribuir para agilidade e qualidade na formulação e execução das políticas públicas, programas,

projetos e atividades que venham ao encontro das aspirações do cearense, tendo como público-alvo as instituições governamentais e a sociedade.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Realização de campanhas, informativos e divulgação em mídias diversas	Ação publicitária realizada	unidade	25	24
Organização, promoção e mobilidade de eventos e viagens governamentais	Evento realizado	unidade	600	1.194
Apoio a instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas	Instituição apoiada	unidade	85	90

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Emissão e divulgação de 243 edições do Diário Oficial do Estado divulgando matérias de órgãos do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e de interesse de particulares.
- Realização de 24 ações publicitárias em mídias diversas sobre atos, programas, obras e serviços disponibilizados à população, como instrumento educativo, de informação e de orientação social, destacando-se, entre eles, as ações publicitárias sobre Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC, Balanço da Educação, entregas de novas escolas, Programa Mais Infância, Balanço do Programa Mais Infância, Plantão Saúde Ceará, Febre Aftosa, atração de investimentos - Hub aéreo, portuário e tecnológico, Habitação, Programa ZOOM, videomonitoramento e SPIA; Cadastro Ambiental Rural - CAR; Recadastramento de Servidores Públicos; Balanço da Gestão - Ceará do Meu Orgulho, entregas da Segurança Pública - Raio, Videomonitoramento e Uniseg, novas Areninhas e novas Brinquedopraças.

- Realização de estudos e pesquisas no âmbito do Projeto Pacto por um Ceará Pacífico, com coleta e sistematização de dados referentes aos índices de violência e criminalidade.
- Realização de 1.194 eventos diversos, destacando-se entre eles: implantação e ampliação do Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (Raio) e do sistema de videomonitoramento em diversos municípios, lançamento do aplicativo Galilei, novo Sistema de Perícia da PEFOCE, entrega de ambulâncias e viaturas, posse dos novos Agentes Penitenciários, inaugurações do Laboratório de Tecnologia em Segurança Pública (PRF), do Centro Integrado de Inteligência e da Casa da Mulher Brasileira, em Fortaleza, de delegacias, Escolas de Ensino Médio e Profissionalizante, Centros de Educação Infantil - CEI, Centros de Idiomas, Areninhas, polos de convivência e brinquedopraças.
- Apoio a 90 instituições da sociedade civil na realização de projetos, destacando-se, entre eles: DFB Festival 2018, Esporte é Vida, 48º Congresso Nacional de Saneamento da

Assemae, XV Parada da Diversidade LGBT do Crato, CONVIVER - Fortalecendo Vínculos e Promovendo Cidadania, Um Canto de Paz, Mutirão Amigo Especial, XXII Seminário Nordeste de Pecuária - PECNORDESTE, Casa Cor Ceará, Festival Halleluya, Projeto Humors Bairros, 67ª Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados, ExpoCrato, Expoece, 8º TIC - Festival Internacional de

Teatro Infantil do Ceará, V Festival Internacional de Arte Urbana - Festival Concreto, Festival Maranguape de Moda, Ceará Natal de Luz, XIII Seminário Internacional de Logística e Expolog - Feira Internacional de Logística.

- Elaboração de 867 relatórios para auxiliar no monitoramento de 703 obras dos projetos prioritários do Governo em todo o Estado.

TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Uma das principais finalidades do Governo é garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades. Para tanto, cabe ao Governo se organizar e mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do melhor modelo que alcance os objetivos estratégicos e as metas que tornarão possível o desenvolvimento sustentável.

Estado e sociedade não devem ser considerados fins em si mesmos, e sim organizações sociais postas em prol do desenvolvimento humano, do aumento da liberdade com igualdade e da justiça social. Para tanto é preciso fortalecer a participação cidadã, controle interno e o controle social do desenvolvimento como método de gestão, ampliando o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público e por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais.

Atuando nesse sentido, a regulação de serviços públicos no Estado se destaca por sua função social e econômica, admitindo uma posição de

equilíbrio do mercado e de medição dos diversos interesses envolvidos que englobam, além do próprio governo, as empresas reguladas e os usuários dos serviços delegados.

O fortalecimento dos aspectos acima mencionados também passa pela democratização dos processos de gestão pública, visando aproximar o Governo dos cidadãos, a partir de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública, por meio de mecanismos de participação cidadã e controle social, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação e fórum de interconselhos.

O resultado esperado neste tema estratégico é a transparência, controle e participação social promovidos de forma ampla e efetiva. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE	percentual	96,19	95,17	93,40	85,58	94,00	81,91
Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social	percentual	2,95	4,11	4,41	5,56	5,23	8,74
Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência	percentual	76,67	75,82	80,60	82,60	79,00	79,28

Fonte: CGE.

O indicador “Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE” representa o nível de regularidade da gestão estadual com base no julgamento do Controle Externo em relação às contas dos gestores estaduais, sendo o mesmo apurado com base no somatório das contas julgadas regulares ou regulares com ressalvas, sem imputação de débito ou multa, em relação ao total de contas julgadas pelo TCE, no exercício analisado. No exercício de 2018, observou-se um decréscimo na quantidade de contas julgadas regulares e regulares com ressalvas, em relação a 2017, o que impactou o indicador, cujo resultado foi de 81,91%, bem abaixo da meta estabelecida, o que exige uma atuação maior por parte do governo, sobretudo em ações preventivas. Neste sentido, espera-se que, com a implantação do Programa de Integridade em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, a tendência é que este indicador retorne às posições anteriores, ou seja, acima de 90%.

O indicador “Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social”, que representa o nível de utilização, pelo cidadão, das ferramentas de transparência e de participação social (Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência), apresentou o resultado de 8,74%, em 2018, indicando uma tendência de aumento da utilização das ferramentas de Transparência e de Participação Social em relação aos exercícios anteriores, considerando a

ampliação da realização de ações de divulgação das ferramentas por meio de oferta de cursos, palestras nas escolas estaduais e nas universidades de Fortaleza, eventos de fomento à participação social e o lançamento da Plataforma Ceará Transparente, em julho de 2018.

O indicador “Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência”, que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com as ferramentas de ouvidoria e de transparência (Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência), apresentou o resultado de 79,28%, em 2018, superando a meta estabelecida para o ano, o que se pode considerar um bom desempenho. A perspectiva quanto a este indicador é de evolução, sobretudo com a maior utilização da Plataforma Ceará Transparente.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Regulação dos Serviços Públicos Delegados; Auditoria Governamental; Controladoria Governamental; e Participação e Controle Social. Para tanto, foi utilizado um

volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 84,58 milhões.

PROGRAMA 026 – REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

O Programa tem como objetivo principal promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança,

atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários, tendo como público-alvo o poder concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, usuários dos serviços públicos delegados e sociedade.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Avaliação do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros	Serviço avaliado	unidade	0	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de duas fiscalizações, uma relacionada à cobrança indevida em passagens justificada por demanda específica da 2ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Ceará, no município de Morada Nova, e outra à empresa regular de ônibus.
- Realização de pesquisa de campo em todas as áreas de operação do serviço interurbano e na Região Metropolitana de Fortaleza.
- Realização de pesquisa piloto para validar o modelo proposto para aferição do Índice de Desempenho Operacional, indicador com a finalidade de quantificar e qualificar o desempenho operacional das operadoras, nos termos do art. 158 do Decreto Nº 29.687/2009.
- Realização de sete fiscalizações de serviços relacionadas à distribuição e geração de energia elétrica.
- Realização de 14 fiscalizações à distância em usinas de pré-obras e em obras sendo: quatro na MR 3 (Grande Fortaleza); quatro na MR 4 (Litoral Leste), cinco na MR 5 (Litoral Norte)

e uma na MR 6 (Litoral Oeste/Vale do Curu).

- Realização de duas fiscalizações do serviço de distribuição de gás canalizado, sendo uma técnica e outra comercial.
- Revisão da Lei do Gás e da Resolução Arce Nº 60/2005.
- Participação no projeto Abrace Jeri, no qual o governo articulou, junto com demais órgão e representantes locais da região, a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta.
- Atendimento de 7.050 usuários dos serviços regulados na Ouvidoria da Arce (atendimento presencial, telefônico, e-mail e whatsapp), com prazo médio de 21 dias para solução.
- Ampliação do atendimento da Ouvidoria da Arce com posto no Terminal Rodoviário de Fortaleza.

PROGRAMA 047 – AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo principal assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a

oferta de serviços públicos com qualidade, tendo como público-alvo órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Aperfeiçoamento de métodos em auditoria governamental e qualificação dos servidores	Capacitação realizada	unidade	1	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 97 atividades de auditoria de regularidade de Contas de Gestão de 2017.
- Realização de três capacitações em Auditoria Governamental, na área de Obras Públicas, sobre os temas Elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia, Garantia Quinquenal em Obras Públicas e Auditoria de Custos de Obras Públicas.
- Realização de 14 atividades de auditoria especializada, sendo uma em indicadores no âmbito da operação PforR; duas em projetos financiados pelo Banco Mundial (PforR e São José III); cinco de apuração de denúncias; três em processos; e três em obra pública.
- Elaboração do Módulo Rodoviário do Manual de Obras Públicas.
- Realização de 220 atividades de auditoria de instrução de Tomada de Contas Especiais.

- Cadastramento de 10 Planos de Ação para Sanar Fragilidades (PASF) no novo sistema e-PASF, decorrentes de atividades de auditoria.

PROGRAMA 048 – CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo principal elevar o nível de eficiência e de racionalização na utilização dos recursos para a prestação dos serviços públicos e indicar medidas para prevenir a reincidência de ocorrências constatadas quando da realização de atividades por parte do órgão central de controle interno, tendo como público-alvo o Comitê de Gestão Fiscal e Gestão por Resultados (Cogerf), Governador, Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e TCE-CE.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio à tomada de decisão pelos gestores, com base na atuação do controle interno como suporte à gestão	Observatório implantado	unidade	0	1
Aperfeiçoamento de métodos em controladoria governamental e qualificação dos servidores	Capacitação realizada	unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Elaboração do modelo do Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará, com o objetivo de sistematizar práticas de controle interno, de gestão de riscos e de governança nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.
- Realização da 43ª edição do Fórum Permanente de Controle Interno com a oficina de avaliação do projeto-piloto do Programa de Integridade.
- Realização do XII Encontro Estadual de Controle Interno com o tema Integridade e Sistema de Controle Interno.
- Disponibilização do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (Siec) ao Governador e membros do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf), com informações de indicadores fiscais.
- Desenvolvimento do painel de Contratos e Convênios com Empresas Inidôneas.
- Realização de uma capacitação sobre Análise de Dados na Prática para os Auditores do Observatório da Despesa Pública (ODP) Ceará e da área de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Elaboração de 240 relatórios diários de monitoramento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) e de 12 relatórios mensais de monitoramento do CAUC.
- Elaboração de relatórios de controle interno sobre as Contas Anuais de Governo, Gestão Fiscal e acompanhamento das despesas de pessoal.
- Implementação do projeto-piloto do Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado

do Ceará na CGE, na Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) e na Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace).

- Desenvolvimento do novo e-PASF, sistema informatizado de suporte à aplicação do Pasf no âmbito da auditoria preventiva com foco em riscos com o gerenciamento e monitoramento de ações voltadas para a prevenção e mitigação de riscos e a não recorrência de fragilidades.
- Atualização da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e expedição dos Decretos Estaduais nº 32.810/2018 e 32.811/2018 que regulamentam o processo de Controle Interno Preventivo, no tocante às transferências de recursos financeiros por meio de convênios e instrumentos congêneres.
- Realização de 13 treinamentos para os atores do processo de Celebração de Contratos e de Parcerias, com utilização dos sistemas corporativos e-Parcerias e SACC.
- Realização de duas capacitações em Controladoria Governamental: Gestão por Processo (Teoria e Prática) e Gestão de Riscos, para 40 servidores do Poder Executivo Estadual.

PROGRAMA 049 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O Programa tem como objetivo principal promover o exercício do direito à cidadania e a transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

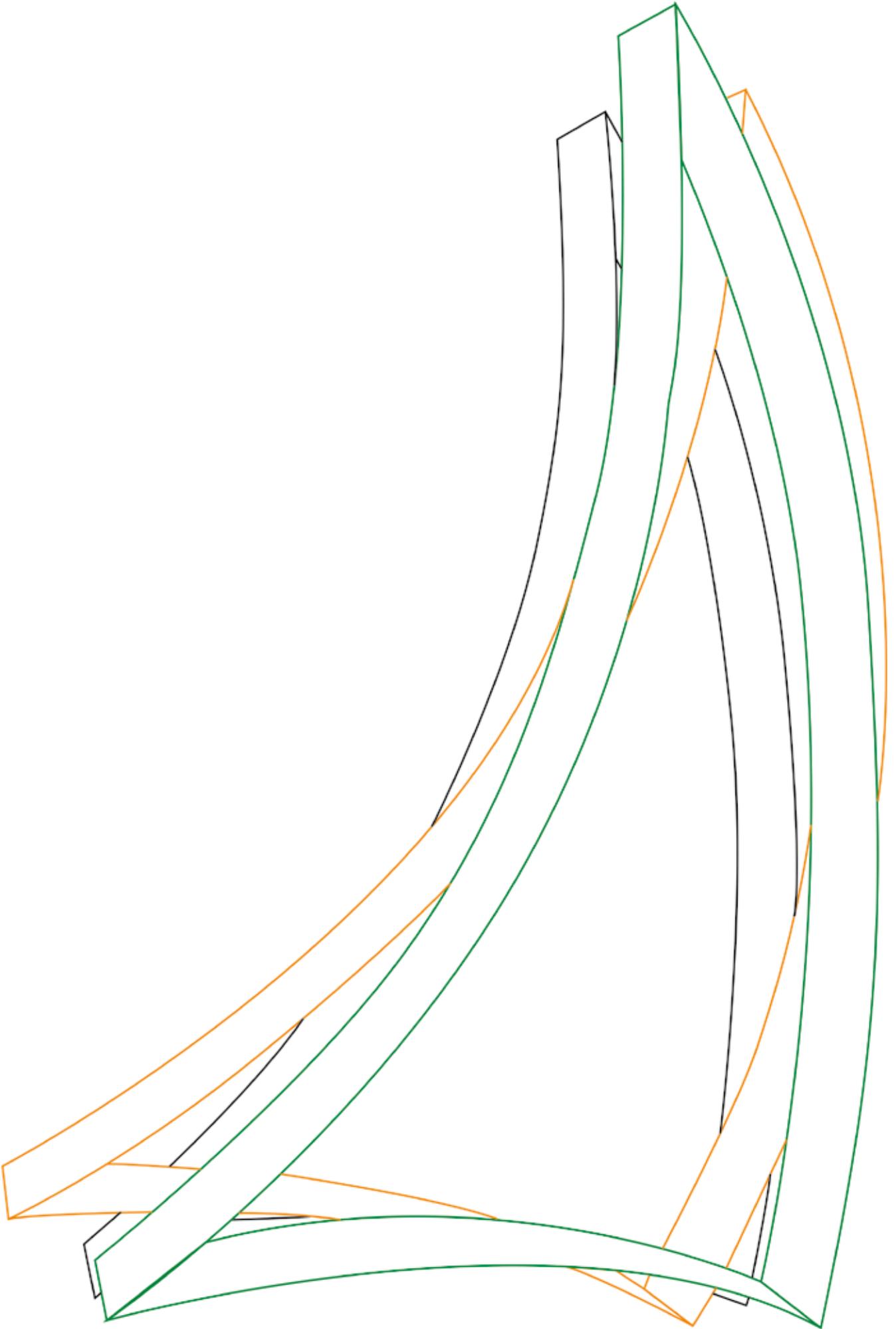
Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Realização de ações de fomento ao controle social e qualificação dos servidores e da sociedade	Capacitação realizada	unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Lançamento da Plataforma Ceará Transparente, que reuniu os sistemas de Ouvidoria, Transparência, Acesso à Informação do Estado e Participação Cidadã, o que proporcionou mais 2,2 milhões de acessos.
- Realização de capacitações com foco no fomento ao controle social, sendo: uma na ferramenta Ceará Transparente, para os integrantes da Rede de Fomento ao Controle Social, composta por aproximadamente 100 servidores; e um Programa de Formação em Ouvidoria - Rede Ouvir Ceará, com seis módulos, para capacitação de mais de 100 ouvidores do Estado do Ceará.
- Realização de 35 palestras, sendo 19 delas para alunos de escolas públicas estaduais e universidades e 16 para servidores e gestores de diversos órgãos e entidades do serviço público estadual, abordando a importância do controle social na gestão pública e o exercício da cidadania, com orientação acerca da utilização das ferramentas de controle social como ouvidoria, serviço de informação ao cidadão e portal da transparência.
- Realização de mais de 102 mil atendimentos a cidadãos, por meio da Central de Atendimento 155.
- Registro de 62.310 manifestações no Sistema de Ouvidoria, com índice de 89% de respostas encaminhadas no prazo ao cidadão.

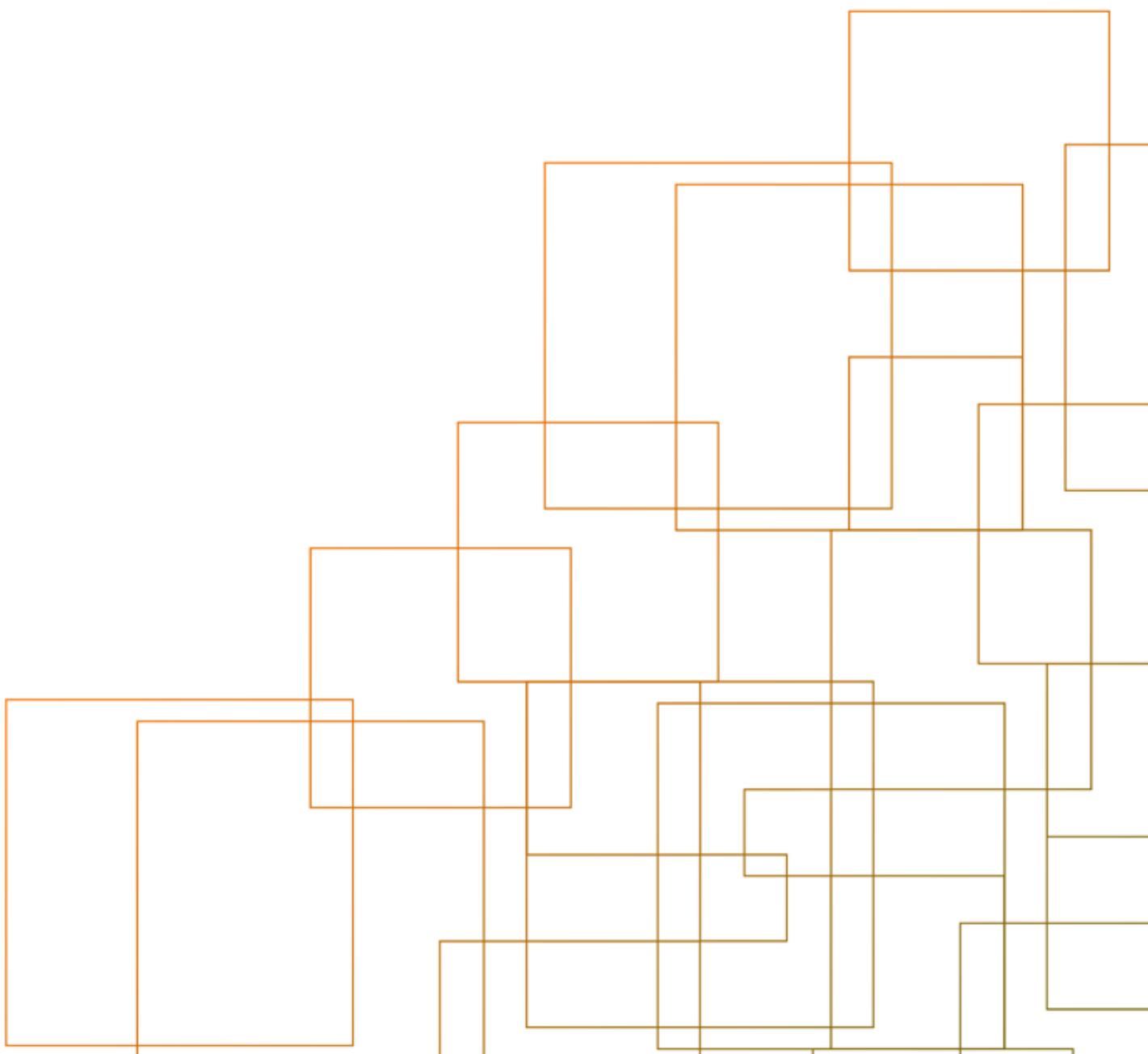


Mensagem à Assembleia

2019



EIXO CEARÁ ACOLHEDOR



O Ceará Acolhedor contempla as políticas governamentais que se sustentam no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas e respeito aos direitos humanos. O propósito central deste eixo consiste na Inclusão Social e direitos humanos assegurados para a população cearense, priorizando os segmentos vulneráveis.

Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em quatro temas estratégicos: Assistência Social, Habitação, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão para esta política pública. O SUAS determina as funções das três esferas de Governo na execução da política pública que deve afiançar e garantir as seguintes seguranças:

- 1.** De acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a permanência de indivíduos e famílias, em períodos de curta, média e longa permanência;
- 2.** De renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho;
- 3.** De convívio ou vivência familiar, comunitária e social: através da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retomada de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais;

- 4.** De desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social: pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais; e

- 5.** Sobrevivência a riscos eventuais de natalidade e mortalidade, incluindo o benefício pela garantia de sobrevivência das famílias e indivíduos em situações de riscos circunstanciais, emergenciais e temporários.

As ações da proteção social são organizadas em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial. A proteção social básica atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários tendo como unidade de atendimento o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); e os serviços de proteção social especial, de média e alta complexidade, que objetiva proteger famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados, com ou sem rompimento dos laços familiares e comunitários decorrentes de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras que tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O resultado esperado neste tema estratégico são as famílias em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social com acesso aos direitos

socioassistenciais garantidos. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Percentual de Cras com serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica cofinanciados	percentual	48,40	47,30	47,30	46,64	46,64	46,41
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados	percentual	21,20	21,20	21,20	21,20	50,54	21,20

Fonte: STDS.

No período de 2014 a 2018, foi verificado um leve decréscimo no percentual de Cras com serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica cofinanciados. A redução do percentual no período, decorre da ampliação do número de Cras pelos municípios, atualmente 390 unidades, sem o aumento do número de Cras cofinanciados, que continuam em 181 unidades. Para a ampliação dos cofinanciamentos, como forma de atender o Pacto de Aprimoramento da Gestão do Sistema Único da Assistência Social, será necessário maior aporte de recursos.

O percentual de cofinanciamento dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) foi mantido em 21,2%, em relação ao ano de 2017, bem abaixo da meta estabelecida de 50,54%. Esse percentual alcançado corresponde ao total de 39 unidades cofinanciadas, no universo dos 184 municípios, dos quais apenas 107 municípios tem Creas, o que também demonstra o desafio do governo estadual de atender o pacto mencionado acima.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para que o governo pudesse apresentar o

desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Proteção Social Especial; Implementação do Sistema Único de Assistência Social; e Proteção Social Básica. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 128,98 milhões.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

O Programa tem como objetivo principal garantir a oferta de serviços de proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos e/ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como público-alvo crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência com direitos ameaçados ou violados e com vínculos familiares rompidos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio a entidades sociais na prestação do atendimento a pessoas em situação de risco pessoal e social	Pessoa atendida	unidade	224	2.223
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços especializados de alta complexidade	Abrigo estruturado	unidade	6	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de seis abrigos, sendo dois abrigos regionalizados de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, com sede nos municípios de Jaguaruana e Itaitinga, e quatro Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência intelectual e outras deficiências associadas em Fortaleza.
- Implantação de 107 Centros de Referência Especializado de Assistência Social, para prestação dos serviços da Proteção Social Especial (PSB).
- Assessoramento técnico para 75 municípios na PSB.
- Capacitação de 3.415 profissionais para melhoria da prestação de serviços de PSB.
- Atendimento a 1.313 pessoas, dentre crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e idosos com direitos ameaçados ou violados, em 19 abrigos de acolhimento institucional.
- Atendimento a 910 crianças e adolescentes por meio de projetos de apoio ao fortalecimento da Rede de Proteção Social, financiados pelo Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (Feca).
- Criação e implantação do Comitê Gestor dos Creas Regionais, com participação colegiada de representação de Estado e Municípios.
- Elaboração da cartilha “Proteção Social Especial de Média Complexidade no Estado do Ceará” e do folder “Trabalho Infantil - Não Proteger a Infância é Condenar o Futuro”.
- Elaboração do Manual de Orientações Técnicas do Plano Individual de Atendimento dos adolescentes (PIA), em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.
- Realização de quatro eventos sobre os temas: enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, violação de direitos e violência contra a mulher.
- Formação profissional por meio de estágios remunerados para 17 adolescentes e quatro adultos oriundos da Rede de Acolhimento do Estado.
- Implantação da Central de Acolhimento Estadual para controle das vagas dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.

PROGRAMA 073 – IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Programa tem como objetivo principal consolidar o Sistema Único de Assistência Social em todo o Estado do Ceará, tendo como público-alvo os municípios cearenses.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Assessoramento à gestão municipal na Política de Assistência Social	Município assessorado	unidade	184	180

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Sistematização, publicação e publicização do Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social do Estado do Ceará - Cemarís Anual.
- Capacitação de 761 gestores e técnicos dos 184 municípios nos temas: Controle Social na Política de Assistência Social, Gestão Financeira Orçamentária do Suas, Proteção Social às Famílias e Indivíduos em Situação de Violência e Violação de Direitos.
- Realização de três oficinas de apoio técnico com 20h/a em conformidade com o Plano Nacional de Educação Permanente.
- Realização do curso de Proteção Social no Suas a Indivíduos e Famílias em Situação de Violência e Outras Violações de Direitos.

PROGRAMA 080 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O Programa tem como objetivo principal assegurar a implementação do Sistema Único de Assistência Social no Ceará, apoiando a gestão municipal e a rede socioassistencial dos serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica, tendo como público-alvo os gestores e técnicos dos municípios, crianças, adolescentes, jovens, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social	Família atendida	unidade	1.629.400	1.294.000
Apoio ao atendimento a pessoas idosas em situação de risco pessoal e social	Pessoa atendida	unidade	8.200	0
Apoio ao atendimento a pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social	Pessoa atendida	unidade	5.034	2.586
Apoio à ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social	Equipamento social implantado	unidade	137	83

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atendimento a 1.294.000 famílias pelos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), com cofinanciamento do Programa de Atendimento Integral à Família (Paif) e Benefícios Eventuais (BE).
- Implementação do Programa Primeira Infância no Suas - Criança feliz, beneficiando 39.835

pessoas, dentre as quais 32.240 crianças e 7.545 gestantes, em 182 municípios.

- Capacitação de 5.453 pessoas dentre gestores, conselheiros e técnicos das equipes de referência dos Cras, Cadúnico e Bolsa Família, Secretários de Assistência Social, Coordenadores, Supervisores e Visitadores do Programa Primeira Infância no Suas - Criança feliz.

- Assessoramento aos 184 municípios e capacitação aos técnicos e gestores para execução e acompanhamento do Programa Bolsa Família.
- Atendimento a 2.178 crianças e adolescentes pelos projetos ABCs, Circos Escola e Espaço Viva Gente.
- Realização de ações socioassistenciais beneficiando 3.267 pessoas por meio do projeto Famílias e Inclusão Social.
- Capacitação de 212 técnicos dos Cras.
- Atendimento a 40.119 famílias em situação de extrema pobreza, com crianças de até seis anos e 11 meses, por meio do Cartão Mais Infância Ceará.
- Realização de atividades recreativas, culturais e de lazer - Projeto Arte na Praça Itinerante, em 23 praças no interior e na capital.
- Construção de 56 Brinquedopraças, beneficiando aproximadamente 806.400 pessoas com ações do Programa Mais Infância.
- Entrega dos seguintes equipamentos sociais, beneficiando 44.800 pessoas em 27 municípios: cinco centros esportivos em Praças Mais Infância e 22 Centros Esportivos para Futebol - Areninhas, no total de 27 equipamentos e mais 3 Centros de Educação Infantil (CEI), 3 quadras poliesportivas, 4 Polos de Convivência Social e 4 Cras.
- Atendimento a 2.586 pessoas pelo Ceará Acessível, destacando-se o Praia Acessível que atende Pessoas com Deficiência (PcD), implementado em Caucaia e Fortaleza.

TEMA – HABITAÇÃO

A questão habitacional no Ceará, refletindo a realidade brasileira, se caracteriza pela existência de déficit habitacional e inadequação dos domicílios em nível expressivo. Os componentes do déficit habitacional são classificados como: domicílios precários (improvisados e rústicos, inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco); coabitação familiar (famílias conviventes em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo); ônus excessivo (famílias com renda de até três salários mínimos dependendo valor igual ou superior a 30% da renda familiar com aluguel); adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três). Por sua vez, a inadequação domiciliar se constitui em: domicílios carentes de serviço de infraestrutura; domicílios sem unidade sanitária

domiciliar exclusiva; e adensamento excessivo em domicílios próprios.

A Política de Habitação foi estabelecida com vistas ao enfrentamento do déficit habitacional e à inadequação domiciliar no Estado do Ceará. O tema Habitação, relacionado ao Eixo Acolhedor, em função da descentralização das políticas, tem a execução dos seus programas e projetos sob a responsabilidade dos estados e municípios, com a parceria com o Governo Federal.

Além disso, o Estado é uma das partes envolvidas no enfrentamento do problema. Os municípios também celebram instrumentos junto a União e o Governo Federal detém a informação totalizada das contratações, bem como das entregas. Ademais, há instituições financeiras federais que também contribuem para o enfrentamento

do déficit habitacional, uma vez que os financiamentos para habitações populares são parte da solução desse problema para as famílias de baixa renda, segmento alvo das ações do Governo do Estado do Ceará.

O resultado esperado nesse tema estratégico são as famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos. O desempenho do indicador que mede o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Famílias beneficiadas com habitação de interesse social	número	3.149	3.591	7.696	4.858	8.284	10.912 ¹

Fonte: SCidades.

¹ Informação até 19/12/2018. Sujeita a alterações em decorrência da contabilização de unidades habitacionais de empreendimentos concluídos do PMCMV, cuja comprovação é realizada pela Caixa.

Em 2018, em dados parciais, foram beneficiadas 10.912 famílias com a entrega de unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – FAR, SUB 50 e PNHR –, do Projeto Dendê e do convênio de Pires Ferreira (ver tabela indicadores temáticos), o que corresponde a 131,72% do que havia sido programado, 8.284 unidades, superando portanto, a meta de unidades habitacionais programada para 2018.

No que diz respeito ao apoio do Estado ao PMCMV, foram entregues 10.303 unidades habitacionais nas modalidades Fundo de Arrendamento Residencial (9.898), PMCMV Fase 2 / SUB 50 (124) e Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (281). Por meio do Projeto Dendê foram entregues 600 unidades e, através do convênio com município de Pires Ferreira, mais nove unidades foram entregues.

As entregas correspondem a 8.483 unidades na RMF (Grande Fortaleza) e 2.429 unidades no Interior, nas regiões Cariri (60), Centro Sul (50), Litoral Leste (25), Litoral Norte (8), Litoral Oeste-Vale do Curu (95), Maciço de Baturité (2), Serra de Ibiapaba (9), Sertão Central (1.474),

Sertão de Canindé (4), Sertão de Sobral (18), Sertão dos Crateús (622), Sertão dos Inhamuns (18) e Vale do Jaguaribe (25).

Embora as contratações realizadas no período 2012-2014 tenham sinalizado uma tendência de crescimento da entrega de unidades habitacionais, o contingenciamento de recursos da União no período 2015-2018, em decorrência da crise econômica e política no país, provocou atrasos de repasses de recursos federais para iniciar, executar e concluir os empreendimentos até 2017, o que retardou, para 2018, a entrega de empreendimentos, alguns dos quais contratados desde 2012. Também registra-se em função das questões apresentadas a redução do número de unidades contratadas em 2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA HABITAÇÃO

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Habitação de Interesse Social, utilizando, para tanto, um

volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 20,77 milhões.

PROGRAMA 022 – HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Esse Programa tem como objetivo principal proporcionar moradia digna à população de baixa renda para o enfrentamento do déficit

habitacional e da inadequação domiciliar, tendo como público-alvo as famílias de baixa renda aprovadas nos critérios previamente estabelecidos em programas habitacionais no âmbito estadual e federal.

O programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Oferta de moradia de interesse social – Rio Maranguapinho	Unidade habitacional entregue	unidade	128	0
Oferta de moradia de interesse social - Dendê	Unidade habitacional entregue	unidade	400	600
Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais - Dendê	Unidade habitacional entregue	unidade	200	0
Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural	Unidade habitacional entregue	unidade	2.145	340

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Entrega de 10.912 unidades habitacionais de interesse social, beneficiando 4.958 pessoas, nas 14 regiões administrativas do Estado: Cariri (60), Centro Sul (50), Grande Fortaleza (8.483), Litoral Leste (25), Litoral Norte (8), Litoral Oeste / Vale do Curu (95), Maciço de Baturité (21), Serra da Ibiapaba (9), Sertão Central (1.474), Sertão de Canindé (4), Sertão de Sobral (18), Sertão de Crateús (622), Sertão dos Inhamuns (18) e Vale do Jaguaribe (25).
- Contratação de 317 unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – FAR, para o município de Fortaleza.
- Entrega de 2.403 fogões sustentáveis, beneficiando 9.901 pessoas nas Regiões: Cariri (185), Centro Sul (382), Grande Fortaleza (276), Litoral Leste (167), Litoral Norte (147), Litoral Oeste/Vale do Curu (07), Maciço de Baturité (301), Serra da Ibiapaba (74), Sertão Central (234), Sertão de Canindé (220), Sertão de Sobral (39), Sertão de Crateús (133) e Vale do Jaguaribe (238).

- Entrega de 2.492 títulos de escrituras de imóveis por meio da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (Cohab), regularizando o legado dos conjuntos habitacionais e beneficiando 9.968 pessoas nas Regiões: Cariri (34), Centro Sul (11), Grande Fortaleza (2.325), Litoral Leste (6), Litoral Norte (4), Litoral Oeste / Vale do Curu (4), Maciço de Baturité (35), Serra da Ibiapaba (2), Sertão Central (19), Sertão de Canindé (2), Sertão de Sobral (21), Sertão de Crateús (13), Sertão dos Inhamuns (14) e Vale do Jaguaribe (2).

- Capacitação de 1.191 pessoas dos Residenciais José Euclides, Riacho Verde I e II, Cidade Jardim, Águas de Jaçanã e Dendê, por meio de 20 oficinas com a participação dos parceiros Cagece, Enel e Secretaria de Saúde.

- Capacitação para 2.404 pessoas de 601 famílias dos Residenciais José Euclides Ferreira Gomes, Ana Facó, Cidade Jardim II e Orgulho do Ceará II, por meio de oficinas para mobilização social e organização das comunidades, além de educação ambiental e patrimonial.

- Atendimento presencial a 4.693 pessoas para atualização cadastral, orientações gerais sobre projetos habitacionais e encaminhamento para PMCMV nos Residenciais José Euclides Ferreira Gomes, Ana Facó, Cidade Jardim II e Orgulho do Ceará II.
- Atendimento por meio de visita domiciliar a 2.643 famílias, no Projeto Fogão Sustentável, para cadastramento e enquadramento nos critérios de atendimento, além de 50 capacitações para orientação quanto ao uso adequado do equipamento e dos benefícios advindos da sua utilização.

TEMA – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

O tema Inclusão Social e Direitos Humanos baseia-se no acolhimento à dignidade da pessoa humana como direito constitucional. O Governo do Estado tem alinhado seus esforços às estratégias nacionais, imprimindo aos direitos humanos uma condição de política especial, em conformidade com as necessidades e demandas de diversos segmentos populacionais.

Nesta perspectiva, o Estado do Ceará, seguindo a União, garantiu na sua organização político-administrativa o atendimento constitucional das diretrizes no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Neste esforço, o Governo do Estado fortaleceu e reorganizou a Secretaria de Justiça e Cidadania, e criou as Coordenadorias Especiais no âmbito do Gabinete do Governador, tratando os segmentos especiais como tema transversal das políticas setoriais, além de ter criado a Superintendência Estadual

de Atendimento Socioeducativo (Seas), para coordenar, no âmbito estadual, o Sistema de Atendimento Socioeducativo.

O Governo Estadual definiu alternativas de política para acolher os segmentos de crianças e adolescentes, mulheres, étnico-raciais, idosos, pessoas com deficiência, LGBT, população de rua e minorias sociais (contingentes populacionais vulneráveis), o que tem gerado bons resultados em relação à promoção e defesa dos direitos desses segmentos.

O resultado esperado neste tema estratégico são indivíduos e grupos sociais vulneráveis com inclusão e direitos humanos assegurados. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Percentual de Unidades de Medidas Socioeducativas funcionando em conformidade com o Sinase	percentual	50	50	30	60	90	80
Percentuais de Imóveis Rurais Geocadastrados para fins de regularização fundiária	percentual	62,06	62,00	69,03	78,52	86,36	82,41

Fonte: Seas e SDA.

O indicador “Percentual de Unidades de Medidas Socioeducativas funcionando em conformidade com o Sinase”, representa o percentual de centros socioeducativos que apresentam todos os requisitos a seguir: 1) Infraestrutura adequada (espaços coletivos e dormitórios com manutenção, higiene e salubridade); 2) Pessoal (quantitativo adequado e capacitação dos profissionais); e 3) Atividades socioeducativas (regularidade e cobertura de atendimento).

Embora tenha ficado abaixo da meta estabelecida, o indicador cresceu 20 p.p. em relação a 2017, especialmente devido à melhoria na implementação da política de Atendimento Socioeducativo e o aumento do volume de recursos destinados à melhoria da infraestrutura, manutenção dos Centros Socioeducativos e formação dos profissionais. Em vista disso, durante o ano de 2018 foi possível inaugurar e iniciar as atividades de um Centro de Internação em Sobral, implementar as melhorias na infraestrutura de 11 unidades, realizar investimentos em segurança e ainda contratar e capacitar servidores temporários (Seleção Pública de 2017) e terceirizados.

Estas melhorias permitiram, por sua vez, a implementação das atividades de educação formal e profissional, assistência à saúde, arte, cultura, esporte e lazer, com destaque para a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que proporciona a formação profissional e a inclusão digital dos adolescentes nos 17 Centros Socioeducativos dos municípios de Crateús, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte e Sobral.

O processo de regularização fundiária, por sua vez, alcançou no ano de 2018 o percentual de 82,41% de imóveis rurais regularizados. Tal percentual representa um crescimento de 3,89 p.p. em relação a 2017, totalizando 214.257 imóveis geocadastrados em

relação ao número de imóveis rurais estimado no início dos trabalhos, a saber, 260.000 imóveis rurais no estado. Importante destacar, ainda, que a execução das atividades de regularização fundiária no ano de 2018 foram desenvolvidas com recursos estaduais, em maior monta, complementados com recursos federais, distribuídos nas 14 regiões. Elucida-se, ainda, que este percentual de execução programado não pôde ser integralmente cumprido em virtude de atrasos na liberação de parcelas de convênios pelo Governo Federal, ocasionando mora dos cronogramas de realização.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania; Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário; Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; e Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 145,95 milhões.

PROGRAMA 005 – GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

O Programa tem como objetivo principal atender a garantia dos direitos humanos e cidadania, ampliando a visibilidade e a acessibilidade dos serviços oferecidos à sociedade, tendo como público-alvo a população em geral.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Garantia da proteção a pessoas ameaçadas	Pessoa assistida	unidade	155	467

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atendimento a 640 pessoas nos programas de proteção, sendo 172 pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), 134 pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) e 334 pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), com atuação em todo o território estadual e estendido a outros estados, considerando alguns graus de ameaça.
- Realização de 193 atendimentos pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV).
- Realização de 4.450 atendimentos pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM).
- Realização de 120 eventos pelo NETP, beneficiando 4 mil pessoas.
- Realização de 36 eventos pelo CRAVV, beneficiando 665 pessoas.
- Realização de ações (seminários, audiências públicas, visitas e inspeções) pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH), Conselho Penitenciário (Copen) e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT).

- Indenização de 32 anistiados, ex-presos políticos, totalizando o valor de R\$ 650.000,00.
- Realização de 2.367.467 atendimentos nas Unidades Vapt Vupt.
- Realização de 74.703 atendimentos pelo Balcão da Cidadania + equipe itinerante, com 188 ações itinerantes realizadas, sendo 119 na capital e 69 nos municípios do interior.
- Realização de 34.389 atendimentos do Núcleo do Cadastro de Visitantes (Nucav) nas Unidades do Vapt Vupt de Messejana e Antônio Bezerra.

PROGRAMA 030 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

O Programa tem como objetivo principal contribuir com a redução das desigualdades regionais e nas formulações de políticas públicas que atendam às diversidades territoriais, nas dimensões socioeconômicas e de infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como público-alvo agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais e suas representações.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário	Família beneficiada	unidade	6.402	4.623

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Promoção do acesso à terra com o financiamento de dois imóveis rurais em uma área total de 476,03 hectares, beneficiando 20 famílias, nos municípios de Quixeramobim e Aracoiaba.
- Implantação de 44 Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC), beneficiando 253 famílias, contemplando 21 unidades produtivas (imóveis) em 16 municípios, localizados em nove regiões.
- Emissão de 13.791 títulos de domínio de imóveis rurais pelo Programa de Regularização Fundiária, já tendo sido entregues 12.454 aos detentores, de 105 municípios distribuídos nas 14 regiões de planejamento, estando aptos a entregar, em razão dos trabalhos realizados, 13.607 títulos.
- Georreferenciamento e cadastramento de 6.256 imóveis rurais em cinco municípios na região do Centro Sul e Vale do Jaguaribe.
- Acompanhamento técnico-social em 198 áreas de assentamentos e reassentamentos nas 14 regiões, beneficiando: 339 famílias com emissão de declarações/anuências para promoção do acesso a políticas públicas sociais e econômicas; e 459 famílias com emissão de declarações de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para acesso a políticas de crédito agrícola.
- Acompanhamento de 206 famílias assentadas no processo de desbloqueio cadastral junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e liberação do Tribunal de Contas da União (TCU), já tendo sido aprovados 109 desbloqueios cadastrais em 33 assentamentos, distribuídos em 19 municípios.
- Elaboração de 22 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) de assentamentos rurais, em 16 municípios, beneficiando 300 famílias assentadas.
- Acompanhamento, vistoria e avaliação de 18 áreas de conflito agrário, distribuídas em 12 municípios.
- Aquisição de um imóvel rural a destinar-se à manutenção produtiva de 14 famílias, das 120 impactadas, pela construção da Barragem do Figueiredo, no município de Iracema.
- Aquisição da área social do imóvel rural Fazenda Uruanan, no município de Chorozinho, que beneficiará 595 famílias, associado à aquisição do restante da propriedade pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
- Acompanhamento operacional junto a 19 associações de assentamentos de compra de terra para quitação de dívidas de terras de 19 imóveis rurais vinculados ao Projeto São José - Ação Fundiária e Programa Cédula da Terra.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a efetividade das políticas públicas referentes à promoção e defesa dos direitos dos segmentos vulneráveis, tendo como público-alvo mulheres, populações negra, indígena, quilombola, povos de terreiro, cigana e de rua, crianças e adolescentes, jovens, segmento LGBT, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Ampliação do controle social e participação democrática e popular nas políticas transversais	Servidor capacitado	unidade	642	3.249
Formação e qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Evento de participação cidadã realizado	unidade	76	126
Promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis	Evento realizado	unidade	106	80
Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis	Pessoa capacitada	unidade	5.190	5.538
Ampliação do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade	Atendimento realizado	unidade	12.300	24.802

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Inauguração da Casa da Mulher Brasileira do Ceará, com realização de mais de 11.000 atendimentos em seis meses de funcionamento.
- Realização de ações voltadas para a educação escolar indígena, quilombola e implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 por meio da participação na Comissão Interinstitucional de Educação Escolar Indígena e Comissão de Educação Escolar Quilombola para professores do Estado sobre a educação para as relações étnico-raciais.
- Apoio institucional para participação de delegações do Ceará na IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em Brasília/DF, na Marcha contra o Racismo - Fórum Social Mundial em Salvador/BA e no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 mais, em Goiânia/GO.
- Execução do projeto “Municipalizando a Promoção da Igualdade Racial no Ceará”, por meio de reuniões técnicas itinerantes voltadas à implementação de conselhos, órgãos e planos de promoção da igualdade racial.
- Realização, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do 3º Ciclo de Capacitação do Selo Unicef e do I Encontro dos Núcleos de Crianças e Adolescentes da região do Cariri.
- Lançamento do Programa Estação Juventude, no Centro Cultural do Bom Jardim.
- Oferta de vagas e matrículas de 1.080 jovens, sendo 480 em sete municípios no ProJovem Campo “Saberes da Terra”, e 600 em três municípios no ProJovem Urbano.
- Realização das pesquisas ProJovem Urbano Prisional e ProJovem Campo “Saberes da Terra”.
- Garantia do acesso à meia passagem estudantil, com mais de 20 mil jovens beneficiados.
- Realização da II Caravana de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, desenvolvida nas escolas do campo, localizadas nos assentamentos da reforma agrária.
- Realização do 1º Circuito Interescolar de Teatro nas Escolas do Campo, por meio do Projeto São José;
- Realização do II Seminário de Torcidas Organizadas do Estado do Ceará, do II Encontro Nacional de Mulheres nas Arquibancadas e outras atividades de promoção da pacificação e da regulamentação das torcidas organizadas do Ceará.
- Mediação de conflitos fundiários em 37 comunidades urbanas e rurais por meio da Ouvidoria Estadual de Direitos Humanos.

- Atendimento inicial e articulação com órgãos públicos municipais e estaduais para o acolhimento e reinserção de 45 trabalhadores resgatados em situação de trabalho análogo à escravidão.
- Realização de três seminários para elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, nos municípios de Crato, Fortaleza e Sobral.
- Realização da Campanha Institucional “Usar o nome social é um direito. Respeitar é um dever de todos” nos órgãos governamentais, com palestra e divulgação de cartazes de travestis e transexuais que prestaram sua imagem para a realização desta iniciativa.
- Realização da Semana da Diversidade Sexual do Ceará, intitulada Luiz Palhano Loiola, realizada por meio do programa Ceará de Cidadania Contra a Homofobia, em parceria com a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza.
- Adesão do Governo do Estado ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, se comprometendo a desenvolver ações que atuem no enfrentamento da violência por LGBTfobia.
- Realização de audiências públicas sobre o processo de retificação do registro civil de pessoas trans em Sobral e Juazeiro do Norte.
- Realização de parceria com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec) para oferta de curso de empreendedorismo para participação de pessoas LGBT.
- Elaboração da Política Estadual da Pessoa Idosa.
- Participação e apoio sistemático às ações que possibilitam a visibilidade dos grupos vulneráveis referentes a pessoa idosa, tais como: atividades de comemoração dos 15 anos do Estatuto do Idoso, promovidas pelo Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (Cedi); atividades de comemoração dos 10 anos do Conselho da Pessoa Idosa do Município de Fortaleza, onde foram anunciadas as instituições selecionadas, por edital, para receber recursos do Fundo Municipal; lançamento da Estratégia Brasil Amigo do Idoso, coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social, com a participação de 76 municípios.
- Apoio e participação no Seminário de “Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa” que contou com a presença de 150 pessoas.
- Apoio e participação no Seminário “Caminhos para um Envelhecimento Cidadão no Ceará”, com o objetivo de criação e implementação dos Fundos Municipais da Pessoa Idosa, com a participação de aproximadamente 100 pessoas, o qual também foi realizado nos municípios de Sobral, Itapipoca, Horizonte, Russas, Acopiara e Crato, com um total de 505 participantes.
- Elaboração da Política Estadual da Pessoa com Deficiência, em parceria com o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, o Ministério Público do Ceará e a sociedade civil.
- Realização de 308 atendimentos pela Central de Intérpretes de Libras, possibilitando aos surdos o acesso aos serviços públicos e participação em seminários, palestras, curso e eventos.

- Viabilização da participação de 4.500 pessoas com deficiência no Programa Praia Acessível, em Fortaleza.

- Assessoramento Técnico ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Cedef), com vista ao seu fortalecimento na perspectiva da discussão das políticas setoriais desse segmento.

- Formação dos profissionais do Ministério Público no atendimento à pessoa com deficiência e dos policiais recém-contratados para atendimento aos idosos e pessoas com deficiência.

- Inclusão de 17 surdos no processo de habilitação para concessão da Carteira Nacional de Trânsito - CNH Popular, por meio do apoio da Central de Intérpretes de Libras.

PROGRAMA 075 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O Programa tem como objetivo principal prestar atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa privativa/restritiva de liberdade, fortalecendo sua reinserção sociofamiliar e comunitária, tendo como público-alvo adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos, podendo excepcionalmente serem atendidos jovens de até 21 anos incompletos, sentenciados judicialmente.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Melhoria da estrutura das unidades de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Unidade de internação reformada	unidade	28	11
Formação e qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Pessoa capacitada	unidade	230	846

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Elaboração e aprovação do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Ceará (2019-2028), com participação de 26 órgãos e entidades (governamentais e não governamentais).

- Inauguração do Centro Socioeducativo de Internação de Sobral, atendendo a adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em medida socioeducativa de internação oriundos dos municípios da região.

- Acompanhamento a 3.269 adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em internação provisória

e em medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos Centros Socioeducativos dos municípios de Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte, Iguatu e Crateús.

- Melhorias na infraestrutura (reformas) em 11 Centros Socioeducativos nos municípios de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte.

- Realização de cursos de formação profissional (carga horária acima de 100 horas), certificando 846 adolescentes e jovens dos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte, Iguatu e Crateús.

- Realização de cursos de qualificação básica (carga horária de 40 horas), certificando 1.051 adolescentes e jovens dos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte.
- Implementação do Núcleo Escola Estadual de Socioeducação e realização de 28 eventos de formação, capacitando 1.599 profissionais da Socioeducação.
- Realização de turmas de educação formal na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Socioeducativos de Internação de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, com frequência de 1.992 adolescentes e jovens.
- Representação brasileira de três adolescentes de Fortaleza e Juazeiro do Norte no Festival Internacional de Contis – França, com a exibição dos curtas-metragens: “Ninguém pode parar meu coração” e “Corrente de Prata”.
- Realização do I Festival de Arte e Cultura do Sistema Socioeducativo, com exposição de 49 telas e apresentação de cinco curtas-metragens produzidos com participação os adolescentes dos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte.
- Implementação do Núcleo de Futebol do Fortaleza Esporte Clube no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré e do Núcleo do Basquete Cearense no Centro Socioeducativo Dom Bosco, em Fortaleza.
- Realização de aconselhamento e testagem para infecções sexualmente transmissíveis com adesão de 1.417 adolescentes nos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte.
- Realização de 2.648 atendimentos médicos na unidade e consultas externas, beneficiando os adolescentes e jovens dos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte.
- Implementação do Núcleo de Promoção da Saúde do Trabalhador, com realização de eventos de Prevenção e Assistência à Saúde do Trabalhador e Desenvolvimento para a Qualidade de Vida no Trabalho, com 348 profissionais beneficiados.

TEMA – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis dos pontos de vista: ambiental, econômico e social.

De conformidade com esse conceito, a SAN tem como premissa a intersetorialidade, o que requer o envolvimento tanto das esferas de governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes linhas de ação – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo alimentar.

Ressalte-se que a institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras dos últimos anos, em especial, no tocante à temática da fome, pela urgência e necessidade de superá-la.

O Estado do Ceará, por meio de sua Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (Consea - CE), vem cumprindo seu papel no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de fortalecer o debate em torno do tema e cumprindo o compromisso assumido de atender as urgências relacionadas ao combate à fome e à miséria, em parceria com o Governo Federal.

Como política pública garantidora de oferta e do acesso de alimentos para toda a população,

o Governo construiu uma agenda na área da Segurança Alimentar e Nutricional, adotando as premissas básicas da SAN, em que se destaca a intersetorialidade. O conjunto de ações envolve a continuidade das políticas em implementação: ampliação do acesso aos alimentos com aumento dos empregos e transferência de renda; ampliação das tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção; expansão da cobertura da vigilância alimentar e nutricional e programas de promoção da saúde; ampliação dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica, ações de cooperativismo e extensão rural; expansão das compras públicas de alimento da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Associe-se a essas ações, a incorporação dos desafios de executar programas de SAN envolvendo a dimensão ambiental e territorial, combate ao uso de agrotóxicos, estratégias de enfrentamento aos transgênicos e condições de fiscalização sanitária, garantindo agrobiodiversidade e controle de produtos que envolvam risco à saúde, educação alimentar e nutricional, tendo como foco principal crianças e adolescentes e o monitoramento de indicadores consubstanciados nas dimensões do tema.

O resultado esperado neste tema estratégico é o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Percentual de municípios com Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) implantados	percentual	4,35	65,20	65,20	65,20	66,84	66,84
Percentual de municípios com o Sisan implementado	percentual	10,32	7,60	9,23	17,40	22,00	22,28
Percentual de agricultores familiares beneficiados com aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo PAA	percentual	1,32	1,60	1,20	1,60	2,10	1,80

Fonte: STDS e SDA.

No período de 2014 a 2018, foram implantados 123 Conselhos Municipais, correspondentes a cerca de 67% dos municípios cearenses. As ações que vêm contribuindo com a evolução deste indicador decorrem do assessoramento sistemático *in loco*, resultando, portanto, na criação e reestruturação dos conselhos, fortalecendo a Política da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Estado e Municípios. Buscando o fortalecimento da política de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir de 2016, foi programada a adesão de sete municípios por ano. Em 2018, nove municípios aderiram ao sistema, totalizando 41 municípios com Sisan implementado e efetivado. Conforme trata a Política Nacional de SAN (Decreto nº 7272/2010), a adesão ao Sisan pelos gestores municipais é voluntária e o que contribui para a maior participação dos municípios são as capacitações e os assessoramentos aos gestores e técnicos municipais. Registra-se que o Ceará é o terceiro do Brasil em número de municípios adesos, representando o compromisso dos gestores com a Política da Segurança Alimentar e Nutricional.

O indicador “Percentual de agricultores familiares beneficiados com aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo PAA” registrou, em 2018, uma diferença de 0,3 p.p. abaixo do programado para o ano, principalmente, devido ao fato de que as modalidades de operação Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e Consumo de Leite terem sido afetadas com a redução dos recursos repassados ao Estado

pelo Governo Federal. Contudo, mesmo nesse cenário, houve uma evolução de 0,2 p.p. em relação ao ano de 2017.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional; e Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 56,98 milhões.

PROGRAMA 033 – PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, priorizando os grupos com vulnerabilidade social, com o acesso a alimentos em qualidade e quantidade satisfatória, tendo como público-alvo agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais e suas representações, beneficiários do PAA, Leite Fome Zero, entidades filantrópicas, consumidores de produtos hortifrutigranjeiros e estudantes das escolas públicas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus

produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Aquisição da produção da agricultura familiar no âmbito do PAA em suas modalidades	Produtor beneficiado	unidade	15.623	1.829
Distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional	Pessoa beneficiada	unidade	422.983	498.241

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Adesões ao garantia-safra de 200.395 agricultores familiares, em 178 municípios, dos quais 8.474 agricultores já estão recebendo os benefícios, contemplados com R\$ 850,00 cada, em cinco parcelas.
- Implantação de 10 cisternas de enxurrada para promoção de acesso à água para produção de alimentos, em três municípios, beneficiando 10 famílias.
- Aquisição e distribuição de 9,46 milhões de litros de leite bovino e 350,6 mil litros de leite caprino oriundo de 1.829 produtores familiares, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA Leite), beneficiando 426.471 pessoas em 1.927 entidades socioassistenciais.
- Aquisição de 978,47 toneladas de alimentos

de agricultores familiares, beneficiando com a distribuição 498.241 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, em 106 municípios.

PROGRAMA 084 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa tem como objetivo principal promover a intersectorialidade das ações de segurança alimentar e nutricional, com base no direito humano à alimentação adequada, tendo como público-alvo gestores, técnicos e conselheiros municipais, manipuladores de alimentos, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, famílias e crianças atendidas pelos Centros de Educação Infantil e Pessoas em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN).

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e seus mecanismos de gestão no Estado	Município apoiado	unidade	184	122
Promoção de ações de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada	Pessoa capacitada	unidade	1.775	1.608

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Apoio a 122 municípios na implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

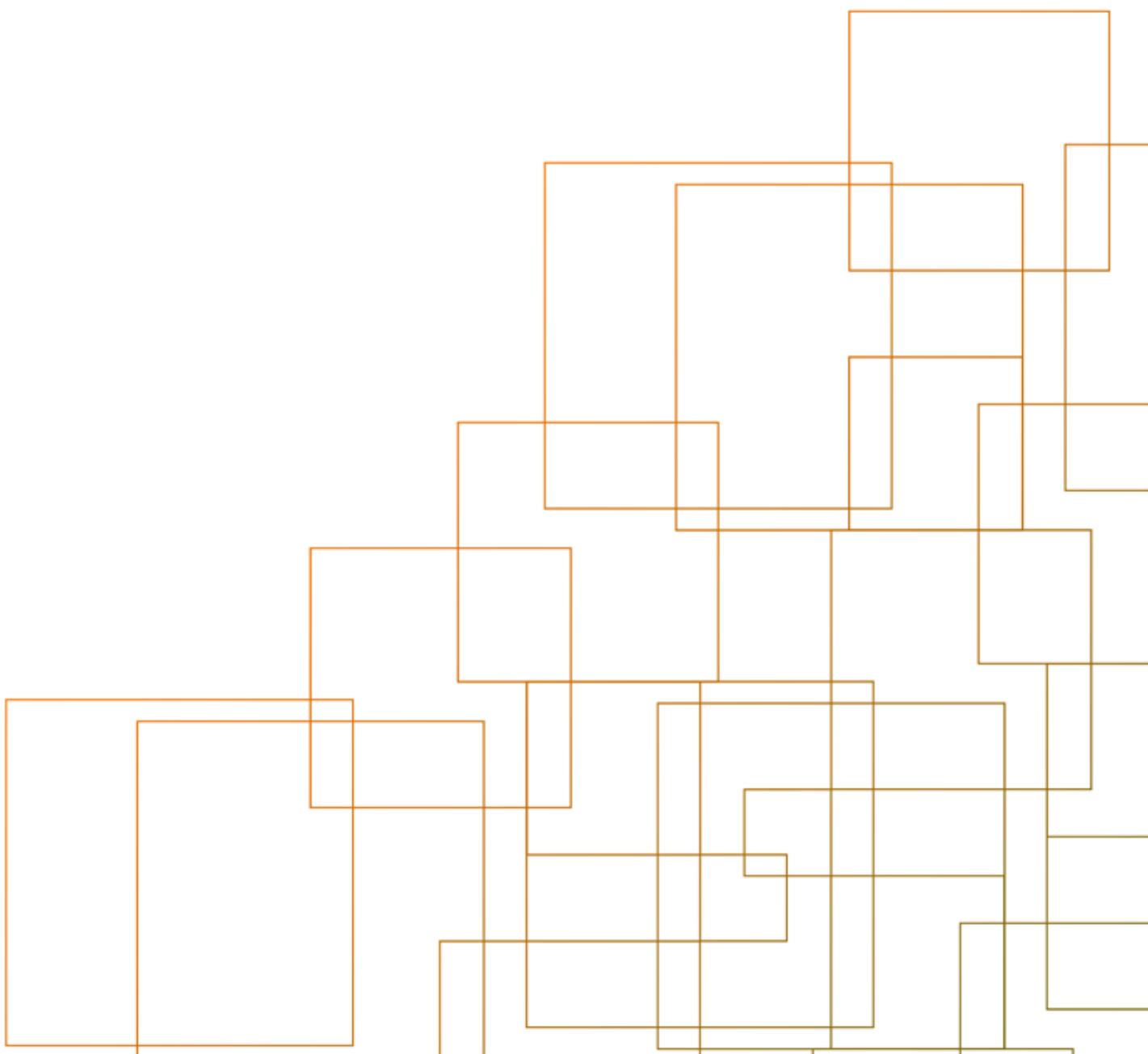
- Capacitação de 1.608 pessoas em Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada.

Mensagem à Assembleia

2019



EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES



O Ceará de Oportunidades contempla as políticas governamentais voltadas aos desafios da economia estadual mediante duas formulações de inspiração estratégica: fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. O propósito central deste eixo consiste no desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando

as identidades dos territórios cearenses.

Alinhadas a este propósito, as ações do Governo organizam-se em nove temas estratégicos: Agricultura Familiar e Agronegócio, Indústria, Serviços, Infraestrutura e Mobilidade, Turismo, Trabalho e Renda, Empreendedorismo, Pesca e Aquicultura e Requalificação Urbana, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

O Governo do Estado vem atuando para o desenvolvimento da agropecuária, mediante o apoio à agricultura familiar, com a intensificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com foco no combate à pobreza rural, na garantia da segurança alimentar e nutricional e no apoio à transição agroecológica e convivência com o Semiárido.

Ainda com referência à agricultura familiar, o Governo do Estado vem buscando tornar esse público não apenas um receptor das tecnologias ou dos produtos, e sim um produtor qualificado, de modo que tenham incrementos de renda e melhores condições de vida e bem-estar, transformando-os em produtores credenciados para comercializarem sementes das principais culturas, mudas de essências nativas, de cajueiros e de raquetes de palma forrageira. Além do mais, existe uma participação significativa na comercialização dos produtos dos Programas de Aquisição de Alimentos e no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Convém enfatizar a presença da SDA, em parceria com outras instituições, na busca de soluções para minimizar os efeitos danosos dos seis anos de

estiagem, principalmente para os agricultores familiares, na distribuição e construção de cisternas, aquisição de equipamentos para pequenos irrigantes, com ênfase para um novo e futurista projeto, o Projeto de Irrigação em Minha Propriedade (PIMP) e o Projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), tendo como conveniado a Fundação Banco do Brasil e o apoio do Instituto Agropolos.

Considerando ser a educação um dos fortes pilares do atual governo, a SDA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural têm contribuído fortemente com a capacitação de agricultores e agricultoras, em diferentes atividades da agropecuária cearense, com destaque na transferência de novos conhecimentos nas áreas de irrigação, produção e industrialização da mandioca, produção de mudas, sistemas agroecológicos, boas práticas na ovinocaprinocultura e produção de mel.

A relação de parceria entre o Governo do Estado e a sociedade rural cearense ficou mais estreita e evidente a partir da construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

(PDRSS), que define as bases estratégicas para as políticas de fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do Estado do Ceará.

No que se refere ao setor do agronegócio cearense, a política governamental se orienta pela importância para a economia cearense de fortalecer as vantagens competitivas do Estado que se comprovaram nos últimos anos. Como estratégia de gestão, o Governo

Estadual estimulou a sua organização em câmaras setoriais, podendo ser citadas as do caju, camarão, carnaúba, flores, fruticultura, leite, mel, ovinocaprinocultura e tilápia.

O resultado esperado neste tema estratégico é a economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Valor Bruto da Produção da Agricultura (VBP)	R\$ mil	2.621.218	1.771.146	2.020.491	2.793.054	2.800.000	2.816.718
Cobertura vacinal da febre aftosa	percentual	95,44	92,66	91,22	92,15	90,00	90,97
Valor de exportação dos produtos da agropecuária cearense	US\$ FOB mil	548.191,00	537.729,00	532.230,00	470.276,00	472.627,38	216.585,72

Fonte: SDA e Seapa.

O indicador “Valor Bruto da Produção da Agricultura (VBP)” representa o valor de venda da produção recebido pelo produtor de sua produção agrícola. Incluem-se neste cálculo todos os produtos cearenses constantes do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Registra-se que os valores apresentados são a preços correntes, portanto as análises decorrentes são com base no apurado ao final de cada ano.

A quadra invernososa é o principal fator na determinação do VBP. A oscilação nos valores do VBP no período de 2014 a 2018 se deve, principalmente, à estiagem e má distribuição de chuvas que assola o Estado do Ceará desde 2012, influenciando tanto na produção quanto nos preços praticados pelos produtores.

Vale salientar que a produção de grãos em 2018 foi de apenas 647.286 mil toneladas, bem abaixo ainda da safra recorde de grãos em 2011 que foi de 1.301,8 mil toneladas.

No que se refere ao VBP, o valor obtido em 2018, quando comparado ao ano anterior teve um incremento de 0,84% e abaixo em 2,9% do programado para este ano.

A produção de frutas frescas é o grupo que tem a maior participação na formação do VBP. Em 2014, esta participação foi de 39%. No ano de 2017, houve uma redução para 36,7% devido à escassez d’água para irrigação.

A evolução do indicador “Cobertura vacinal da febre aftosa”, que desde 2014 registra percentuais superiores a 90%, demonstra o compromisso do produtor com as políticas públicas, colaborando para que o estado continue livre de febre aftosa através da vacinação, o que

permitiu a comercialização de animais vivos, produtos e subprodutos de origem animal em todo o Brasil. A meta para a primeira etapa de 2018 era de 90%, sendo então atingida com um valor de 90,97% para bovinos e 95,30% para bubalinos; porém, ainda faltam dados a serem lançados no sistema referente à segunda etapa de 2018.

Houve uma queda no valor do indicador “Valor de exportação dos produtos da agropecuária cearense em US\$ FOB” para o ano de 2018, porém esse decréscimo se deve ao fato dos dados coletados serem referentes aos meses de janeiro a outubro, faltando ainda os dados dos valores de exportação para o período de novembro e dezembro, período em que se concentra o maior índice de exportação do estado. No entanto, há uma tendência de que não se atinja a meta estabelecida, em virtude de fatores como a crise econômica pela qual o país ainda enfrenta.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores

relacionados a seguir, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Desenvolvimento da Agropecuária Familiar; Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio; e Defesa Agropecuária Atual no Estado do Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 105,86 milhões.

PROGRAMA 029 – DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR

O Programa tem como objetivo principal incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo, tendo como público-alvo agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais e suas representações.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Incentivo à produção agropecuária da agricultura familiar	Semente distribuída	tonelada	4.000,00	3.023,14
Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural	Produtor assistido	unidade	61.796	43.829

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Distribuição de 3.023,127 toneladas de sementes de milho, feijão, sorgo forrageiro e mamona; 369.788 mudas de cajueiro precoce e outras frutíferas (acerola, cajá, goiaba, manga e umbú cajá); 161.445 mudas de essências florestais; 3.766 m³ de maniva semente e 6,3 milhões de raquetes de palma forrageira, beneficiando a 152.273 agricultores familiares em todo o estado.
- Assistência técnica a 63 projetos Mandalla, beneficiando 189 produtores em 44 municípios, contribuindo para o processo de adoção e difusão de tecnologias alternativas adaptadas, desenvolvimento das potencialidades de irrigação, produção e produtividade, manejo adequado do solo e geração de renda, agregação de valor e segurança alimentar.
- Realização de oito cursos de capacitação no sistema de produção Mandalla, de 80h/aula em dois módulos, beneficiando a 58 produtores familiares.
- Acompanhamento e assistência técnica a 600 produtores em 24 agroindústrias de beneficiamento da mandioca em 16 municípios, contribuindo com a melhoria da qualidade da farinha produzida, garantindo mercado consolidado para a agricultura familiar, aumentando a geração de emprego e renda dos agricultores familiares, contribuindo também para o aumento da reserva alimentar da pecuária cearense.
- Apoio à estruturação física das cadeias produtivas da pecuária, com a implantação de cinco abatedouros nos municípios de Marco, Pereiro, Quixelô, Quixeré e Uruoca, com capacidade unitária de abater 750 animais/semana.
- Comercialização de 634.847,41 toneladas de produtos hortigranjeiros nos entrepostos das Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (Ceasa) em Maracanaú, Tianguá e Cariri.
- Incentivo ao aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, com a distribuição de 5.745 matrizes e 383 reprodutores caprinos, beneficiando 383 produtores, em 29 municípios.
- Distribuição e acompanhamento de 14.308 colmeias para 625 produtores com a previsão de produção de até 288 toneladas/ano de mel, em 20 municípios.
- Acompanhamento e assistência técnica a 330 produtores beneficiados com a implantação de 330 galinheiros e a entrega de 39.600 pintos, em 21 municípios.
- Acompanhamento e assistência técnica a 2.652 produtores beneficiados com 221 tanques de resfriamento de leite, 90 kits de inseminação e 40 ensiladeiras, em 58 municípios.
- Assistência técnica e extensão rural a 43.829 produtores familiares nas diversas atividades da cadeia produtiva da agropecuária, reconhecida na divulgação da excelente performance da atividade da pecuária nos seis anos de seca (2012-2016) de acordo com o censo agropecuário em 2018, período 2006-2016 onde visualiza-se claramente o aumento da resiliência dos nossos produtores às variabilidades do clima e a evolução da taxa de crescimento do rebanho ovino em 11,9%, caprino 10,7% e a produção do leite em 14,4%.
- Realização de capacitações por meio de intercâmbios, seminários, oficinas, excursões, cursos, dias de campo e encontros envolvendo 2.851 produtores e 158 técnicos.

- Classificação de 1.112.531,32 toneladas de produtos vegetais (trigo, algodão em pluma, arroz, feijão, alho, entre outros), oriundos do mercado interno e de importação, com a emissão de 132.728 documentos de Certificado de Classificação, contribuindo para a garantia da segurança alimentar.
- Realização de 408 análises de sementes, representando 3.999,28 toneladas de sementes para o Projeto Hora de Plantar.
- Assistência técnica a 330 agricultores do complexo Hidroagrícola do Castanhão (Mandacaru, Alagamar e Curupati), nos municípios de Alto Santo e Jaguaribara.
- Instalação de kits de irrigação localizada, beneficiando 25 produtores em 12 municípios.
- Implantação três projetos produtivos de fruticultura irrigada, três de forragicultura irrigada e sete de quintais produtivos, atendendo a 13 produtores assentados em área de reforma agrária.

- Apoio ao desenvolvimento de culturas oleaginosas com assistência técnica e suporte à comercialização, beneficiando 640 produtores distribuídos em 13 municípios.

PROGRAMA 035 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

O Programa tem como objetivo principal tornar os produtores do Estado competitivos e capazes de conviver com as adversidades, explorando as vantagens competitivas do semiárido cearense, das serras úmidas e da região litorânea, tendo como público-alvo pequenos, médios e grandes produtores do segmento agropecuário.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Prestação de serviços de Assistência Técnica	Produtor assistido	unidade	800	0
Apoio à formação de reserva alimentar estratégica para a pecuária	Área plantada	hectare	1.415	90.000
Estruturação da comercialização da produção agropecuária	Estrutura de apoio implantada	unidade	1	0
Apoio ao plantio de mudas de essências florestais sustentáveis	Muda distribuída	unidade	70.050	41.870
Promoção de renovação dos pomares de cajueiro	Copa de cajueiro distribuída	unidade	105.000	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Entrega de uma empacotadora de farinha de mandioca ao município de Salitre.
- Distribuição de módulos de palma forrageira para assistir 60 produtores, representando um total de 450 mil unidades, equivalendo a 90 mil m² de área plantada.
- Distribuição de 41.870 mudas de mogno africanos entre 24 produtores localizados em nove regiões do Ceará.
- Entrega do Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, no município de Crato.
- Realização de 10 eventos referentes à promoção dos setores do Agronegócio.
- Realização de 15 estudos e pesquisas que visam à elaboração e disponibilização de informações, estudos e diagnósticos setoriais sobre o setor de Agronegócio.

- Atendimento a 274 empresários do agronegócio, pequeno, médio e grande produtor e produtores oriundos da agricultura familiar, beneficiados com serviços tecnológicos, visando à segurança alimentar e ambiental.

PROGRAMA 052 – DEFESA AGROPECUÁRIA ATUANTE NO ESTADO DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo principal elevar a segurança e competitividade dos produtos agropecuários cearenses e propiciar a qualidade sanitária dos produtos industriais e artesanais derivados de produtos animais e vegetais, tendo como público-alvo os produtores agropecuaristas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Fiscalização do uso e comércio de agrotóxico	Fiscalização realizada	unidade	2.696	677
Realização de controle da qualidade sanitária dos animais	Fiscalização realizada	unidade	1.260	891
Fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais	Fiscalização realizada	unidade	2.842	1.658
Fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais	Inspeção realizada	unidade	1.480	1.146
Realização da prevenção e controle de pragas quarentenárias e de importância econômica	Fiscalização realizada	unidade	2.985	2.419

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 677 fiscalizações do uso e comércio de agrotóxico.
- Realização de 891 fiscalizações de controle da qualidade sanitária dos animais.

- Realização de 1.658 fiscalizações e monitoramentos da sanidade de animais e vegetais.
- Realização de 2.419 fiscalizações a prevenção e controle de pragas quarentenárias.

TEMA – INDÚSTRIA

Nas últimas décadas, a economia cearense registrou uma forte expansão da capacidade instalada da indústria, com reflexo no crescimento do produto industrial, fruto de reformas estruturais, implantação de projetos estruturantes e aplicação de uma política de incentivo e atração de investimentos externos.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece, tal desempenho foi influenciado, especialmente, pelos desempenhos da Construção Civil e das atividades industriais de utilidade pública de eletricidade, gás e água, seguida da Indústria de Transformação.

A Construção Civil cearense foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo Governo do Estado, distribuídos principalmente, em construção de escolas, hospitais, equipamentos turísticos, infraestrutura rodoviária, portuária, hídrica e aeroportuária.

A Indústria Extrativa Mineral, a despeito de possuir a menor participação na composição da indústria cearense, revela sua importância para a economia estadual, guardando relações importantes tanto com a Construção Civil, como com a Indústria de Transformação, no fornecimento de insumos para os seus respectivos processos produtivos. O crescimento médio anual negativo desse ramo de atividade, evidenciado nos últimos anos, pode, no entanto, ser explicado pela redução na produção de petróleo observada.

A Indústria de Transformação, por sua vez, o mais importante segmento da indústria cearense, exerce forte influência no crescimento e no poder de competição de toda a economia.

As propostas da política governamental objetivam imprimir nova dinâmica e desenvolvimento

tecnológico à indústria cearense com a superação dos desafios, que podem ser assim sintetizados:

- Incremento da produtividade da indústria cearense a partir da superação da baixa diversificação, da concentração industrial em segmentos tradicionais, intensivos em mão de obra e de baixo conteúdo tecnológico;
- Elevação do nível de qualificação da mão de obra industrial na perspectiva do incremento da inovação e da produtividade do setor; e
- Superação das fragilidades identificadas em termos do ambiente de inovação, como: a) ausência de foco em áreas selecionadas de tecnologia e atividades econômicas com maior potencial de impacto no desenvolvimento; b) ausência de uma visão clara e conjunta sobre a contribuição da inter-relação academia, Governo e setor privado; c) relacionamento entre os atores do Sistema Estadual de Inovação – SEI sem assegurar a transferência de tecnologia entre eles; d) atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D concentradas em instituições públicas, baseadas na demanda dos pesquisadores e sem preocupação com o impacto ou relevância para a atividade produtiva; e) esforços individuais desconectados e com dificuldades para se desenvolverem; e f) transferência de tecnologia movida pela oferta com pouca coerência com a expectativa do setor produtivo.

O resultado esperado neste tema estratégico é a indústria cearense diversificada e competitiva com inserção nos mercados nacional e internacional. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Empregos gerados de empreendimentos implantados	número	2.008	1.519	3.242	1.672	275	826
Número de empreendimentos implantados	número	25	22	15	12	20	18
Proporção dos empregos formais do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) no setor da Indústria	percentual	-	32,28	37,01	36,52	37,00	37,00 ¹
Volume de investimento realizado dos empreendimentos implantados	R\$ milhões	289,54	146,63	9.739,23	36,02	150,00	99,28

Fonte: SDE.

¹ Dados estimados para 2018.

A recuperação da economia cearense observada a partir de 2017, unida à solidez fiscal do Estado e o crescimento acima da média nacional no biênio, têm sido importantes insumos para a atração de investimentos no Ceará. Entretanto, esse reflexo não foi fortemente sentido na indústria. A atração de empreendimentos industriais no biênio (2017-2018) foi satisfatória, com 30 empreendimentos industriais implantados nas diversas regiões do estado e da geração de mais de 2.300 empregos nas empresas incentivadas, tendo superado a previsão de 2018, projetada em 275, com o realizado de 643.

É importante observar que apesar da aparente queda brusca entre 2016 e os dois anos subsequentes nos indicadores analisados, pode-se dizer que no ano de 2016 foi contabilizado todo o investimento da Companhia Siderúrgica do Pecém e seus empregos. Nesse sentido, o ano de 2016, apesar de difícil para a economia, teve esse indicador favorável, comportando-se, portanto, como um *outlier* no processo de atração.

Um outro importante indicador, que em parte reflete a qualidade e a importância da política de incentivos fiscais de indústrias no estado, é a proporção de empregos formais do FDI na Indústria, que teve 3% de aumento entre 2014 e 2018, estabilizados em 37% de participação.

Este indicador reflete a importância da política para a atração, manutenção e ampliação de empreendimentos industriais no Ceará.

O “Volume de investimento realizado dos empreendimentos implantados” em 2018 foi 175% maior que no ano de 2017, embora tenha sido bem menor que em 2016, também por conta da comparação com contabilização da CSP.

Mudanças da política de atração e da diversificação de diferentes investimentos para o estado, com esforços direcionados para o setor de logística, infraestrutura e de dados, também proporcionam fator de atratividade adicional de indústrias para o estado, cujo reflexo deve começar a ser sentido a partir de 2021.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INDÚSTRIA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Promoção e Desenvolvimento da Indústria Cearense, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 27,70 milhões.

PROGRAMA 011 – PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA MINERAL

O Programa tem como objetivo principal estimular a competitividade e a sustentabilidade da indústria mineral, tornando-a um dos alicerces para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, tendo como público-alvo indústria, comércio, exportadores, construção civil, agricultura e população cearense.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Elaboração do projeto de lei estadual que regulamenta a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e criação de um marco regulatório para o desenvolvimento do Setor de Exploração Mineral no Estado do Ceará.
- Proposição da criação de um Fundo de Incentivo ao Setor Mineral do Ceará após a publicação da lei de regulamentação da CFEM, com o objetivo

de promover os estudos e planos necessários para o desenvolvimento do setor, com destaque às ações de apoio à infraestrutura de acesso, energia e acompanhamento de licenciamento ambiental do setor.

PROGRAMA 041 – PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE

O Programa tem como objetivo principal fortalecer e diversificar a indústria no Ceará, promovendo a elevação da competitividade, em nível nacional e internacional, com consequente aumento dos empregos gerados, tendo como público-alvo o setor produtivo industrial.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Implantação ou ampliação de empreendimentos de médio e grande porte	Empreendimento implantado	unidade	25	19
Promoção de ações de incentivo a empresas de médio e grande porte com perfil exportador	Zona de processamento de exportação estruturada	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Apoio à implantação do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS), no município de Eusébio, que tem como instituição âncora a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com uma sede de pesquisa, desenvolvimento e ensino.
- Definição do modelo de negócio da região do PITS, para atração/negociação de empresas interessadas em compor o distrito.

- Implantação, em Fortaleza, da primeira etapa do Viva@Porangabussu, que conta com o hospital de excelência Instituto de Ciências Médicas (ICM) Paulo Marcelo Martins Rodrigues como instituição âncora (em construção) e possui uma área de implantação prevista compreendida em um raio de 400m, na qual estão inclusos diversos equipamentos de saúde por indução espontânea (Faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia da Universidade Federal do Ceará, Hospitais Universitários - Maternidade Escola e Walter Cantídio, Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará, Hospitais ICC e São

José, Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos e Grupo de Educação e Estudos Oncológicos).

- Criação de nova política de incentivos fiscais objetivando a interiorização de negócios: Ato Normativo do CEDIN, de 14/11/2018, trata-se de uma política de incentivos fiscais baseada no Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM), com proposta de enquadrar no âmbito do FDI a concessão de benefício fiscal de ICMS no percentual de 75% com 1% de retorno para as indústrias que se instalarem nos municípios com baixo IDM. Atualmente, 126 municípios cearenses, que reúnem mais de 28% da população do estado, estão categorizados na classe 4, que apresentam um baixo nível de desenvolvimento humano municipal.

TEMA – SERVIÇOS

Nas últimas décadas, mudanças profundas foram operadas na sociedade brasileira. Com o avanço do processo democrático, o controle inflacionário e a retomada da trajetória de crescimento, apoiada, sobretudo, no aumento da demanda por produtos brasileiros no mercado nacional e internacional. Neste ambiente, a rede de proteção social trouxe resultados significativos, permitindo a um novo estrato social protagonizar um importante papel na expansão do consumo no mercado interno: “a nova classe média brasileira”.

Esse novo contingente de consumidores foi responsável pelo crescimento sem precedentes das atividades comerciais e de serviços, reforçando a liderança do Setor Terciário na economia do estado em termos de produto, emprego e, conseqüentemente, contribuição fiscal.

O setor de serviços responde por uma significativa parcela do PIB do Estado, o que revela a importância que essa atividade assume para a economia cearense. Dentre as atividades que compõem este setor, merecem destaque a administração, saúde e educação públicas, a seguridade social e a atividade de comércio.

Se a participação da administração pública na geração de valor adicionado pela economia

cearense por um lado reflete a ampliação da oferta de serviços públicos e o crescimento da máquina pública no Estado e em seus municípios, por outro indica uma economia ainda pouco diversificada, onde boa parte das atividades econômicas detém participações pouco expressivas.

Por seu turno, a atividade do comércio, em especial o comércio varejista, tradicionalmente se destaca diante das demais atividades, e tem apresentado nos últimos anos crescimento, o que é algo positivo para a economia do Estado do Ceará.

No entanto, a participação elevada destas duas atividades, mostra um quadro de fragilidade do setor produtivo local, visto demonstrar sua pouca diversificação com as demais atividades possuindo diminuta expressão. Tal situação é ainda mais grave quando se observa que, dentre as atividades com menor participação, estão os serviços com maior poder de agregação de valor, como serviços de informação e outros especializados.

Sendo assim, é importante que se promova o desenvolvimento de novas atividades capazes de ampliar a competitividade do setor e reduzir sua dependência do comércio varejista tradicional e da administração pública.

O resultado esperado neste tema estratégico é o setor terciário fortalecido, competitivo e diversificado. O desempenho do indicador que

mede o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Remuneração média no setor terciário	R\$	1.823,35	1.967,76	2.169,30	2.263,87	2.362,57	2.362,00

Fonte: SDE.

A remuneração média no setor terciário do Estado, em 2018, de R\$ 2.362, superou o salário médio do trabalhador cearense, ficando um pouco acima do valor registrado em 2017 (4,33%). Em nível regional, entretanto, o salário médio do setor de serviços do Ceará foi o menor do Nordeste. Este indicador deve ser levado em consideração na elaboração das políticas públicas, que devem focar na atração de empresas que agregam maior valor e que demandam qualificação pessoal, a fim de haver um choque positivo no salário médio do setor de serviços no Ceará.

PROGRAMA TEMÁTICO DE SERVIÇOS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado no indicador relacionado acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Fortalecimento do Setor de Serviços, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 12,84 milhões.

PROGRAMA 042 – FORTALECIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS

O Programa tem como objetivo principal fortalecer o setor terciário, tornando-o mais competitivo e diversificado, com capacidade de acomodar um estoque de mão de obra melhor qualificado,

tendo como público-alvo o setor produtivo e seus trabalhadores.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação do Hub Aéreo Air France-KLM, em parceria com a GOL Linhas Aéreas Inteligentes, o terceiro centro de conexões aéreas no Brasil. Contando com três voos semanais para Amsterdã (KLM), e três voos para Paris (Joon/Air France).
- Ampliação em 35% da oferta de voos da Gol e criação de nova rota entre Fortaleza e Natal.
- Ampliação da capacidade de exportação por modal aéreo de 120 toneladas por semana (peixes tropicais, frutas, pescado e autopeças).
- Início da operação da Fraport como administradora do Aeroporto Internacional Pinto Martins (6,3 milhões de passageiros por ano com uma operação de 53.133 voos/ano).
- Implantação do Hub Tecnológico, com o lançamento de 6.200 quilômetros de cabo submarino de fibra ótica *South Atlantic Cable System* (SACS) pelo Oceano Atlântico, da multinacional de telecomunicações *Angola Cables*, de Sangano-Angola, até Fortaleza, com investimento de cerca de 300 milhões de dólares em projetos na capital cearense.

- Investimento, pela *Angola Cables*, em outra rede submarina, o sistema Monet, bem como um DataCenter localizado na Praia do Futuro (80% concluído), que prevê atração de negócios na área da inovação tecnológica e startups.

Início da operação do Hub Marítimo: parceria entre os Portos do Pecém e de Roterdã/Holanda

para entrada da empresa Port of Rotterdam na Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário Pecém (CIPP S/A) ampliando a eficiência do porto, em melhor infraestrutura e competitividade, e ampliação em aproximadamente o triplo capacidade de movimentação de cargas atual (15,8 milhões).

TEMA – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

O Estado do Ceará tem sido preparado para liderar um processo de desenvolvimento de grande envergadura no Nordeste. O núcleo central deste projeto são os investimentos em infraestrutura, sobretudo em logística de transportes, energia, água e mobilidade urbana, garantindo ao Ceará uma posição de destaque na esfera nacional.

Cabe às secretarias da Infraestrutura e das Cidades, a responsabilidade pela implantação da política pública de infraestrutura e mobilidade com o objetivo de garantir ao Estado do Ceará a promoção do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos, o aumento da produtividade e da competitividade norteados pelas vocações e aptidões naturais de cada região, de modo a promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial.

O Departamento Estadual de Trânsito do Ceará realiza o gerenciamento e a fiscalização do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Ceará, que atende às necessidades de deslocamento em todos os 184 municípios cearenses através das transportadoras regularizadas perante o Poder Concedente.

No tocante ao transporte rodoviário, visando à integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros, o Governo do Estado, em maio de 2016, deu início à implantação do Bilhete Único Metropolitano – BUM, que possibilitou a integração tarifária entre os serviços metropolitano e urbano da capital, mediante subsídio financeiro custeado pelo Tesouro Estadual.

No que se refere ao transporte de passageiros sobre trilhos em Fortaleza e RMF, destaca-se que a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos vem buscando oferecer um serviço com maior qualidade a partir de aprimoramentos técnicos na Linha Sul (RMF) e da oferta de serviço de transporte de passageiros na Linha Sul (metrô) e de VLT nas linhas Oeste (RMF), Sobral (RMS) e Cariri (RMC).

O resultado esperado neste tema estratégico é a infraestrutura e mobilidade asseguradas para o desenvolvimento sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP)	toneladas	8.274.471	7.011.355	1.230.466	15.808.961	6.839.985	17.210.726
Participação do número de passageiros transportados por sistema metroferroviário na matriz de transporte público da RMF	percentual	1,49	1,58	1,93	2,79	10,80	2,98
Percentual de rodovias estaduais com estado ótimo/bom na avaliação da CNT	percentual	5,40	8,30	7,30	10,30	11,00	11,00
Incremento do número de passageiros transportados no Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público Estadual	percentual	8,01	-0,84	4,12	-13,86	1,50	14,65 ¹
Número de Vítimas Fatais por 10.000 veículos	número	11,82	9,26	7,48	6,82	6,27	6,25 ¹

Fonte: Seinfra e SCidades.

¹ Dados parciais de 2018.

Sobre a “Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP)”, observou-se que o volume de carga transportado pelo Porto do Pecém cresceu de 15.808.961 toneladas em 2017 para 17.210.726 toneladas em 2018, incremento de cerca de 9%. Em relação à natureza da carga, em 2018, a exemplo dos anos anteriores, cabe destaque o volume do granel sólido, que foi a carga mais relevante na composição dos índices em toneladas, participando com 10.076.710 toneladas (59% do total da carga). Já em relação a 2017 (8.450.390), o aumento foi de 19%. O granel líquido apresentou redução de 967.477 toneladas para 360.219 toneladas. Por outro lado, o volume de container passou de 2.498.022 toneladas em 2017 para 3.181.582 toneladas em 2018. Esse crescimento da movimentação de cargas se deve, principalmente, à operação da indústria siderúrgica instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

A “Participação do número de passageiros transportados por sistema metroferroviário na matriz de transporte público da RMF” apresentou um percentual de 2,98 registrado em 2018 (de janeiro a novembro), sendo este total referente aos transportes urbanos e interurbanos. O

índice foi considerado satisfatório diante da estrutura oferecida e da dificuldade de recursos no exercício de 2018, sendo necessário para melhorar a qualidade do serviço ofertado, realizar a interface do bilhete único com o transporte metroviário, bem como avançar nos aprimoramentos técnicos que se encontram em andamento na Linha Sul, sejam eles, telecomunicações, sonorização, bilhetagem eletrônica e Centro de Controle Operacional CCO (em operação).

O indicador “Percentual de rodovias estaduais com estado ótimo/bom na avaliação da CNT” avalia a característica das rodovias pavimentadas brasileiras que afetam, direta ou indiretamente, o desempenho e a segurança oferecidos aos usuários do sistema rodoviário nacional em relação ao pavimento, à sinalização e à geometria da via.

O percentual obtido em 2018 foi de 11%, 0,70 ponto percentual acima do verificado em 2017. É importante ressaltar que os dados apresentados pela pesquisa não abrangem todas as rodovias estaduais conservadas pelo Estado. Ao contrário, dos 8,028 mil km de rodovias pavimentadas/conservadas pelo

Estado, apenas 1.211 Km, ou seja, 15,08% foram analisados pela Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Levando em consideração que a malha total avaliada pela CNT no Estado do Ceará no ano de 2018 foi de 3.640 km, compreendendo trechos de jurisdição Federal e Estadual, evidencia-se que apenas 33% das rodovias pesquisadas são de jurisdição estadual, enquanto os outros 67% são de jurisdição federal.

Sobre as variáveis consideradas pela CNT para formulação do resultado do indicador, destaca-se que na variável “sinalização” o Estado implementou recentemente em seus procedimentos o ensaio de retrorrefletividade, garantindo a visibilidade da sinalização viária durante a noite. Outra ação que está sendo realizada é a adequação dos novos projetos de sinalização para o modelo BR-Legal, aplicado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) nas rodovias federais.

Na variável “geometria da via”, o Estado vem executando melhorias com o aumento de capacidade de determinadas rodovias, ampliando suas larguras de 7 para 10 metros (pista + acostamento), proporcionando maior conforto e segurança para os usuários.

Já com relação à condição do pavimento, o órgão realiza a conservação rotineira, recuperação funcional e obras de restauração. Considerando apenas as rodovias pesquisadas pela CNT, desde 2010, mais de 833 km de rodovias foram restauradas ou duplicadas pelo Estado, sendo 466 km destes apenas entre os anos de 2015 e 2018.

O indicador “Incremento do número de passageiros transportados pelo Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público

Estadual” representa, em percentual, a variação do número de passageiros transportados por meio do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros (STRIP), que inclui os serviços por espécie - regular metropolitano e regular interurbano, realizado pelos concessionários (empresas de ônibus), e o serviço regular complementar metropolitano e interurbano, realizado pelos permissionários (cooperativas de veículos utilitários de passageiros).

Vale observar que o número de pessoas transportadas pelos permissionários que fazem parte do STRIP é uma estimativa fornecida pelas cooperativas de veículos utilitários de passageiros.

Em dados parciais de 2018, estima-se que foram beneficiados 91.118.863 passageiros pelo serviço de transporte rodoviário intermunicipal público estadual, o que representou uma variação de 14,65% em relação ao número de passageiros transportados em 2017.

A recuperação do indicador pode ser atribuída a fatores tais como a melhoria na operação com ajustes nos itinerários e horários das linhas regulares, bem como a consolidação do programa Bilhete Único Metropolitano, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

A variação de 2018 foi bem superior ao valor programado, uma vez que esse último considerava a baixa frequência de utilização do serviço de transporte intermunicipal pela população em 2017, em decorrência da crise financeira que afetou o poder aquisitivo da população usuária do serviço, tendo como efeito a redução da oferta do serviço, com a diminuição de horários de viagens nas linhas regulares.

Vale mencionar que os permissionários (cooperativas de veículos utilitários de passageiros) transportaram 30.205.015 passageiros em 2018, o que representa 33,15% do total de passageiros transportados no exercício.

O indicador “Número de Vítimas Fatais por 10.000 veículos” é mensurado com base em dados oriundos dos órgãos municipais, estaduais e federais que fazem parte do Sistema Nacional de Trânsito. Em 2018, em dados parciais, registrou-se a taxa de 6,25 óbitos/10 mil veículos envolvidos em acidentes de trânsito, inferior ao índice programado para o ano, que foi de 6,27.

A redução no número de vítimas fatais registrada em 2018, comparativamente a 2017, foi de 8,35%. Essa redução pode ser atribuída a diversos fatores que contribuíram para o resultado positivo do indicador, entre os quais destacam-se as campanhas educativas do Estado; a intensificação de ações fiscalizatórias por meio de blitz na capital e principais municípios do interior, em convênio com a Polícia Rodoviária Estadual (PRE), e de blitz específicas nos feriados prolongados (Carnaval, Semana Santa); os investimentos na área de sinalização de trânsito nas rodovias estaduais, por meio da implantação de sinalização e dispositivos de segurança viária; os investimentos no suporte operacional das blitz fiscalizatórias, com a aquisição de veículos, motos e materiais; e os investimentos na requalificação, construção e recuperação de estruturas de segurança e fluidez para pedestres, ciclistas e o trânsito

de veículos em geral, inclusive na melhoria do pavimento, calçadas e ciclovias no âmbito das rodovias estaduais e vias municipais do Estado do Ceará (Programa Sinalize).

Todas essas iniciativas têm contribuído para a redução gradual do número de óbitos por acidentes de trânsito a cada 10 mil veículos, mantendo a tendência de queda do indicador no período 2014-2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Infraestrutura e Logística; Mobilidade Urbana; e Gestão e Disciplinamento do Trânsito. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 1,27 bilhão.

PROGRAMA 010 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

O Programa tem como objetivo principal assegurar infraestrutura adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, tendo como público-alvo a população cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Melhoria da infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e seu entorno	Complexo industrial e portuário estruturado	unidade	1	0
Ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém	Porto ampliado	unidade	1	1
Modernização do Terminal Portuário do Pecém	Porto modernizado	unidade	1	1
Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário estadual	Rodovia restaurada	quilômetro	794,90	541,33
Ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário estadual	Rodovia pavimentada	quilômetro	232,00	121,97
Manutenção da qualidade da infraestrutura de transporte rodoviário estadual	Rodovia conservada	quilômetro	11.517,04	14.217,63
Ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário municipal	Estrada vicinal construída	unidade	47	2
Melhoria da sinalização de trânsito nas rodovias estaduais (vertical, horizontal, semafórica e dispositivos de segurança viária)	Sinalização implantada	unidade	880.000	1.485.351

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Execução de obra de ampliação do Complexo Portuário do Pecém, totalizando 95%, que inclui as obras da nova ponte de acesso, ampliação do Terminal de Múltipla Utilidade (TMUT) e pavimentação com engorda do quebra-mar existente no Tramo Norte-Sul.
- Execução do fornecimento e instalação das Utilidades do Terminal de Múltiplo Uso (TMUT) do Terminal Portuário do Pecém, totalizando 75% executados.
- Restauração de 207,12 km de rodovias.
- Promoção da segurança do trânsito por meio do Programa Sinalize, beneficiando 144 municípios.
- Pavimentação de 121,97 km de rodovias.
- Conservação rodoviária de 14.217,63 km de rodovias, ultrapassando a meta programada para o ano de 2018 e beneficiando todo o Estado

do Ceará por meio dos seguintes serviços de conserva rotineira: execução de tapa buraco, remendo profundo, roçada manual e mecanizada, recomposição de sarjeta e meio-fio, pintura de banqueta e meio-fio, limpeza e pintura de ponte, limpeza de bueiro e caixa coletora.

- Homologação do aeroporto de Aracati para operação IFR (operação por instrumento).
- Conclusão dos serviços de pavimentação em pedra tosca (poliédrica) de estrada vicinal e duplicação e pavimentação de ponte, em Granjeiro e Quixeramobim.
- Conclusão da recuperação de estradas vicinais com adição de material em Acaraú e Camocim.
- Implantação de sinalização de trânsito nas rodovias estaduais, que inclui: a sinalização horizontal, com a execução de 1.101,92 km de pintura asfáltica; sinalização vertical, com a confecção de 15.827 metros quadrados (m²) de placas; montagem de quatro pórticos em rodovias estaduais; fixação de 356.740 unidades

de tachinhas e tachões; instalação de 10.652 m de defensas; implantação de 210 colunas cônicas; e implantação de 1.485.351,81 unidades de sinalização, beneficiando 168 municípios.

- Implantação da Avenida Benjamin Constant, em Russas, com extensão de 1,19 km.
- Duplicação da Av. Ermírio de Moraes, em Sobral, com extensão de 2,60 km.
- Implantação da Av. Perimetral - Trecho II, no município de Sobral, com extensão de 6,62 km.

URBANA

O Programa tem como objetivo principal implantar e operacionalizar o sistema metroferroviário do Estado e aprimorar as condições de segurança do trânsito em vias públicas visando atender a necessidade de deslocamento da população cearense, tendo como público-alvo a população do Estado do Ceará.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Sul	Linha Sul do metrô implantada	unidade	1	0
Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Parangaba / Mucuripe	Linha de trem de passageiros implantada	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Transporte de 7.804.967 passageiros na Linha Sul; 2.029.054 passageiros na Linha Oeste; 483.455 passageiros no VLT Parangaba/Mucuripe, totalizando 10.317.476 passageiros beneficiados com transporte metroferroviário.
- Transporte de 375.757 passageiros pelo VLT do Cariri, uma média de 34.160 passageiros por mês ou 1.524 passageiros por dia útil.
- Transporte de 1.237.308 passageiros pelo VLT de Sobral, uma média de 112.483 passageiros por mês ou 4.604 passageiros por dia útil sendo beneficiados na região.
- Execução de 96,96% do 1º Estágio do Projeto Metrô de Fortaleza – Linha Sul.

- Conclusão das obras da Estação Juscelino Kubitschek – Linha Sul.
- Execução de 98% das obras físicas da implantação da Linha VLT Parangaba- Mucuripe e ampliação da operação assistida do VLT Parangaba-Mucuripe, contando com oito estações da Parangaba ao Papicu, com início da operação experimental entre as estações Papicu-Mucuripe da Linha VLT Parangaba-Mucuripe.
- Pagamento mensal de 903 aluguéis sociais para as famílias atingidas pelas obras do VLT Parangaba-Mucuripe, que devem receber unidade habitacional.
- Montagem e teste de duas tuneladoras e início da montagem das duas últimas.
- Integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros, com beneficiamento de 29.234 passageiros, com o

subsídio à tarifa integrada, mediante a utilização do Bilhete Único Metropolitano, sendo 24.351 passageiros na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e 4.883 passageiros na Região Metropolitana do Cariri (RMC).

- Integrações utilizando o Bilhete Único Metropolitano: 1.700.082, sendo 1.555.754 integrações na RMF e 144.328 integrações na RMC.

PROGRAMA 037 – GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO

O Programa tem como objetivo principal melhorar a segurança e a fluidez do trânsito nas rodovias do Estado do Ceará, reduzindo o número de infrações no trânsito e, conseqüentemente, os índices de acidentes, tendo como público-alvo os usuários dos sistemas de trânsito, condutores de veículos automotores, pedestres e a população em geral.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Benefício a 538.186 condutores com o serviço de concessão de habilitação, sendo 74.062 com novas Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH), 291.376 com renovações de CNH e 172.748 com expedições de 2ª via de CNH.
- Emissão de 5.591 documentos de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), por meio do Programa CNH Popular.
- Emissão de 4.803 documentos de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), por meio do Programa CNH Rural, para agricultor ou agricultora familiar que tenha a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
- Prestação de serviço de registro de veículos a 2.528.330 usuários, que incluíram o licenciamento anual de 1.956.318 veículos e motos, 375.173

registros de transferências de veículos, e a implantação de 117.453 veículos novos.

- Ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte com a implantação de duas unidades operacionais na região do Cariri.
- Estruturação de dez unidades prestadoras de serviços de fiscalização do trânsito e transporte.
- Fiscalização da frota de veículos e condutores e do transporte de passageiros intermunicipais, em circulação nas vias públicas do Estado do Ceará, por meio da realização de 5.704 operações fiscalizatórias (blitze).
- Implantação de uma unidade operacional no Cariri para a ampliação da oferta de serviços de Educação de Trânsito.
- Promoção de 671 ações educativas sensibilizando a sociedade para a segurança do trânsito.
- Requalificação, construção e recuperação de estruturas de segurança e fluidez para pedestres, ciclistas e para o trânsito de veículos em geral, inclusive na melhoria do pavimento, calçadas e ciclovias no âmbito das rodovias estaduais e vias municipais do Estado do Ceará, beneficiando 140 municípios cearenses.
- Implantação do Bilhete Único Metropolitano nos municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha, de forma a promover a integração tarifária entre os sistemas de transporte metropolitano e urbano, beneficiando 10.535 passageiros.
- Conclusão de três passarelas para pedestres, duas em Fortaleza e uma em Juazeiro do Norte.

TEMA – TURISMO

O produto turístico cearense se compõe essencialmente dos segmentos de sol e praia, eventos - negócios e religiosidade, enquanto os componentes científico - cultural e compras são considerados de cunho transversal ou complementar. Em que pese possuir potencialidades naturais e atrativos culturais, o Governo vem atuando com a consciência de que transformar a imagem do estado, de uma região seca e com vocação agrícola, em moderna e, sobretudo, turística, só se dá em longo prazo.

A missão governamental passou a ser transformar o Ceará em um destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, marketing promocional, implantação de infraestrutura urbana e turística e, especialmente, qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o estado.

A importância do turismo é traduzida pelo efeito multiplicador em diversos setores integrantes da sua cadeia produtiva, como: alojamento, alimentação, transporte, entretenimento, agenciamento, locação de veículos, câmbio de moedas, aquisição de produtos de conveniência e souvenirs, recepção, organização de eventos, intérprete e tradução simultânea, serviço de guia, informações turísticas, planejamento e consultoria turística, entre outros, envolvendo essa malha multissetorial na movimentação de um grande número de pequenas e médias empresas formais e informais no estado, criando novas oportunidades de crescimento.

O resultado esperado neste tema estratégico é o destino turístico cearense sustentável e considerado referência nacional. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Fluxo turístico para o Ceará via Fortaleza	número	3.262.259	3.343.815	3.243.501	3.384.593	3.520.000	3.549.802
Gasto per capita diário do turista no estado	R\$	173,17	208,31	224,97	273,31	210,00	320,00
Índice de Interiorização do turismo via Fortaleza	percentual	71,5	72,0	70,0	72,8	70,7	76,0
Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos	percentual	78,0	78,1	78,3	79,2	78,9	80,0
Número de empregos nas atividades características do turismo	número	72.062	73.082	71.743	73.555	69.500	78.650
Oferta hoteleira (UHs)	número	30.787	32.286	33.340	36.611	32.500	38.112
Taxa de ocupação hoteleira	percentual	72,2	72,9	69,9	73,5	75,0	75,0

Fonte: Setur.

O indicador “Fluxo Turístico para o Ceará via Fortaleza” revelou um crescimento no período analisado de 2017 a 2018 de 4,88%, tendo o número de turistas saltado de 3.384.593 para 3.549.802, superando em 0,84 p.p. Esse índice é obtido pelos Boletins de Ocupação Hoteleira (BOH), encaminhados mensalmente pela rede hoteleira e pela Ficha de Acompanhamento Mensal (FAM). Além disso, são utilizadas as variáveis das pesquisas realizadas anualmente pelo Governo.

O indicador “Gastos per capita diário do turista no estado” revela um crescimento significativo no período analisado. Comparando os anos de 2017 a 2018, os gastos per capita diário saltaram de R\$ 273,31 para R\$ 320,00, bem acima da meta estabelecida, sendo a média de crescimento de 17,08%. Esse índice é obtido pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital (aeroporto, rodoviárias e nas BRs e CEs), e nos principais pontos turísticos.

Quanto ao indicador “Índice de Interiorização do turismo via Fortaleza”, observa-se um contínuo crescimento anual, tendo o índice saltado de 72,8% para 76,0%. Tal resultado é reflexo de importantes investimentos realizados no interior do estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. Além disso, programas de capacitação profissional e qualificação dos destinos e produtos turísticos e sinalizações turísticas foram realizados. Tais dados são obtidos pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital (aeroporto, rodoviárias e nas BRs e CEs).

No que tange o “Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos”, este também apresentou contínuo crescimento anual, saltando de 79,2% para 80,0%. Esse comportamento também reflete o resultado do

que o Governo Estadual tem implementado em termos de infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos, bem como capacitação profissional e qualificação dos destinos e produtos e sinalizações turísticas. Assim como o anterior, esse índice é obtido pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital (aeroporto, rodoviárias e nas BRs e CE), e também nos principais pontos turísticos.

O indicador “Número de empregos nas atividades características do turismo” considera somente os empregos dos setores de alojamento, alimentação, agências de viagens, locadoras de veículos, lazer e entretenimento e registrou um aumento de 6,93% no período analisado. As estatísticas oficiais sobre emprego são disponibilizadas por meio do Registro Anual de Informações Sociais (Rais) e contabilizam apenas os empregos formais. Como se pode observar, a meta foi superada em mais de 13%, o que demonstra, em parte, a efetividade da política estadual de qualificação e divulgação dos destinos turísticos, apesar do momento econômico em que o país se encontra. Já o indicador referente à “Oferta hoteleira (UHs)” apresentou contínuo crescimento anual, saltando de 36.611 para 38.112 UHs (apartamentos), um crescimento de 4,10% de 2017 a 2018, superando a meta em mais de 17%. Tal resultado também é um reflexo dos importantes investimentos realizados na capital e no interior do estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. O indicador é obtido pelas pesquisas mensais realizadas nos empreendimentos hoteleiros na capital e interior. No que diz respeito ao indicador “Taxa de ocupação hoteleira”, este revelou um crescimento no período analisado de 2017 a 2018 de 2,04%. Tal percentual foi de 73,5% para 75,0%. Esse índice é obtido pelos BOHs encaminhado mensalmente pela rede hoteleira e pela FAM, que, como já mencionado,

são as pesquisas realizadas diariamente via contato telefônico com a rede hoteleira. A taxa de ocupação hoteleira cresceu significativamente e se mantém alta durante todos os meses do ano, fato esse resultado das iniciativas voltadas ao turismo de negócios e eventos nos meses de baixa estação.

PROGRAMA TEMÁTICO DO TURISMO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turístico Ceará, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 185,17 milhões.

PROGRAMA 028 – DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ

O programa tem como objetivo consolidar o Ceará como destino turístico sustentável em nível nacional e internacional, tendo como público-alvo turistas, entidades de classe, profissionais da cadeia produtiva, organizações não governamentais, associações comunitárias, estudantes e professores.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Promoção de ações de divulgação dos destinos turísticos cearenses	Campanha realizada	unidade	3	6
Promoção do turismo de negócios	Campanha realizada	unidade	1	1
Promoção de ações de divulgação voltadas ao turismo religioso e cultural	Campanha realizada	unidade	1	7

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Conquista do Hub Air France-KLM e da GOL, passando o Aeroporto de Fortaleza a receber 26 novos voos, sendo 21 diários da GOL e cinco semanais do Grupo Air France-KLM, resultando em um aumento inicial de 45% no número de passageiros domésticos e 30% no de estrangeiros.
- Lançamento oficial de voos da Copa AirLines.
- Assinatura do acordo com a Air Europa visando o lançamento de dois voos semanais entre Madrid e Fortaleza.
- Conclusão do trecho Tianguá a Ubajara, com extensão de 25,7 km.
- Duplicação, adequação e melhoramento da CE-040, no trecho compreendido de Paripueira a Guajiru, com extensão de 11,7 km, sendo 2,72 km em 2018.
- Implantação de rodovia no trecho Pindoretama à Praia do Batoque – CE 454.
- Execução de 78,4% das obras na rodovia que interliga Ubajara a São Benedito, com extensão de 33,14 km.
- Execução de 47,4% das obras de saneamento do Porto das Dunas, referentes à estação de tratamento de esgoto, adutora, rede coletora e rede de distribuição.
- Execução de 29,15% das obras de saneamento de Flecheiras.

- Urbanização da Praça de Evento do Preá e do acesso à Praia de Arpoeiras.
- Execução de 36,18% das obras de urbanização da Praça da Taíba.
- Execução de 52,3% das obras de restauração do Mirante da Taíba.
- Elaboração do projeto de calçada para pedestres entre a Praça da Barra do Mundaú e a Praça do CPTA, no município do Trairi.
- Realização de ações de Promoção e Marketing, sendo as principais: Fatura Tiradentes, em Tiradentes/MG; Road Shows Ceara - Reino Unido, na Cidade do Panamá e em Brighton, Manchester e Bristol; Conotel, em Fortaleza; Feira Fitur Madrid;

Flytour Campinas/SP; Flytour Santos/SP; Workshops São Paulo e Ceará - Argentina, em Córdoba e em Buenos Aires; Festuri 2018, em Gramado/RS; Seminários Campinas/SP e Ribeirão/SP; IBTM Américas, na Cidade do México; IBTM World, em Barcelona/Espanha; IFTM Top Resa, em Paris/França; ITTG Incontri, em Rimini/Itália; Expo Abreu, em Lisboa/Portugal; Thomas Cook Travel ConneXion, em Frankfurt/Alemanha; WTM London, em Londres/Inglaterra.

- Realização do Fampress Destination Brasil, conforme roteiro turístico que contempla visitas à orla e pontos turísticos de Fortaleza e das praias de Aquiraz (Beach Park), Flecheiras, Guajiru, Jericoacoara e Cumbuco. Realização de eventos esportivos em destinos turísticos: Ceará Kite Pro, no Preá e Meia Maratona de Jeri, em Jericoacoara.

TEMA – TRABALHO E RENDA

A globalização da economia e a modernização tecnológica, aliadas ao nível de escolaridade da população estadual, têm se constituído barreiras à inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo, quando não gera exclusão dos trabalhadores.

Para fazer face a essa realidade, presente em diversos países, o Governo tem o importante e indelegável papel de formular e executar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social, assegurando a empregabilidade dos cearenses. Os investimentos públicos e incentivos estatais para ampliação do setor produtivo, tornando o estado competitivo e com maior potencial econômico, são políticas essenciais, mas não devem se constituir nas principais alternativas para combater as desigualdades sociais e assegurar trabalho e renda.

As transformações no quadro existente no estado dependem das políticas intersetoriais de investimento em educação, qualificação profissional, programas de incentivo à permanência na escola e à inserção de jovens no mercado de trabalho, inserção produtiva de famílias de baixa renda por meio de incentivos e fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Arranjos Produtivos Locais – APL. Associam-se ainda, as diretrizes de desenvolvimento integrado reunindo as políticas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda, para a inserção social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social, como estratégia de superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida.

O Governo elegeu ainda como prioridade o desenvolvimento de projetos de qualificação

profissional, oportunizando a interiorização das ações e o atendimento às demandas por profissionais qualificados apresentadas pelos setores produtivos nas regiões estaduais.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Número de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de artesanato	número	27.372	22.129	21.175	25.677	25.200	33.895
Participação do Sistema Público de Emprego na movimentação do emprego	percentual	15,30	13,90	17,10	15,32	14,10	15,27
Taxa de Colocação das pessoas com deficiência pelo Sistema Público de Emprego	percentual	1,50	1,70	2,54	3,06	3,50	3,91
Taxa de Colocação de Jovens (16 a 29 anos) pelo Sistema Público de Emprego	percentual	62,30	54,10	60,20	61,62	63,00	57,08

Fonte: STDS.

O “Número de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de artesanato” superou a meta estabelecida para o ano de 2018 em 34,50%, sendo também superior ao registrado no ano de 2017: 32%. Esse comportamento positivo do indicador se deve à execução do programa em 80% dos municípios, com a atuação do Estado como condutor da política pública de promoção e fortalecimento deste setor, assegurando a interiorização como fator de desenvolvimento regional, promovendo a fixação do artesão em seu local de origem e ampliando os canais de comercialização, garantindo a isenção do ICMS.

Apesar da “Participação do Sistema Público de Emprego na movimentação do emprego” ter tido uma queda entre os anos de 2016 e 2017, caindo 1,78 p.p., após um período em que o mercado de trabalho foi bastante afetado pela crise econômica, em 2015, como observado no registro daquele ano, em 2018 o mesmo manteve-se estável, o que pode ser considerado como um sinal positivo de resistência à estagnação econômica, que impacta diretamente na geração de empregos formais. A evolução da “Taxa de colocação das pessoas

com deficiência pelo Sistema Público de Emprego” foi constante nos últimos quatro anos, indicando uma elevada taxa de crescimento do mesmo no período 2014-2018 da ordem de 2,41 p. p., ou seja, mais de 260%, o que demonstra um ótimo desempenho da política de inserção no mercado formal de trabalho de pessoas com deficiência. Explica-se, em parte, esse comportamento em decorrência da inauguração, em 2014, do Centro de Profissionalização Inclusiva da Pessoa com Deficiência (Cepid), um equipamento especializado na qualificação profissional e intermediação da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho formal, o que ajudou na expansão da colocação desse segmento no emprego pelo Sistema Público de Emprego (Sine/CE).

A “Taxa de Colocação de Jovens (16 a 29 anos) pelo Sistema Público de Emprego” tem demonstrado, ao longo dos últimos quatro anos, pequenas variações, ficando entre 54,1%, valor registrado em 2015, e 62,3%, valor da taxa em 2014. Apesar de essa taxa ter sido menor do que a meta estabelecida para o ano de 2018, e ter apresentado uma queda de 4,54 p.p. em relação a 2017, pode-se considerar

esse comportamento dentro da esperado, diante da atual conjuntura do mercado de trabalho, que não está aquecido, em virtude da crise econômica, consequentemente, desfavorecendo o aumento da participação do jovem no mercado de trabalho formal.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE TRABALHO E RENDA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural; Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador; e Desenvolvimento do Artesanato. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 210,84 milhões.

PROGRAMA 031 – INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

O Programa tem como objetivo principal viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, e tem como público-alvo agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais e suas representações.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos	Projeto produtivo implantado	unidade	300	246
Implantação de projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, comunidades tradicionais e áreas especiais	Projeto implantado	unidade	23	38
Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar	Família beneficiada	unidade	45.600	23.195

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de 180 projetos de mecanização agrícola de convivência com o semiárido, beneficiando 13.492 famílias de agricultores(as), em 52 municípios.
- Implantação de 66 projetos produtivos (mandiocultura, apicultura, carnicultura, cajucultura, avicultura, ovinocaprinocultura), beneficiando 1.822 famílias de agricultores familiares, em 34 municípios.
- Implantação de 38 projetos produtivos para as comunidades tradicionais (indígenas, pescadores artesanais e quilombolas), contemplando as

atividades de: pesca artesanal, avicultura, apicultura, artesanato, caprinocultura, horticultura e agroindústria, beneficiando 1.613 famílias.

- Realização de 277 eventos de capacitação, dentre eles: oficina, curso, missão técnica, seminário e dia de campo, voltados aos agricultores familiares beneficiados pelo Projeto São José III, para 372 técnicos e 3.984 agricultores.
- Elaboração de 588 projetos produtivos em 31 municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), área de abrangência do Projeto Paulo Freire, beneficiando diretamente 17.606 famílias de agricultores familiares pobres e extremamente pobres,

nas atividades de: avicultura, caprinocultura, ovinocultura, mandiocultura, fruticultura, suinocultura, apicultura, quintais produtivos, biodigestores, reúso de água cinza, olericultura, artesanato, beneficiamento, entre outras.

- Execução de assessoria técnica contínua a 23.195 famílias agricultoras em 600 comunidades nesses 31 municípios.
- Realização de 600 oficinas de capacitações em política pública para os povos do semiárido, com a participação de 21.575 pessoas nesses 31 municípios.
- Construção de 1.465 cisternas para consumo humano e 21 cisternas escolares com capacitação aos beneficiários em Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Realização da exposição fotográfica, “Mulheres do Semiárido: Semeando Direitos em Primeiro Lugar” e debates, com a participação de 200 pessoas.

- Realização de cinco oficinas de formação com as equipes técnicas sobre estratégia de gênero, com a participação de 182 técnicos.

PROGRAMA 078 – INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

O Programa tem como objetivo principal viabilizar maiores e melhores oportunidades de qualificação profissional, colocação no emprego e no serviço autônomo e inserção produtiva, tendo como público-alvo os trabalhadores desempregados, jovens em busca do primeiro emprego, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos prestadores de serviços, trabalhadores requerentes do seguro-desemprego, população socialmente vulnerável.

Este Programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego	Trabalhador colocado / recolocado no mercado de trabalho	pessoa	62.500	51.589
Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis	Pessoa qualificada	unidade	11.386	24.136

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de oficinas de orientação para o trabalho com a participação de 18.340 trabalhadores.
- Captação de 67.933 vagas de emprego junto às empresas.
- Colocação de 51.589 trabalhadores no mercado de trabalho.
- Colocação de 29.464 jovens de 16 a 29 anos no

mercado de trabalho.

- Colocação de 1.974 pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- Emissão de 34.905 carteiras do trabalho.
- Atendimento a 157.663 trabalhadores requerentes do seguro-desemprego.
- Qualificação de 24.136 pessoas para o mercado de trabalho.

- Qualificação de 16.810 jovens para o mercado de trabalho.

PROGRAMA 083 – DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

O Programa tem como objetivo fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável

e de inclusão social e produtiva, integrando-o à cadeia produtiva do turismo e da cultura, tendo como público-alvo artesãos, grupos produtivos e entidades artesanais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio à comercialização dos produtos artesanais cearenses	Peça artesanal comercializada	unidade	62.850	62.457
Melhoria da qualidade da produção artesanal	Artesão beneficiado	pessoa	5.410	30.447

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Apoio à comercialização dos produtos de 30.447 artesãos.
- Capacitação e assessoramento a 2.379 artesãos.
- Comercialização de 62.475 peças artesanais.
- Realização ou apoio à realização de 58 eventos.
- Certificação de 2.047 produtos artesanais com o Selo Ceart.

TEMA - EMPREENDEDORISMO

O Empreendedorismo no estado experimentou avanços importantes com a criação de uma estrutura de apoio e fomento ao Empreendedor e implementação dos benefícios do Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a partir do advento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em 2006, além de oportunizar o crescimento dos pequenos negócios a partir das políticas públicas voltadas para incentivar os micro e pequenos empreendimentos.

Os desafios que se apresentam no tema conformam as estratégias de políticas que visam assegurar a sustentabilidade dos empreendimentos e proporcionar condições para que os novos empreendimentos se estabeleçam e prosperem com o atendimento de suas necessidades, por meio da simplificação do marco legal, desoneração tributária, formalização simplificada e desburocratizada, orientação

técnica e gerencial, formação empreendedora, acesso ao crédito, incorporação de tecnologias atuais e comercialização da produção.

Assim, criar uma política pública moderna, realista, socialmente inclusiva, criativa, inovadora, sustentável e integrada para dar suporte aos empreendedores, especialmente aos microempreendedores individuais e às microempresas, e a elaboração de um plano estadual de apoio ao empreendedorismo, abrangendo todas as fases do ciclo de criação e consolidação dos empreendimentos, é um grande desafio que o Governo assume nos quatro anos deste Plano Plurianual (PPA).

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com capacidade de inserção produtiva, empreendedora e inovadora. O desempenho do indicador que mede o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Microempreendedores individuais formalizados	número	147.333	179.475	215.198	247.602	100.000	246.858

Fonte: SDE

O número de Microempreendedores individuais (MEI) ativos no Ceará diminuiu 0,3% em 2018. Esse percentual equivale a uma redução de 744 MEIs entre 2017 e 2018. É importante destacar que o número de MEIs no Ceará representa 3,19% do total de empreendedores individuais no Brasil, o que é bastante relevante uma vez que a população cearense representa, aproximadamente, 4% da população brasileira. Apesar da recessão econômica pela qual o país passa, a manutenção desse quantitativo, com leve redução, pode ser considerada positiva.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO EMPREENDEDORISMO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Empreendedorismo e Protagonismo Juvenil; e Empreendedorismo e Economia Solidária. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 1,62 milhão.

PROGRAMA 082 – EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Programa tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, da economia formal, que possibilite ao empreendedor criar e alavancar o seu negócio de forma competitiva e com qualidade para enfrentar os desafios do mercado, tendo como público-alvo microempresários, empresários de pequeno porte, microempreendedores individuais,

cooperativas e grupos produtivos de economia solidária, profissionais autônomos ou liberais e empreendedores em geral.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 16.507 pessoas pelas unidades da Central Fácil e pela Unidade Móvel de Empreendedorismo.
- Apoio à formalização de 4.264 empresas.

TEMA - PESCA E AQUICULTURA

O tema da Pesca e Aquicultura integra o Eixo Ceará de Oportunidades como importante alternativa econômica para pequenos, médios e grandes produtores.

Na atividade de aquicultura, destacam-se no estado a produção de camarão e tilápia. No que se refere à carcinicultura, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região Nordeste é responsável pela quase totalidade da produção nacional, sendo os estados do Ceará e Rio Grande do Norte os maiores produtores do Brasil.

No Ceará, aproximadamente 180 fazendas atuam no segmento de produção de camarão, proporcionando cerca de 10 mil empregos diretos nos polos de produção de Acaraú, Coreaú, Mundaú-Curu, Baixo e Médio Jaguaribe. Entretanto, apesar de ser um alimento desejado pela maioria dos brasileiros, o consumo de camarão equivale apenas a 1% do consumo anual per capita da carne, com cerca de meio quilo por pessoa.

Com relação à produção de tilápia, essa destaca-

se como a espécie mais cultivada no Brasil, representando 45,4% do total da pesca nacional. Apesar da crise hídrica e as mortalidades de peixe, o município de Jaguaribara, no Ceará, tem grande representatividade no setor. Essa representatividade o colocou em anos anteriores na segunda posição em relação à produção de peixes no Brasil, e em primeiro lugar em relação à produção de tilápia.

Como estratégia de gestão dos setores de agronegócio cearense, o Governo estadual tem estimulado a sua organização em câmaras setoriais, como as ligadas ao tema do camarão e da tilápia, constituindo-se em importantes fóruns de discussão entre os diversos elos das cadeias produtivas.

O resultado esperado neste tema estratégico é a atividade pesqueira e aquícola com desenvolvimento integrado e sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Número de ocupações geradas nas atividades de pesca e aquicultura	número	3.605	3.580	850	269	270	ND1
Valor das exportações de pescado no estado	US\$ FOB mil	46.947,00	48.450,72	50.607,58	54.760,06	47.000,00	52.760,84 ²

Fonte: Seapa.

¹ Os dados referentes ao ano de 2018 só serão divulgados no segundo semestre de 2019.

² Dados parciais, até novembro/2018, sujeitos a alteração.

O indicador “Número de ocupações geradas nas atividades de pesca e aquicultura”, obtido a partir da quantidade de empregos formais gerados pelo setor de pesca e aquicultura, demonstra em sua série histórica um declínio na quantidade de empregos gerados nas respectivas atividades, o que pode ser associado ao recuo da economia em todo território nacional, desde o ano de 2015.

No indicador “Valor das exportações de pescado no estado”, observa-se em 2018 uma queda de 3,66% em relação ao valor de 2017. Essa queda pode ter sido ocasionada pela demanda de mercado, variação cambial, ou até mesmo diminuição dos estoques pesqueiros nesse ano. Há uma expectativa, porém, que esse valor de 2018 tenha um aumento, pois ainda serão contabilizados os dados do mês de dezembro.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA PESCA E AQUICULTURA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram

desenvolvidas por meio do programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca e Aquicultura, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 4,25 milhões.

PROGRAMA 034 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

O Programa tem como objetivo principal possibilitar o incremento da produção advinda da pesca extrativa e da aquicultura marinha e continental e, por consequência, contribuir para o aumento do consumo per capita de pescado estadual, além de ensinar a geração de emprego e renda dos pescadores e aquicultores, tendo como público-alvo pescadores e aquicultores de águas marinhas e continentais

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio e implantação de projetos de pesca marinha e continental	Projeto apoiado	unidade	16	0
Apoio e implantação de projetos de aquicultura marinha e continental	Projeto apoiado	unidade	40	0
Prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira	Produtor assistido	unidade	2.170	1.371
Promoção e participação em eventos, feiras, missões e rodadas de negócios, com a divulgação de oportunidades e incentivos estaduais, para a pesca e aquicultura	Evento apoiado	unidade	30	10

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do curso de Aquaviário, em Itarema, e dos cursos de Tecnologia e Estratégia de Pesca de Atum e Afins.
- Realização de 475 análises presuntivas no Programa de Saúde nas Fazendas de Camarão.
- Distribuição de 4,64 milhões de alevinos em 1.698 reservatórios, beneficiando 12.590 pescadores.
- Prestação de assistência técnica a 1.371 produtores.
- Realização de 826 visitas técnicas a estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e sem SIE.
- Apoio a 10 eventos relacionados ao setor pesqueiro e aquícola.

TEMA - REQUALIFICAÇÃO URBANA

A política de desenvolvimento urbano é tratada no Plano Plurianual numa visão intersetorial envolvendo temas que se articulam e concorrem para o cumprimento das funções sociais da cidade, o equilíbrio ambiental e uma gestão democrática, quais sejam: mobilidade urbana (na operação do transporte metroferroviário e na gestão do transporte rodoviário), requalificação de espaços públicos, saneamento básico e habitação.

Torna-se importante também salientar que a execução de estratégias e ações efetivas no âmbito de cada um dos temas devem se respaldar em planos setoriais e municipais com diretrizes, indicadores e projetos que assegurem a organização e o desenvolvimento das áreas urbanas.

É com base nessa assertiva que o apoiar/fomentar o desenvolvimento da capacidade institucional dos governos municipais assume um papel central para o planejamento e gestão do desenvolvimento das cidades, que deve ser protagonizado pelas gestões municipais.

Por seu turno, cabe ao governo estadual uma visão integrada dos municípios em função das necessidades e das questões de interesses comuns, objetivando otimizar os recursos destinados a investimentos para promover o desenvolvimento regional.

As regiões metropolitanas requerem políticas especiais de planejamento urbano, econômico e

de mobilidade, como também, de fortalecimento de suas centralidades em função da polarização que exercem no contexto do Estado.

Neste contexto, a União estabeleceu diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos estados por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para as regiões metropolitanas ou as aglomerações urbanas instituídas, mediante lei complementar estadual, até a data de entrada em vigor da lei federal.

Para definir as diretrizes na gestão do PPA, a política relativa ao tema parte do reconhecimento de avanços contabilizados nos últimos anos, como:

- Viabilização de programas de investimento em saneamento básico e a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas para curto, médio e longo prazo.
- Entrega de escrituras de imóveis localizados em áreas urbanas por meio da Companhia de Habitação do Estado do Ceará – Cohab-CE, regularizando o legado dos conjuntos habitacionais.

- Requalificação de espaços públicos por meio da ampliação da oferta e da promoção de melhoria de estruturas públicas, estruturas públicas administrativas e infraestruturas públicas de convivência social, que contribuem para a redução das disparidades socioeconômicas entre a capital e as demais cidades do interior do estado.

- Investimentos em Mobilidade Urbana, notadamente no transporte metroferroviário de passageiros por meio da implantação de linhas nos municípios de Fortaleza, Crato-Juazeiro e Sobral. Ainda no referido tema, particularmente na gestão do transporte rodoviário de passageiros, o Estado vem promovendo alterações operacionais nas linhas que integram os serviços interurbanos, regular e regular complementar, por meio da implantação de novas ligações, modificações de horários e inclusão de seccionamentos, de forma a adequar a oferta e a demanda por esse serviço.

O resultado esperado neste tema estratégico são os espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Área urbana requalificada	metros quadrados	110,041,82	107.678,74	283.111,82	101.595,52	88.170,00	26.246,96 ¹
Intervenção em vias urbanas	quilômetros	90,85	73,62	61,37	129,44	162,44	59,63 ¹

Fonte: SCidades.

¹ Dados parciais de 2018 (posição até 30/11/2018).

O indicador “Área Urbana Requalificada” representa o somatório de áreas urbanas construídas e/ou reformadas pelo Governo do Ceará, no Programa de Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos. A extensão de áreas urbanas requalificadas, em dados parciais de 2018, é de 26.246,96m², o que representa 29,77% do programado para o ano, abaixo da série histórica e também do valor estimado para o ano. Foram beneficiados 11 municípios do estado.

Os principais fatores desse desempenho estiveram relacionados ao fato de que, em 2018, muitos municípios estiveram em situação de inadimplência/irregularidade cadastral em relação ao Estado do Ceará. Essa condição dificultou a transferência de recursos para os convênios e congêneres vigentes, bem como impediu a celebração de novos instrumentos. Além disso, a acentuada crise fiscal em que se encontra o país, com efeitos na redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foram fatores que também dificultaram o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para grande parte dos municípios cearenses, com repercussões negativas na contratação, bem como na execução das obras de requalificação urbana, em 2018. Vale ressaltar que, no período 2014-2018, foi requalificada uma extensão de 628.674,86m² de áreas urbanas.

O indicador “Intervenção em vias urbanas” representa o somatório de vias pavimentadas, vias implantadas e vias restauradas por meio do Estado, com abrangência geográfica em todo o estado do Ceará, registradas por meio do Programa Infraestrutura e Logística.

A extensão de vias urbanas pavimentadas, implantadas e restauradas, em dados parciais de 2018, é de 59,63 km, o que representa 36,71% do programado para o ano. Foram beneficiados 65 municípios do estado.

Destaque-se a duplicação da Av. Ermírio de Moraes, com extensão de 2,60km; e a implantação da Av. Perimetral - Trecho II, com extensão de 6,62km, em Sobral (Região 11); e a implantação da Avenida Irmã Maria da Graça (Av. Benjamin Constant), com extensão de 1,19 km, em Russas (Região 14).

Em relação ao desempenho do indicador observa-se uma tendência de queda desde 2014, com exceção do ano de 2017. O crescimento do indicador em 2017, revertendo a tendência de queda, pode ser atribuído a obras concluídas pelas prefeituras municipais em 2016, que foram supervisionadas a partir do segundo trimestre de 2017. O ano de 2018 apresentou uma nova queda, abaixo dos anos anteriores e do total estimado.

Os principais fatores desse desempenho estiveram relacionados ao fato de que, assim como foi ressaltado na análise do indicador anterior, em 2018, muitos municípios estiveram em situação de inadimplência/irregularidade cadastral em relação ao Estado do Ceará, dificultando a transferência de recursos para os convênios e congêneres vigentes, bem como impedindo a celebração de novos instrumentos.

Além disso, a acentuada crise fiscal em que se encontra o país, com efeitos na redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), foram fatores que também dificultaram o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para grande parte dos municípios cearenses, com repercussões negativas na implantação e melhoria da infraestrutura viária urbana, em 2018.

Destaca-se que, no período 2014-2018, foi registrada uma extensão de 414,91 Km de vias urbanas pavimentadas, implantadas e restauradas no estado.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do Programa Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 59,83 milhões.

PROGRAMA 040 – MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

O Programa tem como objetivo principal oferecer infraestrutura adequada aos municípios de forma a subsidiar seu desenvolvimento econômico e social, tendo como público-alvo a população que reside em municípios com carência de espaços e equipamentos públicos.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Construção de oito praças, sendo duas no município de Barroquinha e as demais nos municípios de Cruz, Jaguaribe, Mucambo,

Paracuru, Ubajara e Várzea Alegre.

- Reforma da Praça José Francisco das Chagas, em Acopiara.

- Reforma do Centro Administrativo da Vice-governadoria, em Fortaleza.

- Ampliação e urbanização do Centro Administrativo do município de Croatá.

- Construção de duas passarelas para pedestres, sendo uma em Fortaleza e a outra em Juazeiro do Norte.

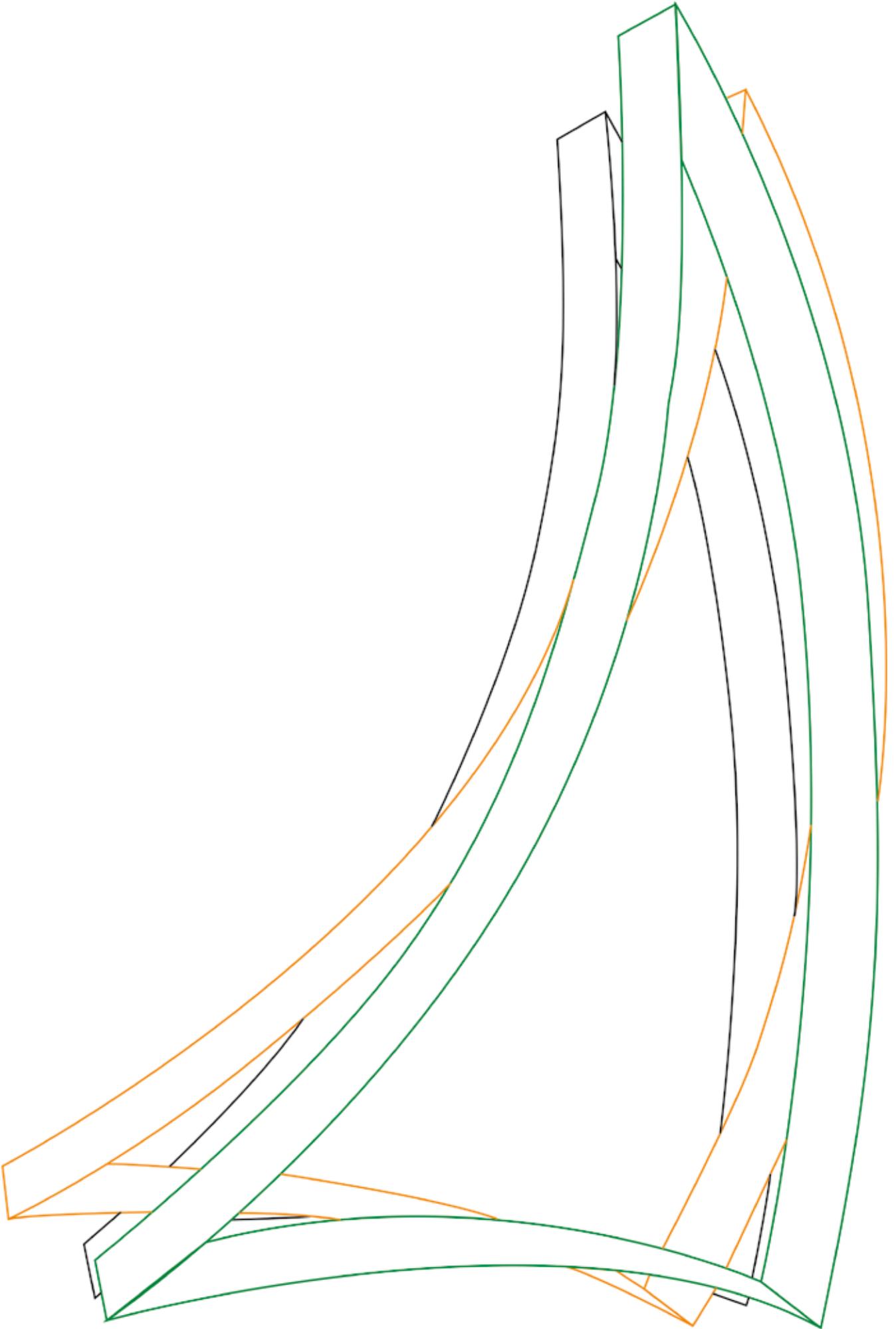
- Reforma de três UPAs nos bairros Messejana, Canindezinho e Autran Nunes, no município de Fortaleza.

- Construção do Terminal Rodoviário do município de Baturité.

- Revitalização do Polo Turístico, Artesanal e Cultural Igreja do Céu, no município de Viçosa do Ceará.

- Reforma do Mercado Público, em Mucambo.

- Reforma do Mercado Central, Galpão da Farinha e Galpão das Frutas, em Frecheirinha.

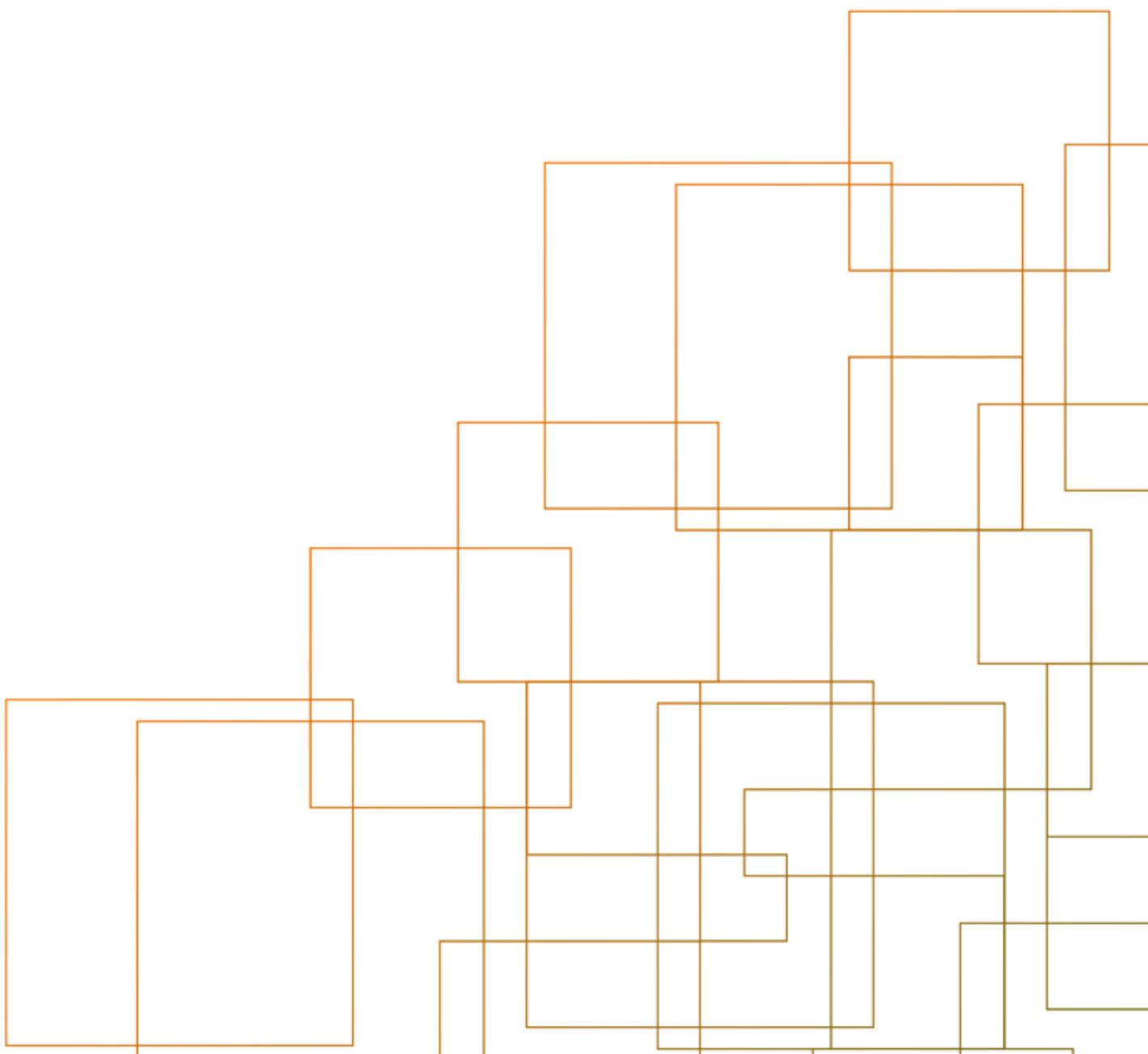


Mensagem à Assembleia

2019



EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL



O Ceará Sustentável contempla as políticas governamentais de convivência que atenuam os impactos climáticos, alimentadas pela existência das diversificadas alternativas e estratégias disponíveis desde o aproveitamento do Bioma Caatinga. O propósito central deste eixo consiste no Meio Ambiente protegido, com utilização

racional dos recursos naturais.

Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em três temas estratégicos: Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energias, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – RECURSOS HÍDRICOS

A ação de Governo no âmbito dos Recursos Hídricos corresponde a uma política implementada no estado do Ceará há mais de duas décadas. Tal ação se constitui num aspecto fundamental na vida da população cearense, e contribui para o incremento das atividades produtivas do estado.

a melhor distribuição de água no território e a gestão democrática dos Recursos Hídricos disponíveis.

O processo de construção dessa política priorizou o atendimento às demandas com

O resultado esperado neste tema estratégico é o abastecimento de água com qualidade garantida para todo o estado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Capacidade de transferência hídrica	metros cúbicos por segundo	29,68	30,47	30,73	30,79	30,90	30,85 ¹
Capacidade hídrica dos açudes estaduais	milhões de metros cúbicos	3.164,00	3.164,00	3.174,00	3.178,95	3.272,26	3.182,4 ²
Média de eficiência no faturamento da água bruta	percentual	44,59	51,52	87,98	96,09	48,51	105,62

Fonte: SRH.

¹ Valor estimado até 31/12/2018.

² Dados projetados até 31/12/2018.

Em relação à “Capacidade de transferência hídrica”, foram realizadas ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, com a construção de 12,48 km de adutoras no ano de 2018, com um acréscimo de vazão de 0,061 m³/s em relação a 2017, e a continuação da construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), com a execução física do Trecho 1, de 14,69 Km, que irá receber as águas da transposição do Rio São Francisco.

Com referência ao indicador “Capacidade hídrica dos açudes estaduais”, ocorreu um aumento de 3,47 milhões de metros cúbicos em relação ao ano de 2017, com as construções, reabilitação e ampliação das Barragens: Açude Muquém, em Quixeramobim, com capacidade de acumulação hídrica de 1,37 milhões de metros cúbicos; barragem em Aracati, na localidade de Aroeira Villane, com capacidade de acumulação hídrica de um milhão de metros cúbicos; barragem

em Ibaretama, na localidade de Lenin Paz II, com acumulação hídrica de 0,74 milhões de metros cúbicos; e barragem em Madalena, na localidade de Raiz São Joaquim, com capacidade de acumulação hídrica de 0,36 milhões de metros cúbicos.

O indicador “Média de eficiência no faturamento da água bruta”, que mostra a relação entre o volume de água bruta liberada e o volume de água bruta faturado, atingiu o percentual de 105,62% em 2018. Com o prolongamento da estiagem no estado do Ceará, houve uma diminuição no armazenamento de água bruta nos reservatórios gerenciados pela COGERH. O volume disponibilizado ficou concentrado nas finalidades de uso com maior prioridade – abastecimento humano e industrial. O maior volume demandado para essas categorias situa-se na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), onde há maior concentração populacional e industrial.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DOS RECURSOS HÍDRICOS

Para que o Governo pudesse apresentar o

desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Oferta Hídrica para Múltiplos Usos; Gestão dos Recursos Hídricos; e Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 292,75 milhões.

PROGRAMA 016 – OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

O Programa tem como objetivo garantir a oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais, tendo como público-alvo a população residente nas sedes dos municípios, distritos e localidades rurais em todo o estado do Ceará.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica.	Barragem construída	unidade	7	4
Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica.	Adução construída	quilômetro	78,56	12,48
Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC	Eixo de integração construído	quilômetro	39,10	14,69
Planejamento de ações de aumento da oferta hídrica	Estudos e projetos realizados	unidade	6	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Construção do Açude Muquém, em Quixeramobim, com capacidade de acumulação hídrica de 1.374.056 m³.
- Ampliação de barragem no município de Aracati,

na localidade de Aroeira Villane, beneficiando 150 famílias.

- Reabilitação de barragem no município de Ibaretama, na localidade de Lenin Paz II, beneficiando 58 famílias.

- Reabilitação de barragem no município de Madalena, na localidade de Raiz São Joaquim, beneficiando 45 famílias.
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Crato, na localidade de Dom Quintino, que beneficiará uma população de 927 famílias, tendo sido executado no período 2,91 km.
- Conclusão de Sistema de Abastecimento de Água em Acaraú, na localidade de Tope, beneficiando uma população de 139 famílias, sendo executado no período 6,99 Km.
- Conclusão de Sistema de Abastecimento de Água em Acaraú, na localidade de Espreado, beneficiando uma população de 400 famílias, sendo executado no período 2,58 km.
- Construção de 14,69 km do Cinturão das Águas do Ceará, considerando apenas a extensão de canal, sifão e túneis.
- Perfuração de 1.853 poços, distribuídos nas 14 regiões e em 119 municípios, em atendimento às comunidades difusas, em áreas rurais e também em áreas urbanas.
- Implantação de 503 pequenos sistemas de abastecimento de água, beneficiando 37.339 famílias em 13 regiões e 65 municípios.

PROGRAMA 017 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Programa tem como objetivo promover o uso múltiplo eficiente com qualidade adequada e a gestão participativa dos recursos hídricos, tendo como público-alvo entidades governamentais, setor produtivo, população residente nos municípios, distritos e localidades rurais em todo o estado do Ceará.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Concessão de 1.616 Outorgas de Uso, 153 Outorgas de Obras e 386 Outorgas de Auto Declaratório.
- Realização dos estudos dos Planos de Segurança Hídrica das Bacias Hidrográficas das Regiões Metropolitanas, do Salgado e do Acaraú.
- Realização de estudos para Análise e Integração dos Instrumentos de Gestão com Foco na Outorga e Cobrança; estudos para a Avaliação Socioambiental do Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento na Gestão Pública do Estado do Ceará (IPF/CE) e estudos da consultoria individual para fazer a Avaliação das Condições de Segurança das Barragens Banabuiú e Gavião, relacionadas ao mesmo projeto.
- Criação de um Programa de Educação Ambiental para todas as Instituições do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH) – SRH, COGERH, SOHIDRA e Funceme.

PROGRAMA 018 – CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

O Programa tem como objetivo gerar dados e informações para subsidiar a formulação do planejamento governamental, na definição de políticas e diretrizes de distribuição e gestão de recursos hídricos e energia, de desenvolvimento rural e agrário, na implementação de ações de combate à degradação ambiental e na convivência com as variabilidades climáticas do semiárido, tendo como público-alvo entidades governamentais, setor produtivo, em especial os agricultores e a sociedade civil.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Divulgação do prognóstico para a quadra chuvosa de 2018, disponibilizando um relatório diário das

- chuvas e um boletim diário de monitoramento meteorológico a partir das estações automáticas e imagens de satélite.
- Geração e disponibilização de dois boletins diários de monitoramento dos sistemas meteorológicos a partir da Rede de Radares.
 - Emissão de dois boletins de previsão diária de tempo para o Ceará e um boletim climático mensal para o estado do Ceará e para o Nordeste, totalizando 2.202 boletins divulgados.
 - Monitoramento de área degradada em processo de desertificação na sub-bacia hidrográfica do Riacho do Brum, no município de Jaguaribe, acompanhando a evolução das técnicas de manejo e conservação.
 - Mapeamento das áreas de risco de incêndios florestais utilizando geotecnologias, com o intuito de fortalecer a operacionalização do Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais (Previna).
 - Levantamento de reconhecimento de média intensidade dos solos do estado do Ceará na escala 1:100.000, gerando informações básicas sobre as características morfológicas, físicas e químicas dos solos, sua classificação taxonômica e distribuição cartográfica.
 - Realização de estudos e mapeamentos para implementação de sistemas adutores de água tratada, com captação realizada diretamente nos mananciais de maior garantia hídrica, visando à ampliação da segurança hídrica do estado (Projeto Malha D`água).
 - Produção dos seguintes estudos: Sistema de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos da Bacia do Rio Salgado - Ceará; Mapeamento e Monitoramento dos Espelhos D'água do Estado do Ceará, acima de 0,5ha; Atualização das Séries Históricas como subsídio à revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLANERH); Definição e Implementação de Estratégia para Internalização da Metodologia de Modelagem da Qualidade de Água para Reservatórios do Estado do Ceará (Acarape do Meio, Araras e Olho D'Água).

TEMA – MEIO AMBIENTE

Na perspectiva da implementação de uma Política Ambiental no Estado apoiada segundo a lógica de uma sociedade igualitária, socialmente justa, ambientalmente saudável e sustentável, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) pela Lei Estadual nº 15.773/2015, a qual é vinculada à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) como autarquia especial integrante do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

Nesse sentido, busca-se desenvolver com excelência as ações que visam apoiar e incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no Ceará, cumprindo, assim, sua missão, que é proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, com vistas a promover a qualidade ambiental que propicia a vida.

Além disso, o Governo realiza o monitoramento, a fiscalização e o licenciamento ambiental, sendo também responsável pela proteção da fauna e flora do estado.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana, nos quais tem sido possível, com muitos desafios, eliminar áreas de risco e recuperar áreas urbanas ambientalmente degradadas

devido às práticas humanas de agressão e poluição do meio ambiente as quais, além de destruir esse recurso não renovável, produz efeitos negativos sobre a população, como o surgimento de doenças que prejudicam a sua qualidade de vida.

Nesse sentido, são desenvolvidas iniciativas por meio da execução de obras de urbanização para revitalização de áreas ambientalmente degradadas, contribuindo para a utilização desses espaços de forma sustentável; de obras hídricas para controle de cheias e inundações; da implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, proporcionando a infraestrutura necessária aos empreendimentos habitacionais nos quais são relocadas famílias que ocupam, de forma irregular, áreas de preservação permanente, bem como aos empreendimentos habitacionais para os quais são conduzidas as famílias cujas moradias encontram-se em área de interesse público, nas quais são executadas obras de infraestrutura e mobilidade.

O resultado esperado neste tema estratégico são os recursos ambientais com uso racional e sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Área de mata ciliar de rios e nascentes reflorestadas	hectare	-	-	81,20	2,70	69,70	7,00
Índice de desertificação	percentual	10,02	10,02	10,02	11,45	10,02	10,02
Índice de qualidade de água bruta	percentual	81,81	80,09	79,59	81,21	80,00	83,64
Municípios certificados com Selo Município Verde	número	9	-	19	19	30	24
Percentual de área de reserva legal delimitada	percentual	-	17,30	32,03	60,31	15,00	88,61
Percentual de área protegida em Unidade de Conservação	percentual	7,65	21,11	21,11	7,47	7,71	7,69
Área de risco eliminada	número	-	-	2	3	8	5
Área revitalizada	hectare	-	11,23	-	69,53	148,36	4,02
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos	percentual	88,87	88,80	88,86	88,82	88,56	88,83
População urbana do interior (CE, exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos	percentual	6,31	6,70	7,71	7,73	11,99	7,96

Fonte: SEMA e SCidades.

O indicador “Área de mata ciliar de rios e nascentes reflorestadas” é mensurado a partir da implementação dos projetos de recuperação ou reflorestamento de áreas de mata ciliar de rios e nascentes reflorestadas. O não alcance da meta prevista no indicador sofreu influência de fatores naturais, considerando os seis anos de regime de chuva abaixo da média. Os projetos de reflorestamento não foram implementados em face da escassez de água, insumo necessário para garantir o crescimento da vegetação.

A desertificação ou degradação ambiental é admitida como um problema de proporções globais e que se apresenta em diferentes escalas espaciais, resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas. Os impactos ambientais oriundos da desertificação se refletem na degradação da biodiversidade, na diminuição e disponibilidade dos recursos hídricos, na perda física e de fertilidade dos solos, bem como no aspecto social que se manifesta na perda da capacidade produtiva dos grupos familiares refletindo-se nos processos migratórios e agravando os

problemas nas áreas urbanas, ocasionando perdas econômicas significativas.

O “Índice de desertificação” refere-se ao percentual de áreas desertificadas ou em processo de desertificação recuperadas no território cearense, através de implementação de ações de florestamento e reflorestamento da vegetação nativa, contribuindo para manutenção da biodiversidade, da qualidade do solo e para proteção dos recursos hídricos.

Em decorrência dos sucessivos anos de regime de chuva abaixo da média, não foi possível expandir as ações de contenção desse processo, o que pode observar no resultado obtido em 2018, inclusive inferior ao registrado no ano anterior.

Em atendimento ao disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 357/2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, os Laboratórios de Físico-Química e Bacteriologia da Gerência

de Análise e Monitoramento (GEAMO), da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), analisaram o número de parâmetros físico-químicos e bacteriológicos de Salinidade, Temperatura, PH, Oxigênio Dissolvido, Cor, Turbidez, Clorofila “a”, Fósforo total, Ortofosfato, Nitrito, Nitrato, Sulfato, Nitrogênio Amoniacal Total, Condutividade, Cloretos, Substâncias Solúveis em Hexano, Demanda Química de Oxigênio (DQO), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e Coliformes Termotolerantes, em 93 pontos de amostragem. Em 2018, 83,64% dos laudos estão de acordo com a mencionada resolução, o que pode ser entendido como um resultado bastante positivo, uma vez que se registrou uma evolução de 2,43 pontos percentuais em relação ao ano de 2017, ficando, assim, bem acima da meta estabelecida para o ano.

O Selo Município Verde, criado em 19 de maio de 2003, por meio da Lei Nº 13,304, constitui-se em uma certificação que o Estado concede a cada município pelo seu desempenho na melhoria da qualidade ambiental de seu território, considerando os seguintes eixos: Política Municipal de Meio Ambiente, Saneamento Ambiental, Recursos Hídricos, Agricultura Sustentável e Biodiversidade.

Quanto ao indicador que demonstra a quantidade de “Municípios certificados com Selo Município Verde”, observa-se uma evolução do número de municípios que aderiram a essa estratégia, chegando ao total de 24 municípios, em 2018, 26% acima do valor registrado em 2017, demonstrando uma melhoria na qualidade ambiental do estado.

Os dados do indicador “Percentual de área de reserva legal delimitada” são levantados conforme o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Os 88,61% alcançados no indicador representam o percentual de áreas cadastradas em reserva legal referente aos

20% previstos em lei. Do total de imóveis rurais do Estado, 7.948.067 hectares são passíveis de cadastro de acordo com o Código Florestal. Destes, têm-se 1.408.649 hectares com a reserva legal cadastrada até 2018. Considerando a meta prevista no indicador, visualiza-se um desempenho crescente, o que demonstra um aumento de áreas protegidas como reserva legal no Ceará.

Em 2018, o indicador “Percentual de área protegida em Unidade de Conservação” teve um aumento de 1.456,42 hectares de áreas protegidas em UCs no Ceará, representando o incremento de 0,22 pontos percentuais, em relação a 2017, que representava 1.143.012,92 hectares. Dessa forma, atualmente, as áreas protegidas em UCs no estado do Ceará alcançaram 1.144.458,35 hectares, representando 7,69% do território cearense.

O indicador “Área de risco eliminada” refere-se a 32 áreas de risco situadas na abrangência do Projeto Rio Maranguapinho (22), Projeto Rio Cocó (9) e Projeto Dendê (1). No período do PPA 2016-2019, foi programado eliminar 15 (quinze) áreas de risco existentes, sendo cinco no Projeto Rio Maranguapinho, nove no Projeto Rio Cocó e um no Projeto Dendê. Em 2018, foi registrada a eliminação de cinco áreas de risco, sendo uma do Projeto Rio Maranguapinho (Lumes), três áreas do Projeto Rio Cocó (Novo Barroso, Santa Maria Gorete e Do Cal) e uma área do Projeto Dendê (Área da Baixada), o que corresponde a 62,50% do programado, que era eliminar oito áreas de risco. O desempenho do indicador foi impactado pela não execução da urbanização do Trecho II, margem esquerda do Projeto Rio Maranguapinho, devido aos altos custos com indenização, já que muitas famílias não querem ser reassentadas, preferindo serem indenizadas, permanecendo então duas áreas de risco nesse Trecho (Conjunto Ceará e Belém). Ressalte-se que as famílias as quais ocupam de

forma irregular áreas de preservação ambiental são reassentadas em residenciais dotados de infraestrutura ou indenizadas para desocupar esses espaços.

O indicador “Área revitalizada” refere-se a 954,09 ha de áreas referentes ao Projeto Rio Maranguapinho (754,08 ha), Projeto Rio Cocó (162,42 ha) e Projeto Dendê (37,59 ha). No período do PPA 2016-2019, foi programado revitalizar 929,77 hectares de áreas situadas no Projeto Rio Maranguapinho (729,76 ha), no Projeto Rio Cocó (162,42 ha) e no Projeto Dendê (37,59 ha). Essas áreas são revitalizadas por meio de obras de urbanização, as quais contribuem para a preservação ambiental. As famílias que ocupam as áreas de forma irregular são retiradas mediante reassentamento em residenciais ou pagamento de indenização.

Em 2018, foi registrada a revitalização de 4,02 ha do Projeto Rio Cocó (ver tabela de indicadores temáticos), referente a parte do Trecho II, margem esquerda, entre Av. Costa e Silva e Av. Pompílio Gomes, que corresponde a 2,70% do programado para o ano, que era de 148,36 ha. O desempenho do indicador foi prejudicado devido às construtoras contratadas, que apresentaram um ritmo lento na execução das obras e não cumpriram o cronograma proposto no ano para conclusão dos trechos de urbanização do Projeto Maranguapinho.

O indicador “População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos” refere-se ao percentual da população urbana da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) que é atendido com a destinação adequada dos resíduos sólidos produzidos pela atividade humana.

Os três aterros sanitários existentes na RMF, nos municípios de Caucaia, Maracanaú e Aquiraz, atendem uma população urbana estimada (IBGE), em 2018, de 3.413.729 habitantes, de

um total estimado de 4.074.730 habitantes. O percentual da população urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos de 88,83%, em dados finais de 2018, cumpre a meta programada para o ano, apesar de não haver programação de investimentos no PPA nesse tipo de ação, para essa região.

O Estado do Ceará, por meio da Secretaria das Cidades (SCidades) e da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) desenvolve iniciativas no sentido da destinação final adequada de resíduos sólidos por meio do fomento à implementação da coleta seletiva e da gestão integrada de resíduos sólidos.

O indicador “População urbana do Interior (CE, exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos” refere-se ao percentual da população urbana do interior (excetuando-se a RMF) que é atendido com a destinação adequada dos resíduos sólidos produzidos pela atividade humana. Estima-se que as estruturas existentes hoje no interior (CE, exceto RMF) atendam com destinação final adequada de resíduos sólidos a uma população urbana estimada (IBGE), em 2018, de 236.842 habitantes, de um total de população urbana do interior estimado de 2.976.319 habitantes.

O percentual da população urbana do interior (CE, exceto RMF) atendido com destinação final adequada de resíduos sólidos, de 7,96% em 2018, em dados finais, não cumpre a meta programada para o ano. Embora a conclusão das obras da Central de Tratamento de Resíduos Regional Norte, construída em Sobral para atender a 17 municípios da Região Metropolitana de Sobral, tenha ocorrido em 2018, ainda não foi possível iniciar a operação das estruturas, motivo pelo qual a meta executada ficou abaixo da programada.

A tendência de crescimento do indicador na série

histórica 2014-2018 pode ser explicado, além do crescimento vegetativo da população, pela iniciativa de algumas gestões municipais que celebraram instrumentos com municípios do interior (exceto a RMF) para destinar resíduos sólidos em aterros sanitários operados.

O Estado, por meio da Secretaria das Cidades (SCidades), tem empreendido esforços no sentido de contribuir com a destinação final adequada de resíduos sólidos para a população urbana do Interior (exceto a RMF) por meio de duas ações. Uma é a construção de duas Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR), as quais atenderão aos consórcios públicos municipais denominados CGIRS-RMS (Consórcio para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral) e CGIRS-VJ (Consórcio para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Vale do Jaguaribe), que beneficiará 30 municípios. A obra da CTR Regional Norte está concluída e a CTR Regional Vale do Jaguaribe está em fase de construção. A segunda ação trata da elaboração de estudos ambientais e projetos de engenharia de CTRs e aterros sanitários que serão entregues aos consórcios intermunicipais de resíduos para que esses executem as obras.

O Governo também disponibiliza projeto-padrão de Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) aos municípios, fomentando a implantação da gestão integrada de resíduos sólidos no Estado, o qual

vem desenvolvendo iniciativas no sentido da destinação final adequada de resíduos sólidos por meio do fomento à implementação da coleta seletiva e de promoção da gestão integrada de resíduos sólidos.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO MEIO AMBIENTE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Revitalização de Áreas Degradadas; Resíduos Sólidos; Ceará Mais Verde; Ceará no Clima; e Ceará Consciente por Natureza. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 141,73 milhões.

PROGRAMA 027 – REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

O Programa tem como objetivo melhorar as condições socioambientais em áreas de risco e adjacências, tendo como público-alvo famílias de baixa renda residentes nas áreas das intervenções.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Urbanização das margens do Rio Maranguapinho	Área urbanizada	unidade	4	0
Urbanização das margens do Rio Cocó	Área urbanizada	unidade	5	0
Acesso das famílias à educação e saúde, no âmbito dos projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê	Equipamento social construído	unidade	4	0
Desobstrução das calhas do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó para controle de cheias	Dragagem executada	unidade	25	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Execução de 89,54% do Trecho II – Margem Direita do Rio Maranguapinho (entre a Av. Fernandes Távora e a Av. Osório de Paiva).
- Execução de 74,43% do Trecho III B – Margens Direita e Esquerda Rio Maranguapinho (situado entre a Av. Jardim Fluminense e o Anel Viário) e de 33% do Trecho III A – Margem Direita do Rio Maranguapinho (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense).
- Execução de 89,68% do Trecho IV – Margem Esquerda do Rio Maranguapinho (entre o Anel Viário e a Barragem Maranguapinho).
- Atendimento a 8.029 pessoas no âmbito dos Projetos Rio Maranguapinho (2.822), Rio

Cocó (3.717) e Dendê (1.490), para atualização cadastral, adesão aos residenciais, acesso a informações gerais sobre os projetos, aluguel social e pagamento de indenizações.

- Conclusão da obra de Requalificação da Encosta do Bairro Cais do Porto, em Fortaleza.

PROGRAMA 064 – RESÍDUOS SÓLIDOS

O Programa tem como objetivo reduzir os impactos negativos da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente, tendo como público-alvo a população urbana e rural. Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios	Município beneficiado	unidade	131	0
Implementação da gestão integrada da política de resíduos sólidos.	Sistema de gestão	unidade	4	6
Promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos	Central de tratamento construída	unidade	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Elaboração de 81 planos de coleta seletivas múltiplas para os municípios inseridos nas bacias Metropolitana, Salgado e Acaraú.
- Atendimento a 310 catadores de material reciclável, com duas oficinas para sensibilização e para compreensão da categoria profissional, no Vale do Jaguaribe e no Vale do Acaraú.
- Capacitação de 216 catadores de material e reciclável em três eventos sobre gestão de resíduos sólidos: associação e cooperativismo; educação ambiental; e segurança do trabalho.

- Realização de sondagens para reconhecimento geológico-geotécnico das áreas de lixões contempladas no projeto para 2018.
- Elaboração de 41 planos de recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto.
- Formação de 28 Comitês / Núcleos Municipais Interinstitucionais de resíduos sólidos no Vale do Acaraú (17 municípios) e no Vale do Jaguaribe (11 municípios).
- Constituição de seis consórcios de gestão integrada de resíduos sólidos.

- Realização de duas capacitações, sendo a primeira na área administrativa e a segunda na área contábil e jurídica para os oito superintendentes dos consórcios.
- Construção da Central de Tratamento de Resíduos na região do Vale do Acaraú, em Sobral, e execução 40,19% da obra de construção da Central de Tratamento de Resíduos na região do Vale do Jaguaribe, que beneficiará 11 municípios do Consórcio para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Vale do Jaguaribe (CGIRS-VJ).
- Beneficiamento de diagnóstico da cadeia de reciclagem de 362 catadores de materiais que atuam em 25 municípios dos Consórcios de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral (CGIRS RMS) (163 catadores em 14 municípios) e da Região do Vale do Jaguaribe (CGIRS VJ) (199 catadores em 11 municípios).

- Instalação de um bioreator para produção de biogás a partir de resíduos sólidos orgânicos.

PROGRAMA 066 – CEARÁ MAIS VERDE

O Programa tem como objetivo conservar, recuperar, ampliar e proteger a cobertura vegetal e os solos do Ceará, tendo como público-alvo os grandes e pequenos produtores rurais do estado, terceiro setor, gestores municipais, população residente no entorno das unidades de conservação do estado, sociedade civil em geral e população difusa.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradada.	Área reflorestada	unidade	4.000,00	27,18
Criação e implementação de Unidades de Conservação.	Unidade de conservação implementada	unidade	4	2
Ampliação da oferta de serviços de proteção da fauna silvestre do Estado do Ceará.	Centro de triagem e reabilitação de animais silvestres implantado	unidade	2	0
Ampliação do controle dos recursos ambientais em unidades de conservação do Estado do Ceará.	Unidade de conservação protegida	unidade	23	23

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Recuperação de áreas degradadas, em 25 hectares da bacia hidrográfica do rio Pacoti, nos municípios de Guaramiranga, Pacoti e Redenção.
- Reflorestamento de 0,18 hectare, com plantio de carnaúba (*Copernicia prunifera*), na bacia hidrográfica do Rio Ceará, no município de Caucaia.

- Reflorestamento de um hectare na bacia hidrográfica do Rio Ceará e de um hectare bacia hidrográfica do Rio Cocó nos municípios de Caucaia e Fortaleza, respectivamente, por meio de parceria com a Unimed.
- Cercamento com gradil no Parque Estadual do Cocó.
- Elaboração de 13 planos de manejo para as Unidades de Conservação Estaduais.

- Elaboração da lista da fauna de vertebrados que ocorrem no estado do Ceará.

PROGRAMA 067 – CEARÁ NO CLIMA

O Programa tem como objetivo minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases do efeito estufa, orientando e disciplinando a utilização racional dos recursos ambientais, tendo como público-

alvo grandes e pequenos produtores rurais do estado do Ceará, terceiro setor, gestores municipais, população residente no entorno das unidades de conservação do Estado, sociedade civil em geral e população difusa.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Ampliação das ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais	Brigada de incêndio implantada	unidade	2	3
Implementação da política de gerenciamento costeiro	Plano elaborado	unidade	1	1
Implementação do monitoramento da qualidade do ar	Estação de monitoramento implementada	unidade	1	0
Realização de análise da qualidade dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará	Diagnóstico publicado	unidade	93	93
Realização de análise da qualidade da balneabilidade no litoral cearense	Praia monitorada	unidade	65	66

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do monitoramento para avaliar o grau de eficiência das medidas implantadas para a redução de uso de lenha como matriz energética.
- Realização de 12 cursos de forma regionalizada, com foco na gestão ambiental municipal, abrangendo os 184 municípios cearenses.
- Curso de formação de três Brigadas de Incêndios Florestais com a Guarda Municipal, nos municípios de Fortaleza, Ipu e Quixeramobim, em parceria com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).
- Elaboração do Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do município de Sobral.

- Realização de uma oficina sobre Prevenção e Combate a Incêndios Florestais com os índios Tapebas, no município de Caucaia.
- Elaboração do Plano Operativo Anual para o Sindicato Rural de Senador Sá.
- Realização de capacitação sobre Legislação Ambiental voltada a Incêndios Florestais na Região do Cariri.
- Emissão de certificação ambiental no Programa Selo Município Verde para 24 municípios.

PROGRAMA 068 – CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA

O Programa objetiva estabelecer um processo contínuo de educação ambiental no estado do Ceará, propiciando mudanças de atitudes e valores,

visando a uma relação harmoniosa com o meio ambiente, tendo como público-alvo gestores públicos, comunidade escolar, agricultores, população ribeirinha e comunidades tradicionais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Promoção de ações de sensibilização da sociedade para preservação e proteção dos recursos ambientais no Ceará	Evento realizado	unidade	14	325
Promoção de ações específicas de educação ambiental nas Unidades de Conservação	Pessoa capacitada	unidade	1.391	517

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de três campanhas (Festa Anual das Árvores, Semana Nacional do Meio Ambiente e Dia Nacional de Limpeza de Praia e Rios), com a participação de mais de cem municípios em cada campanha.
- Realização de 60 edições do Programa Viva o Parque, no Parque do Cocó, e 20 no Parque Botânico com atividades aos sábados, domingos e feriados, beneficiando, em média, quatro mil pessoas por edição.
- Capacitação para professores da Rede Estadual de Ensino utilizando como ambiente de formação

as Unidades de Conservação Estaduais, no âmbito do projeto Parque Escola.

- Realização de 26 cursos voltados a Multiplicadores em Educação Ambiental, Formadores em Educação Ambiental e Gestão Ambiental Municipal.
- Implementação do Selo Escola Sustentável - Certificação e Premiação para as Escolas Estaduais que cumprirem critérios socioambientais em quatro eixos: Currículo, Gestão, Espaço Físico e Comunicação.
- Realização de ações de capacitação em 20 instituições de Governo do Estado, promovendo a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

TEMA – ENERGIAS

Os combustíveis fósseis ainda representam o principal vetor de geração de energia, embora já se vislumbre uma acentuada expansão das energias renováveis, motivada pela busca da segurança energética e pela ameaça do aquecimento global. Esta tendência amplia as oportunidades de inovação tecnológica, com elevado potencial de redução de custos.

Ademais, as energias renováveis surgem como alternativa ao acesso às fontes energéticas em áreas e comunidades remotas. Servem à inclusão social e ao combate à pobreza na medida da sua estratégica contribuição ao desenvolvimento socioeconômico – de acordo com sua produção,

uso local e benefícios ambientais.

Além desse aspecto ambiental, pode-se afirmar que este tema possui um importante papel na expansão da economia no meio rural, uma vez que a carência de eletrificação neste espaço, sobretudo do tipo trifásica, tem se demonstrado um entrave à produção rural.

O resultado esperado neste tema estratégico é a matriz elétrica diversificada com oferta e fornecimento de energia ampliada e com qualidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Incremento de unidades consumidoras no meio rural com ligação elétrica trifásica	percentual	-	1,77	1,89	2,09	2,00	2,24
Participação de fontes renováveis de energia na matriz elétrica do Estado	percentual	39,00	42,58	41,58	45,00	49,00	68,00
Participação do gás natural na geração termelétrica do Estado	percentual	22,00	18,00	13,86	16,43	6,00	6,00
Percentual de incremento da disponibilidade de energia	percentual	31,00	22,00	-10,72	15,28	5,00	-22,63

Fonte: Seinfra.

O indicador de “Incremento de unidades consumidoras no meio rural com ligação elétrica trifásica” expressa o crescimento percentual de novas unidades ativas no meio rural do Estado do Ceará que se encontram atendidas pela rede de distribuição trifásica da concessionária de energia elétrica, como fruto do Programa de Investimentos Especiais (PIE) e outras ações que visem o mesmo objetivo, a exemplo da atuação da concessionária de distribuição de energia local. Os números referentes às áreas urbanas são desconsiderados por esse serviço já estar universalizado. A ampla abrangência desse serviço, representada pelo percentual

de atendimento, promove um significativo melhoramento da qualidade de vida desses beneficiários, uma vez que a disponibilidade de energia elétrica possibilita desde o acesso a fontes hídricas de melhor qualidade, que tem como consequência direta melhoria nas condições de saúde, educação, informação e lazer, dentre tantos outros benefícios não menos relevantes.

Considerando-se que o número de residências no meio rural atendidas com fornecimento de energia elétrica pela Enel, em janeiro de 2018, é de 553.731, a atuação da concessionária

e a aplicação dos recursos oriundos do PIE permitiram um incremento de 2,24% de unidades com energia trifásica.

Em 2017, o Ceará contava com 31.843 residências rurais com energia trifásica, saltando para 44.280 em 2018, o que equivale a um incremento de 12.437 novas unidades beneficiadas. Entretanto, faz-se necessário o estabelecimento de uma política pública mais abrangente e com recursos significativos para mudar o atual cenário existente no interior do Ceará, permitindo a universalização da energia trifásica no meio rural.

Quanto à “Participação de fontes renováveis de energia na matriz elétrica do Estado”, importante mencionar que o Ceará possui 125 empreendimentos em operação, contribuindo com a geração de 4.346 megawatts (mw) de potência instalada no Sistema Elétrico Nacional Interligado (SIN), representando 2,67% dos 162.491,8 mw de potência instalada do Brasil. A previsão para os próximos anos é de uma adição de mais 814,2 mw na capacidade de geração do Estado, proveniente dos três empreendimentos atualmente em construção e mais 28 empreendimentos contratados, mas ainda em construção não iniciada.

Já a capacidade instalada no estado do Ceará representa em termos médios (potência média 1.249 mw, ou 1,86% da potência média instalada no Brasil de 67.036 mw (médios) e 15,30% da potência instalada média do Nordeste de 8.163 mw (médios),

Quanto ao consumo, o estado do Ceará atingiu o consumo médio de 1.675 mw (médios), representado 2,60% do consumo médio do Brasil de 64.376 mw (médios) e 16,12% do consumo médio do Nordeste de 10.386 mw (médios).

A geração eólica no Ceará advém de 81 usinas eólicas em operação com uma potência instalada de 2.054,9 mw. Esta capacidade instalada é capaz de produzir até 1.030,0 mw médios, considerando um fator de capacidade médio anual de 50%, mas podendo alcançar até 1.138,9 mw médios para o fator de capacidade máximo atingido de 55,4%.

Isso significa que a geração eólica produzida no estado do Ceará representa cerca de 68% do consumo total do estado, embora a operação de uma grande parte das usinas eólicas instaladas no estado ter sido prejudicada pela ocorrência de paradas sistemáticas, devido a falhas de operação com alguns equipamentos de propriedade de empresas privadas.

A redução da participação do gás natural na geração elétrica da matriz do Ceará se deve à parada da Termofortaleza. Durante o ano de 2018, esta térmica só operou durante três meses, devido à suspensão do contrato de fornecimento de gás natural entre a Petrobras e a Enel, não sendo previsto sua retomada no ano de 2019.

No decorrer dos anos de 2015 a 2018, verificase que a produção de energia no estado do Ceará foi de 16.404 GWh; 14.644 GWh; 16.882 GWh e 13.061 GWh, respectivamente (ONS, 2018).

Nota-se, portanto, que no ano de 2016 a produção interna de energia elétrica foi inferior à produção do ano de 2015 em 10,72%. A justificativa para essa redução se dá em função da necessidade de despacho das usinas geradoras por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS). Como a matriz elétrica nacional é notadamente dependente da fonte hídrica, e sabendo que este ano o nível dos reservatórios dedicados à geração de energia chegou a níveis mínimos, o Governo Federal

decidiu colocar em operação as unidades termelétricas mais próximas das regiões sul e sudeste para preservar os mananciais, o que afetou diretamente a produção interna das unidades geradoras no Ceará.

Com as condições mais favoráveis para a geração de energia, em 2017, o Ceará volta ao patamar de geração anterior (2015), porém, no ano de 2018, a geração fica em torno de 13.061 GWh, o que representa uma queda de 22,63% em relação ao ano anterior, pelo fato da redução de geração de energia proveniente das termelétricas e eólicas (em torno de 30% e 5%, respectivamente) e de uma maior importação de energia de outros estados.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE ENERGIAS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Matriz Energética do Estado do Ceará, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 6,80 milhões.

PROGRAMA 009 – MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ

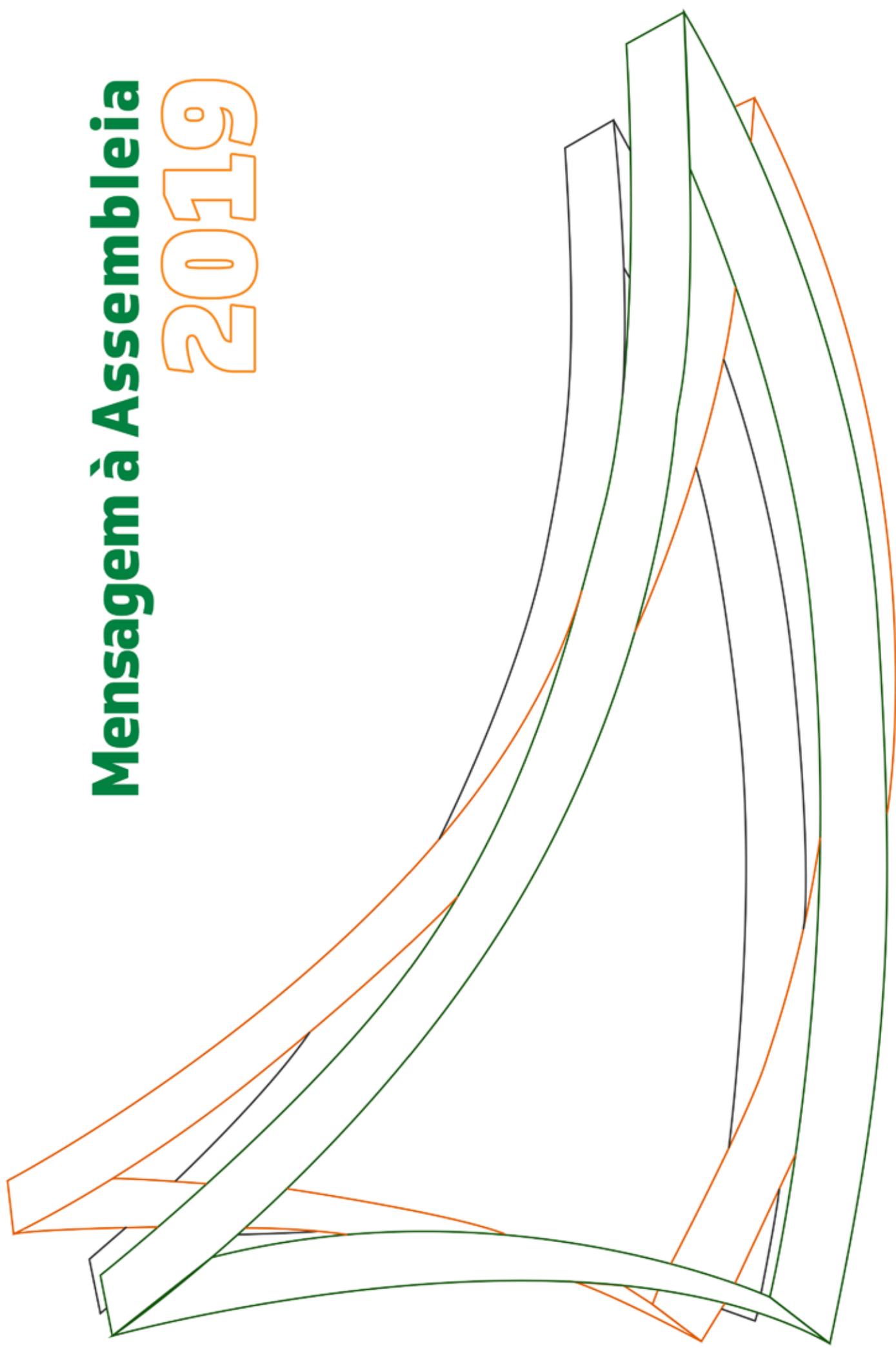
O Programa tem como objetivo contribuir com as políticas públicas estaduais na atração de novos empreendimentos, tendo como público-alvo empresas do setor industrial, comercial e serviços, população residencial e comunidades.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

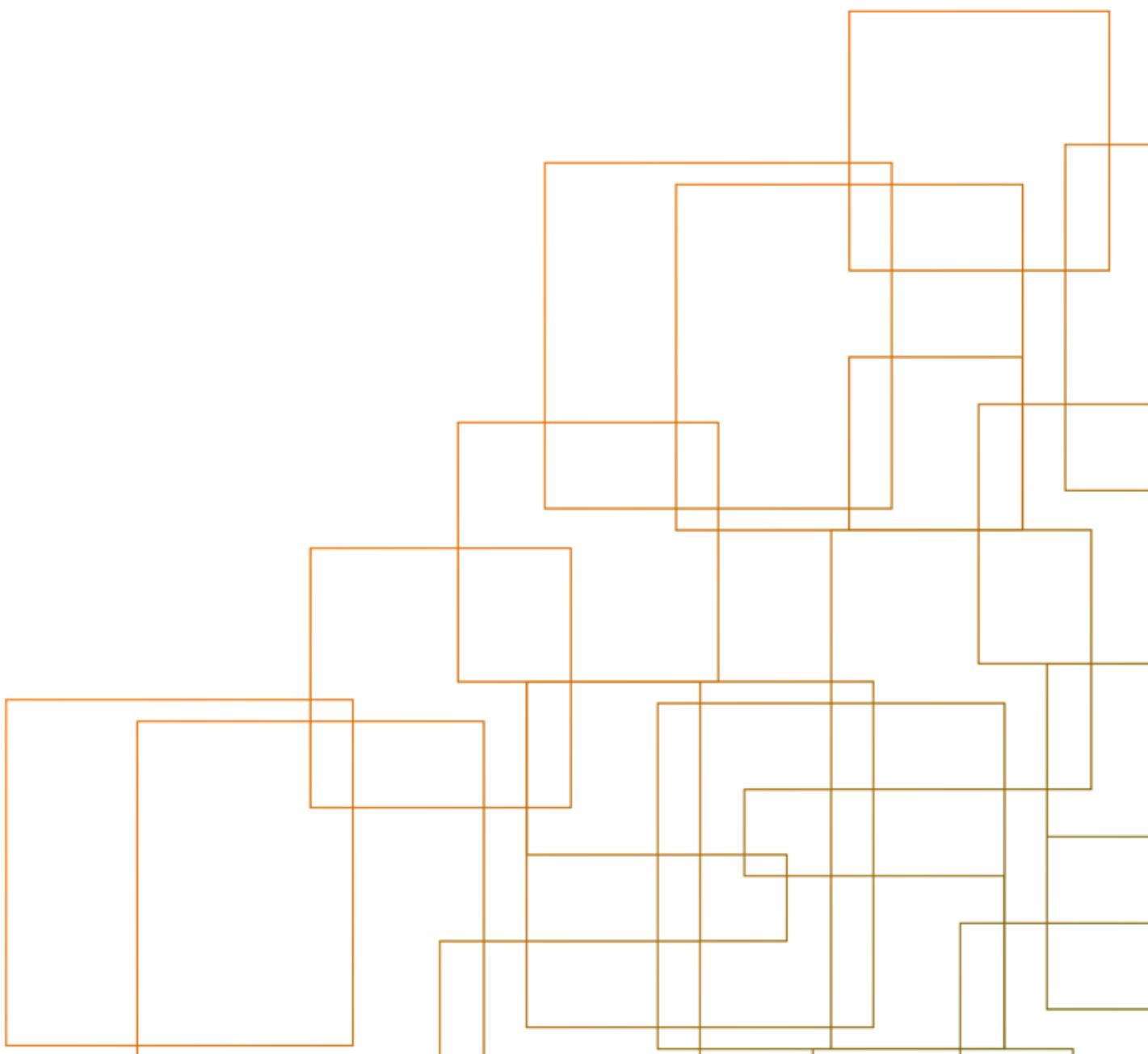
- Ampliação de redes elétricas monofásicas para trifásicas em 11 comunidades, atendendo a sete municípios do Ceará.
- Operação das duas subestações elétricas e da central de água gelada do Centro de Eventos do Ceará.
- Crescimento em torno de 14% no volume de gás distribuído aos mercados industrial, comercial, residencial e automotivo, considerado o maior incremento nos últimos dez anos da história da Cegás.
- Injeção de gás natural renovável (GNR) na rede de distribuição, tornando o Ceará pioneiro no Brasil neste feito.
- Execução de 28 obras de eletrificação, contemplando 20 municípios, para atendimento de empreendimentos e comunidades nas áreas de abastecimento de água, educação, estradas e saúde realizadas com recursos oriundos do Programa de Investimentos Especiais (PIE), que utiliza 1% da receita bruta da Companhia Energética do Ceará. Foram autorizadas, no ano de 2018, 76 obras a serem executadas pelo PIE, no total de mais de R\$ 7,4 milhões.
- Entrega do Selo Verde Cegás para clientes.
- Nova edição do Programa de Responsabilidade Social.
- Inauguração do Espaço Cegás de Cultura.

Mensagem à Assembleia

2019



EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO



O Ceará do Conhecimento contempla as políticas governamentais voltadas a proporcionar à população uma formação integral de qualidade, com ênfase na equidade e protagonismo na inovação. O propósito central deste eixo consiste na População com formação integral de qualidade, com ênfase na equidade e produção do conhecimento e inovação.

Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em cinco temas estratégicos: Educação Básica, Educação Profissional, Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Informação e Cultura, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação, em uma concepção mais ampla, é compreendida além da aprendizagem, no nível de competências que forma pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais soberanas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e mostrem a capacidade de superar a fragmentação social com mais estudo e protagonismo, num ambiente pedagógico fortalecido, mais solidário na superação coletiva e exitosa das dificuldades. Educação Básica universal de qualidade é o fundamento na construção de uma sociedade mais justa, social e economicamente mais desenvolvida, o eixo principal na edificação de uma sociedade do conhecimento.

Conforme consta no Plano Estadual de Educação 2016-2024, a implantação das políticas públicas só pode ser realizada de forma concreta quando nascem do conhecimento da realidade e dos desafios a serem superados. Mais do que isso, é importante que sejam coerentes, sustentáveis e perenes. Assim, o Estado tem dado continuidade às políticas educacionais implantadas com

foco no Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, no Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, na Escola em Tempo Integral e no apoio aos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, evidenciando o incentivo à inserção dos alunos no Ensino Superior. Isso corresponde aos resultados de um planejamento articulado, verdadeiro exercício de valorização das gestões governamentais que investem na educação como um dos pilares do desenvolvimento da sociedade.

Todavia, apesar dos recentes avanços obtidos no campo da Educação Básica, ainda há muitos desafios a enfrentar para potencializar a contribuição deste importante tema para a construção de um Ceará do Conhecimento.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com Educação Básica de qualidade na idade adequada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas (Spaace Alfa) ¹	percentual	84,60	86,10	87,40	89,20	90,70	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede pública nos anos finais ²	índice		4,54		4,90		-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede pública nos anos iniciais ²	índice		5,73		6,10		-
Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica ³	percentual	84,60	83,10	86,34	88,00	88,90	ND
Percentual de crianças de 0 a 3 anos na Educação Infantil (Ceará) ⁴	percentual	33,60	37,10	35,70	36,70	37,70	ND
Percentual de crianças de 4 e 5 anos na Educação Pública (Ceará) ⁵	percentual	97,50	96,00	97,90	98,20	98,68	97,80
Percentual de estudantes concludentes do Ensino Médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no Enem ⁶	percentual	48,70	57,30	60,30	61,12	65,70	ND
Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído ⁷	percentual	77,00	77,00	76,90	77,30	80,50	ND
Percentual de pessoas de 19 anos com pelo menos o Ensino Médio concluído ⁷	percentual	54,60	58,80	55,80	58,00	58,30	ND
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o Ensino Fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada) ⁷	percentual	97,40	97,80	97,70	97,90	97,90	ND

Fonte: Seduc.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Em 2018 o Spaace foi realizado em novembro, por isso, seus resultados serão publicizados em 2019.

² O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) calcula o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. É apurado nos anos ímpares.

³ Esse dado é uma projeção. O Censo Escolar de 2018 ainda foi não divulgado.

⁴ Esse dado é uma projeção para 2018.

⁵ Esse dado é uma previsão. O percentual se refere ao indicador conhecido como Taxa de Atendimento Escolar e corresponde ao número de crianças atendidas em todo o estado.

⁶ Percentual de estudantes concluintes do Ensino Médio (3ª ou 4ª séries) das escolas estaduais que atingem 460 pontos de proficiência média no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) considerando os resultados nas provas das quatro áreas de conhecimento e redação.

⁷ A base de dados utilizada para o monitoramento foi a Pnad, pois permite uma análise daqueles que estão fora da escola, situação para a qual o Censo da Educação Básica do Inep não oferece informações. Ela constitui uma pesquisa amostral que abrange estados, regiões e o Brasil, mas não possui representatividade municipal.

O percentual de “Crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas mensuradas a partir do Spaace Alfa”, em 2017, foi de 89,2%, caracterizando um aumento de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016. Isso se deve ao investimento do Governo em ações estratégicas voltadas para alfabetização das crianças na idade estipulada (sete anos de idade), em parceria com todos os municípios do Ceará. Em 2017, dos 184 municípios cearenses, 182 encontravam-se no padrão desejável, e os outros dois, no padrão suficiente. É o que demonstra o resultado do Sistema Permanente

de Avaliação da Educação Básica (Spaace), que se caracteriza como avaliação externa em larga escala das competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática. As informações coletadas a cada avaliação identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos.

O lançamento do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) foi em 2007 e, desde 2011, o Ceará alcança avaliação positiva (nível suficiente ou desejável de alfabetização), em

todos os municípios. Verifica-se, portanto, que 89,2% dos alunos finalizaram o 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizados em 2017, em contraponto a 2007, quando o percentual era de apenas 39,9%. Esse indicador marcou o melhor desempenho de aprendizagem nos últimos dez anos da Educação no Ceará. De acordo com os resultados do Spaece, mais de 92 mil enquadraram-se no nível desejável de alfabetização.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Saeb) obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio) com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

Em 2017, nos anos finais do Ensino Fundamental do 6º ao 9º, o estado obteve uma marca de 4,9 pontos no Ideb. Somente oito estados atingiram a meta exigida no período. O Ceará nessa etapa da escolarização, destaca-se a nível nacional, como o terceiro estado brasileiro com o melhor Ideb e o primeiro dos estados do Nordeste. Nos anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, o Ceará se destaca, novamente, com índice superior a 85% das redes públicas dos seus municípios alcançando a meta proposta. Contudo, as notas caem se comparadas às das séries iniciais.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2017, o Ceará foi o quinto estado do país e o primeiro da região Nordeste com melhor marca, na rede pública. Segundo o Ideb, o Ceará superou a meta proposta para 2017 nos anos iniciais em 1,6 pontos. Foi a sexta edição consecutiva em que o estado atingiu a marca exigida pelo MEC.

Em relação aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, vale ressaltar que das 100 escolas

públicas do país com melhor desempenho no Ideb, 82 unidades escolares estão no Ceará, dentre as quais se destacaram as escolas situadas nos municípios de Ararendá, Catunda, Deputado Irapuan, Jijoca de Jericoacoara, Milhã e Sobral, que apresentam notas de 9,1 a 8,1 entre as melhores notas no Ideb.

Especificamente a rede pública do Ceará subiu do nível 2,8 em 2005, para 6,1 em 2017, ritmo de crescimento quase duas vezes superior à média nacional. Apenas um município cearense não alcançou a meta projetada para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Na região Nordeste, há 153 municípios com Ideb igual ou superior a 6,0, destes, 93 estão no Ceará.

Sabe-se que esse resultado é fruto do empenho dos municípios e do estado em manter o aluno na idade adequada, fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, garantindo o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, de modo a melhorar as médias no Enem, Ideb e Pisa, garantindo a execução das metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação e Plano Nacional de Educação. Considera-se ainda a contribuição do Programa de Alfabetização na Idade Certa para a melhoria da qualidade na Educação Básica da rede pública nos anos finais em parceria com os municípios.

O Ceará, no período de 2014 a 2018, apresentou oscilações no crescimento do “Percentual de alunos de 15 a 17 anos que estão na escola”. Em 2017, 88,9% dos jovens dessa faixa etária encontravam-se matriculados na Educação Básica, enquanto que em 2016 esse número era de 86,3%. O aumento foi de 2,60 pontos percentuais e coloca o Ceará numa situação bastante confortável à frente do Nordeste, que apresentou taxa de atendimento de 86,1%, conforme a Pnad 2017.

Nos últimos anos, a Secretaria da Educação vem buscando oferecer melhor condição de acesso e permanência, com a implementação simultânea de ações para a melhoria da qualidade da educação ofertada. Visando diminuir a evasão escolar e garantir acesso e permanência de todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola, foi criado o Programa Nem Um Aluno Fora da Escola, que promoverá uma série de ações pactuadas com cada um dos 184 municípios cearenses. Deste modo, será utilizada a busca ativa escolar pelos agentes educacionais, o monitoramento da frequência e do desempenho acadêmico, ações voltadas para a permanência dos alunos reinseridos na escola, programas de transição do Ensino Fundamental para o Médio, a constituição de uma rede de parceiros locais trabalhando o fortalecimento das competências socioemocionais e maior diálogo com o Conselho Tutelar do município.

Como o atendimento da população de 0 a 3 anos em creche não é obrigatório por lei, o atendimento na última década nesta faixa etária foi relativamente baixo, isto devido ao investimento insuficiente para garantia do atendimento deste público. No Ceará, o percentual das crianças de 0 a 3 anos que frequentaram escola ou creche em 2017 foi de 36,7%. Nesse grupo etário, a meta é ampliar a oferta da Educação Infantil em creches de forma a atender 50% das crianças de zero a três anos até 2024. Para isso, o Governo do Estado do Ceará, desde 2010, vem realizando uma série de ações e apoiando financeiramente os municípios na perspectiva de elevar os indicadores e garantir o cumprimento desta meta.

Considerando que as matrículas na Educação Infantil estão concentradas nos municípios, é importante fortalecer as políticas de ampliação do acesso para que o direito das crianças de 0 a 3 anos seja garantido. Destacando que o alcance

desta meta depende fortemente do trabalho realizado pelos municípios nesta faixa etária, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará vem apoiando esse desafio, por meio do Programa de Aprendizagem na Idade Certa - Mais Paic, no eixo da Educação Infantil e de construção de creches em diferentes localidades, bem como, equipando e dotando essas unidades de materiais de consumo por um ano e capacitando os profissionais para atuarem nesta área. Ainda no âmbito do apoio e da colaboração com os municípios, também foi criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin), na perspectiva da dimensão do cuidar e do educar.

Segundo dados que fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2018, pesquisa divulgada em 05/12/18, com dados referentes a 2016 e 2017, o Ceará tem a maior proporção de crianças com idade entre 4 e 5 anos, frequentando escola ou creche no País. O atendimento da população de 4 a 5 anos na pré-escola na rede pública do Ceará, segundo o ano-base de 2014, já apresentava um atendimento de 97% da população. O percurso evolutivo deste indicador apresenta variação positiva de 2014 a 2018, com avanço de 0,7% no atendimento da população, chegando em 2018 quase universalizado, com a distância de 1,8% da universalização absoluta, aproximando-se da meta exigida como prevê a legislação. O Programa de Ampliação da Oferta Municipal da Educação Infantil do Governo do Estado, em parceria com os municípios, vem contribuindo para o atendimento desta faixa etária, através da construção dos Centros de Educação Infantil.

O indicador que avalia o “Percentual de estudantes concluintes do Ensino Médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no ENEM” faz referência ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), composto por quatro provas de múltipla escolha e uma redação, é elaborado pelo Ministério da Educação

para verificar o domínio de competências e habilidades dos estudantes que concluíram o Ensino Médio. Em 2017, o Ceará apresentou um percentual de 61,12%, obtendo um acréscimo de 0,83 p.p. comparado ao percentual de 60,3% em 2016. Esse aumento se deve ao fortalecimento de ações para melhoria da qualidade do Ensino Médio, com a implantação do Projeto “Enem, chego junto, chego bem” que se insere na vida do aluno desde o momento em que se matricula no Ensino Médio em uma escola pública estadual, com oferta de ações de caráter administrativo, pedagógico e motivacional contribuindo para a participação do aluno no exame e apoiando o seu ingresso no Ensino Superior.

“Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído” expressa a proporção de pessoas de 16 anos de idade que já concluíram pelo menos o Ensino Fundamental em relação à população total nessa idade. No governo estadual, o direito à escolarização básica em qualidade de condições vem ocorrendo por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino que garante aos jovens a partir de 15 anos o acesso ao Ensino Fundamental e, a partir de 18, ao Ensino Médio. O número de matrículas dessa faixa etária passou de 67.776 em 2016 para 73.065 no ano passado, crescimento de 7,8%. Isto se deve ao fortalecimento das políticas em parceria com os municípios e aos investimentos no Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC. Em 2018, até o momento, a rede conta com 69.372 alunos matriculados. Analisando a porcentagem de jovens com 16 anos ou mais com o Ensino Fundamental concluído em 2017, o Ceará apresenta média superior à do país, com 77,3%, ficando em primeiro lugar no ranking de região Nordeste.

O indicador “Percentual de pessoas de 19 anos com pelo menos o Ensino Médio concluído” expressa a proporção de pessoas de 19 anos

de idade que já concluíram pelo menos o Ensino Médio em relação à população total nessa idade. Entre os indivíduos com 19 anos ou mais com Ensino Médio concluído, o estado teve 58% de conclusão do Ensino Médio em 2017, crescimento de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016, com 55,8%, sendo o estado nordestino com o melhor índice e estando 0,9 pontos percentuais abaixo da média do Brasil e 8,3 pontos acima da média do Nordeste. A rede pública estadual de ensino do Ceará apresentou redução histórica do abandono escolar em uma década. A taxa em 2007 alcançou os 16,4%, baixando para 6,6% em 2017.

O indicador “Taxa de escolarização líquida ajustada” representa a proporção de pessoas de 6 a 14 anos que têm acesso ao Ensino Fundamental ou que já tiveram acesso a essa etapa de ensino e a concluíram. Em 2017, o Ceará apresentou uma taxa de escolarização líquida de 97,9%, cujos percentuais são considerados quase uma universalização. Além do mais, o estado cearense está no nível do Brasil de escolarização dessa faixa etária e acima da média Nordeste. É preciso registrar que o Ensino Fundamental passou pelo processo de municipalização nas últimas décadas, de modo que o desafio de ofertar essa etapa da Educação Básica encontra-se hoje basicamente nos municípios. Contudo, o estado do Ceará apoia essa etapa da Educação Básica colaborando com os municípios, a exemplo da implementação do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Paic), que oferta formação continuada aos professores, apoio à gestão escolar, voltada, prioritariamente, para a construção e definição das metas de aprendizagem, bem como subsidiando as ações de qualificação do processo de alfabetização e da formação e valorização dos professores.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para que o Governo pudesse apresentar o

desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Inclusão e Equidade na Educação; Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada; Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica; e Gestão de Políticas Públicas da Educação. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 2,20 bilhões.

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

O Programa tem como objetivo garantir escola como espaço educador sustentável, inclusiva, que respeite às diversidades e promova a equidade no padrão de acesso, nas condições de oferta, de permanência e nos resultados de aprendizagem, tendo como público-alvo segmentos pertencentes às populações vulneráveis e/ou com características diferenciadas e alunos da Educação Básica que necessitem de formação em inclusão e temas de diversidade.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Qualificação da oferta de Educação de Jovens e Adultos para as pessoas que não concluíram a Educação Básica na idade própria, incluindo os privados de liberdade e as comunidades terapêuticas de adictos	Aluno atendido	unidade	55.893	61.243
Ampliação da oferta de vagas para comunidades indígenas / quilombolas e população do campo	Escola implantada	unidade	3	4

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atendimento de 61.243 alunos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos formatos de EJA + Qualificação Profissional, EJA presencial e semipresencial para Ensino Fundamental e Médio. Realizados em escolas regulares, profissionais, unidades prisionais e centros socioeducativos.
- Reorganização curricular do Ensino Médio Noturno, atendendo a 1.306 alunos de 11 escolas.
- Realização de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para 10.290 alunos da Educação Especial em 174 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), 48 Centros de Atendimento Educacional Especializado (ONG conveniadas com Seduc), oito Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado (Nape)

e um Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará – CREACE.

- Realização de ações de formação para professores nas temáticas da igualdade étnico-racial, respeito à diversidade sexual e à dignidade humana.
- Implantação de quatro unidades de ensino em áreas de assentamento da Reforma Agrária e na Zona Rural nos municípios de São Benedito, Mombaça, Ipueiras e Monsenhor Tabosa.
- Realização da Mostra Ambiental integrada ao Ceará Científico, beneficiando a 154.629 alunos de 458 escolas que tiveram seus projetos participando das Mostras Científicas Regionais, na temática da Educação Ambiental.
- Realização de 12 Projetos Permaculturais em 12 Escolas da rede estadual nos municípios de Caucaia, Crateús, Fortaleza, Granja, Icó, Ipueiras,

Jaguaretama, Jucás, Pindoretama, Quixadá, Senador Pompeu e Viçosa do Ceará, com a participação de 359 pessoas, beneficiando a um total de 7.831 alunos.

- Realização de acessibilidade arquitetônica para atender a pessoas com deficiência em 10 escolas nos municípios de Acarape, Caridade, Carneiro, Ibaretama, Ibicuitinga, Madalena, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Mucambo, Piquet e Quixadá.
- Realização de melhorias na infraestrutura de 11 escolas indígenas nos municípios de Aratuba, Caucaia, Crateús, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga e Quiterianópolis.

PROGRAMA 008 – ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA

O Programa tem como objetivo o fortalecimento da educação infantil e elevação do nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada do Ensino Fundamental, tendo como público-alvo a população de 0 a 16 anos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade adequada	Aluno beneficiado	unidade	1.415.279	1.415.279
Implantação dos Centros de Educação Infantil - CEIs	Centro de educação Infantil Implantado	unidade	55	9
Qualificação da oferta municipal de Educação Infantil	Criança beneficiada	unidade	325.548	290.866

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Promoção da aprendizagem dos alunos na idade adequada através do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) em parceria com os 184 municípios cearenses.
- Aquisição de 562.081 kits de materiais de apoio didático pedagógico do Paic para alunos e professores.
- Realização de formações para os professores de Língua Portuguesa e Matemática do Ensino Fundamental I e II, e Educação Infantil.
- Concessão de 1.796 bolsas de pesquisa e extensão tecnológica para acompanhamento do programa Paic.
- Premiação das Escolas Públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo, quinto e nono anos do Ensino Fundamental, através da concessão do Prêmio Escola Nota Dez, beneficiando 381 escolas, sendo 216 premiadas e 165 apoiadas.
- Construção de nove centros de Educação Infantil em parceria com as prefeituras, ampliação da oferta municipal de educação de qualidade para crianças de 0 a 5 anos de idade.
- Qualificação de 2.070 profissionais da Educação Infantil e Fundamental, incluindo parcerias com os municípios, sendo beneficiados 290.866 crianças matriculadas nas instituições e escolas que atendem a Educação Infantil dos 184 municípios do Estado.

- Implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil.
- Produção gráfica de 30 textos literários, selecionados por concurso, para composição da coleção Paic Prosa e Poesia, contemplando o Ensino Fundamental II.
- Celebração de Convênios com os municípios para realização de reformas, ampliações, construção de escolas e aquisição de ônibus, veículo e moto para municípios de Alcântaras, Assaré, Fortaleza, Hidrolândia Penaforte, Pereiro, Senador Sá, Salitre e Viçosa do Ceará.

PROGRAMA 023 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Programa tem como objetivo garantir as condições para o bom funcionamento da gestão organizacional e pedagógica, focadas na permanência, no fluxo e na aprendizagem dos alunos, tendo como público-alvo os alunos da Educação Básica, professores, gestores e profissionais da educação.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Premiação de alunos, ajuda de custo e bolsas	Aluno beneficiado	unidade	125.039	81.830
Avaliação anual de aprendizagem dos alunos das escolas públicas da Educação Básica através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - Spaece, realização do censo escolar e de estudos e pesquisas educacionais	Avaliação realizada	unidade	1	1
Readequação dos espaços de aprendizagem aos Padrões básicos de funcionamento das escolas de Educação Básica	Escola readequada	unidade	637	603
Ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica	Escola implantada	unidade	40	40

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Formação de 192 coordenadores escolares e 115 professores por meio do atendimento do Núcleo Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS), em 192 escolas, sendo 81 escolas de tempo parcial e 111 escolas de tempo integral, com reorganização curricular do Ensino Médio.
- Participação de 81.830 alunos do terceiro ano do Ensino Médio e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Pública Estadual no processo de Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018.
- Realização da avaliação de aprendizagem dos alunos das escolas públicas da Educação Básica

através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece).

- Implantação de 40 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTIs) com 13.807 alunos matriculados na primeira série.
- Implantação de 11 Centros Cearenses de Idiomas (CCI) nos municípios de Caucaia, Crateús, Fortaleza, Iguatu, Itapipoca e Juazeiro do Norte, com atendimento aproximado a 10.000 mil alunos da rede pública estadual regularmente matriculados no Ensino Médio.
- Implantação de uma Escola Família Agrícola (EFA) na região do Litoral Oeste/Vale do Curu.

- Readequação de 603 escolas estaduais com aquisição de 5.627 equipamentos entre bens móveis, equipamentos diversos e/ou mobiliários.
- Realização de reformas em 326 escolas nas modalidades EEFM, EEM, EEMTI, EEEP, e Ceja com edificações, manutenção, conservação, benfeitorias e outras obras de instalações.
- Ampliação dos espaços educacionais em três escolas contemplando os padrões de acessibilidade à pessoa com deficiência.
- Aquisição de 1.291 computadores para atender as Escolas Regulares.
- Fornecimento de alimentação escolar a 284.011 alunos das Escolas Públicas Estaduais com abrangência em todo o Estado.
- Realização de formação continuada para 1.651 professores, através do Programa de Formação Itinerários Formativos.
- Implementação do projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), beneficiando 226.272 alunos, sob a orientação de 34 coordenadores regionais, abrangendo 626 escolas das 20 Crede e Sefor e 6.456 turmas e seus professores diretores de turma.
- Implementação do projeto “Minha Escola é da Comunidade”, beneficiando 205 escolas estaduais, com incentivos a mudança de atitude, especialmente, na sua relação da escola com a família e a comunidade na qual está inserida.
- Realização da 11ª edição do Ceará Científico Etapa Estadual, com a exposição de 184 projetos de estudantes e professores da rede pública cearense, com 750 participantes, abrangendo

pesquisas em todas as áreas do conhecimento.

- Aquisição de material didático e acervo bibliográfico para as Escolas Estaduais e Centros Cearenses de Idiomas (CCI), sendo 31.909 livros de literatura juvenil; 1.400 livros de História do Ceará; 2.142 exemplares do Livro “O Cearense”; 16.800 exemplares do material didático - Inglês e 7.200 exemplares do material didático – Espanhol; impressão gráfica de 5.000 livros das produções acadêmicas e literárias dos professores da rede pública estadual e 30.000 exemplares da Revista DoCEntes.
- Atendimento com transporte escolar a 127.325 alunos da rede estadual de ensino.
- Participação em Eventos Nacionais e Internacionais com financiamento de 90 projetos de Iniciação Científica das escolas públicas estaduais, envolvendo 90 professores e 198 alunos.

PROGRAMA 079 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

O Programa tem como objetivo apoiar a implementação de boas práticas de gestão do ensino, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais, tendo como público-alvo escolas da rede de ensino do Estado, alunos das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental e usuários e parceiros do sistema de ensino.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Capacitação de Gestores Escolares	Pessoa capacitada	número	460	834
Atualização do credenciamento das Instituições de Ensino	Escola credenciada	número	2.650	1.958

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 834 cursistas, abrangendo 18 municípios;
- Atualização do credenciamento de 1.958 escolas das redes estadual, municipal e privada, envolvendo 75 municípios das regiões do Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Sertão do Canindé, Sertão dos Inhamuns e Sertão do Crateús.
- Capacitação de membros dos Conselhos Municipais de Educação bem como os pretensos candidatos, visando ampliar a competência técnica e compromisso ético com a melhoria da qualidade do serviço público no campo Educacional, em 51 municípios com menor IDH e Conselhos Municipais que apresentam problemas e dificuldades no seu funcionamento.

TEMA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional insere-se numa visão de política governamental mais ampla que objetiva a formação de capital humano no Estado. É consenso que o patamar de desenvolvimento desejado para a sociedade cearense requer o crescimento da economia estadual apoiado na produtividade dos fatores de produção e na agregação de valor aos produtos da economia, para modernização da estrutura produtiva no Estado, resultando na ampliação do seu poder de competição.

Foi a partir dessa análise que o Governo Estadual, no âmbito do Projeto para Resultados, objeto de acordo de empréstimo celebrado com o Banco Mundial, elegeu como um dos componentes, o Crescimento Econômico. Nesta perspectiva, foi produzido o documento “Estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Estado do Ceará a partir do Fortalecimento do Setor Produtivo, apoiada em Inovação e com foco na Formação de Capital Humano”, enfatizando a

necessidade de garantir que os benefícios advindos com os avanços produtivos alcancem toda a sociedade, com ampliação das oportunidades e distribuição dos ganhos, pressupondo a qualificação da mão de obra como elemento central nesse processo.

A análise qualitativa sobre a formação de capital humano no estado identifica dois problemas chave: baixa qualidade da Educação Básica e baixo nível de qualificação técnica do trabalhador na economia cearense. As ações direcionadas a ampliar a qualificação da força de trabalho, portanto, deve, necessariamente, contemplar a melhoria da qualidade do ensino básico, eliminando a defasagem ainda presente em relação à situação média do país e dos Estados mais bem colocados em nível nacional. As iniciativas devem, ainda, buscar ampliar o estoque de profissionais qualificados e adequar o fluxo de trabalhadores às necessidades do mercado. Urge expandir a

formação superior, inclusive nos níveis de pós-graduação e em áreas estratégicas, assim como estimular o emprego das pessoas qualificadas no setor privado no sentido de propiciar um ambiente favorável à inovação.

É oportuno um destaque sobre as iniciativas, já em andamento, para ampliar a formação de técnicos conduzidos pelo Governo do Estado. Trata-se da implantação da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional, num modelo que integra a formação básica de Ensino Médio com a formação de nível técnico. Com seu início no ano de 2008, já beneficia todas as regiões do Estado. Os retornos destas ações devem se materializar mais fortemente no médio e longo prazo.

E, ainda, destacam-se os cursos ofertados pelo Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC), para atender as demandas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), e pela Universidade

do Trabalho Digital (UTD) que vêm contribuindo para o Ceará do Conhecimento, alcançando ainda o Eixo Ceará Pacífico, com a formação inicial e continuada na área da Tecnologia da Informação de forma inclusiva.

No âmbito do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, ressalta-se que o projeto de educação profissional do Estado é mais uma iniciativa que visa ampliar a política de inclusão social. Por esse motivo, 80% das vagas são destinadas a estudantes egressos das escolas públicas, enquanto os 20% restantes se destinam a estudantes de escolas privadas.

O resultado esperado neste tema estratégico é a educação profissional consolidada e articulada com o mercado de trabalho. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Percentual de matrícula dos cursos técnicos integrados ao ensino médio nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)	Percentual	12,00	13,40	14,2	15,1	15,80	ND
Percentual de Tecnólogos absorvidos pelo mercado de trabalho ¹	percentual	75,86	75,43	70,44	75,18	82,00	79,00
Porcentagem da população certificada nos cursos de extensão e de formação inicial e continuada	percentual	50,00	48,00	65,00	74,10	68,00	74,60
Taxa de empregabilidade de técnicos de nível médio subsequente absorvidos pelo mercado de trabalho ²	percentual	80,00	80,00	80,00	83,00	82,00	85,00

Fonte: Seduc e Secitece.

Dado projetado para 2018.

¹ Percentual de alunos matriculados em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação ao total de alunos matriculados no ensino médio de todas as escolas da rede estadual.

² O indicador refere-se ao percentual de alunos diplomados nos cursos técnicos de nível médio, subsequentes, na modalidade presencial, ofertados nas unidades de ensino profissional tecnológico, CVTECs e Fatecs, nas macrorregiões: Grande Fortaleza, Cariri e Sertão Central, absorvidos pelo mercado de trabalho.

A política de implementar a rede de educação profissional no Estado tem como estratégia central integrar o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses. O modelo integrado possibilita a centenas de alunos a qualificação para ingressar no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que são habilitados a concorrer a uma vaga na universidade. A educação profissional dá maior amplitude à concepção do direito à educação por criar condições para que se estabeleça um diálogo com o mundo do trabalho.

O indicador “Percentual de matrícula dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nas Escolas Estaduais de Educação Profissional” vem apresentando um crescimento lento desde 2014. No período 2014 a 2017, tivemos o crescimento de 3,1% nas matrículas em educação profissional técnica de nível médio. Para cumprimento da meta estabelecida no Plano Estadual de Educação, de 30% em 2024, ainda precisamos incrementar as matrículas da modalidade delimitada em mais 14,9%. Com o número de escolas em construção através de financiamento do FNDE tem-se a perspectiva que será possível cumprir a meta.

O indicador “Percentual de Tecnólogos absorvidos pelo mercado de trabalho” consiste em computar o percentual de tecnólogos diplomados pelas Faculdades Tecnológicas do Cariri e do Sertão Central absorvidos pelo mercado de trabalho. Os cursos são ofertados por meio do Contrato de Gestão firmado entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Secitece) e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec) e direcionados às demandas das regiões contempladas. No período 2014-2018, manteve-se com um percentual médio de empregabilidade em torno de 75,00%, alcançando no último ano 96,21% da meta programada para 2018, de

82,00%. Nesse contexto, os ajustes realizados visando um direcionamento às demandas regionais vêm confirmando o grau de aceitação desses profissionais pelo mercado de trabalho.

O indicador “Porcentagem da população certificada nos cursos de extensão e de formação inicial e continuada” consiste em computar o percentual de pessoas profissionalizadas em relação ao número de pessoas matriculadas nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), onde as qualificações foram previstas pela Secitece, por meio de Contrato de Gestão firmado com o Instituto Centec, pelo Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC) e pela Universidade do Trabalho Digital (UTD). A série histórica apresenta variação crescente a partir de 2016, estabilizada nos dois últimos anos, 2017-2018. Com meta estimada em 68% para o ano em curso, foi superada em 9,70%, confirmando o resultado das alterações que vêm sendo demandas no Contrato de Gestão firmado entre a Secitece e o Instituto Centec, detentor do maior número de pessoas capacitadas nessa modalidade de curso. Quanto à UTD e ao CTTC, a tendência é permanecer estável em relação à oferta de vagas em cursos dessa modalidade, ressaltando a previsão do CTTC para 2019, em disponibilizar Cursos Técnicos que, de acordo com o estudo de potencialidades realizado com as empresas, são a maior demanda de qualificação profissional.

O indicador “Taxa de empregabilidade de técnicos de nível médio subsequente absorvidos pelo mercado de trabalho” consiste em computar a taxa de empregabilidade dos técnicos de nível médio subsequente, cujos cursos de Eletroeletrônica, Meio Ambiente, Mecânica, Eletrotécnica, Agricultura, Metalurgia, Eletromecânica, Técnico em Cozinha, Saúde e Segurança do Trabalho e Agroindústria são ofertados por meio do Contrato de Gestão firmado entre a Secitece e o Instituto Centec.

O indicador, durante o período 2014-2016, manteve-se constante e apresentou leve variação positiva nos últimos dois anos. Com uma taxa média de empregabilidade em torno de 81,6% nos últimos cinco anos, vem confirmando o grau de aceitação desses profissionais pelo mercado de trabalho, bem como o acerto no direcionamento dos cursos às demandas regionais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Ensino Integrado à Educação Profissional; e Desenvolvimento da Educação Profissional nos Níveis: Formação Inicial e Continuada, Técnico

e Tecnológico. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 638,98 milhões.

PROGRAMA 020 – ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa tem como objetivo atender às necessidades do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho e no Ensino Superior, tendo como público-alvo a população demandante de educação profissional integrada ao Ensino.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional	Escola Implantada	unidade	10	2
Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional	Escola readequada	unidade	117	110
Qualificação do atendimento dos serviços de Educação Profissional	Professor capacitado	unidade	421	748
Apoio às atividades de formação profissional dos alunos	Aluno atendido	unidade	15.656	16.907
Avaliação de desempenho da rede das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional	Avaliação realizada	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de duas Escolas Estaduais de Educação Profissional situadas nos municípios de Baturité (Maciço de Baturité) e Itarema (Litoral Norte).
- Construção de seis novos prédios para Escolas Estaduais de Educação Profissional em Bela Cruz (Litoral Norte), Redenção (Maciço de Baturité), Reriutaba (Sertão de Sobral), Senador Pompeu (Sertão Central), Tabuleiro do Norte (Vale do

Jaguaribe) e Uruburetama (Litoral Oeste/Vale do Curu).

- Readequação de 110 Escolas Estaduais de Educação Profissional, com aquisição de 10.997 itens entre bens móveis, equipamentos diversos e/ou mobiliários e/ou acervo.
- Manutenção de 119 Escolas Estaduais de Educação Profissional com garantia da oferta dos serviços educacionais para atendimento de 52.377 alunos.

- Capacitação de 748 profissionais dentre professores, coordenadores, diretores e superintendentes da rede de educação profissional, em encontros formativos voltados para a qualificação do atendimento dos serviços de Ensino Médio articulado à Educação Profissional.
- Formação de 16.907 alunos em estágio curricular obrigatório correspondendo às carga horárias de 400h ou 600h, conforme a exigência curricular.
- Implementação de um banco de dados do Programa de Educação Profissional para que se possa dimensionar o impacto do programa sobre os beneficiários.
- Implementação do teste de proficiência aplicado aos alunos do terceiro ano das Escolas Estaduais de Educação Profissional para realizar um diagnóstico do desempenho dos alunos participantes no que diz respeito às competências gerais e específicas

inerentes à educação profissional englobando 20 cursos técnicos

PROGRAMA 058 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

O Programa tem como objetivo contribuir para a qualificação de jovens e adultos, aumentando suas oportunidades de emprego e renda, tendo como público-alvo, jovens e adultos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Melhoria da estrutura das unidades de Educação Profissional	Unidade de ensino modernizada	unidade	13	32
Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada	Pessoa capacitada	unidade	31.440	9.776
Promoção da qualificação profissional em nível técnico	Pessoa capacitada	unidade	5.296	2.821
Promoção da qualificação profissional em nível tecnológico	Pessoa capacitada	unidade	107	72
Promoção da qualificação profissional em cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Pessoa capacitada	unidade	4.627	2.333

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Revitalização e tematização de 10 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), de acordo com a vocação e demanda do município, por meio da entrega de 13 laboratórios em Aracoiaba, Brejo Santo, Crateús, Fortaleza, Iguatu, Limoeiro do Norte, Maranguape, Massapê, Quixeré e São Benedito.
- Criação do Centro de Produção de Alevinos do Cariri, no município de Barbalha.

- Implantação do Laboratório de Análise da Qualidade do Leite (LabLeite), na Faculdade Tecnológica do Sertão Central (Fatec), em Quixeramobim.
- Capacitação de 6.070 pessoas nos cursos de formação inicial e continuada, atendendo às demandas das 14 regiões, com destaque para os cursos voltados para a vocação regional, focados na qualificação de novos profissionais para o mercado de trabalho.
- Graduação técnica de 145 profissionais para o mercado de trabalho, nas áreas de eletroeletrônica, meio ambiente, mecânica,

eletrotécnica, agricultura, metalurgia, eletromecânica, cozinha, saúde e segurança do trabalho nas macrorregiões do Cariri, Sertão Central e Grande Fortaleza.

- Graduação de 72 tecnólogos de nível superior nas áreas de alimentos, saneamento ambiental, irrigação e drenagem, eletromecânica e agronegócios, nas regiões do Cariri e Sertão Central.

- Capacitação de 1.689 pessoas, nas 108 turmas dos cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), promovidos pela Universidade do Trabalho Digital (UTD).

- Formação de 100 pessoas capacitadas nos vários cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), convênio firmado entre Funece/MEC/FNDE.

TEMA - EDUCAÇÃO SUPERIOR

O crescimento econômico contemporâneo depende substancialmente da capacidade de acumulação de força de trabalho (manual e intelectual) qualificada do país ou região. A competitividade, a agregação de valor, a criação de oportunidades com impactos positivos sobre a distribuição da renda, a inovação dos processos de produção e de seus produtos, resulta essencialmente da geração e difusão do conhecimento nas áreas de P&D das empresas, dentro das universidades ou institutos de pesquisa científica.

Nesse contexto, o setor público tem papel relevante como indutor da geração de conhecimento por intermédio da oferta de Ensino Superior de qualidade e mediante programas de apoio à ciência, tecnologia e inovação.

As universidades estaduais do Ceará – Uece, Urca e UVA – são instituições públicas, gratuitas, patrimônios científicos, acadêmicos e culturais

da sociedade cearense. É responsabilidade e competência do Estado, com participação da União, assegurar o financiamento público dessas instituições nos termos das Constituições Federal e do Estado do Ceará.

As universidades contribuem para a formação intelectual e técnica, geração de conhecimento e inovação tecnológica, constituindo-se numa base imprescindível para o desenvolvimento econômico e social.

Nos últimos anos, muitos investimentos foram realizados em diversas áreas das universidades estaduais; por outro lado, há novos desafios no horizonte.

O resultado esperado neste tema estratégico é a educação superior consolidada e articulada com as necessidades sociais. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Índice de qualificação docente	índice	3,36	3,37	3,58	3,78	3,90	3,81
Número de concludentes na Pós-Graduação (<i>Stricto Sensu</i>)	número	520	745	724	623	347	342 ¹
Número de Graduados	número	3.920	4.441	3.245	3.755	4.725	3.916
Número de grupos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de Ensino Superior	número	246	251	255	295	314	342
Número de pessoas beneficiadas com atividades de extensão	número	265.313	375.255	390.111	653.491	282.444	304.506 ²
Percentual da população de 18 a 24 anos que estão matriculados no Ensino Superior	percentual	48,28	54,55	55,60	52,24	65,00	61,21
Produção científica	número	7.393	9.601	8.847	7.696	9.727	9.673
Taxa de Sucesso na Graduação	percentual	45,53	46,50	48,52	46,33	51,70	44,33 ³

Fonte: Secitece.

¹ A Uece, detentora de 73,68% no número de concludentes *stricto sensu*, ainda não finalizou todos os dados, e está dependendo de consolidação na Plataforma Sucupira, base de dados alimentada pelos programas de pós-graduação.

² Os dados ainda não foram finalizados e a previsão é ultrapassar as 304.506 pessoas beneficiadas no período.

³ A meta prevista de 51,70%, e realização parcial de 44,33%, é justificada pelo atraso na coleta de dados necessários para o cálculo do indicador.

O indicador “Índice de qualificação do corpo docente” mede a relação entre a quantidade de professores que possuem os mais altos níveis de formação e o total de professores da Universidade. Assim, quanto maior o número de doutores em relação ao total de docentes, melhor será o resultado do indicador que varia de 1 a 5. Ao longo da série histórica em análise, observa-se variação positiva com o desempenho em 2018 alcançando 97,70% da meta proposta de 3,90%, justificado pela realização de concursos públicos para professores nas IES Públicas Estaduais, cujas titulações influenciaram na elevação do índice; concessão de bolsas de mestrado e doutorado, pelas agências de fomento e a ampliação no número de cursos *stricto sensu*.

O indicador “Número de concludentes na Pós-Graduação (*stricto sensu*)” apresenta um decréscimo de 45,10%, na relação 2017-2018. Esse comportamento é resultante de situações diversas nas três Universidades Públicas Estaduais. Enquanto Urca e UVA

apresentaram dados já finalizados e ambas com evolução positiva em relação à 2017, a Uece, detentora de 73,68% no número de concludentes, ainda não finalizou todos os dados e está dependendo de consolidação na Plataforma Sucupira, base de dados alimentada pelos programas de pós-graduação. No entanto, para o próximo ano, a estimativa é de aumento no número de concludentes, decorrente das defesas de teses nos cursos de mestrado e doutorado, criados recentemente, bem como aqueles dependentes de regularização das documentações. Ressaltando que o desempenho do indicador conta com o desenvolvimento de ações de incentivo à pós-graduação, entre as quais destacam-se a oferta de novos cursos *stricto e lato sensu*, melhorias na infraestrutura de equipamentos de pesquisa, apoio técnico à elaboração, desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa, bem como crescimento na oferta de bolsas pelas instituições de fomento. O indicador “Número de Graduados” vem apresentando certa irregularidade em seus dados, ora crescente, ora decrescente, justificada

pelas alterações no calendário acadêmico das três Universidades Públicas Estaduais, com os períodos letivos ocorrendo de maneira irregular, após cinco meses de greve, em 2016. Com o final da greve, foi liberado novo calendário, que previa três anos para a normalização das atividades. Ressaltando, porém, que as matrículas vêm apresentando nos anos de 2017-2018 crescimento médio em torno de 20%; demanda significativa que exigiu esforços do Governo e gestores em garantir aos estudantes a normalização do calendário letivo, discutindo com a categoria a adoção de medidas para saneamento das reivindicações.

Ao analisar os dados da série histórica, podemos constatar que o indicador “Número de grupos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de Ensino Superior” manteve-se com variação estável, em torno de 1,80% nos anos de 2014 a 2016, e ampliou esse crescimento em 2017 e 2018, com 295 e 342 grupos respectivamente. Destacam-se, na contribuição para este indicador, ações de incentivo que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado como concessão de bolsas pelas agências de fomento; ampliação no número de cursos de mestrado e doutorado; apoio técnico e financeiro às pesquisas; apoio técnico e financeiro à produção de livros de professores e alunos e à publicação da produção científica de professores em revistas indexadas; ampliação e modernização da infraestrutura física e do acervo bibliográfico da pós-graduação. Outro fator que deve ser considerado para o desempenho do indicador é o ingresso recente de novos professores com novas propostas de grupos.

O indicador “Número de pessoas beneficiadas com atividades de extensão” apresentou em 2017 um resultado 67,51% superior à 2016, justificado principalmente pelo desempenho da Uece com 449.923 pessoas beneficiadas, 68,85%. As demais Universidades, UVA e Urca,

obtiveram um desempenho em torno de 31,15%. Em 2018, entretanto, os dados ainda não foram finalizados e a previsão é ultrapassar as 304.506 pessoas beneficiadas no período. Destacamos para o desempenho do indicador o Projeto “Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco”, na UVA; o “Dia D da Responsabilidade Social” e a expansão das atividades do GeoPark Araripe, na Urca.

O indicador “Percentual da população de 18 a 24 anos que estão matriculados no Ensino Superior” apresentou evolução significativa no período analisado, 2017-2018, registrando um aumento em torno de 17%, da população de 18 a 24 anos matriculados nas Instituições públicas estaduais de Ensino Superior. No entanto, o resultado de 2018 (61,21%), ainda não foi o suficiente para alcançar a meta prevista que é de 65%. Dentre as ações que mais impactaram no resultado estão os investimentos nos Equipamentos das IES públicas estaduais, através do estabelecimento de relações mais sustentadas entre a universidade e a sociedade. Destacamos ainda, a expansão da Universidade Aberta do Brasil, com cursos de graduação e Pós-Graduação Lato Sensu ofertados a distância, beneficiando os municípios de baixo IDH e contribuindo para a expansão do Ensino Superior em regiões de vulnerabilidade.

O desempenho em 2018 do indicador “Produção Científica”, aponta 9.673 publicações, correspondendo a uma variação positiva de 25,68% em relação ao ano anterior. Dentre as ações que vêm contribuindo para o desempenho do indicador destacam-se a ampliação no número de cursos de mestrado e doutorado, o apoio técnico e financeiro às pesquisas, o apoio técnico e financeiro à produção de livros de professores e alunos e à publicação da produção científica de professores em revistas indexadas, e, especialmente, o incremento na concessão

de bolsas de pós-graduação pelas instituições de fomento à pesquisa, particularmente Capes e Funcap.

O indicador “Taxa de Sucesso na Graduação” fornece o percentual de alunos que concluem o curso no tempo de duração padrão previsto. Após atualização dos dados encaminhados pelas Universidades Públicas Estaduais referentes a 2017, observa-se que o indicador apresenta uma variação positiva de 1,75 pontos percentuais entre os anos de 2014 e 2017, apesar do atraso no calendário acadêmico decorrente do período de greves. Em 2018, entretanto, a meta prevista de 51,70%, e realização parcial de 44,33%, é justificada pelo atraso na coleta de dados necessários para o cálculo do indicador. Após conclusão das turmas do semestre 2018.2, esse dado deverá alcançar 50,66%, se aproximando da meta proposta. Ressaltando o fortalecimento das políticas de assistência estudantil, que contribuem para o desempenho do indicador e são fundamentais para a permanência dos alunos na universidade.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO ENSINO SUPERIOR:

Para que o Governo pudesse apresentar o

desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 107,56 milhões.

PROGRAMA 071 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Programa tem como objetivo elevar o nível de escolarização da população cearense, estruturando o sistema estadual de educação superior em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, e desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionadas às demandas sociais, tendo como público-alvo instituições de Ensino Superior, comunidades acadêmicas, agências de fomento e organizações de formação tecnológica.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior	Vaga ofertada	unidade	8.473	7.745
Ampliação da formação em pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Bolsa concedida	unidade	800	1.725
Ampliação da formação em pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Vaga ofertada	unidade	2.262	2.323
Melhoria da estrutura das instituições de Ensino Superior	Universidade estruturada	unidade	15	4
Manutenção da oferta dos serviços de Educação Superior de qualidade à sociedade	Universidade mantida	unidade	16	22
Ampliação da assistência estudantil, em especial aos alunos em vulnerabilidade social	Aluno beneficiado	unidade	3.245	10.616
Ampliação das ações de extensão das IES Estaduais	Pessoa beneficiada	unidade	303.725	286.123

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Oferta de 7.745 vagas nos cursos de graduação das Universidades públicas Estaduais: Uece, Urca e UVA, beneficiando a população nas 14 regiões do Estado.
- Oferta de 2.323 vagas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* pelas IES Estaduais.
- Concessão de 1.725 bolsas de pós-graduação *stricto sensu* pela Funcap.
- Realização do III Seminário de Integração dos Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Entrega do Estudo da Viabilidade Técnica da Universidade Federal da Ibiapaba.
- Aquisição de acervo bibliográfico para o Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Inovação (IFCE), Campus de Crateús.
- Aquisição de um ônibus para transporte da população universitária da cidade de Ipu.
- Oferta de 121 vagas na ampliação da titulação de mestres e doutores da Educação Superior na Uece e UVA.
- Desenvolvidos 342 grupos de pesquisas científicas nas IES Estaduais, apoiando 1.234 projetos.
- Beneficiados 10.616 alunos matriculados nos cursos de graduação das IES Estaduais, nos programas de Assistência Estudantil, por meio de Bolsa de Estágio, Auxílio Alimentação e Residência Universitária.
- Publicação de 9.673 de produção acadêmica nas IES Estaduais.
- Beneficiadas 286.123 pessoas com ações de extensão universitária, com destaque para 3.955 pessoas beneficiadas com as atividades acadêmicas do Geopark Araripe, sendo minicursos sobre Ecologia, Sustentabilidade, Legislação Ambiental e Recursos Hídricos, além de oficinas como Processo de Saponificação do óleo, teatro de bonecos e biojoias (Geoprodutos).
- Reforma e ampliação da Acessibilidade do Geopark Araripe.
- Implantação de três novos cursos de graduação: Licenciatura em História, em Crateús, Licenciatura em Artes Visuais, em Mombaça, e Licenciatura em Ciências da Computação, também em Mombaça.
- Implantação de uma nova turma de curso de graduação, pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) – Pedagogia, em Tauá.
- Criação do Programa de Educação Tutorial Institucional (Pet Uece), por meio da Resolução 4240/2018 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), com oferta de 12 bolsas para discentes por centro ou faculdade da UECE, pagas com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop).
- Aprovação, pela Capes, do Doutorado Acadêmico em Ciências Naturais, em parceria com a Embrapa, que foi recomendado pela área interdisciplinar, sendo o segundo doutorado da área interdisciplinar do Nordeste aprovado pela Capes.
- Implementação do Centro de Artes Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau da Urca em novas instalações no antigo prédio do Sesi.

- Reforma e ampliação do Campus São Miguel, Juazeiro do Norte.
- Construção do Restaurante Universitário, salas e laboratórios no Campus Crajubar em
- Aprovação e abertura de inscrição do Mestrado Profissional em Engenharia da Produção URCA/FEG – Unesp.

TEMA - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A produção do conhecimento científico acompanhou a trajetória do desenvolvimento social e, a cada momento da história até a atualidade, iluminou as necessidades humanas na resolução das suas necessidades concretas e na elucidação das manifestações mitológicas e míticas. A atividade da pesquisa científica é um instrumento indispensável para a formação da inteligência necessária à busca do êxito das nações e dos povos.

O princípio é, portanto, o reconhecimento do valor da ciência para a sociedade e a afirmação do empenho em fomentar o seu desenvolvimento em nosso estado.

Todavia, o conhecimento científico, sua utilização por meio da tecnologia e seu efeito na produção de riquezas pela via da inovação, supera-se e ocupa posição tão central nas estruturas econômicas das sociedades do século XXI, quanto aquelas que, na vanguarda do desenvolvimento, são descritas como “sociedades do conhecimento”.

O instrumento pelo qual o conhecimento exerce o seu impacto na economia é a inovação, que consiste na possibilidade de transformação do conhecimento em riqueza e desenvolvimento econômico-social. Ou seja, pode apresentar-se como efetiva apropriação

dos benefícios do conhecimento pela sociedade. Por outro lado, a inovação é o *locus* do encontro do setor produtivo com sua produção científica. Esse encontro será patrocinado pela mediação do Estado, mediante uma política consistente de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A grande tarefa para a implementação dessa política é a construção de um sistema de inovação para o estado do Ceará, centro da estratégia de desenvolvimento. Para tanto, deve ser concebido de forma ampla, contemplando a pesquisa básica e sua aplicação no setor produtivo, além da qualificação profissional propiciada pelos institutos técnicos, instituições de ensino profissionalizante, de Ensino Superior, até as pós-graduações, mestrados e doutorados.

Os governos estadual e federal já possuem um bom lastro de realizações com esse conteúdo, avançando-se bastante no sentido da interiorização do sistema.

O resultado esperado neste tema estratégico é a geração de riqueza e desenvolvimento econômico, social e ambiental apoiado no Sistema Estadual de Inovação, na produção e difusão científica e tecnológica. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Número de empresas atendidas com serviços e inovações	número	784	693	513	502	698	597
Percentual de empresas graduadas em relação às incubadas	percentual	0	0	0	0	64,25	20,00
Percentual de Inovações em relação ao número de empresas incubadas	percentual	63,90	55,83	55,83	53,00	57,00	111,00
Percentual de proteção intelectual licenciada / transferida em relação ao número de propriedade intelectual depositada	percentual	71,00	50,00	52,00	17,24	10,00	10,00

Fonte: Secitece.

¹ A Uece, detentora de 73,68% no número de concludentes *stricto sensu*, ainda não finalizou todos os dados, e está dependendo de consolidação na Plataforma Sucupira, base de dados alimentada pelos programas de pós-graduação.

² Os dados ainda não foram finalizados e a previsão é ultrapassar as 304.506 pessoas beneficiadas no período.

O indicador “Número de empresas atendidas com serviços e inovações” mede a quantidade de empresas atendidas com a melhoria de processos, produtos, serviços e/ou ao desenvolvimento de conhecimentos e informações. A série histórica aponta um decréscimo em torno de 36% levando-se em consideração os anos extremos, 2014- 2017. Em 2014, dois grandes programas apoiados pela Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec), o Projeto de Extensão Industrial Exportadora (Peiex) e o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), mantiveram em alta os números do indicador. A partir de 2015, com sua conclusão, observa-se um decréscimo no número de empresas atendidas. Porém, com incentivo do Governo do Estado, inicia-se uma recuperação, apresentando em 2018 uma evolução de 18,9% em relação ao ano de 2017, por meio do lançamento de novos editais voltados para inovação nas empresas, pela modernização dos Laboratórios do Nutec e, ainda, pela reestruturação da Incubadora de Empresas da Universidade Estadual do Ceará (IncubaUece).

Ressalta-se também a implementação recente das ações voltadas à melhoria de processos, produtos, serviços e/ou ao desenvolvimento de inovações tecnológicas com recursos do Fundo de Inovação Tecnológica (FIT), direcionadas

para pequenas, médias e grandes empresas, com o objetivo de ampliar e estimular a criação de projetos inovadores nas empresas.

O indicador “Percentual de empresas graduadas em relação às incubadas”, devido à sua complexidade, apresentou em sua série histórica um desempenho inferior ao programado para 2018. Da meta de 64,25%, foram realizados 20%, com duas empresas graduadas e 10 incubadas. Para obterem o status de graduadas, as empresas necessitam de um período que varia de três a seis anos de incubação, dependendo do tipo de empresa. No caso específico de empresas de Biotecnologia, maioria das empresas incubadas na IncubaUece, além do período de incubação, dependem da autorização e licenciamento de órgãos públicos para colocar seus produtos no mercado. Dentre alguns fatores relevantes que contribuíram para o desempenho do indicador, ressaltam-se a escassez de recursos financeiros de potenciais clientes para continuidade e manutenção dos empreendimentos; inviabilidade de prosseguimento das ideias por questões técnicas e/ou mercadológica; reprovação de projetos considerados inovadores submetidos à avaliação pelas bancas examinadoras; citando os mais relevantes.

O indicador “Percentual de Inovações em relação ao número de empresas incubadas” refere-se aos resultados obtidos em relação à capacidade de inovação desenvolvida pelas empresas que passaram por um período de incubação. O desempenho do indicador, após 2014, quando obteve 63,90%, se manteve com leve variação negativa, em torno de 5,00%, nos anos extremos, 2015-2017. Em 2018, apresentou significativo resultado, atingindo 111,00% na relação Inovações x Empresas Incubadas. Destacam-se para o desempenho do indicador as realizações efetivadas nas incubadoras da Fundação Nutec/Partec, IncubaUece e ao Criar-Ce, ambiente de Inovação - IncubaWorking, localizado no Centro de Fortaleza e desenvolvido pela Secitece.

O Indicador “Percentual de proteção intelectual licenciada/transferida em relação ao número de propriedade intelectual depositada” realizou, em 2017, 29 depósitos de propriedade intelectual, com cinco proteções licenciadas, 17,24%. Quanto à 2018, com 13 depósitos efetivados, estima-se em torno de 10% o resultado do indicador. Os Núcleos de Inovação Tecnológica da Fundação Nutec e da Funece, responsáveis pela gestão do setor de inovação da instituição, informam que foram solicitadas proteções de relevantes e potenciais tecnologias inovadoras, principalmente na área de fármacos e cosméticos.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica e da Cultura de Inovação; e Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 102,42 milhões.

PROGRAMA 061 – DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

O Programa tem como objetivo promover a pesquisa, inovação e difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado do Ceará, tendo como público-alvo estudantes, professores, pesquisadores, incubadoras, empresas, empreendedores, cadeias produtivas, associações e cooperativas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Promoção de ações voltadas à consolidação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Ceará	Empresa apoiada	unidade	60	72
Promoção de ações voltadas à consolidação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Ceará	Evento realizado	unidade	30	0
Melhoria da estrutura das unidades de serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)	Unidade de CT&I estruturada	unidade	2	1
Ampliação da formação e qualificação profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação	Pessoa capacitada	unidade	200	155
Difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação	Evento realizado	unidade	99	40
Ampliação do fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação	Projeto apoiado	unidade	50	127
Ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos	Arranjo produtivo apoiado	unidade	14	0
Ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos	Pessoa beneficiada	unidade	1.036	944
Apoio à geração e ampliação de energias renováveis	Projeto apoiado	unidade	11	7

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Apoio a projetos de 72 empresas, resultado do Programa InovaFIT, por meio do lançamento de três editais.
- Capacitação de 155 novos empreendedores pelo Projeto Corredores Digitais.
- Apoio a 14 startups selecionadas para participação no Projeto CriarCE Fablab & Incubaworking.
- Capacitação de 83 pessoas nos cursos Design Digital e Experiência do Usuário; Gestão Ágil de Projetos, Viabilidade Técnica e Financeira (ROI, Break Even Point), Formação em Imagem Corporativa, Formação de Laboração de Roadmap Tecnológico e Curso Formalizando minha Startup, ofertados pelo Projeto CriarCE.
- Realização de 11 eventos, sendo oito pelo Projeto Ciência Itinerante, nos municípios de Maranguape, Sobral, Itapiúna, Beberibe, Ibiapina e Fortaleza; um pelo Projeto CriarCE, com a I Amostra de Startups; e dois pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).
- Realização da II Feira do Conhecimento, com a participação de 200 expositores e cerca de 15.000 visitantes, no Centro de Eventos do Ceará.
- Apoio a 106 projetos, sendo: 71 decorrentes do Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), em parceria com o CNPq; 13 no Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex); 16 no Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem), em parceria com o CNPq; cinco no Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR); e um projeto em parceria com o Institut National de La Recherche en Informatique et en Automatique (Inria) através de projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) na área das ciências e tecnologias da informação e comunicação (TIC), no âmbito dos acordos bilaterais de cooperação científica e tecnológica. (França/Brasil).
- Apoio a dois Arranjos Produtivos Locais para o desenvolvimento da agricultura familiar no setor da cajucultura, por meio do Projeto Intercaju, beneficiando comunidades dos municípios de Bela Cruz e Cruz, com a entrega de equipamentos, assistência técnica especializada

e realização de oficinas de trabalho.

- Inauguração da Casa do Mel, beneficiando comunidades no município de Paramoti, no Sertão de Canindé.
- Implementação do Centro de Tecnologia Mineral do Cariri, com o início das capacitações para o beneficiamento da pedra cariri.
- Modernização do Laboratório de Compatibilidade Eletromagnética (LACEM).
- Apoio a 21 projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, e sete na área de energias renováveis.

PROGRAMA 063 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo promover o acesso de qualidade à informação digital, fomentando o desenvolvimento socioeconômico e incrementando a inclusão digital da população, tendo como público-alvo órgãos e entidades governamentais, instituições privadas e a população cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso à tecnologia da informação e comunicação	Município Conectado	unidade	4	5
Expansão da infraestrutura do serviço de telefonia móvel com acesso a internet	Distrito municipal conectado	unidade	100	6

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Interligação de cinco novos municípios ao Cinturão Digital do Ceará (CDC): Icapuí, Icó, Jaguaribe, Orós e São Benedito.
- Instalação, por meio da infraestrutura de fibra ótica do Cinturão Digital, de mais de 870 câmeras de videomonitoramento em Fortaleza e em 42

municípios do interior do Estado, que são a base para um grande sistema de vídeo analítico a ser gerenciado pela segurança pública do Estado.

- Implantação dos serviços de computação em nuvem, VoIP e videomonitoramento em diversos órgãos do Estado, dentre os quais: CGE, Metrofor, PGE, Sefaz, Seplag e SSPDS.

TEMA - CULTURA

A Cultura é um dos traços definidores do ser humano. É identidade, é pensamento, é criatividade, é expressão, é sentimento de pertença e de reconhecimento, definindo aspectos fundamentais da estruturação das sociedades e constituindo-se na fotografia do perfil civilizatório e nuances de um povo e de uma nação.

O conceito contemporâneo, orientado para o campo da Economia da Cultura, abraça noções de economia cultural, economia criativa e também da economia do conhecimento. Do ponto de vista antropológico, envolve as linguagens artísticas e as ações, a fala, a brincadeira, os sonhos, entre outros.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco adota uma definição adequada ao planejamento de políticas culturais: “o campo cultural é composto de atividades humanas e produtivas, cuja razão consiste na criação, interpretação, expressão, transmissão, preservação, investigação e gestão de conteúdos simbólicos”.

Assegurado pela Constituição Federal de 1988, no mesmo patamar de outros direitos essenciais, o direito à cultura é uma prerrogativa da cidadania para cuja concretização o Poder Público tem um importante papel. É missão do Estado contribuir para o pleno exercício dos direitos culturais pela população, garantindo democratização do acesso aos bens e serviços culturais, reconhecendo e apoiando práticas e expressões culturais, possibilitando a permanência e a ampliação da diversidade cultural cearense.

O Ceará comemorou, em 2016, os 50 anos de sua Secretaria da Cultura, a primeira de todo o Brasil, confirmando o espírito pioneiro, inovador e

inventivo do cearense. O tema Cultura se destaca na agenda do Governo do Estado, a partir de cinco novas percepções:

- A percepção simbólica, que consiste em mobilizar e encantar as pessoas em sua diversidade cultural cearense como elemento de autoestima, empoderamento, pertencimento e crença no futuro, a partir da valorização de suas próprias culturas e expressões artísticas;
- A percepção política, que implica inserir a cultura na agenda social, política e institucional do Governo;
- A percepção econômica, alinhada em reconhecer o papel da cultura como vetor de desenvolvimento econômico, dinamizando vocações, arranjos e o empreendedorismo cultural criativo na geração de trabalho, distribuição de renda e no desenvolvimento sustentável do Estado;
- A percepção urbana, voltada para beneficiar os municípios com programação cultural e infraestrutura de equipamentos na requalificação urbana, no convívio e no restabelecimento da confiança social da população cearense; e
- A percepção da transversalidade da cultura, posicionando-a como vetor de transformação nas ações estratégicas do Governo, qualificando programas e equipamentos de outras pastas em ambientes de inovação, criação, produção e de mudança cultural para uma sociedade do conhecimento.

A defesa das percepções que fundamentam as ações da cultura implica em desenvolvimento e qualificação daquilo que é primordial na política cultural: o acesso aos bens e serviços culturais,

o fomento à criação e circulação das artes e a promoção da memória e do patrimônio cultural. Destacar o Ceará como uma sociedade do conhecimento consiste em situá-lo como um Estado da Cultura. Um Estado que, ao mesmo tempo em que celebra os 50 anos da Secult, posiciona o tema Cultura como política central para o desenvolvimento inovador, criativo, sustentável

e humano do Ceará e de sua gente, com grande potencial gerador de ocupações e emprego.

O resultado esperado neste tema estratégico é a cultura cearense valorizada em sua transversalidade e diversidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Índice de acesso a bens e serviços culturais	percentual	17,95	20,25	24,30	22,20	28,03	23,29
Percentual de municípios fomentados pelo sistema estadual de cultura para implantação de seus sistemas municipais	percentual	-	72,83	74,46	74,46	80,43	76,63
Percentual de pessoas beneficiadas com formação em Arte e Cultura	percentual	1,44	0,92	1,17	1,50	1,62	3,63
Percentual dos municípios beneficiados com projetos apoiados pelo Sistema Estadual da Cultura	percentual	39,13	66,85	66,85	78,26	59,78	54,99

Fonte: Secult.

O Indicador “Índice de acesso a bens e serviços culturais”, em 2018 foi de 23,29%, considerado positivo dado o crescimento de 1,09 pontos percentuais em relação a 2017. Alcançando um público total de 1.968.754 pessoas com acessos a bens e serviços, superando o público de 2017 de 1.876.587, levando em conta que não encontra em funcionamento a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Museu da Imagem e do Som e o Arquivo Público que ainda estão em reformas. Tais reformas, além da manutenção, qualificam esses espaços para uma melhor democratização da política pública de cultura, demonstrada pelo crescente número de pessoas que foram usuárias da programação ofertada pela rede de equipamentos estaduais.

O Indicador “Percentual de municípios fomentados pelo sistema estadual de cultura para implantação de seus sistemas municipais”, evoluiu para 76,63%

com a inserção de 04 municípios, totalizando 141 que realizaram adesão ao Sistema Nacional de Cultura com apoio do governo estadual.

O “Percentual de pessoas com formação em arte e cultura” atingiu, em 2018, 3,63% das pessoas beneficiadas com formação nas diversas linguagens artísticas e culturais no âmbito da política estadual de cultura. Esse valor superou em 2,13 pontos percentuais em relação a 2017, superando também o valor de 1,62% do programado para 2018. Essa evolução foi motivada pela implantação da Escola de Gastronomia Ivens Dias Branco e as ações de formação dos projetos apoiados no Edital Escolas Livres de Cultura, assim como o incremento nos orçamentos dos equipamentos Centro Cultural Bom Jardim, Escola de Artes e Ofício Thomaz Pompeu Sobrinho e Escola Porto Iracema das Artes.

O Indicador “Percentual dos municípios beneficiados com projetos apoiados pelo Sistema Estadual da Cultura” atingiu 54,89%, observando uma involução de 23,37 pontos percentuais. Este resultado abaixo da meta programada tem relação com o ano eleitoral e as condutas vedadas neste período e as restrições financeiras e orçamentárias que inviabilizaram o lançamento do Edital de Incentivo as Artes 2018 e a execução do Edital Cinema e Vídeo.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA CULTURA:

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Promoção do Acesso e Fomento à Produção e Difusão da Cultura Cearense; Preservação e Promoção da Memória e do Patrimônio Cultural Cearense; e Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura do Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 99,84 milhões.

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

O Programa tem como objetivo democratizar o acesso aos bens, serviços e o uso de equipamentos e espaços culturais, bem como fomentar os processos de criação, produção, difusão, formação, pesquisa, intercâmbio e fruição das expressões artísticas e culturais cearenses, com ênfase nas políticas afirmativas e de acessibilidade para promoção da cidadania cultural e desenvolvimento da economia da cultura no Estado, tendo como público-alvo profissionais, artistas, produtores, grupos, coletivos e realizadores que compõem as cadeias criativa, produtiva e mediadora das diversas linguagens artísticas e dos segmentos do campo cultural, povos e comunidades tradicionais, estudantes e arte-educadores, gestores públicos e privados, investigadores e pesquisadores e a população em geral.

Este programa possui a seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio a ações de desenvolvimento da economia da cultura	Projeto cultural apoiado	unidade	5	187
Ampliação da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens	Equipamento cultural Implantado	unidade	1	1
Melhoria da infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens	Equipamento cultural Implantado	unidade	5	3
Ampliação da difusão do livro, leitura e literatura	Bolsa concedida	unidade	0	180
Ampliação da difusão do livro, leitura e literatura	Projeto cultural apoiado	unidade	2	0
Apoio à ampliação do acesso à leitura e literatura em bibliotecas municipais e coletivas	Acervo adquirido	unidade	100.000	0
Apoio à ampliação do acesso à leitura e literatura em bibliotecas municipais e coletivas	Biblioteca modernizada	unidade	0	184

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do Festival Maloca Dragão, por ocasião do aniversário do Centro Dragão do Mar, um dos maiores eventos do estado e tem o caráter de potencializar a cena da produção artística cearense com programação totalmente gratuita com cerca de 600 mil pessoas de público presente no conjunto da programação e mais de 3 mil profissionais e artistas envolvidos. Na edição de 2018 foram vários palcos, além do CDMAC que se estendeu para o Poço da Draga na Praia de Iracema ao Centro Cultural do Bom Jardim e com uma programação com muitas linguagens artísticas, mas com ênfase na diversidade musical com atrações locais e nacionais.
- Realização do primeiro concurso público da Secretaria da Cultura, ofertando 102 vagas de nível superior em várias áreas de atuação profissional no campo das artes, do patrimônio e gestão cultural, na perspectiva da ampliação e qualificação das políticas implementadas e sua expansão.
- Realização do XIV Festival de Música da Ibiapaba, em Viçosa do Ceará, com shows que proporcionaram o acesso a atividades musicais para aproximadamente 28.296 pessoas e oferta de 88 oficinas e cursos de formação em música, capacitando de 3.281 músicos profissionais e iniciantes, oriundos da rede estadual de ensino.
- Implantação da Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco em Fortaleza, capacitando 1.473 pessoas, por meio da realização de 41 ações culturais, qualificando o pólo gastronômico do estado.
- Formação de mais de 1.800 jovens, em 92 escolas de tempo integral (49 em Fortaleza e 43 do Interior) em 18 municípios, por meio do Projeto Artista Presente.
- Capacitação de 71.538 pessoas por meio de 695 ações de formação em arte e cultura (cursos, oficinas e seminários) realizadas na rede de equipamentos culturais.
- Apoio à execução de 187 projetos abrangendo as diversas linguagens artísticas por meio do Edital Mecenas do Ceará.
- Concessão do Selo de Responsabilidade Cultural a 14 instituições (empresas privadas, órgãos públicas e terceiro setor) como reconhecimento pela relevante atuação na promoção e fomento à cultura do estado por meio de recursos próprios ou por incentivos fiscais.
- Realização de reformas e manutenção preventivas e corretivas no Arquivo Público Central, Teatro José de Alencar, Centro Cultural Dragão do Mar e Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.
- Catalogação e distribuição de 69.974 livros para 197 bibliotecas nos 184 municípios e capacitação de 168 pessoas em cinco eventos de formação nos municípios de Crato, Fortaleza, Iguatu e Ipu, por meio do Sistema Estadual de Bibliotecas do Ceará.
- Realização de 68 sessões de cinema no Cineteatro São Luiz, com acesso a 15.247 crianças da rede pública de ensino por meio do projeto Escola no Cinema.
- Realização de 15 cursos de musicalização na Escola Vila da Música, no Crato, beneficiando 512 crianças e adolescentes.
- Apoio a 29 projetos possibilitando o acesso a criação, formação e fruição artística de 3.267 crianças e jovens de Fortaleza e outros 15 municípios, por meio do Edital Escolas Livres da Cultura.

- Realização de 4.286 ações culturais, com um público de 1.968.754, incluindo as programações e atividades da rede de equipamentos e os eventos realizados pela Secult na capital e interior, nos mais diversos segmentos e linguagens.
- Realização de cinco apresentações de música instrumental, por meio do projeto Orquestras no Parque, no Parque do Cocó, alcançando um público total de cerca de 10 mil pessoas.
- Apoio à produção de 55 projetos (maracatu, escola de samba, blocos, cordões e afoxés) em 24 municípios, por meio do Edital Carnaval do Ceará 2018.
- Apoio a execução de 36 projetos com ações relacionadas às tradições regionais cearenses próprias do ciclo pascal, sendo 16 na capital e 20 no interior, em 15 municípios, por meio do Edital Ceará da Paixão 2018.
- Apoio a 122 projetos relacionados às tradições regionais cearenses, sendo um campeonato cearense, 104 quadrilhas e 17 festivais, contemplando 42 municípios, por meio do Edital Ceará Junino 2018.

- Apoio a produção de 204 projetos, contemplando 38 municípios, por meio do Edital de Incentivo às Artes.
- Apoio a 40 projetos, contemplando 15 municípios, por meio do Edital Ceará Natal de Luz.
- Apoio a produção de 25 projetos, em 14 municípios, por meio do Edital Cultura e Infância.

PROGRAMA 045 – PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

O Programa tem como objetivo preservar, restaurar, ampliar e difundir a memória e o conjunto dos bens móveis/acervos e imóveis do patrimônio material e imaterial de interesse histórico e artístico-cultural cearense para o fortalecimento de suas expressões e manifestações de identidades e de diversidade cultural, tendo como público-alvo mestres da cultura tradicional popular, grupos tradicionais populares, artistas e produtores culturais, gestores municipais e de equipamentos culturais, e a população em geral.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Preservação e restauração dos bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado	Equipamento cultural reformado	unidade	4	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do XIV Patativa do Assaré em Arte e Cultura, evento que homenageou os 109 anos do Poeta Patativa do Assaré, com participação de 11.098 pessoas em diversas atividades: feira de artesanato e gastronomia, contações de histórias; Cortejo da Tradição; abertura da exposição “Casa de Gino”; exibição do Filme Patativa do Assaré, de

Rosemberg Cariry; Encontro de Sanfoneiros de Assaré; Seminário sobre Patrimônio e Memória; mesas redondas sobre a Vida e Obra de Patativa do Assaré; lançamento de cordéis, Festival de Violas e Violeiros, entre outras.

- Realização de evento anual do calendário oficial do Governo do Estado, onde se comemora dia 17 de janeiro em Aquiraz, a primeira capital do Ceará,

219 anos de emancipação política do Estado da província de Pernambuco.

- Realização do XII Encontro Mestres do Mundo, em Aquiraz, onde se reuniu os Tesouros Vivos da Cultura do Ceará, representados pelos 69 mestres e mestras da cultura vivos, como detentores dos saberes da cultura popular tradicional e do patrimônio imaterial do Estado do Ceará, com um público de mais 20 mil pessoas, entre mestres da cultura, estudantes, professores, pesquisadores e mestres de outros estados e países.
- Diplomação de 14 mestres da cultura, dois grupos de cultura popular tradicional e uma coletividade, por meio da Lei dos Tesouros Vivos.
- Realização das exposições, “Ceará: uma história no Plural”, por meio do acervo e demais programas componentes ao museu e “A História do Ceará na Arte Sacra”.
- Apoio à Festa do Pau da Bandeira, em Barbalha, atestada como patrimônio cultural imaterial.
- Publicação de catálogos, como Mestres do Mundo, Cego Aderaldo, Ceará da Paixão, Ceará Junino, Carnaval do Ceará e Ceará Natal de Luz.

- Aquisição do imóvel do antigo Hospital Manoel de Abreu no Crato, por meio de desapropriação, para futura implantação do Centro Cultural do Cariri.

- Realizações de vistorias, análises de reformas e obras, relatórios e manifestos sobre tombamento, em quatro regiões diferentes do estado, com destaque para a reforma da Casa de Antônio Conselheiro em Quixeramobim e o manifesto sobre o tombamento do Náutico Atlético Cearense.

PROGRAMA 046 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo fortalecer institucionalmente o Sistema Estadual da Cultura com vistas à qualificação de sua gestão, implementação, monitoramento e avaliação, bem como o aprimoramento da cooperação com os órgãos municipais de cultura e a interação com os segmentos artísticos e culturais no Estado do Ceará, tendo como público-alvo gestores culturais dos setores público e privado e produtores culturais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio aos processos participativos de discussão e construção da política de cultura	Evento realizado	unidade	28	8
Ampliação das atividades de estudo, pesquisa e base de dados culturais	Estudo e pesquisa realizado	unidade	1	2
Apoio à formação/capacitação em gestão e política cultural	Pessoa capacitada	unidade	150	270

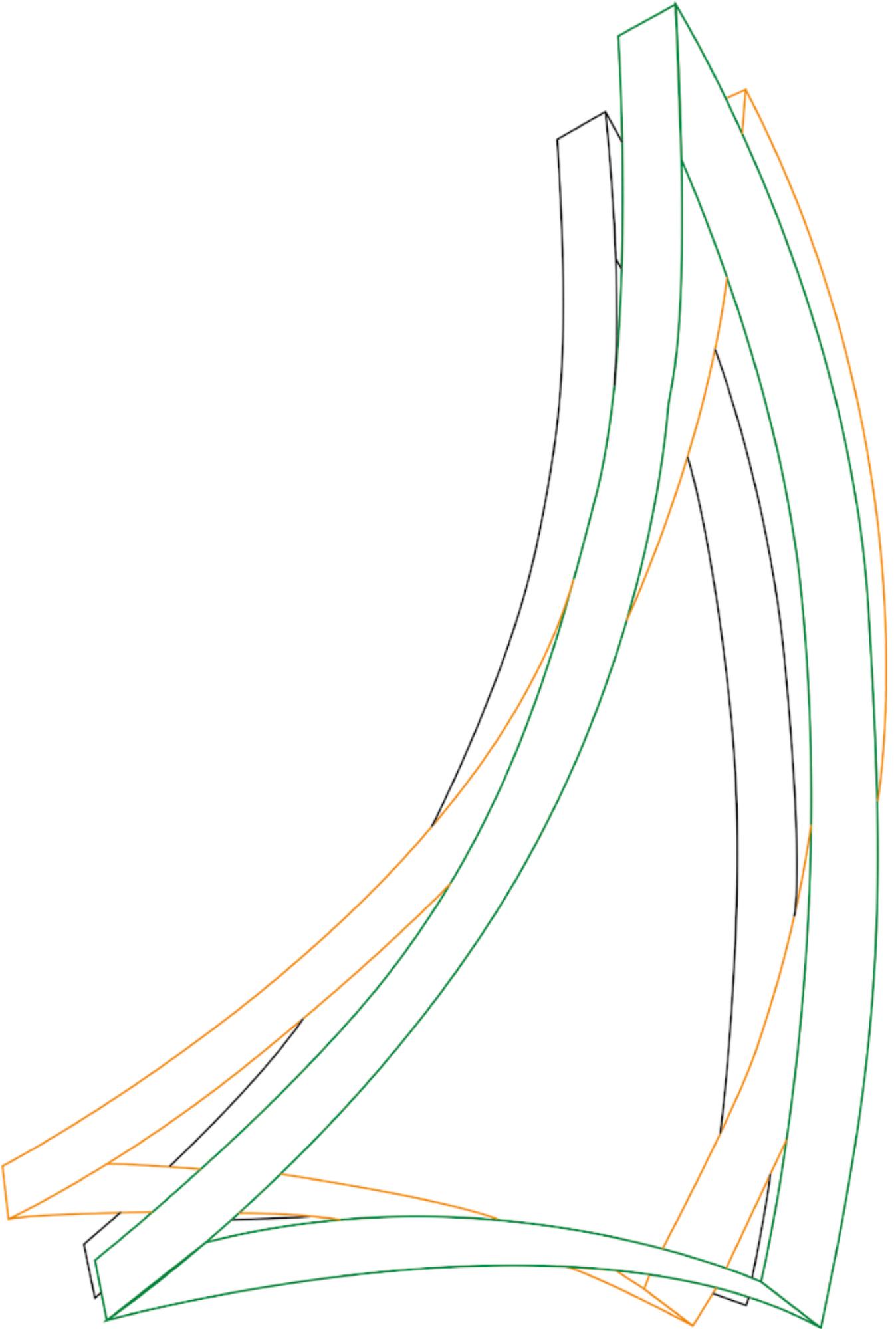
Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Instituição da Lei Estadual nº 16.602/2018 (Lei da Cultura Viva), estabelecendo a Política Estadual Cultura Viva, com o objetivo de promover a produção e difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais à população cearense, constituindo-se como política de base comunitária, territorial e temático-identitária, do Sistema Estadual de Cultura do Estado do Ceará, sendo uma conquista dessa lei a certificação anual de entidades culturais da sociedade civil no âmbito do Programa Cultura Viva, que amplia e fortalece a Rede Cearense de Pontos e Pontões de Cultura.
- Realização do 4º Fórum Cearense dos Pontos de Cultura, Festival Cordas Ágil (Cariri), Festival de Música da Ibiapaba, Seminário Natal de Luz, Seminário Carnaval do Ceará, Fórum Cearense de

Hip Hop, Fórum Estadual dos Grêmios Estudantis, 12ª Primavera dos Museus, Apresentação do Programa Nacional de Educação Museal.

- Ampliação das atividades de estudo, pesquisa e base de dados culturais por meio de Diagnóstico de Estudos Culturais sobre o Sistema Estadual de Cultura, Instituto de Direitos Culturais da Unifor e o Diagnóstico de Estudos Culturais sobre a Legislação Cultural do Estado/Instituto de Direitos Culturais da Unifor.
- Realização de dois cursos de Especialização em Gestão e Políticas Culturais em Múltiplas linguagens, em Fortaleza, capacitando 200 pessoas, e um curso de Especialização em Gestão Cultural, em Sobral, capacitando 70 pessoas, por meio do Projeto Mecenato em parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú.

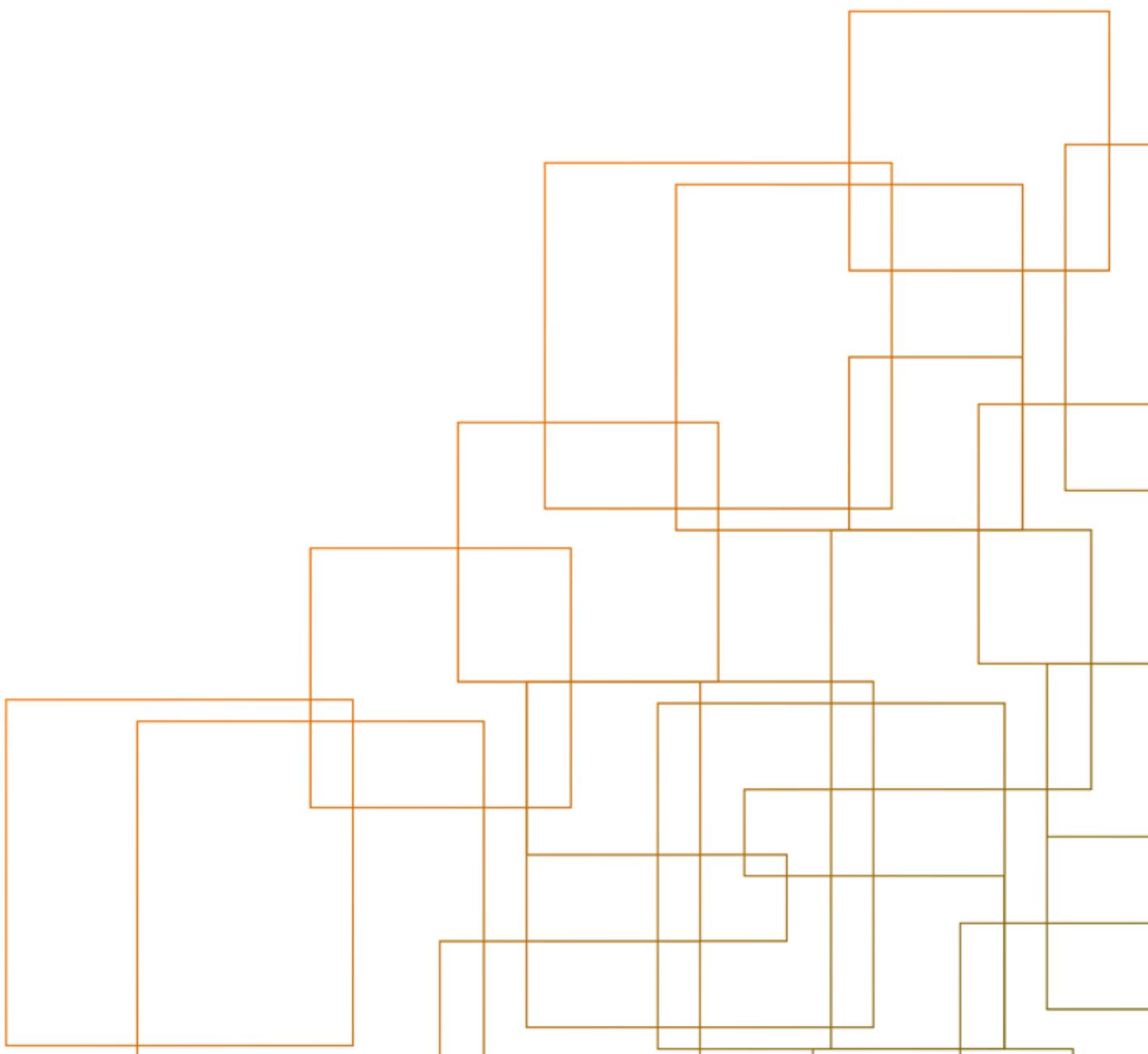


Mensagem à Assembleia

2019



EIXO CEARÁ SAUDÁVEL



O Ceará Saudável contempla as políticas governamentais que enfatizam os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes favoráveis, do desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida.

Voltadas a este propósito, as ações do Governo organizam-se em três temas estratégicos: Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA - SAÚDE

O Governo do Estado reconhece o Sistema Único de Saúde – SUS como um projeto político em permanente construção, que demanda entendimentos, articulações políticas e novos arranjos técnicos e institucionais. Nesse sentido, o Ceará Saudável prioriza o SUS por sua repercussão na qualidade de vida social e na construção cotidiana de um ambiente saudável.

O SUS apresenta princípios e diretrizes voltados para assegurar o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, proteção e atenção à população, com prioridade para os grupos sociais mais carentes, de forma a consolidar um modelo de Atenção Integral à Saúde.

Seu fundamento sociopolítico-institucional pressupõe uma rede de conselhos de saúde que garantem a participação da população, organizada por meio de representação das instâncias formais do SUS – conselhos e conferências de saúde.

Desta forma, na concepção do SUS, a população

contribui na formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde.

O Governo apresenta, desse modo, um compromisso com o fortalecimento do SUS e das Regiões de Saúde, no sentido de integrar o planejamento, a organização e a prestação dos serviços, estimulando a adoção de metas avaliáveis e efetivo controle social, direcionando prioritariamente o financiamento para os serviços públicos de saúde.

Essa diretriz compreende avanços na implantação de Redes de Atenção à Saúde enquanto conjunto de ações e serviços articulados em níveis de complexidade crescente. Pressupõe a valorização dos trabalhadores da Saúde e a integralidade da atenção humanizada e da vigilância efetiva. O resultado esperado neste tema estratégico é a população com saúde integral e de qualidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela ao lado.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Número absoluto de óbitos por leishmaniose visceral (calazar)	número	47	50	26	36	27	26 ¹
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	percentual	63,30	67,00	68,90	70,20	66,00	72,30
Proporção de nascidos vivos por mães de 10 a 19 anos de idade	percentual	20,70	19,50	19,00	17,80	19,40	16,50
Proporção de partos normais	percentual	42,20	43,30	42,30	43,00	43,50	41,60 ²
Proporção de trabalhadores formados e capacitados para o Sistema Único de Saúde	percentual	10,71	4,41	14,45	8,01	19,93	22,38
Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançadas	percentual	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Taxa de Incidência de Arboviroses	casos por 100 mil habitantes	ND	626,70	800,80	1.459,50	100,00	50,38
Taxa de incidência de sífilis congênita	casos novos por mil nascidos vivos	9,40	9,60	10,30	11,50	9,60	13,10
Taxa de Mortalidade Fetal	óbitos por mil nascidos vivos	11,21	10,20	9,40	8,80	8,00	9,45
Taxa de mortalidade infantil neonatal	óbitos de menores de 28 dias por mil nascidos vivos	8,60	8,60	8,80	9,20	7,91	8,50
Taxa de Mortalidade Prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)	por 100 mil habitantes	268,00	263,70	264,50	279,00	239,72	240,68 ³

Fonte: Sesa.

¹ Dados coletados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) em 18.12.2018.

² Dados até novembro de 2018.

³ Dados parciais. O Sistema de Informação sobre Mortalidade possui um prazo para registro dos óbitos de 60 dias.

O “Número absoluto de óbitos por leishmaniose visceral (calazar)” permite avaliar de forma indireta as ações de vigilância e assistência à saúde e ressalta a importância do diagnóstico precoce e do tratamento e acompanhamento adequados dos pacientes com leishmaniose visceral (LV).

O número de óbitos ocorridos em 2018 ficou abaixo do valor previsto para o ano, o que pode ter sido influenciado pelas ações de vigilância e controle realizadas em parceria com os municípios, junto aos quais foi realizado apoio técnico e distribuídos insumos necessários à prevenção, ao tratamento e ao diagnóstico (teste rápido OnSite). Esses fatores contribuíram para a redução de 27,7% dos óbitos, passando de 36 em 2017

para 26 em 2018.

A série histórica avaliada de 2014 a 2018 de consultas de pré-natal, apresenta crescimento da proporção de gestantes com maior número de consultas de pré-natal. As ações desenvolvidas para melhoria do indicador “Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal” integram o projeto QualificaAPSUS, que objetiva a qualificação de profissionais de saúde por meio de oficinas regionais da Atenção Primária nos municípios com foco no pré-natal e na estratificação de risco da gestante e da criança, como também a elaboração da Linha Guia Estadual da Gestante e protocolos de atendimento no pré-natal.

O indicador “Proporção de nascidos vivos por mães de 10 a 19 anos de idade” reflete a relação entre o número de nascidos vivos de mães adolescentes e o número de nascidos vivos de mães residentes no mesmo local e período. Considerando-se a meta estipulada para 2018 de 19,40%, verifica-se que o percentual encontra-se, até o momento, em 16,5%, sinalizando uma possível tendência de redução da gravidez na adolescência. Vale ressaltar, entretanto, que essa situação pode mudar, pois os dados referente ao ciclo 2018 ainda estão sendo inseridos em sistema. As ações que vêm contribuindo para a redução desse indicador estão relacionadas à implementação da caderneta de saúde do adolescente nos municípios cearenses, à articulação para adesão dos municípios ao Programa Saúde na Escola (PSE) e à implementação do planejamento reprodutivo para adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Em relação ao indicador “Proporção de partos normais”, a meta estabelecida de 43,50% para 2018 ainda não foi atingida, o que mantém o Estado em alerta para avaliar as ações e intensificar ainda mais o trabalho na busca de se atingir essa proporção. As ações desenvolvidas para melhoria deste indicador ocorreram por meio de cursos de capacitação para enfermeiras obstétricas e profissionais das maternidades de referência, visitas técnicas, avaliação da devolutiva do Plano de Ação da Rede Cegonha no estado, em parceria com o Ministério da Saúde, e capacitação dos profissionais de saúde da atenção primária, secundária e terciária, por meio do Programa Nascer no Ceará, nas quatro macrorregiões de saúde.

O crescimento observado no indicador “Proporção de trabalhadores formados e capacitados para o Sistema Único de Saúde” foi muito influenciado pela capacitação de mais de 7.400 agentes comunitários de saúde na temática do desenvolvimento infantil, abrangendo 138 municípios do território cearense. Apesar de ter superado a meta estipulada para o ano, ressalta-se que o percentual atingido

ainda está aquém das reais necessidades de capacitação e formação dos profissionais do SUS, considerando-se o quantitativo existente em diversas categorias, que é em torno de 90.000 profissionais nos estabelecimentos de saúde cadastrados.

A meta do indicador “Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançadas” é manter uma proporção de 100% das oito vacinas com coberturas vacinais adequadas, de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde (MS), tais como Influenza (campanha), BCG, Rotavírus, Pentavalente, Poliomielite Inativada, Pneumocócica 10v, Meningocócica e Tríplice Viral.

Avaliando os dados referentes ao período de seis meses (janeiro a junho) de 2018, observa-se que 100% das vacinas do calendário possuem coberturas vacinais adequadas. O programa estadual de imunização, acompanhamento e assessoria técnica aos 184 municípios promoveu palestras para atualizar e recomendar a mobilização da vacinação contra hepatite B em julho (mês alusivo contra as hepatites virais); a intensificação da vacinação dos adolescentes contra HPV e meningite em março e setembro; a divulgação da importância da vacinação, publicação de notas técnicas e boletins epidemiológicos; capacitações de profissionais da sala de vacina dos municípios; realização da Campanha de Vacinação contra Sarampo e Poliomielite; articulação intersetorial e com sociedades civis e científicas; distribuição de vacinas (mensal) e seringas (trimestral) e realização do Monitoramento Rápido de Cobertura Vacinal (MRC).

Observa-se, em 2018, uma redução na taxa de incidência dos casos confirmados por arboviroses de 96,54%, quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado foi alcançado através de múltiplas ações desenvolvidas durante o período, sendo elas a elaboração e divulgação

do Plano Estadual de Vigilância e Controle das Arboviroses, realização de teleconferência com coordenadores e técnicos das regionais de saúde para construção dos Planos Regionais de Vigilância e Controle das Arboviroses, capacitação de profissionais de saúde da rede estadual no manejo clínico das arboviroses nas cinco macrorregiões de saúde, realização e acompanhamento do cenário epidemiológico, investigação de formas graves e atípicas em pacientes com suspeita de chikungunya, investigação de todos os óbitos suspeitos por arboviroses, notificados no sistema oficial, dentre outras.

Vale ressaltar que o Governo do Estado instituiu incentivo aos municípios para investimento em ações de vigilância e controle das arboviroses. Além do incentivo por meio da campanha “Todos contra o mosquito”, houve também emissão de carta alerta indicando aos municípios o risco de ocorrência de epidemia de arboviroses e realização de teleconsultoria sobre arboviroses por meio de plantões médicos na central de regulação do Estado.

Analisando os dados do indicador “Taxa de incidência de sífilis congênita”, observa-se a necessidade de se manter ações voltadas ao pré-natal oportuno e de qualidade à gestante para a redução da taxa de incidência do agravo. Ações estratégicas de vigilância estão sendo adotadas para melhoria desse indicador, como a elaboração do Plano Estadual para a Redução da Sífilis no Ceará, após o qual foi alterado o critério de definição de sífilis em gestante e congênita no Brasil. Além disso, a vigilância epidemiológica capacitou 115 profissionais de saúde para atuar em 73 municípios do Ceará, possibilitando uma maior visibilidade, vigilância e registro deste agravo.

A mortalidade fetal representa o número de óbitos fetais por 1.000 nascimentos e estima o risco de um feto nascer sem qualquer sinal de vida. Esse indicador partilha com a mortalidade neonatal precoce as mesmas circunstâncias e

etiologia que influenciam o resultado para o feto no final da gestação.

O Ceará enfrenta o grande desafio de diminuir os óbitos fetais, com a proposta de reduzir a “Taxa de Mortalidade Fetal”, de 11,21 em 2014, para 7,6 até 2019. Observa-se, entretanto, em 2018, uma elevação desta taxa, que até novembro ficou em 9,45. Para reverter essa tendência, o Estado vem adotando estratégias visando a integração de ações que abrangem a elaboração da linha guia da criança e protocolos de atendimento da atenção primária, qualificação do pré-natal pelo projeto QualificaAPSUS e capacitação de profissionais por meio do Programa Nascer no Ceará.

Sobre o indicador “Taxa de mortalidade infantil neonatal”, registra-se que, atualmente, as afecções perinatais representam a principal causa de mortalidade neonatal e infantil no Brasil e no Ceará, além de responderem por cerca de 50% das mortes de menores de cinco anos.

Na composição da mortalidade infantil no Ceará, o risco de morte de crianças maiores de 27 dias (óbitos pós-neonatais) apresenta redução, enquanto que o risco de morte de crianças menores de 28 dias (óbitos neonatais) representa quase a totalidade dos óbitos em menores de um ano de idade.

Apesar da proposta de reduzir a taxa de mortalidade neonatal de 8,60 óbitos/1.000 NV, em 2014, para 7,5 óbitos /1.000 NV até 2019, o valor registrado até dezembro de 2018 ultrapassou a meta estabelecida para o ano. Ainda assim, vale destacar que o Estado vem desenvolvendo estratégias visando a integração de ações para a redução da mortalidade neonatal, dentre as quais: capacitação de profissionais das maternidades em reanimação de recém-nascidos, capacitação dos profissionais na assistência ao parto e ao recém-nascido por meio do Programa Nascer no Ceará, elaboração da linha guia da criança e protocolos de atendimento da atenção primária, qualificação do

pré-natal pelo projeto QualificaAPSUS, ampliação de leitos de UTI Neonatal e Unidade de Cuidados Intermediários nas maternidades e realização do curso de atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso - Método Canguru.

A série histórica da “Taxa de Mortalidade Prematura (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)” demonstra uma redução gradual da mortalidade nessa faixa etária: de 268,00/100 mil NV em 2014, para 240,68/100 mil NV em 2018. Dentre as atividades que contribuíram para esta redução, destacam-se: realização do II Curso Básico de Vigilância das Doenças e Agravos não Transmissíveis, elaboração e implantação do Plano Municipal de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis e treinamento em serviço dos Indicadores das Doenças e Agravos não Transmissíveis.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SAÚDE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Fortalecimento da Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS; Vigilância em Saúde; Atenção à Saúde Integral e de Qualidade; e Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 2,75 bilhões.

PROGRAMA 055 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS

O Programa tem como objetivo aprimorar as

políticas de planejamento, gestão, regulação, avaliação, auditoria e controle, para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 30 auditorias de demandas externas e internas, por meio de denúncias anônimas e/ou solicitação jurídica.
- Elaboração de 143 Relatórios de Gestão, em cumprimento da Lei do Ministério da Saúde.
- Realização de eventos para promoção da saúde, dentre os quais o I Encontro dos Conselheiros Tutelares do Estado do Ceará, com o tema “Todos juntos em prol do Desenvolvimento Infantil”, e três oficinas de capacitação do Programa Nascer no Ceará.
- Implantação de serviços de ouvidoria em cinco unidades de saúde: nos Centros de Especialidades Odontológicas Regionais de Juazeiro do Norte, Canindé e Crateús; no Hospital Regional do Sertão Central; e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).
- Realização de 37 Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde, envolvendo 2.072 participantes de 13 regiões.
- Apoio a 127 municípios na organização e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

PROGRAMA 056 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O Programa tem como objetivo reduzir a morbimortalidade e riscos à saúde e intervir nos problemas de saúde pública da população cearense, por meio de ações estratégicas de

vigilância da saúde, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Monitoramento dos indicadores de vigilância entomológica por doenças e agravos pactuados com os 184 municípios.
- Monitoramento dos serviços de vacinação nos 184 municípios, através do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIPNI).
- Monitoramento e apoio ao desenvolvimento das ações de Vigilância Ambiental, por meio dos indicadores e metas do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua).
- Monitoramento e apoio ao desenvolvimento de ações de vigilância epidemiológica de doenças e agravos, por meio dos indicadores estratégicos de saúde, do sistema de notificação e de visita *in loco*.

- Qualificação dos serviços de atendimento móvel do SVO, com emissão de declaração de óbitos em domicílio e esclarecimentos da *causa mortis* em caso de óbitos por moléstia mal definida ou sem assistência médica.

- Oferta de serviço laboratorial por meio da realização de exames na área de saúde pública, para dar suporte às ações de Vigilância em Saúde (Epidemiologia, Sanitária e Ambiental).

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

O Programa tem como objetivo promover a integralidade e o aprimoramento da política da atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Ampliação da oferta e melhoria da atenção hospitalar de média e alta complexidade	Hospital regional implantado	unidade	3	0
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares	Unidade de saúde estruturada	unidade	18	0
Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais especializados	Policlínica implantada	unidade	3	0
Realização de ações geridas/coordenadas pela Unidade de Gerenciamento de Projetos	Unidade de saúde acreditada/certificada	unidade	13	0
Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência	Unidade de pronto atendimento (UPA) implantada	unidade	9	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Concessão de 7.430 benefícios às pessoas com necessidades especiais, sendo 5.037 beneficiadas no Programas de Alergia à Proteína do Leite de Vaca e no Programa de Assistência às Pessoas Colostomizadas/Ostomizadas e 2.393 pessoas beneficiadas com cadeiras de rodas, próteses,

órteses, bengalas, andadores, dentre outros produtos especiais.

- Concessão de 3.281 benefícios a pacientes atendidos por meio de dietas nutricionalmente completas para pacientes em terapia nutricional domiciliar, além de suplementos nutricionais para patologias específicas e fórmulas metabólicas

para pacientes portadores de erros inatos de metabolismo (EIM).

- Implementação de cinco Farmácias Vivas, por meio dos processos de produção de mudas.
- Realização de 32.215 cirurgias eletivas de alta e média complexidade por meio da oferta dos serviços contratados.
- Disponibilização de 441 leitos de retaguarda (físico).
- Realização de 1.445 transplantes de órgãos e tecidos.
- Ampliação da oferta dos serviços do Hospital Regional do Sertão Central, com realizações de procedimentos hospitalares, cirurgias, atendimentos ambulatoriais, exames de ultrassonografia, eletrocardiogramas e exames laboratoriais.
- Implantação do Sistema VITAE de prontuário eletrônico nas unidades ambulatoriais Centro de Saúde Meireles e Instituto de Prevenção do Câncer, e nas unidades hospitalares Hospital de Saúde Mental Frota Pinto e Hospital Geral Dr. César Cals.
- Implantação de duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), uma no município de Maracanaú e outra no município de Fortaleza.
- Habilitação de cinco Centros Especializados em

Reabilitação (CER II), na modalidade física e intelectual, para atendimento às pessoas com deficiência, nas Policlínicas Regionais de Barbalha, Caucaia, Pacajus e Sobral, e no município de Maracanaú.

- Acreditação e certificação de 147 Unidades Básicas de Saúde de 88 municípios do estado do Ceará com Selo Bronze de Qualidade 2018.
- Implantação do Projeto Nascer no Ceará em quatro Macrorregiões de Saúde (Cariri, Sobral, Sertão Central e Litoral Leste), abrangendo um total 126 municípios, com capacitação dos profissionais de saúde de todos os níveis de atenção na rede materno-infantil.

PROGRAMA 076 – GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

O Programa tem como objetivo promover a sustentabilidade e o avanço das políticas de Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde, num processo contínuo de valorização do trabalhador do SUS, impactando na melhoria da qualidade do sistema e prestação dos serviços de saúde à população no estado do Ceará, tendo como público-alvo trabalhadores, gestores e usuários do SUS, residentes, estudantes, pesquisadores, instituições de ensino e conselheiros de saúde.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Promoção da melhoria contínua da força de trabalho nos sistemas e serviços de saúde	Trabalhador de saúde	unidade	17.474	19.538
Ampliação do acesso e disseminação da informação em saúde	Evento realizado	unidade	18	178
Ampliação do acesso e disseminação da informação em saúde	Biblioteca modernizada	unidade	8	1
Ampliação do acesso e disseminação da informação em saúde	Material informativo publicado	unidade	14	25

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 19.538 trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), com cursos no nível básico, atualização, aperfeiçoamento e especialização nas áreas de atenção, gestão, vigilância e educação profissional em saúde.
- Formação de 116 trabalhadores de saúde, 23 técnicos de enfermagem, 42 técnicos de saúde bucal e 51 técnicos de radiologia.
- Formação de 260 médicos especialistas pelos programas de pré-requisito e de acesso direto (anestesiologia, cirurgia cardiovascular, cirurgia geral, clínica médica, dermatologia, infectologia, medicina de família e comunidade, dentre outros) e formação de 61 especialistas com os cursos de Urgência e Emergência e Saúde Pública.
- Especialização de 218 profissionais de saúde pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva, nas especialidades do componente hospitalar.
- Desenvolvimento de dois aplicativos para celular, sendo eles: Sagu Móvil para Residência Médica e Sagu Móvil de Urgência e Emergência.
- Qualificação de 847 docentes de forma direta pelo processo de multiplicação, conforme registro do Centro de Desenvolvimento Educacional (Cedes).
- Publicação de 17 produções científicas, realização de 62 estudos e pesquisas e de 18 eventos científicos, dentre eles: publicações das Revistas - Cadernos Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP), realização do evento VII EXPOESP, publicação da coletânea Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) Vol. III e IV, Seminário de Avaliação Final do PPSUS e Seminário Marco Zero PPSUS.
- Lançamento do curso de Especialização em Gestão para Resultados, com previsão de conclusão da primeira turma em 2019.
- Capacitação de 8.319 pessoas com as atividades formativas da Rede Cearense de Promoção em Saúde e Centro de Extensão em Saúde (Ceesa).
- Apoio técnico a 43 municípios com finalidade de promover a sustentabilidade e avanço das políticas de Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde.
- Realização de 178 eventos, por meio de ações de promoção da saúde, com temas como desafio saudável, suicídio, prevenção do câncer de mama, próstata, tabagismo e sobre o idoso.
- Modernização de uma biblioteca na Região do Maciço de Baturité.
- Acompanhamento e apoio aos 167 municípios contemplados pelo Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB).
- Concessão de 16.454 vagas de estágio para alunos de Instituições de Ensino Superior (graduação e pós-graduação) e Técnico nas unidades da Rede de Saúde do Estado, por meio do Sistema de Regulação das Práticas de Ensino na Saúde.
- Realização de uma turma de curso para secretários executivos e membros dos conselheiros da mesa diretora da macrorregião do Cariri, com orientações sobre as ferramentas de gestão colegiada dos conselhos de saúde.
- Realização de 16 turmas de cursos para conselheiros de saúde, envolvendo 578 conselheiros nas

abordagens de temas de saúde, sociedade e comunicação. Além da oferta de seis turmas de oficinas na área temática da saúde do trabalhador na sede dos municípios que possuem Centros de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST).

- Capacitação de 1.061 pessoas em assistência farmacêutica, por meio de palestras e cursos ofertados para os farmacêuticos municipais e farmacêuticos das coordenadorias regionais de saúde.

TEMA - ESPORTE E LAZER

A melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população pressupõe uma visão integradora das políticas sociais, diálogos interdisciplinares e ações intersetoriais. Nessa perspectiva, apontamos as políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer, que considerem o fortalecimento da cidadania, como capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

As ações direcionadas ao esporte e lazer, como demanda social, devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo coletivamente um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local.

Relacionado a isso, é necessário ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo da cultura, esporte

e lazer capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida.

Neste tema estratégico de Esporte e Lazer, apesar dos avanços que foram obtidos ao longo dos anos, principalmente na última década, no que diz respeito à promoção da prática esportiva e de lazer por parte da população cearense, alguns desafios se apresentam perante o Governo do Estado e devem ser encarados de forma direta e planejada.

O resultado esperado neste tema estratégico é o acesso democratizado à prática e à cultura do esporte e lazer. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Número de atletas apoiados em competições esportivas	número	2.060	112	73	95	85	142
Número de pessoas atendidas nos núcleos de esporte e lazer	número	46.600	38.812	40.000	ND	1.300	1.300
Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado	número	1.092.964	962.172	661.840	143.202	1.310.000	109.047

Fonte: Sesporte.

ND: Dado não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

Em relação ao indicador “Número de atletas apoiados em competições esportivas”, foram apoiados 142 atletas e paratletas com passagens aéreas, 138 nacionais e quatro internacionais, para representarem o Ceará em competições nacionais e internacionais.

Este número representou um aumento de quase 50% em relação a 2017 e mais de 67% em relação à meta estabelecida pelo período, o que demonstra uma boa eficácia dessa iniciativa de apoio ao desporto cearense.

Quanto ao indicador “Número de pessoas atendidas no núcleos de esporte e lazer”, houve, em 2018, a implementação de 13 núcleos para atender ao Projeto Brincando com o Esporte, uma parceria com o Ministério do Esporte, com o objetivo de oferecer opções de esporte e lazer que preencham o tempo livre de crianças e adolescentes no período das férias escolares, de forma prazerosa e ao mesmo tempo construtiva, por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas. Esses 13 núcleos proporcionaram o atendimento a 1.300 pessoas, bem abaixo do que já foi registrado em anos anteriores, em decorrência do enfraquecimento do projeto em nível federal.

No tocante ao indicador “Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado”, embora não tenha havido a renovação do Programa Esporte e Lazer na Cidade, uma parceria com o Ministério do Esporte, o qual contribuía fortemente com o desempenho deste indicador, destacaram-se para o número apresentado os Jogos Escolares do Ceará 2018, realizados com a participação de estudantes de escolas públicas e privadas na faixa etária de 12 a 17 anos, proporcionando aos alunos das escolas cearenses o bom relacionamento por meio de competições esportivas em diversas modalidades e selecionando representantes do estado para os Jogos Escolares da Juventude. Foram inscritos 18.264 alunos de 1.174 escolas de 181 municípios cearenses. Além desse público escolar, outros eventos obtiveram o seguinte público como os promovidos no Centro de Formação Olímpica (84.116 pessoas), os VIII Jogos Indígenas do Ceará (900 inscritos divididos em 16 delegações

e 13 etnias oriundas de 12 municípios), os Jogos Indígenas de Caucaia (200 Tapebas), os promovidos no âmbito do programa Brincando com o Esporte (1.300 crianças), os Jogos Abertos do Ceará (2.749 participantes) e o Campeonato Intermunicipal de Futebol Amador (1.518 atletas).

Apesar desses eventos promovidos, esse indicador teve um decréscimo de quase 24% em relação a 2017, ficando quase 92% abaixo da meta estabelecida.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO ESPORTE E LAZER

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Esporte e Lazer para a População; e Ceará no Esporte de Rendimento. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de 74,77 milhões.

PROGRAMA 050 – ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO

O Programa tem como objetivo promover a saúde, a cidadania e a integração da população cearense na convivência social, tendo como público-alvo a população cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Realização de projetos e eventos esportivos para população	Evento realizado	unidade	102	65
Melhoria da estrutura dos equipamentos e instalações esportivas	Parque esportivo modernizado	unidade	12	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Construção de 42 areninhas.
- Construção do campo de futebol na sede do município de Tianguá.
- Construção de uma quadra coberta na localidade de Lagoa das Pedras, em Apuiarés.
- Construção da quadra poliesportiva na localidade de Riacho do Meio, em Quixelô.
- Manutenção predial da Praça da Juventude, no município de Maracanaú.
- Apoio à realização de diversos eventos de esporte e lazer: 1ª Copa Pindoretama de Futsal 2018, Campeonato de Futebol das Comunidades do Município de Monsenhor Tabosa, 1º Circuito sub 20 de Pindoretama, Campeonato Irauçubense de Futsal 2018, I Semana Vela e Sal de Fortaleza, Campeonato Jogos Amistosos dos bairros Curió e Lagoa Redonda, 9º Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte, Jogos Estaduais das Olimpíadas Especiais do Banco do Brasil, XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa, Copa Brasil Compak Sporting e Sporting Fitasc, Festival de Handebol de Base 2018, Corrida de Rua 21k - Terra da Luz.
- Realização de 48 eventos de esporte e lazer no Centro de Formação Olímpica (CFO), os quais tiveram um público geral total de 84.116 pessoas.
- Realização dos Jogos Escolares do Ceará 2018, os quais tiveram 18.264 alunos inscritos, de 1.174 escolas, de 181 municípios cearenses, com a participação de estudantes de escolas públicas e privadas na faixa etária de 12 a 17 anos.
- Encaminhamento e acompanhamento da delegação cearense, composta por 400 pessoas, para os Jogos Escolares da Juventude, etapas Regional e Nacional, em Natal/RN.
- Realização dos VIII Jogos Indígenas do Ceará e dos Jogos Indígenas de Caucaia.
- Realização de 4.640 ações de esporte e lazer para a população nas Vilas de Esporte e Lazer do Canindezinho, Conjunto Ceará, Genibaú e Messejana. Dentre essas ações estão aulas de zumba, remix dance e forró, atividades recreativas com crianças e adolescentes, futsal feminino e masculino, futebol de campo, capoeira, basquete masculino e feminino, treinamentos em jiu-jitsu e capoeira, taekwondo, karatê, muay thai, jogos e escolinhas e jogos de futsal, campo e voleibol.
- Concessão de 841 bolsas para atletas no âmbito do programa Bolsa Esporte - Ceará Atleta.
- Realização de 52 ações nos 13 núcleos do projeto Brincando com o Esporte.
- Capacitação de 104 profissionais de atividades esportivas, entre os quais, coordenadores de polos, agentes recreativos e auxiliares recreativos, para atuarem no Projeto Brincando com o Esporte.
- Capacitação de 540 profissionais de educação física nos temas arbitragem de futebol, arbitragem de futsal, arbitragem de voleibol, arbitragem de vôlei de praia, arbitragem de handebol e elaboração de projetos e captação de recursos.

PROGRAMA 086 – CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

O Programa tem como objetivo projetar o esporte cearense no cenário regional, nacional e internacional, tendo como público-alvo

atletas, delegações e entidades participantes de competições esportivas de rendimento.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Incentivo à preparação de atletas de alto rendimento	Bolsa esporte concedida	unidade	50	0
Manutenção de equipamentos estaduais voltados ao esporte de rendimento	Centro de formação olímpica mantido	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 34 eventos, alcançando diversas modalidades esportivas, dentre os quais: Campeonatos Brasileiro e Cearense de Judô Veteranos, Aberto de Tênis de Mesa, Brasileiro de Jiu Jitsu, Festival de Atletismo, Campeonato Norte e Nordeste de Muay Thai, 2ª Copa Estadual Metropolitana de Futsal FJU, Copa Dragão do Mar de BMX, Nordeste de Jiu Jitsu, Copa Deai de Karatê, Campeonato Brasileiro de Seleções Feminino de Voleibol Sub 17, Copa de Karatê Prossica, Pan Americano de Wrestling, Mundial de Jiu Jitsu Pro & Nogi, Campeonato Cearense de Tênis de Mesa 2018, Norte/Nordeste de Atletismo Sub 16, Abudhabi Combate Club de MMA, Copa Brasil de BMX, 5ª Superliga de Boxe, Copa RM GYM de Ginástica, Supercopa Feminina de Voleibol, Campeonato Cearense de Tênis de Mesa, Copa Internacional de Judô Cidade de Fortaleza, Campeonato Cearense de Handebol, MMA Norte/Nordeste, Campeonato Cearense de Taekwondo, Torneio Futebol Feminino Sub 17, Campeonato de Jiu Jitsu Nova União, II Edição dos Jogos Regionais das Olimpíadas Especiais Brasil, Etapa Final do Campeonato Cearense de BMX, Campeonato Brasileiro de Boxe Elite e Juvenil Masculinos e Liga Basquete Cearense.

competições nacionais e internacionais, dentre as quais estão: Supercopa de Futsal 2018, Copa Brasil de Triatlon, Campeonato nacional de Badminton, Fase Regional Norte/Nordeste do Circuito Brasil Loterias da Caixa de Atletismo, Halterofilismo e Natação, 2018 WT President Cup - African Region e 2018 African Sênior Championship de Taekwondô, Campeonato Brasileiro de Skate Street Amador, 1ª Etapa do Circuito Brasileiro de Bodyboard, Open Internacional Swimming Championship Argentina, Jogos Nacionais das Olimpíadas Especiais Brasil, Open Brasil Loterias da CAIXA 2018 Paradesporto, X Taça Brasil de Clubes Sub 17 Masculino Divisão Especial de Futsal 2018, Campeonato brasileiro de Judô Região I, Copa Brasil 2018 de Futebol de Amputados, Campeonato Brasileiro de Jiu Jitsu, Copa Triathlon Brasil, Jogos Paralímpicos Universitários 2018, Antofagasta Pro Festival - CL Arica Chilean Challenge - CL Bodyboard, Ultramaratona.

- Apoio a 142 atletas e paratletas com passagens aéreas, para representarem o Ceará em

- Apoio aos clubes de futebol de campo, Ceará Sporting Club, Fortaleza Esporte Clube e Ferroviário Atlético Clube, para a participação no campeonato brasileiro.

- Apoio ao Basquete Cearense no Novo Basquete Brasil (NBB).

- Apoio à execução da Copa Norte/Nordeste de Basquetebol de Cadeiras de Rodas.

TEMA - SANEAMENTO BÁSICO

A política de Saneamento compreende o planejamento para a universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no Ceará, o apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento, a implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos, a drenagem urbana e o controle de vetores, enfatizando-se a relação desta política com a política pública de saúde, que repercute na melhoria da qualidade de vida da população e no processo de desenvolvimento social.

O alcance das ações do tema do saneamento básico indica a sua transversalidade e seu potencial como ferramenta capaz de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população e a inclusão social.

No marco regulatório nacional de Saneamento Básico, que possui como referência a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, têm-se como destaques:

- A adoção de um conceito amplo de Saneamento Básico;
- A priorização do acesso aos serviços de saneamento básico à população de baixa renda;
- A afirmação do papel essencial do Estado e da natureza universal do serviço público de Saneamento fornecido com equidade;
- A afirmação dos conceitos de regulação, planejamento e avaliação dos serviços;
- A formulação de regras claras para a delegação dos serviços, dentre as quais a necessidade de

plano municipal e de consulta pública; e

- O reconhecimento do controle social como um dos instrumentos da gestão dos serviços.

Em junho de 2016 foi publicada a Lei Complementar nº 162, que institui a Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Além de convergir com os preceitos instituídos pelo marco regulatório nacional, esta lei traz diretrizes que respeitam as condições particulares do Estado, especialmente no tocante ao Saneamento Rural. A lei aborda, ainda, diversos instrumentos que devem contribuir com a melhoria da gestão pública e o alcance da universalização.

Entre as inovações acrescentadas pela referida lei, cita-se a definição da Secretaria das Cidades como coordenadora das políticas públicas de saneamento, com participação das Secretarias de Desenvolvimento Agrário (SDA) e de Recursos Hídricos (SRH), no âmbito do saneamento rural.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana, que incluem ações de saneamento básico em áreas cujo meio ambiente e, de modo especial, os mananciais e os leitos de recursos hídricos têm sido agredidos e poluídos de forma recorrente pela ação do homem, contribuindo para o surgimento ou agravamento da incidência de doenças, provocando danos à qualidade de vida da população.

Uma vez que esses recursos naturais não são renováveis e são vitais à preservação do meio ambiente e da espécie humana, a Secretaria das Cidades e Cagece desenvolvem atividades de educação ambiental e patrimonial, e de

mobilização, organização e fortalecimento social por meio de trabalho junto às comunidades beneficiadas pelos projetos de melhoria urbana e ambiental, com a intenção de educar para a cidadania e de elevar o nível de consciência das pessoas acerca do uso racional desses recursos.

O resultado esperado neste tema estratégico é o saneamento básico expandido e garantido com qualidade, dando cumprimento à Política Estadual. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água	número	22.645	35.287	39.586	48.245	26.790	37.339
Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado	percentual	20,11	28,81	29,35	31,52	39,67	33,70 ¹
População rural atendida com rede de abastecimento de água	percentual	-	-	29,88	34,26	31,21	ND ²
População urbana atendida com Sistema de Abastecimento de Água	percentual	81,00	80,98	81,00	ND ³	81,10	ND
População urbana atendida com Sistema de Esgotamento	percentual	32,15	32,74	32,45	ND ³	33,54	ND
População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário	percentual	36,16	37,10	38,24	37,60	40,34	ND ²
População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada	percentual	91,63	94,06	92,05	89,98	93,38	ND ²
Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural através de cisternas de primeira água	percentual	ND	2,76	1,14	0,74	0,84	0,46

Fonte: SRH, Scidades, SDA.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Dado parcial de 2018.

² O dado definitivo de 2018 estará disponível em 2019 uma vez que as prefeituras só enviam os dados no primeiro trimestre do ano subsequente.

³ O dado definitivo de 2017 estará disponível em 2019, pois a base de dados do SNIS somente será disponibilizada em fevereiro de 2019, conforme divulgado em: <http://www.snis.gov.br/coleta-de-dados-snis-agua-e-esgotos>.

Foram instalados 503 pequenos sistemas de abastecimento d'água em 13 regiões e 65 municípios, beneficiando 37.339 famílias, um percentual de 139,37% em relação ao programado para o ano, o que, devido ao longo período de estiagem, evidencia que o Estado vem priorizando a implantação de sistemas de abastecimento d'água para atendimento às comunidades difusas, tanto em áreas rurais como também em áreas urbanas.

O indicador “Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico Elaborado” se refere ao percentual dos municípios do Estado do Ceará com Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) elaborados, considerando-se inclusive os PMSBs que abordam somente as vertentes de água e esgoto. Outros planos regionais de resíduos

complementam as informações relacionadas a saneamento básico.

A Lei nº 11.445/2007 e a Lei Complementar nº 162/2016 estabelecem a obrigatoriedade de elaboração desses instrumentos. O prazo para que todos os municípios estejam regularizados, de acordo com o Decreto Federal n. 9.254/2017, é 31 de dezembro de 2019.

O objetivo dos PMSBs é estabelecer o planejamento para a implantação gradual de serviços de saneamento básico, que incluem abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

O Estado do Ceará atua no papel de interveniente na elaboração dos planos municipais de saneamento básico, fornecendo as orientações técnicas necessárias. Nesse contexto, objetiva atualmente apoiar a elaboração dos PMSBs dos seguintes municípios: Aracati, Baturité, Cariré, Coreaú, Forquilha, Guaiuba, Icapuí, Irauçuba, Itaitinga, Itapipoca, Jaguaratama, Jaguaribe, Jaguaruana, Maracanaú, Martinópole, Massapê, Orós, Pacajus, Pacoti, Parambu, Pentecoste, Quixadá, Quixeré, Redenção, Russas, Santana do Acaraú e Tabuleiro do Norte, tendo sido concluído, este ano, Ubajara. Além desses, será apoiada a revisão dos PMSBs de Morada Nova e Limoeiro do Norte.

O valor do indicador, em dados parciais de 2018, registra que 33,70% dos municípios do Estado elaboraram seus planos municipais de saneamento básico, representando um total de 62 municípios. A evolução observada no último ano é atribuída à conclusão do PMSB de Ubajara. A diferença entre o valor programado e o executado ocorreu devido a atrasos na contratação de uma nova empresa de consultoria para elaborar 14 PMSBs, após a rescisão de contrato ocorrida em 2017.

As perspectivas para os próximos anos são de melhoria, considerando que a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) apoia a elaboração de 21 PMSBs e a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE), de 32 PMSBs.

As principais dificuldades desse período estiveram relacionadas às mudanças de gestões municipais, em 2016; ao período eleitoral, que prejudicou o andamento dos serviços; à rescisão de contrato entre a Secretaria das Cidades e a consultoria que atuava na elaboração dos planos; e à escassez de recursos do Governo Federal para financiar os PMSBs.

Outras causas do nível de desempenho do indicador no período 2014-2018 são atribuídas

à dificuldade de acesso às informações primárias de saneamento básico, bem como à escassez de profissionais capacitados nas prefeituras municipais para atuar na elaboração dos planos.

O indicador “População rural atendida com rede de abastecimento de água”, com medição bienal, refere-se ao percentual da população rural do estado atendida por soluções individuais ou coletivas para o abastecimento de água.

Os sistemas de abastecimento de água no Ceará são mantidos pelos prestadores do serviço de saneamento, notadamente Prefeituras Municipais, Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), Associações Comunitárias e o Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), sendo os dois últimos os principais prestadores de serviço da zona rural.

De acordo com o SISAR, há 144.055 ligações ativas. Adotando-se uma taxa de ocupação única de 3,78 (hab/domicílios), nas regiões onde o SISAR atua, estima-se que aproximadamente 24% da população rural é atendida por esses sistemas. Vale ressaltar que este número não representa toda a região rural, pois essa é atendida ainda por associações comunitárias não vinculadas ao SISAR e pelas Prefeituras, SAAEs e outras organizações.

A evolução do indicador no período 2016-2017 pode ser atribuída aos programas de investimento em saneamento rural desenvolvidos pelo Estado, a exemplo do Ceará II e Ceará III, Água para Todos e Projeto São José, além da iniciativa do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), os quais incluem sistemas de abastecimento de água, a construção de cisternas e a perfuração de poços, utilizados pela população por meio de chafarizes. O indicador “População urbana atendida com Sistema de Abastecimento de Água” se refere ao percentual da população urbana do Estado do Ceará atendida com abastecimento de água pelo prestador de serviços. Corresponde à população

residente em área urbana no estado efetivamente atendida com os serviços de abastecimento de água, ou seja, cujos domicílios são ligados às redes de distribuição de água das concessionárias de saneamento.

A redução do indicador no período de 2014-2015 pode ser atribuída a não conclusão de obras, que impossibilitou o acompanhamento do crescimento vegetativo da população. O dado definitivo referente ao ano de 2017 estará disponível em 2019, pois a base de dados do sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS somente será disponibilizada em fevereiro.

Analisando somente os números da Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, com informações parciais de 2018, considerando o mês de referência de outubro, observa-se que o índice de cobertura passou de 98,26% para 98,28%. Esse índice se refere a quem está coberto com rede de distribuição de água. No que se refere ao Índice Ativo de Água, ou seja, a quem de fato está ligado à rede, passou de 77,67%, em dezembro de 2017, para 75,63%, em outubro de 2018

O indicador “População urbana atendida com Sistema de Esgotamento Sanitário” se refere ao percentual da população urbana do estado do Ceará atendida com esgotamento sanitário pelo prestador de serviços. Corresponde à população residente em área urbana do estado efetivamente atendida com os serviços de esgotamento sanitário, cujos domicílios são ligados às redes de coleta de esgoto das concessionárias de saneamento. O dado definitivo referente ao ano de 2017 estará disponível em 2019, pois a base de dados do sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS somente será disponibilizada em fevereiro.

Analisando somente os números da Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto do Ceará - Cagece,

com informações parciais de 2018, considerando o mês de referência de outubro, observa-se que o Índice de Cobertura de Esgoto passou de 40,95%, em dezembro de 2017, para 42,43%, em outubro de 2018. Esse índice se refere a quem está coberto com rede coletora de esgoto. No que se refere ao Índice de Atendimento de Esgoto, ou seja, quem está efetivamente interligado à rede, passou de 31,50%, em dezembro de 2017, para 31,58%, em outubro de 2017.

O indicador “População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário” se refere ao percentual da população urbana coberta com rede coletora de esgoto no estado do Ceará, cujos serviços foram ofertados em 2018 pelo Governo Estadual, em 74 municípios; pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto - SAAEs, em 27 municípios; e pelas prefeituras municipais, em oito municípios.

Em dados parciais de 2018, levando-se em conta somente os 74 municípios atendidos pela Companhia, o percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário, registrado em outubro, é de 42,43%, e beneficiou aproximadamente 2.541.203 habitantes em 87 localidades.

Os principais programas de investimento no período de 2014-2017 que contribuíram para a evolução do indicador são o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Sanear II, a aplicação de Recursos Próprios da Companhia, Convênios do Estado, Pro-Moradia e Promurb Maranguapinho.

Vale ressaltar que o Estado vem executando iniciativas de implantação e a ampliação de sistemas de esgotamento sanitário, por meio da Cagece, com 35 projetos em 17 municípios. Além disso, a Cagece vem realizando estudos para analisar a viabilidade de uma planta de dessalinização de água do mar com capacidade

para produzir um m³/s, tendo em vista atender parte do consumo da Região Metropolitana de Fortaleza e outro para a universalização do esgotamento sanitário e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri. Esses estudos consideram a possibilidade de implantação por meio de parceria público-privada (PPP).

O indicador “População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada” se refere ao percentual da população urbana coberta com rede de distribuição de água no estado do Ceará.

Em referência ao abastecimento de água, em 2018, os serviços de saneamento em áreas urbanas do Estado foram ofertados pelo Governo Estadual, em 152 municípios; pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto - SAAEs, em 27 municípios; e pelas Prefeituras Municipais, em oito municípios. Analisando os 152 municípios atendidos pelo Governo Estadual em 2018, o percentual da população coberta com abastecimento de água, registrado em outubro, é de 98,28% e beneficiou aproximadamente 5.768.653 habitantes em 313 localidades.

Entre os principais problemas relacionados ao acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, cita-se a imprecisão e a falta de repasse das informações, podendo-se atribuir, em parte, a esses fatores, a redução do valor do indicador no período 2015-2017.

No período 2014-2018, os principais programas de investimento são o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a aplicação de Recursos Próprios da Companhia, Convênios do Estado, Aporte de Capital, Pro-Moradia, Promurb Maranguapinho, Pró-Saneamento IV, Saneamento para Todos e o Plano Estadual de Convivência com a Seca.

O indicador representa 3.606 domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural, considerando o número total de domicílios no meio rural do Estado do Ceará em 2015, constante no Anuário Estatístico do Ceará 2017 e o número de domicílios no meio rural beneficiados por meio de cisterna de 1ª água.

Em 2018 foram beneficiados 0,46% dos domicílios no meio rural, resultado este abaixo do esperado, pois a readequação do objeto conveniado com o Ministério do Desenvolvimento Social não foi realizada, ficando, assim, 54,7% abaixo do programado para o ano de 2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO SANEAMENTO BÁSICO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana e Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural, utilizando para tanto um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 140,62 milhões.

PROGRAMA 025 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

O Programa tem como objetivo ampliar a cobertura da população urbana do Estado com acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e macrodrenagem, tendo como público-alvo a população do meio urbano.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Melhoria do serviço de abastecimento de água	Sistema de abastecimento de água melhorado	unidade	0	0
Ampliação do serviço de abastecimento de água	Sistema de abastecimento de água ampliado	unidade	15	2
Implantação do serviço de esgotamento sanitário	Sistema de esgotamento sanitário implantado	unidade	4	0
Ampliação do serviço de esgotamento sanitário	Sistema de esgotamento sanitário ampliado	unidade	5	2
Otimização de sistemas de esgotamento sanitário	Ligação domiciliar de esgoto realizada	unidade	1.000	482

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) das Bacias CD-1 e CD-2, no município de Fortaleza, do PAC FGTS/ Saneamento Para Todos, beneficiando 81.191 habitantes.
- Readequação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Ibaretama, com recursos do Estado e Cagece, beneficiando 5.853 habitantes.
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Sede do município de Caridade, do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, beneficiando 12.795 habitantes.
- Adesão de 3.250 famílias ao serviço de coleta de esgoto nos bairros Vicente Pinzón e Jardim das Oliveiras, em Fortaleza, por meio da realização de 482 ligações intradomiciliares no Projeto Se Liga na Rede.
- Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Ubajara, apoiado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece.
- Realização de 109.983 ações socioambientais

desenvolvidas pela Cagece, beneficiando, até novembro de 2018, um total de 319.638 pessoas em 30 municípios de 12 regiões do Estado do Ceará: Cariri (6.570 pessoas); Grande Fortaleza (196.061 pessoas); Litoral Leste (3.376 pessoas); Litoral Norte (15.522 pessoas); Litoral Oeste / Vale do Curu (51.942 pessoas); Maciço de Baturité (1.221 pessoas); Serra da Ibiapaba (3.440 pessoas); Sertão Central (21.728 pessoas); Sertão de Sobral (8.418 pessoas); Sertão de Crateús (9.053 pessoas); Sertão dos Inhamuns (1.691 pessoas) e Vale do Jaguaribe (616 pessoas).

PROGRAMA 032 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

O Programa tem como objetivo ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo como público-alvo a população residente no meio rural.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável	Cisterna implantada	unidade	25.208	2.397
Implantação do serviço de abastecimento de água	Sistema de abastecimento de água implantado	unidade	172	83
Implantação do serviço de esgotamento sanitário	Sistema de esgotamento sanitário implantado	unidade	0	1
Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado	Sistema de abastecimento de água implantado	unidade	86	57

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

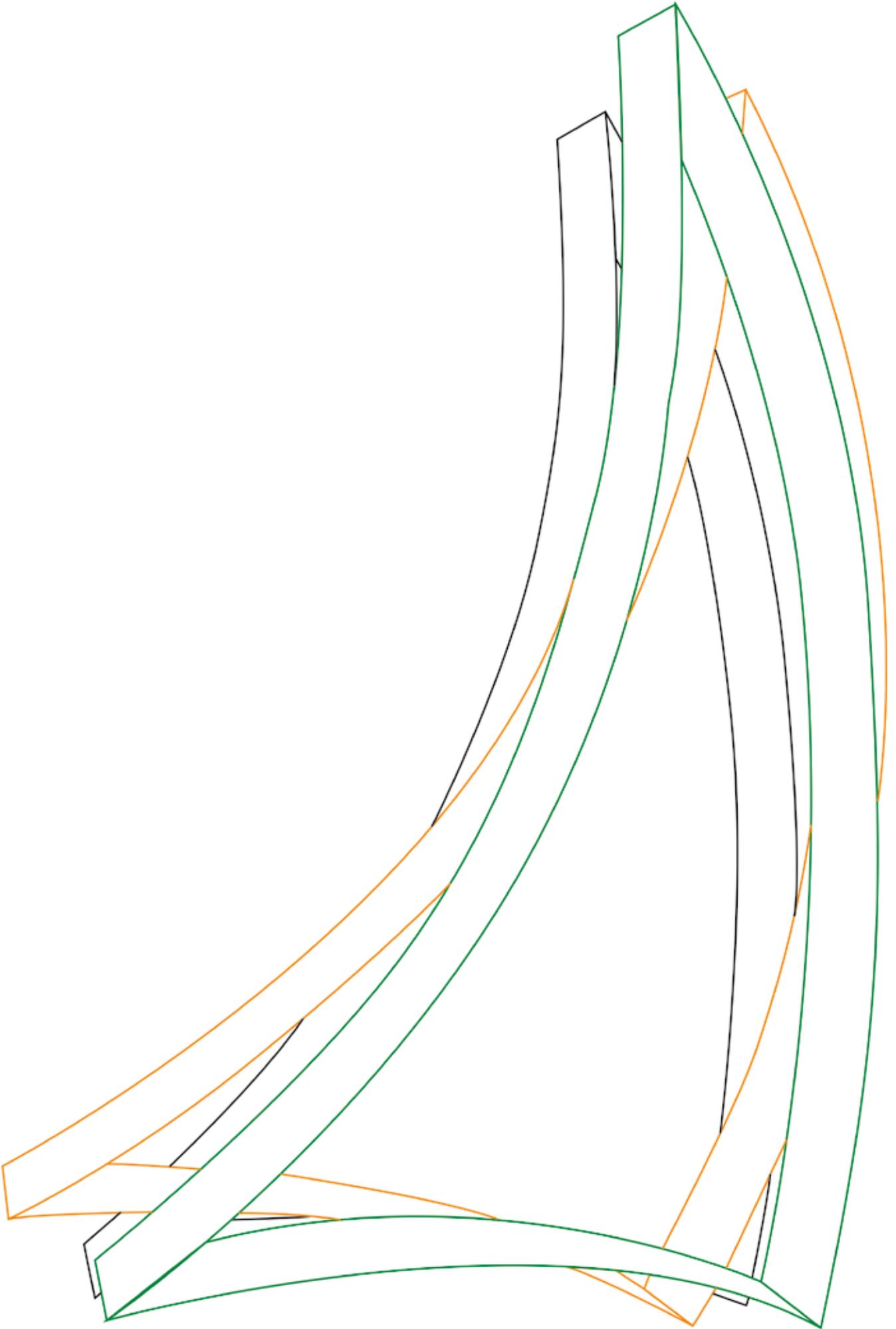
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de 2.397 cisternas, sendo 2.204 cisternas de placa e 193 cisternas de polietileno, beneficiando 11.985 pessoas, em 31 municípios.
- Implantação de 83 sistemas de abastecimento de água pelo Programa Água para Todos, beneficiando 4.046 famílias, em 41 municípios, e Implantação de 57 sistemas de abastecimento de água pelo Projeto São José III, beneficiando 5.261 famílias, em 25 municípios.
- Implantação de 775 módulos sanitários domiciliares (abrigo, chuveiro, sanitário, pia, caixa de água e fossa séptica), beneficiando 3.139 pessoas.
- Implantação de 173 sistemas de reuso de águas cinzas domiciliares, em 24 municípios, beneficiando 173 famílias.
- Beneficiamento para 1.340 habitantes com a implantação de 394 Melhorias Sanitárias

Domiciliares (MSDs) relacionadas ao Programa de Saneamento Básico Ceará III, sendo 239 MSDs nas localidades de Peixe e Sítio Pau D'Arco, em Russas (Região 14 – Vale do Jaguaribe), beneficiando 813 habitantes; e 155 MSDs nas localidades de Borges e Jiqui, em Jaguaruana (Região 4 – Litoral Leste), beneficiando 527 habitantes, relacionadas ao Programa de Saneamento Básico Ceará III.

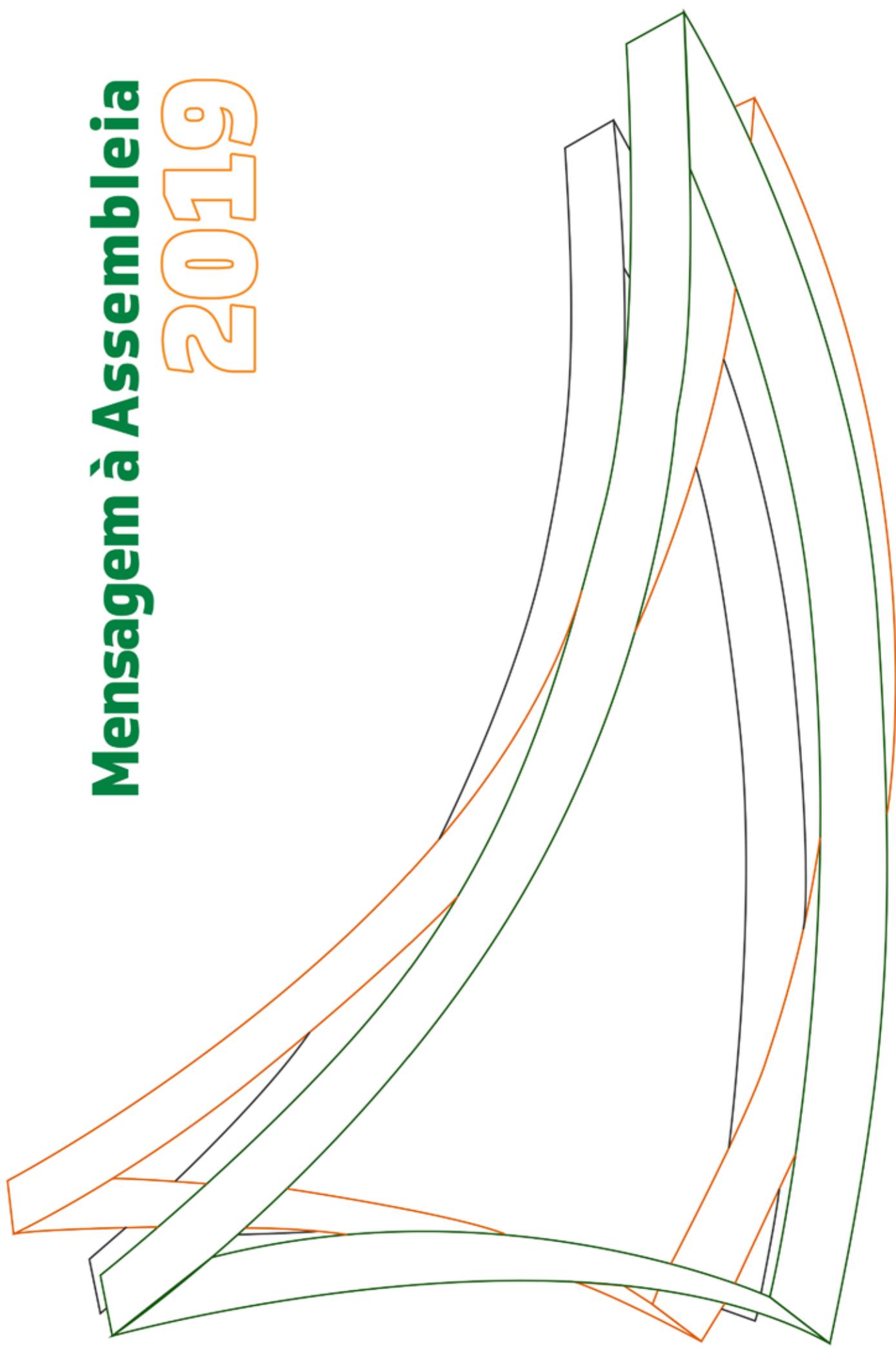
- Implantação de 394 Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSDs) relacionadas ao Programa de Saneamento Básico Ceará III, sendo 239 MSDs nas localidades de Peixe e Sítio Pau D'Arco, em Russas, beneficiando 813 habitantes; e 155 MSDs nas localidades de Borges e Jiqui, em Jaguaruana, beneficiando 527 habitantes, relacionadas ao Programa de Saneamento Básico Ceará III.

- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) no Distrito de Capitão-Mor, no município de Pedra Branca, relacionada ao Programa de Saneamento Básico Ceará III, beneficiando 1.411 habitantes.

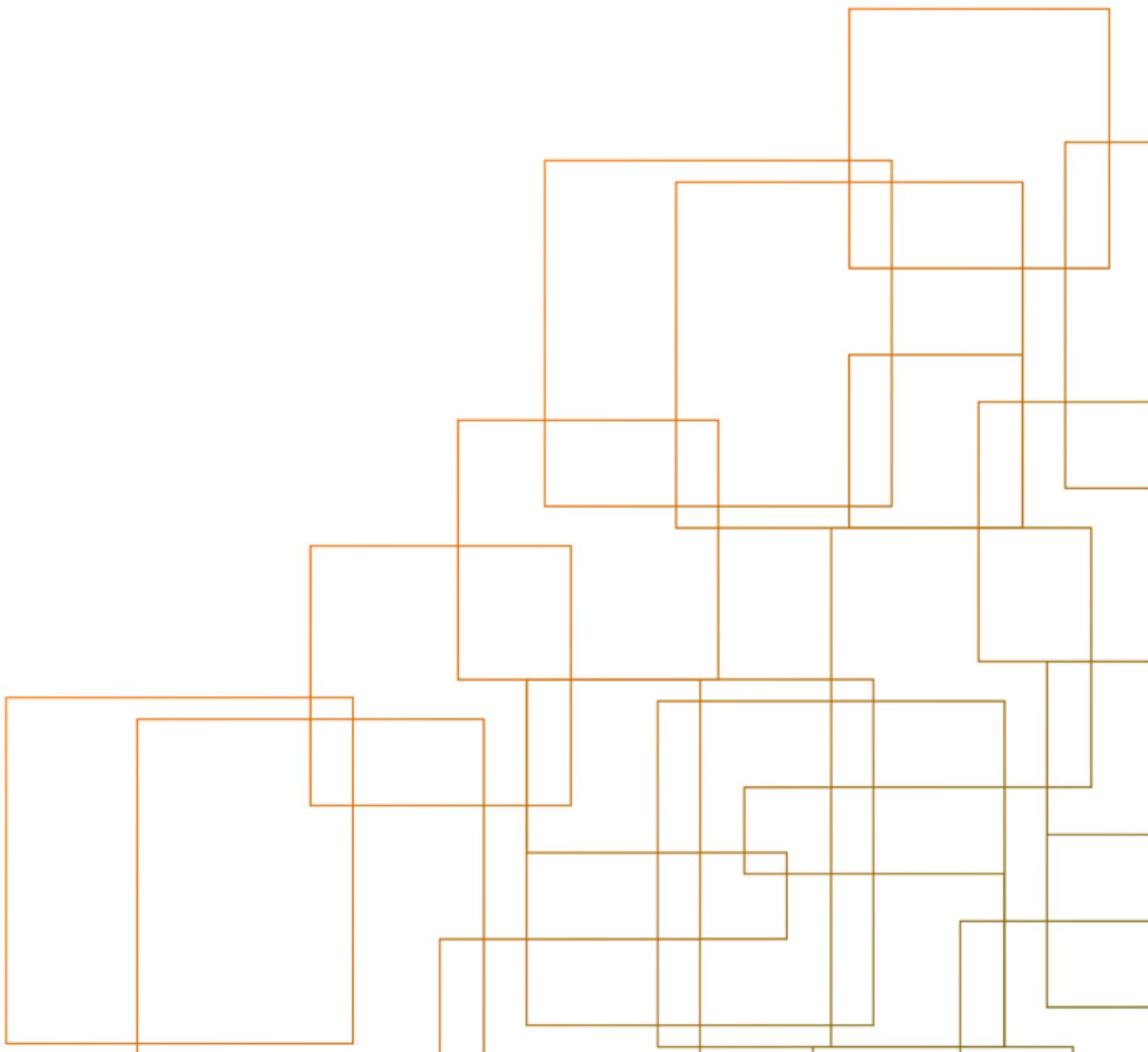


Mensagem à Assembleia

2019



EIXO CEARÁ PACÍFICO



O Ceará Pacífico se dimensiona na concepção de uma Sociedade Justa, Solidária e Pacífica, ancorada na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado, protagonista e fiador desses direitos, conta com a participação da sociedade, como coadjuvante na conquista de uma cultura de paz e num ambiente mais justo e solidário. Neste eixo, não há fronteiras restritivas aos esforços

que visam assegurar a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a efetiva segurança cidadã e a justiça efetiva.

Voltados a esta visão, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Segurança Pública, Justiça e Cidadania e Política sobre Drogas, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA - SEGURANÇA PÚBLICA

A construção de um Ceará justo e pacífico orienta-se pela visão de segurança como serviço público prestado segundo a ótica democrática e comunitária. Esse processo se efetiva numa polícia cidadã que se apresenta à população como promotora de direitos sociais e de uma convivência mais pacífica entre cidadãos e destes com a polícia, seus agentes e suas instituições. Essa concepção estimula uma abordagem mais focada nas questões relacionadas à segurança dos cidadãos, com o envolvimento da sociedade, a valorização de arranjos participativos locais e a transparência das instituições policiais.

Ainda em conformidade com a visão de segurança cidadã, a já tradicional fragmentação de políticas e polícias dá lugar a uma ação articulada entre as polícias, aos mecanismos de prevenção, ao aperfeiçoamento da inteligência e da investigação criminal. A noção, portanto, de polícia cidadã adota importantes fatores para a sua ação: envolvimento com a comunidade, foco na vida e na humanização da ação policial, ação articulada em diferentes áreas, não sendo, portanto, a segurança função exclusivamente policial.

Integrada ao viés da polícia cidadã, a Segurança

Pública também executa as ações de socorro, quer seja por meio do atendimento de resgate, busca, salvamento e combate a incêndio, quer pelo atendimento às vítimas de desastres e restabelecimento de estruturas colapsadas por desastres, contando também com o apoio dado pela Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer) aos diversos atendimentos realizados, inclusive, em algumas situações, com a parceria do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). A característica de humanização no atendimento ao cidadão permanece mesmo quando o foco deixa de ser o policiamento ostensivo.

Entre o conjunto de ações governamentais relativas à segurança pública estão também as que exercem o controle externo da atividade dos agentes dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, que possibilita ao cidadão maior participação social, com ampla discussão a respeito do exercício funcional desses profissionais. Nessa linha, registre-se, ainda, o incremento dos mecanismos de transparência da administração pública, os quais facilitam o acesso do cidadão aos meios formais para proceder reclamações e cobrar do Governo respostas céleres aos fatos denunciados pela sociedade.

O resultado esperado neste tema estratégico é a ampliação da proteção à pessoa e a violência minimizada. O desempenho dos indicadores que

medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.(*)
Número de acidentes de trânsito com vítimas fatais nas rodovias estaduais	número	489	404	327	347	406	310
Número de notificações registradas de crimes referentes à Lei 11.340 (Lei Maria da Penha)	número	10.580	12.601	22.472	22.607	21.251	21.251 ¹
Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil	percentual	6,99	9,29	3,52	69,19	12,50	5,51 ¹
Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante	casos por 100 mil adolescentes (população de 12 a 17 anos)	841,05	829,29	733,60	720,21	698,56	669,29 ¹
Taxa de jovens de 18 a 29 anos autuados em flagrante	casos por 100 mil jovens (população de 18 a 29 anos)	802,84	879,47	796,05	889,43	666,83	892,24 ¹
Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes	casos por 100 mil crianças e adolescentes	50,52	46,54	49,89	52,29	38,78	54,91 ¹
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF	minuto	16,31	12,56	12,52	12,51	13,55	12,16 ¹

Fonte: SSPDS.

¹ Os dados de 2018 se referem aos dados reais acumulados de janeiro - novembro, somado à projeção de dezembro.

Registra-se uma queda de 11% no “Número de acidentes de trânsito com vítimas fatais nas rodovias estaduais”, comparando-se os anos de 2018/2017, ressaltando-se, porém, que para o mês de dezembro o número foi projetado e poderá sofrer alterações quando da divulgação do balanço ao final do mês. A maior fiscalização realizada pela Polícia Rodoviária Estadual e as campanhas de conscientização dos motoristas, aliadas às sanções financeiras previstas para os infratores, tem contribuído para a redução e devem continuar sendo o foco da segurança pública aliadas a novas iniciativas que se encontram em implantação, que priorizam o uso de tecnologia na Segurança Pública.

O “Número de notificações registradas de crimes referentes à Lei 11.340 (Lei Maria da Penha)”

teve em 2018 um recuo de 6% em relação a 2017, ressaltando que, para dezembro de 2018, os dados foram projetados e poderão sofrer alterações com a divulgação do balanço do final do ano. A intensificação de ações de policiamento específico para prevenção desse tipo de crime e as campanhas de estímulo a denúncia desses crimes contribuem para melhoria dos dados. Ressalte-se a implantação da Casa da Mulher Brasileira, que entrou em funcionamento em 2018, oferecendo uma melhor estrutura para acolhimento das vítimas, o que seguramente estimula e favorece o empoderamento das vítimas, inibindo a ação dos infratores.

O indicador “Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil” registrou um valor de 5,51% no ano de

2018. Esse percentual reflete a assistência dada pelo governo estadual considerando a área de abrangência da Operação Carro Pipa, na qual compete ao Governo do Ceará a assistência nos centros urbanos dos municípios e, ao Exército, a assistência da Zona Rural, ou seja, considerando que o baixo percentual de centros urbanos dos municípios de Fortaleza tiveram colapso hídrico, esse número foi refletido no percentual de famílias atendidas.

A “Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante” registrou uma redução de 7%, comparando-se com o mesmo período de 2017, ressaltando que os dados de dezembro foram projetados e poderão sofrer variação com a divulgação dos dados finais do ano. Considerando que houve também a redução da Taxa de CVP, pode-se pressupor que as políticas de prevenção desenvolvidas pelo Ceará Pacífico estão influenciando no melhor direcionamento dos jovens, que passam a enxergar outras oportunidades ofertadas pelo poder público.

A “Taxa de jovens de 18 a 29 anos autuados em flagrante” apresentou variação mínima com tendência de crescimento, com um maior número de jovens apreendidos em flagrante, o que demonstra a efetividade das ações de segurança; no entanto, aponta para uma necessidade de desenvolvimento de políticas públicas com ações que possam evitar a reincidência de cometimento de delitos pelo público-alvo deste indicador.

A “Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes” apresentou um crescimento de 5% em comparação com o mesmo período de 2017, ressaltando que os dados de 2018 contabilizam a projeção feita para o mês de dezembro, que poderá sofrer alteração quando do fechamento dos dados reais. Esse indicador demonstra a necessidade de efetivação de ações de combate a esse tipo de crime, principalmente na área de estímulo ao registro, uma vez que na maioria das vezes os casos ocorrem

dentro da própria família, de modo a dificultar uma ação preventiva da segurança pública.

Conforme registro, verifica-se uma diminuição do “Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF” no ano de 2018, em comparação com o mesmo período de 2017, ressaltando que os dados de 2018 contabilizam a projeção feita para o mês de dezembro, que poderá sofrer alteração quando do fechamento dos dados reais. Apesar das dificuldades de mobilidade urbana enfrentadas na Capital e Região Metropolitana, tendo em vista as várias obras de melhoria do tráfego em andamento, é importante destacar a contribuição dada pela CIOPS na utilização dos vários sistemas disponíveis para melhoria da trafegabilidade das viaturas, possibilitando o resultado positivo registrado.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Gestão de Riscos e Desastres; Segurança Pública Integrada; Segurança Pública Cidadã; e Controle Disciplinar dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 459,06 milhões.

PROGRAMA 001 – GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

O Programa tem como objetivo tornar o estado mais resiliente aos desastres naturais ou tecnológicos, tendo como público-alvo moradores de áreas de risco afetadas por desastres.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atendimento, por meio da Operação Carro-pipa, a

31.468 pessoas, no estado do Ceará, residentes nos municípios de Boa Viagem, Deputado Irapuan Pinheiro, Mombaça, Pereiro, Choró e Monsenhor Tabosa.

- Capacitação de 106 agentes de proteção civil que desempenham suas atividades no Litoral Leste (Aracati), Sertão de Sobral (Varjota) e Grande Fortaleza (Fortaleza).
- Duplicação do sistema adutor do Açude Maranguapinho, com o aproveitamento do sistema hídrico do Cauípe e do aquífero Dunas Taíba-Siupé, beneficiando 54.182 famílias residentes na Grande Fortaleza.

PROGRAMA 003 – SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

O Programa tem como objetivo enfrentar a criminalidade e a violência focando na redução de seus indicadores, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Promoção da formação profissional para novos integrantes da Segurança Pública	Profissional formado	unidade	1.000	2.572
Melhoria da estrutura para a oferta de serviços de formação e capacitação profissional	Academia de segurança pública estruturada	unidade	1	0
Ampliação da oferta de serviços de policiamento civil	Delegacia implantada	unidade	10	8
Modernização das unidades prestadoras de serviços de policiamento civil	Delegacia estruturada	unidade	31	54
Ampliação da oferta de serviços de perícia forense	Unidade de perícia forense implantada	unidade	4	1
Melhoria da estrutura e da oferta de serviços nas unidades de perícia forense	Unidade de perícia forense estruturada	unidade	8	7
Ampliação da oferta de serviços bombeirísticos	Quartel implantado	unidade	4	2
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços bombeirísticos	Quartel estruturado	unidade	30	23
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Segurança Pública	Unidade da segurança pública estruturada	unidade	3	2
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de policiamento ostensivo militar	Quartel estruturado	unidade	41	41
Melhoria dos serviços de videomonitoramento das áreas de segurança integrada	Sistema de videomonitoramento ampliado	unidade	29	44

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação para 4.339 profissionais da segurança pública nos cursos de formação continuada.
- Formação profissional para 2.572 profissionais da Segurança Pública, com a consequente nomeação de 72 Delegados de 1ª Classe, 372 Inspetores de 1ª Classe, 197 Escrivães de 1ª Classe, todos na Polícia Civil e 1.319 Soldados na Polícia Militar.

- Implantação de uma delegacia no município de Campos Sales.
- Reestruturação física da Delegacia de Maracanaú.
- Reforma das delegacias: Regional de Canindé, Municipal de Quiterianópolis e Municipal de Cruz.
- Implantação da nova unidade do Corpo de Bombeiros do Mucuripe.

- Implantação de 10 Unidades Integradas de Segurança – Unisegs, sendo 9 em Fortaleza (Antônio Bezerra, Messejana, Pici, Jardim da Oliveiras, Jangurussu, Vila Velha, Edson Queiroz, Barra do Ceará e Cristo Redentor) e 1 em Juazeiro do Norte.
- Implantação de 27 sedes do Batalhão Raio (BPRaio), nos municípios de Aquiraz, Aracati, Barbalha, Baturité, Beberibe, Boa Viagem, Brejo Santo, Camocim, Cascavel, Caucaia, Granja, Horizonte, Icó, Itapajé, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Mombaça, Morada Nova, Pacajus, Pacatuba, Parambu, Quixeramobim, Santa Quitéria, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, Tianguá e Viçosa do Ceará.
- Estruturação de 64 unidades de segurança, sendo 24 delegacias e 41 unidades da PMCE, com a aquisição de bens como equipamentos de proteção individual, armamentos e viaturas.
- Ampliação do videomonitoramento para 42 municípios: Acaraú, Acopiara, Aquiraz, Aracati, Barbalha, Baturité, Beberibe, Boa Viagem, Brejo Santo, Camocim, Canindé, Cascavel, Caucaia, Crato, Crateús, Eusébio, Granja, Horizonte, Icó, Iguatu, Itaitinga, Itapajé, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mombaça, Morada Nova, Pacajus, Pacatuba, Quixadá, Quixeramobim, Russas, Santa Quitéria, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Tauá, Tianguá, Trairi e Viçosa do Ceará.
- Implantação do Núcleo da Pefoce no município de Russas.
- Implantação da Base da Ciopaer em Quixadá e aquisição de duas novas aeronaves.

PROGRAMA 007 – SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

O Programa tem como objetivo aumentar a sensação

de segurança e a credibilidade dos órgãos da segurança pública perante a população cearense, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Estruturação dos Colégios da Polícia Militar de Fortaleza e Juazeiro do Norte.
- Implantação da Delegacia de Defesa da Mulher, na Casa da Mulher Brasileira, em Fortaleza.
- Implantação da Delegacia de Proteção ao Idoso.
- Realização de cinco projetos de cunho social, com ênfase na prevenção ao uso de drogas, na Grande Fortaleza, com aproximadamente 11.350 pessoas atendidas/beneficiadas.
- Realização do Programa de Erradicação das Drogas (Proerd), em 63 municípios do estado, orientando adolescentes/jovens em 339 escolas.
- Realização de 7.675 atendimentos de saúde, tendo como público-alvo os profissionais de segurança pública e seus dependentes.

PROGRAMA 024 – CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO

O Programa tem como objetivo prevenir e inibir transgressões disciplinares dos agentes dos Órgãos de Segurança Pública e do Sistema Penitenciário, tendo como público-alvo agentes dos referidos órgãos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Promoção da melhoria das atividades de controle disciplinar	Servidor Capacitado	Unidade	80	95

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 95 servidores nas atividades de controle disciplinares.
- Orientação, controle, acompanhamento, investigação, auditoria, processamento e punição disciplinar, por meio da Célula de Fortaleza, e de quatro Células Regionais (Juazeiro do Norte, Sobral, Quixadá e Tauá).
- Realização de nove eventos em Fortaleza, referente à promoção do diálogo permanente com a sociedade civil, por meio de encontros com associações, sindicatos e outras entidades representativas dos trabalhadores da área de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Ceará.
- Melhoria da estrutura da unidade de Fortaleza.
- Realização de 79 sessões de mediação, do total de 99 processos recebidos pelo Núcleo de Soluções Consensuais, beneficiando 120 pessoas (cidadãos e servidores da área da Segurança Pública).

TEMA - JUSTIÇA E CIDADANIA

Promover a justiça significa estabelecer o cumprimento da legislação, valorizando os princípios constitucionais que estabelecem a máxima do respeito à igualdade de todos os cidadãos diante da lei.

A política de Justiça e Cidadania do Governo do Estado do Ceará guia-se pelos pressupostos de uma justiça restaurativa, sustentada em termos de resolutividade conflitiva, uma modalidade alternativa de resolução de conflitos, extrajudicial, reforçada por uma série de esforços de recuperação social, promovidos pela ação integrada de poder público, família e escola.

Nesta perspectiva, são premissas fundamentais

a articulação permanente com as instituições que compõem o sistema de Justiça para a sincronia das ações do estado; o fomento, a participação e efetiva colaboração da iniciativa privada e da academia, como essenciais à sustentabilidade das políticas de redução da violência e inclusão social; bem como a política do estado conhecer e desenvolver as experiências exitosas, nacionais e internacionais, voltadas à redução da violência, a efetiva inclusão social de fomento à cultura de paz.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população contemplada com sistema de justiça eficaz e humanizado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Percentual de pessoas beneficiadas com medidas cautelares pela CAP	percentual	ND	7,81	18,77	21,61	22,00	16,70 ¹
Percentual de pessoas presas de forma provisória	percentual	49,30	42,23	47,38	49,13	48,45	50,80 ²
Percentual de pessoas presas matriculadas no sistema educacional penitenciário	percentual	12,84	12,64	12,81	8,65	11,34	7,43 ¹
Percentual de pessoas que retornaram ao Sistema Penitenciário	percentual	18,21	16,03	17,31	14,78	21,64	30,07 ¹
Percentual de presos e egressos beneficiados com qualificação profissional	percentual	9,08	9,62	5,17	NI	11,34	4,32 ¹
Percentual de presos e egressos empregados	percentual	5,03	6,06	7,02	5,64	5,42	5,99 ¹
Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário	percentual	1,75	2,03	2,05	2,06	3,19	2,13 ²

Fonte: Sejus.

ND - Dado não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

NI - Metas não informadas pela área responsável.

¹ Dados atualizados até novembro de 2018.

² Dados atualizados até 03 de dezembro de 2018.

O indicador “Percentual de pessoas beneficiadas com medidas cautelares pela CAP” faz referência ao percentual de pessoas beneficiadas com medidas cautelares acompanhadas pela Central Alternativas Penais (CAP) em relação ao total de presos provisórios e os réus em cumprimento de medidas cautelares em acompanhamento pela Sejus. O não atingimento da meta programada encontra como causa diversos fatores, sobretudo, pela não concretização da expansão do acompanhamento para a Região Metropolitana de Fortaleza, Cariri, Norte e Sertão Central do Estado, por meio dos Núcleos de Alternativas Penais. Ainda assim, um total de 2.994 pessoas estão em acompanhamento em alternativas ao aprisionamento, o que representa 16,7% do número de réus acompanhados pela Sejus (Presos Provisórios + Pessoas em acompanhamento).

No que diz respeito ao indicador “Percentual de pessoas presas de forma provisória” observa-se que o indicador apresentou crescimento nos últimos anos, seguindo a tendência nacional. Diversas são as razões que justificam tal

crescimento, a dificuldade do Sistema de Justiça em julgar os processos em curto período de tempo, bem como, a existência de Central de Penas Alternativas apenas na capital do Estado, inviabilizando que réus provisórios possam deixar os presídios e aguardar o julgamento em cumprimento de medidas cautelares. Com isso, mais da metade das pessoas presas no Estado do Ceará ainda não foram julgadas e aguardam julgamento em detenção.

No que tange ao indicador “Percentual de pessoas presas matriculadas no sistema educacional penitenciário”, observa-se que o realizado se mostrou abaixo do previsto, o que se deu, sobretudo, pelo atraso na implementação de novas unidades prisionais previstas para o ano, prejudicando diretamente o cumprimento da meta. Contudo, graças aos esforços da Sejus e da parceria com a Seduc, conseguiu-se concluir o ano com mais de 1.800 alunos matriculados no sistema educacional penitenciário.

No que tange ao indicador “Percentual de pessoas

que retornaram ao Sistema Penitenciário”, observa-se que se trata de indicador com crescimento acentuado no ano de 2018. Considerando ser um indicador complexo que carece de maior análise e com resultados que refletem tanto a atuação das ações de ressocialização do egresso da Secretaria de Justiça, o acesso à educação e oportunidades de trabalho e renda no pós-cárcere, como a atuação ostensiva da Segurança Pública no Estado. Importante evidenciar que, algumas iniciativas têm sido desenvolvidas para evitar que este número cresça, a exemplo do investimento em ações de qualificação profissional e inserção em atividades de trabalho e renda dos presos e egressos, bem como a monitoração eletrônica de pessoas e do projeto para expansão das Centrais de Alternativas Penais.

Analisando-se o indicador “Percentual de presos e egressos beneficiados com qualificação profissional”, verifica-se uma pequena redução do percentual no ano de 2018. Entre os fatores que contribuem para este resultado, apontam-se as dificuldades relacionadas à estrutura, infraestrutura e logística nas Unidades Prisionais (agentes para o deslocamento interno e algemas para condução) e a dificuldade em obter vagas junto às instituições parceiras (Senai, Senac, Promil). O Estado tem buscado fortalecer essas parcerias, o que faz com que, mesmo diante das dificuldades, tenha conseguido beneficiar, no ano 2018, 1.292 presos e egressos com qualificação profissional, enquanto no ano de 2017, 1.082.

No que tange ao indicador “Percentual de presos e egressos empregados”, observa-se que a meta foi superada, em razão de terem sido empregados 881 presos e egressos no ano de 2018, o que equivale a 5,99% dos privados de liberdade. Em busca de melhorias na inclusão dos presos e egressos em atividades de trabalho, tem-se intensificado o olhar para a captação de empresas para instalação no interior das Unidades Prisionais

e a observância da Lei das Vagas por parte das construtoras, empresas terceirizadas e demais prestadoras de serviço nos contratos celebrados junto ao Governo do Estado.

Por fim, o indicador “Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário”, que faz referência ao número de presos por vaga ofertada no Sistema Penitenciário, atingiu o maior valor da série histórica devido ao crescimento de 2,06 p.p em 2017, para 2,13 p.p no ano de 2018. Este dado é reflexo, entre outros fatores, do aumento do número de pessoas apreendidas pela Secretaria da Segurança Pública, fazendo com que a ocupação de vaga por preso permaneça alta, mesmo com a inauguração, em junho de 2018, do Centro de Detenção Provisória (CDP) e a ampliação de 568 vagas no Sistema Penitenciário.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 335,49 milhões.

PROGRAMA 004 – INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Programa tem como objetivo garantir a infraestrutura apropriada à gestão das atividades afins do Sistema Penitenciário do Ceará, tendo como público-alvo servidores, funcionários, presos e egressos do sistema penitenciário.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela a seguir.

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional	unidade prisional implantada	unidade	3	1
Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso	preso/egresso beneficiado	unidade	16.332	8.765
Apoio à execução de alternativas penais	preso/egresso beneficiado	unidade	7.500	2.994

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Inauguração do Centro de Detenção Provisória - CDP, que ampliou em 568 vagas o sistema prisional do Estado do Ceará.
- Realização de reformas e manutenções em três unidades (Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo – ATHOS, Instituto Penal Paulo Sarasate - IPPS e Instituto Penal Professor Olavo Oliveira II - IPPOO II) e na sede da Sejus.
- Realização de Educação Básica em parceria com a Seduc, com 60 salas de aula em funcionamento, beneficiando 1.883 internos.
- Realização de 30.603 atendimentos jurídicos nas Unidades Prisionais.
- Realização de atendimentos de saúde nas Unidades Prisionais, sendo 123.562 atendimentos de enfermagem, 38.991 atendimentos médicos, 58.486 atendimentos de odontologia e 1.893 atendimentos de nutricionistas.
- Realização de 52.079 atendimentos pelo Serviço Social nas Unidades Prisionais.
- Realização de atendimentos aos familiares das pessoas presas, sendo registrados: 6.017 atendimentos jurídicos, 18.184 atendimentos do serviço social e 1.298 atendimentos do setor de psicologia.

- Realização de 20.000 atendimentos para promoção de saúde mental e prevenção ao uso de drogas.
- Realização de projetos com vista à inclusão profissional e social do preso e do egresso, beneficiando 8.765 pessoas, sendo 811 egressos e 7.954 presos, nas seguintes ações: projeto Plantando o Amanhã (capacitação em jardinagem e paisagismo); projeto de educação profissional a distância, em parceria com o Instituto Mundo Melhor; Projeto de capacitação e entrega de equipamento de trabalho (carrinho de lanche); projeto Mãos que Reciclam; Coral Vozes da Liberdade; projeto de ensino do violão; projeto de fabricação de artesanato (mosaico, tapeçaria, crochê, macramê, ponto cruz etc); e Projeto Livro Aberto de incentivo à leitura, por meio do benefício da remição de pena (Lei Estadual nº 15.718/2014).
- Atendimento de 2.994 pessoas pela Central de Penas Alternativas.
- Capacitação de 332 agentes penitenciários, em 20 turmas de capacitação (noções de conservação e manutenção de armamento; técnicas de algemação; operador de espingarda calibre 12; tonfa e imobilização tática; escolta e guarda; operações penitenciárias).

TEMA - POLÍTICA SOBRE DROGAS

A política sobre drogas traz, em sua essência, o desafio da intersectorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer. Seus princípios já herdaram da luta por uma sociedade justa e igualitária a garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e ao cuidado em liberdade.

Como tal, devem convergir diferentes saberes e práticas que permitam a compreensão do fenômeno contemporâneo do uso abusivo de drogas de modo integrado e diversificado, com uma leitura plural, multidisciplinar, com compreensão ampla da vida, que considere a pessoa como sujeito de direitos na perspectiva da integralidade do ser e de sua autonomia.

As estratégias de intervenção devem ser concebidas de forma ampla, estimulando práticas que possibilitem maior humanização e

acolhimento, de forma a estimular o envolvimento da coletividade na discussão e implementação de práticas, inclusive de cunho econômico, não excludentes das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Neste contexto, o Governo está priorizando o fortalecimento da Política Estadual sobre Drogas, ampliando as ações já desenvolvidas, garantindo uma intervenção intersectorial com ações integradas nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, além da segurança pública.

O resultado esperado neste tema estratégico são as pessoas, famílias e comunidades com proteção ampliada no âmbito das drogas. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2018

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.(*)
Percentual de escolas do Ensino Médio com ações de Prevenção ao Uso de Drogas Lícitas e Ilícitas implantados	percentual	-	2,01	4,35	5,50	7,00	7,01
Percentual de escolas do Ensino Fundamental I e II com ações de Prevenção ao Uso de Drogas Lícitas e Ilícitas implantados	percentual	-	0,45	1,60	1,90	30,00	-
Percentual de municípios com Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas implantados	percentual	9,78	14,67	19,02	32,00	50,00	51,09

Fonte: SPD.

No que se refere ao “Percentual de escolas do Ensino Médio com ações de Prevenção ao Uso de Drogas Lícitas e Ilícitas implantadas”, se faz importante destacar que o indicador em questão foi desenhado para o ano de 2018, a fim de mensurar a amplitude, a capilaridade e

a ampliação das ações de prevenção junto aos estudantes das escolas de Ensino Médio do Estado (EEM). Para isso, utilizou-se como parâmetro o percentual de escolas com a realização de ações de prevenção no ano de 2017, cujo indicador alcançou o patamar de 5,50% do total de EEM. Observa-

se, no ano de 2018, então, um crescimento de 1,51% nessa cobertura. Assim, no conjunto, ao longo dos últimos quatro anos, mais de 50 EEM foram beneficiadas com as ações de prevenção, o que representa um percentual de atendimento de 7,01% do total de escolas do Ensino Médio do Estado do Ceará. Neste sentido, depreende-se que a expansão dessas importantes ações de prevenção ainda é um desafio a ser superado.

O indicador foi planejado para 2018, considerando que as ações de prevenção ao uso de drogas eram executadas nas Escolas de Ensino Fundamental desde 2015. Essas ações eram realizadas em parceria com os Ministérios da Saúde e da Justiça. No entanto, os programas financiados sofreram descontinuidade em 2018. Portanto, sem financiamento e sem autorização para a utilização da metodologia, as ações foram encerradas. Por outro lado, o projeto foi substituído pela implementação de ações de prevenção junto a famílias da primeira infância, chegando a atingir 8.413 familiares, em 50 municípios.

Para medir a participação da sociedade na organização e implementação de políticas sobre drogas, foi mensurada a quantidade de Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (Compod) implantados ou fortalecidos nos municípios cearenses. Este indicador tomou como referência os dados de 2014, nos quais apontavam para existência de apenas 18 municípios com Compods implantados, passando para 27 em 2015 e 35 em 2016. Esse quantitativo salta para 59 em 2017.

Seguindo essa tendência de crescimento, observou-se no ano de 2018 um alcance de 94 municípios com os Compods implantados. O número representa 51,09% dos municípios cearenses com cobertura e capilaridade, fortalecendo, assim, ações estruturadas e organizadas no processo de disseminação e execução de Políticas sobre Drogas.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Proteção Contra o Uso Prejudicial de Drogas. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 9,24 milhões.

PROGRAMA 085 – PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

O programa tem como objetivo reduzir as consequências sociais decorrentes do uso prejudicial de drogas para as pessoas, famílias e comunidades, tendo como público-alvo usuários, familiares e comunidade em geral.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, que incorporam um conjunto de ações e projetos cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018(*)
Prestação de serviços de prevenção no âmbito das drogas	Pessoa atendida	unidade	21.500	80.985
Prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas	Atendimento realizado	unidade	1.229	159.255
Prestação de serviços de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas	Pessoa atendida	unidade	250	4001
Melhoria da prestação de serviços no âmbito das drogas	Profissional capacitado	unidade	3.224	763

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

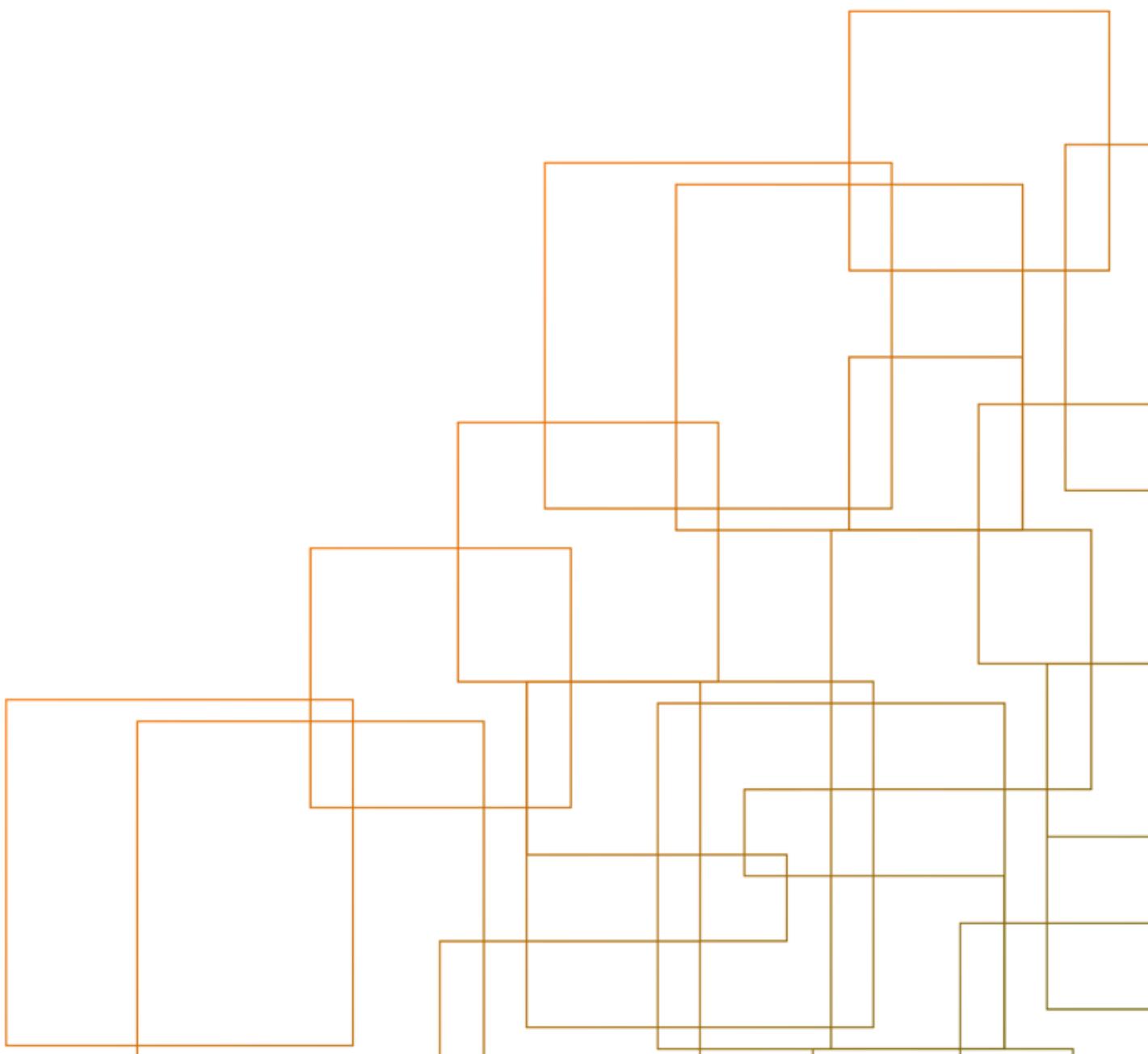
- Implantação de uma unidade de atendimento no âmbito da Política sobre Drogas, em Fortaleza.
- Implantação de 94 estruturas de apoio aos Conselhos Tutelares no Estado, para atuar conjuntamente nas questões de prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas.
- Realização de ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, beneficiando 80.985 pessoas.
- Realização de 159.255 atendimentos e encaminhamentos para o sistema de acolhimento e tratamento de dependência química.
- Realização de 20 turmas de qualificação social e profissional, beneficiando 400 pessoas em regime de acolhimento em Comunidade Terapêuticas.
- Realização de 71 encontros visando envolver a sociedade nos municípios cearenses na definição e participação das políticas públicas sobre drogas.
- Encaminhamento de 350 usuários de substâncias psicoativas para o sistema de acolhimento e cuidado da dependência química em 16 comunidades terapêuticas.
- Realização de 71 encontros/eventos, em 38 municípios, com a participação de 1.872 pessoas, com o objetivo de disseminar a política sobre drogas, orientando prefeituras e sociedade civil na implementação de políticas locais e na implantação de Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (Compods).
- Realização de 81.366 serviços junto a moradores em situação de rua em Fortaleza, com a manutenção de dois Pontos do Corre Pra Vida.
- Realização de 1.677 atendimentos presenciais a pessoas e familiares com uso problemático de drogas no Centro de Referência sobre Drogas com orientações, encaminhamentos para os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e para as vagas de Acolhimento nas comunidades terapêuticas.
- Realização de atendimentos diversos e orientações sobre a temática das políticas sobre drogas, contemplando 4.940 pessoas, em 14 eventos realizados pela unidade móvel em 12 municípios.
- Realização de um Fórum de Políticas sobre Drogas e uma apresentação da política sobre drogas para 125 profissionais e pessoas da área.
- Expansão dos projetos de prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas para mais 50 municípios, contemplando 34 Escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, beneficiando 72.172 pessoas.
- Implementação do projeto Prevenção em Família contemplando os Centros de Referência em Assistência Social (Cras), de 50 municípios, além das áreas de saúde e educação, com ênfase na prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas e na valorização da vida, beneficiando 8.413 pessoas.
- Capacitação de 360 estudantes com a finalidade de desenvolver a mobilização social e aplicação da metodologia do projeto Juventude em Ação, junto a lideranças comunitárias e outras pessoas no entorno de suas comunidades.
- Realização do I Encontro de Conselheiros Municipais de Políticas sobre Drogas do Estado do Ceará, com a participação de mais de 300 profissionais.
- Formação de 331 profissionais da área de saúde para atuação junto a gestantes e puérperas com envolvimento com drogas, beneficiando 432 mulheres.

Mensagem à Assembleia

2019



TEMAS TRANSVERSAIS



TEMA - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA JUVENTUDE

O Tema Desenvolvimento Integral da Juventude tem por objetivo o desenvolvimento e fortalecimento de ações voltadas para o segmento da juventude no Estado do Ceará, por meio da implementação, manutenção e monitoramento de Políticas Públicas de Estado nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer, Segurança, Trabalho e Empreendedorismo, garantindo, também, por meio de normatizações, a estabilidade dos direitos e deveres dos jovens na faixa de 15 a 29 anos.

O principal desafio do Estado do Ceará é diminuir os altos índices de homicídios que incidem, sobretudo, sobre a população jovem. De acordo com o Mapa da Violência 2015, o Ceará é o terceiro estado no ranking de homicídios por arma de fogo do Brasil. Diante deste cenário, o Governo do Estado lançou o Programa Ceará Pacífico que tem o objetivo de construir alternativas para a diminuição dos homicídios do Ceará através da articulação de diferentes políticas públicas, fortalecimento das iniciativas inovadoras da sociedade civil e promoção de uma segurança cidadã. A ideia, acima de tudo, é fortalecer e ampliar ações de prevenção dos homicídios, promovendo a garantia de direitos dos cidadãos e mediação de conflitos nos territórios de maior vulnerabilidade social.

Assim, o Governo desenvolve políticas de acesso à escolarização, ao trabalho e à renda e de enfrentamento à mortalidade juvenil, destacando-se dentre as principais iniciativas a execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que tem o objetivo de ampliar o acesso à educação e à qualificação profissional para jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o Ensino

Fundamental. Tem, ainda, articulado políticas de acesso à educação, à cultura, à qualificação profissional, aos esportes coletivos e ao acesso à justiça junto às demais secretarias, promovendo uma ressignificação dos territórios e uma cultura de paz. Dessa forma, enxerga-se o jovem como um sujeito de direitos, que deve tê-los garantidos pelo Estado para ter condições de viver com dignidade, desenvolver suas potencialidades e construir uma sociedade cada vez melhor.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

- Oferta de matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) articulada com a qualificação profissional, que inclui mais três disciplinas – Preparação para o Trabalho e Práticas Sociais (PTPS), Técnicas Administrativas e Vendas (TAV) e Informática.
- Reorganização curricular do Ensino Médio Noturno.
- Formação continuada para professores das disciplinas da qualificação profissional, integrando nos encontros outras abordagens sobre a educação ambiental e inclusão educacional: gênero e sexualidade, atendimento a pessoas especiais e questões étnico-raciais.

PROGRAMA 020 – ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- Implantação de duas Escolas Estaduais de Educação Profissional, situadas nos municípios de Baturité e Itarema.

- Formação de 16.907 alunos em estágio curricular obrigatório, correspondendo às cargas horárias de 400h ou 600h, conforme a exigência curricular.
- Formações de professores na unidade curricular de empreendedorismo.
- Oferta curricular das disciplinas Projeto de Vida e Mundo do Trabalho.
- Implementação do teste de proficiência aplicado aos alunos do 3ª ano das Escolas Estaduais de Educação Profissional.

PROGRAMA 023 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Formação de professores referente à reorganização curricular do Ensino Médio por meio do Núcleo, Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS) e do Projeto Professor Diretor de Turma (PDDT), como modo de contribuir para a permanência do estudante na escola.
- Ações de apoio e incentivo aos estudantes da 3ª série do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos para realização do Enem e ingresso no Ensino Superior, dentre as quais: Enem não tira férias; aulas-show de redação; concurso de redação; e festival Alunos Que Inspiram.
- Realização de avaliação externa em larga escala por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace).
- Realização de seminário de divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017, com a participação de 1.100 profissionais.
- Fornecimento de alimentação escolar a 284.011 alunos das Escolas Públicas Estaduais

de abrangência em todo o Estado.

- Execução do projeto “A Minha Escola é da Comunidade”, com objetivo de incentivar a escola a uma mudança de atitude, especialmente, na relação mantida com a família dos estudantes e com a população da localidade em que está inserida.
- Execução do projeto “Professor Diretor de Turma (PDDT)”, fortalecendo vínculos e alimentando o interesse do jovem pelo ambiente em que estuda.
- Implantação de 11 Centros de Línguas Estrangeiras para alunos das escolas públicas.
- Implantação de 40 Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral, de modo a promover o desenvolvimento integral de 13.807 estudantes, além da ampliação e da diversificação do currículo dos estudantes do Ensino Médio.

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Oferta de atividades culturais para um público de 33.817 jovens.
- Realização de 55 cursos de formação artística nas diversas atividades culturais.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Assessoramento aos municípios na elaboração de sua política de juventude, sobretudo na criação de seus conselhos e na realização de suas conferências.
- Lançamento do Programa Estação Juventude no Ceará com o objetivo de atender, prioritariamente, os jovens do Grande Bom Jardim, em Fortaleza.

- Oferta de vagas e matrículas de 1.080 jovens, sendo 480 em sete municípios no ProJovem Campo – “Saberes da Terra”, e 600 em três municípios no ProJovem Urbano.
- Realização das pesquisas “Projovem Urbano Prisional: Perfil e Percepções dos Jovens Assistidos no Ceará” e “Projovem Campo – Saberes da Terra: Perfil e Percepções dos Jovens Assistidos no Ceará”.
- Garantia do acesso à meia passagem estudantil, com mais de 20 mil jovens beneficiados.
- Realização do 1º Circuito Interescolar de Teatro nas Escolas do Campo, por meio do Projeto São José.

PROGRAMA 058 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

- Capacitação de 6.070 pessoas nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), sendo 5.632 nos diversos cursos ofertados nos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) localizados nas 14 macrorregiões do Estado, com destaque para os cursos voltados para a vocação da região, focados na qualificação de novos profissionais para o mercado de trabalho.
- Capacitação de 438 pessoas nos cursos ofertados pelo Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC), localizado no município de Caucaia.
- Graduação técnica de 145 profissionais para o mercado de trabalho, nas áreas de eletroeletrônica, meio ambiente, mecânica, eletrotécnica, agricultura, metalurgia, eletromecânica, cozinha, saúde e segurança do trabalho nos Centros Vocacionais Técnicos (CVTec) do Cariri, Grande Fortaleza e Sertão Central.

- Graduação de 72 tecnólogos de nível superior para o mercado de trabalho nas áreas de alimentos, saneamento ambiental, irrigação e drenagem, eletromecânica e agronegócios nas Faculdades de Tecnologia (Fatec) do Cariri e Sertão Central.
- Capacitação de 1.689 pessoas em 108 turmas dos cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) promovidos pela Universidade do Trabalho Digital (UTD).

PROGRAMA 061 – DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

- Capacitação de 155 novos empreendedores pelo projeto Corredores Digitais.
- Capacitação de 83 pessoas nos cursos ofertados pelo projeto CriarCE: Design Digital e Experiência do Usuário; Gestão Ágil de Projetos, Viabilidade Técnica e Financeira, Formação em Imagem Corporativa, Formação de Laboração de Roadmap Tecnológico, além do curso “Formalizando minha Startup”.

PROGRAMA 071 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Oferta de 7.745 vagas nos cursos de graduação das universidades públicas estaduais (Universidade Estadual do Ceará-Uece, Universidade Regional do Cariri - Urca e Universidade Estadual Vale do Acaraú - Uva), beneficiando a população das 14 macrorregiões do Estado.
- Oferta de ações de extensão universitária a 286.123 pessoas, sendo 57.674 da Uece, 53.480 da Uva, 174.969 da Urca, com destaque para 3.955 pessoas beneficiadas com as atividades acadêmicas do Geopark Araripe: minicursos sobre

ecologia, sustentabilidade, legislação ambiental e recursos hídricos, além de oficinas como processo de saponificação do óleo, teatro de bonecos e biojoias (geoprodutos).

- Concessão de benefícios (bolsa estágio, auxílio alimentação e residência universitária) a 10.517 alunos matriculados nos cursos de graduação das universidades públicas estaduais, por meio dos Programas de Assistência Estudantil.

PROGRAMA 076 – GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

- Realização de ações de promoção da saúde na Escola Renato Braga, Escola Berlarmina Campos, Escola Bárbara de Alencar, Escola Dragão do Mar e Escola Murilo Borges, com os temas: Desafio Saudável, Suicídio, Prevenção do Câncer de Mama, Prevenção do Câncer de Próstata e Tabagismo.
- Formação de 116 técnicos em saúde, sendo 23 técnicos de enfermagem, 42 técnicos de saúde bucal e 51 técnicos de radiologia.
- Realização de oficinas e processos formativos com estagiários do projeto Primeiro Passo.

PROGRAMA 078 – INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

- Colocação de 29.464 jovens de 16 a 29 anos no mercado de trabalho.
- Qualificação profissional de 16.810 jovens.

PROGRAMA 085 – PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

- Melhoria da infraestrutura (aquisição de móveis, equipamentos, equipamentos de informática etc.) de 96 Conselhos Tutelares, dotando-os de melhores condições físicas para atuação junto a jovens e adolescentes em conflito causado pelo uso problemático de drogas.
- Formação de 637 lideranças estudantis em 33 escolas do Ensino Médio para trabalharem como multiplicadores de uma metodologia utilizada na prevenção ao uso abusivo de drogas.
- Capacitação de 72.172 estudantes de escolas do Ensino Médio e seus familiares na utilização dos jogos da metodologia de prevenção às drogas utilizado pelo Estado.

TEMA - POLÍTICA DE GÊNERO

O tema Política de Gênero visa garantir o acesso às políticas públicas de proteção às mulheres e enfrentamento às diversas formas de violência, por meio da criação e fortalecimento de organismos sociais, ampliação da rede de atendimento e interiorização das políticas de gênero, com foco no empoderamento e autonomia das mulheres. O combate à violência contra a mulher é uma luta diária no Brasil. No Ceará, o número de

denúncias cresce a cada ano e, para dar o devido suporte e atendimento às mulheres, o Estado vem fortalecendo sua rede de enfrentamento a esse tipo de violência.

A implantação da Casa da Mulher Brasileira, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, é uma ação estratégica que vem sendo desenvolvida

para a política de gênero do Estado do Ceará, com impacto direto na adequação e celeridade do atendimento prestado às usuárias, pois reúne espacialmente serviços especializados e garante uma metodologia unificada nas políticas de enfrentamento à violência de gênero, com envolvimento de outros entes e do Sistema de Justiça, para garantir condições de enfrentamento à violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica.

A autonomia econômica das mulheres constitui fator de suma importância na busca pela equidade de gênero, representando uma perspectiva de vida de longo prazo, com acesso a previdência social e a serviços públicos. Isso ressalta a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inserção e a permanência das mulheres no mundo do trabalho e à ampliação dos seus direitos sociais.

Promover a igualdade de gênero também passa por garantir a participação política das mulheres e o controle social, tendo como maior expressão o fortalecimento do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, através do qual tem-se ampliado a participação popular na elaboração das políticas de gênero, através da implantação dos Fóruns Regionais dos Conselhos Municipais de Mulheres em todo o Estado, refletindo a necessidade de que as mudanças sejam promovidas nas variadas esferas sociais: culturais, educacionais, legislativas e institucionais.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

- Realização de 42 palestras, abordando temáticas relacionadas aos direitos humanos, gênero e sexualidade, como: assédio sexual, relacionamentos abusivos, preconceito de gênero, direitos humanos e diversidade.

- Promoção de 12 oficinas pedagógicas com os professores, para que tenham subsídios para trabalhar a temática de gênero e sexualidade na escola.

- Realização de 15 Aulões Enem, com resolução de questões que abordam a temática da igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual.

- Oferta do curso de aperfeiçoamento Direitos Humanos em Gênero e Sexualidade para 120 educadores (professores e gestores) de todo o estado.

- Realização da 2ª Edição do Seminário Maria da Penha nas Escolas, envolvendo 60 professores e gestores da rede estadual.

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Realização de 23 atividades nas mais diversas linguagens em apoio à mulher.

- Apoio à realização do IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de estudos da Homocultura (CINABEH), com o tema “Diversidade sexual, gênero e raça: diálogos Brasil-África”, tendo um público de 1.764 pessoas.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Realização de seminários estaduais sobre violação de direitos e violência contra a mulher em todo o Estado do Ceará.

- Realização de capacitações por meio de oficinas temáticas nas Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Campo, da Floresta e das Águas.

- Inauguração da Casa da Mulher Brasileira.
- Realização de campanhas voltadas ao enfrentamento e prevenção à violência contra mulheres, como “16 Dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero” e a celebração do aniversário de 12 anos da Lei Maria da Penha.
- Publicação do II Caderno “Diálogos sobre as Experiências no Enfrentamento à Violência”.
- Capacitações para servidores estaduais na temática da violência contra a mulher.
- Realização da II Caravana de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, desenvolvida nas escolas do campo, localizadas nos assentamentos da reforma agrária.
- Realização do Seminário “Trilhando caminhos pelo fim da violência contra a mulher: dignidade, acesso e humanização no atendimento em saúde às mulheres vítimas da violência”.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

TEMA - IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

O Tema Igualdade Étnico-Racial tem como principal objetivo a implementação de políticas públicas que atendam às demandas dos grupos historicamente discriminados: indígenas, população negra, quilombolas, povos de terreiro e ciganos(as). Busca ampliar o debate sobre questões que dizem respeito às diversas manifestações de racismo e fortalecer as ações com o intuito de realizar sua superação, bem como apoiar o etnodesenvolvimento de povos e comunidades tradicionais e reduzir as desigualdades por meio de um conjunto de políticas sociais públicas, dando ênfase ao pertencimento étnico-racial.

Essa questão envolve o desenvolvimento de ações que promovam a proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos afetados por discriminações raciais e demais formas de intolerância, de modo articulado com os diversos setores das administrações públicas estadual, municipais, assim como órgãos não governamentais e a sociedade de modo geral.

Visando assegurar a promoção da igualdade étnico-racial, o Governo do Estado assume o compromisso com a execução qualificada e efetiva de ações que promovam desenvolvimento econômico e social em benefício de negros(as), indígenas, quilombolas, povos de terreiro e ciganos(as), assim como o combate às múltiplas formas de violências e violações de direitos que incidem sobre este público.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

- Participação de 30 professores da rede estadual de ensino no Seminário Fazeres Quilombolas.
- Participação de 100 professores da rede estadual de ensino no IX Memórias de Baobá, promovido pelo Núcleo de Africanidades Cearenses (Nace) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

- Participação de 150 professores da rede estadual de ensino no IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura.
- Realização de oficina sobre educação de jovens e adultos e educação das relações étnico-raciais, para 235 professores da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Realização de oficina com o tema “Lugar do Negro na História, nas Artes e nas Ciências”, envolvendo 30 professores do município de Fortaleza.

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Apoio à realização do IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de estudos da Homocultura (CINABEH), com o tema “Diversidade sexual, gênero e raça: diálogos Brasil-África”, tendo um público de 1.764 pessoas.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Realização de formação nos Centros de Referência da Mulher, abordando os temas: mulheres negras e violência contra a mulher.
- Realização de ações voltadas para a educação escolar indígena e quilombola e implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que instituem as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e culturas afro-brasileira e indígena.
- Elaboração de curso para professores estaduais sobre a educação para as relações étnico-raciais.
- Capacitação de agentes de segurança pública que atuam na polícia militar sobre racismo institucional e promoção da igualdade racial.
- Acompanhamento e resolução de conflitos fundiários e regularização dos territórios das comunidades indígenas e quilombolas do Ceará.

TEMA - PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA

O tema Promoção de Direitos para a População de Rua tem por objetivo o fortalecimento da política pública para atender esse segmento, centrada a partir de três eixos: capacitação de agentes públicos para o atendimento à população em situação de rua; geração de emprego e renda e aquisição de moradia digna.

São inúmeras as causas que levam homens, mulheres e crianças a saírem de suas casas e adotarem as ruas como seus lares. Uso abusivo de

álcool e drogas, maus tratos, violência doméstica e desemprego estão dentre os principais fatores. O Movimento Nacional da População de Rua de Fortaleza apresenta demandas históricas relacionadas ao enfrentamento à violência institucional, sobretudo em face da atuação de agentes da segurança pública e da saúde, à necessidade de políticas públicas específicas de geração de trabalho e renda, por meio da economia solidária, e à inclusão da população em situação de rua nos programas de moradia e

projetos alternativos, como locação social e desapropriação de prédios no centro da cidade. Alinhado a estes anseios, o Centro de Referência em Direitos Humanos do Ceará fornece atendimento jurídico e psicossocial à população de rua. Em função de um alto índice de subregistro civil, por meio de sua atuação no Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, o Governo do Estado formulou, no segundo semestre de 2016, a lei que garante isenção na expedição da segunda via da carteira de identidade para a população em situação de rua, viabilizando o acesso aos principais programas governamentais e a utilização de serviços públicos.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Capacitação de 3.415 profissionais para melhoria da prestação de serviços de Proteção Social Especial.
- Regionalização de dois Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS),

localizados nos municípios de Fortaleza e Missão Velha.

- Criação e implantação do Comitê Gestor dos Creas Regionais, com participação colegiada de representação de Estado e municípios.

PROGRAMA 085 – PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

- Realização de 81.366 serviços/atendimentos a pessoas em situação de rua em Fortaleza no âmbito do projeto “Corre pra Vida”, dentre os quais se incluem a oferta de orientações sobre a redução de danos por conta do uso de drogas, bem como atendimentos individuais, acolhimento à crise, acompanhamento pré-natal, curativos/cuidados de enfermagem, medicação assistida, rodas de conversa, oficinas e acompanhamento familiar.
- Acolhimento e tratamento de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, por meio de parceria realizada com 15 Comunidades Terapêuticas, beneficiando mais de 385 pessoas, gerando um total de 64.875 diárias de internação.

TEMA - ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Tema Atenção à Pessoa com Deficiência tem como principal propósito a articulação junto às setoriais de Governo do Estado, municípios e Governo Federal para monitoramento, acompanhamento e indução de ações voltadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

Tais ações devem ser consonantes com a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 1º, acolhe a dignidade humana com um dos

fundamentos da República e, com a nova legislação da pessoa com deficiência, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2016 (Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), a qual estabelece, em seu art. 1º, que devem estar assegurados e promovidos, em condição de igualdade, o “exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Com a finalidade de estabelecer esse exercício, o Governo do Estado do Ceará busca implementar políticas que visem à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, alinhadas aos marcos legais supracitados, às orientações da Convenção da ONU e ao seu protocolo facultativo (Decreto Nº 6.949/2009).

Um dos grandes desafios para a Pessoa com Deficiência (PcD) reside na questão do ingresso no mercado de trabalho, mesmo com o estabelecimento da política de cotas, reservando postos de trabalho para as pessoas nessa condição, tanto no setor público quanto na iniciativa privada, por motivações que passam desde o preconceito dos empregadores à falta de preparo das instituições para atender a esse segmento populacional, incluindo as condições de trabalho que lhes são ofertadas.

Nesse sentido, o Governo do Estado desenvolve um conjunto de ações na perspectiva transversal das políticas voltadas para a Pessoa com Deficiência, disseminando a cultura da acessibilidade através de participação e apoio a eventos, seminários, realização de oficinas de capacitação, apoio e participação em ações desenvolvidas por instâncias da sociedade civil representativas do segmento, como conselhos e organizações não governamentais para pessoas com deficiência, visando garantir a efetividade dos direitos deste público no Ceará.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

- Contratação de 324 profissionais de apoio à inclusão, sendo 215 intérpretes, para apoiar a comunicação entre professores e alunos surdos, e 109 cuidadores, para auxiliar alunos com deficiência matriculados nas escolas da rede estadual.
- Formação continuada em educação especial

para 368 professores (126 professores da capital e 242 do interior) que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) das escolas estaduais e ONGs conveniadas com o Estado.

- Formação de 60 tutores da área de educação especial.
- Realização de seminário sobre práticas inclusivas, com formação para 100 profissionais envolvidos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo 22 professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) das escolas estaduais, 22 diretores escolares e 56 técnicos.
- Realização do Encontro Pedagógico dos Núcleos de Apoio Pedagógico Especializados (NAPes), destinado a 70 profissionais que atuam nos Núcleos e gestores das oito escolas estaduais que abrigam esses equipamentos.
- Oferta de cursos de formação no Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará para 1.612 docentes, pais e responsáveis pelo atendimento às pessoas que são público-alvo da educação especial, dentre os quais: Libras, Deficiência Visual, Deficiência Intelectual, Atendimento Educacional Especializado e Transtorno do Espectro Autista.

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Realização do seminário “Cultura do Acesso: artes e acessibilidade”, ampliando as informações sobre como aplicar acessibilidade na prática do fazer cultural.
- Promoção do “Vídeo Educativo em Libras” pelo Centro Cultural Dragão do Mar, atraindo um público de mais de mil pessoas.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Articulação junto aos municípios e Governo Federal para monitoramento, acompanhamento e indução de ações voltadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.
- Elaboração da Política Estadual da Pessoa com Deficiência em parceria com o Ministério Público do Ceará e a sociedade civil.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

- Concessão de benefícios a 2.393 pessoas com necessidades especiais por meio de produtos, como: cadeiras de rodas com características diversas, próteses e órteses com inúmeras especialidades, bengalas, andadores, muletas, carrinhos zeus, exames Pet Scan, tratamentos com oxigenoterapia hiperbárica, dentre outros.
- Concessão de 3.281 benefícios a pacientes atendidos por meio de dietas nutricionalmente completas, à base de proteína do leite de vaca ou de soja, contendo ou não fibras, para pacientes em terapia nutricional domiciliar, além de suplementos nutricionais para patologias específicas e fórmulas metabólicas para pacientes portadores de Erro Inatos de Metabolismo (EIM).
- Distribuição de medicamentos da atenção básica e média complexidade e atenção especializada para atendimento à pessoa com deficiência em todos os níveis de atenção à saúde.

PROGRAMA 061 – DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

- Acompanhamento da Comissão Executiva de

Vestibular da Universidade Regional do Cariri (URCA) por meio da Comissão da Pessoa com Deficiência (CPcD) acerca das inscrições de pessoas com deficiência, visando o atendimento da política de cota da URCA e a Lei Estadual de Cotas nº 16.197/2017.

- Acompanhamento do serviço de tradução/ interpretação de libras para alunos na graduação e pós-graduação.
- Participação e apresentação de trabalhos da XXI Semana de Iniciação Científica da URCA.
- Organização e realização do I Seminário de Saúde e Educação em Libras da URCA - Campus Humberto Teixeira, no município de Iguatu.
- Realização dos projetos de pesquisa “Empresta sua voz?” e “Empresta sua voz na Lira?”, com o objetivo de produzir audiolivros e cordéis para pessoas com deficiência visual; “Acessibilidade no Vestibular da Urca: um estudo de caso sobre mudanças necessárias no processo seletivo para atender a Lei Estadual de Cotas nº 16.197/2017”; “Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior: um estudo exploratório na Universidade Regional do Cariri”; e “Confecção de materiais didáticos adaptados ao ensino de ciências biológicas para pessoas com deficiência visual”.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Atendimento a 71 usuários, entre adolescentes e adultos com deficiência que estão com seus direitos ameaçados ou violados, no Abrigo Desembargador Olívio Câmara (ADOC).
- Implantação de quatro residências inclusivas para atender 69 jovens e adultos com deficiência

intelectual e outras deficiências associadas, em Fortaleza.

- Atendimento a 144 pessoas com deficiência e suas famílias no Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência.
- Realização do 3º Concurso Ceará Moda Acessível, que ocorreu dentro da programação do Festival de Moda de Fortaleza (FMF).
- Atendimento a 2.586 pessoas pelo Ceará Acessível, destacando-se o Praia Acessível que atende PcD, implementado em Fortaleza e Caucaia.
- Lançamento das publicações: (Re)Vista Diversidade – Dinâmicas de Grupo para Pessoas com Deficiência e (Re)Vista Diversidade – Valorizando as diferenças e descobrindo habilidades.

PROGRAMA 076 – GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

- Realização de processo seletivo para o Programa Bolsa de Incentivo à Educação na Rede Sesa, com destinação de 10 vagas para as pessoas com deficiência.

PROGRAMA 078 – INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

- Colocação de 2.158 pessoas com deficiência nas empresas cearenses pelo Sistema Público de Emprego, por meio das Unidades de Atendimento do Sine/CE-IDT;
- Qualificação de 222 pessoas com deficiência no projeto Centro de Profissionalização Inclusiva da Pessoa com Deficiência (CEPID), por meio de cursos nas modalidades presencial e educação a distância.

TEMA - ATENÇÃO À PESSOA IDOSA

O Tema Atenção à Pessoa Idosa envolve uma série de ações relacionadas à articulação e monitoramento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI), apoio técnico à gestão municipal, garantia de direitos sociais aos idosos e fortalecimento de vínculos afetivos e familiares, criando condições para promover sua autonomia, participação e integração na sociedade.

A pessoa idosa em situação de pobreza e vulnerabilidade constitui um dos segmentos prioritários da Política de Assistência Social, cabendo a esta política atendê-los conforme a complexidade da situação. O envelhecimento é compreendido como um processo que demanda

diferentes ações de caráter intersetorial, envolvendo políticas de educação, habitação, trabalho, saúde, justiça, assistência e previdência social, além de ações e serviços desenvolvidos por diferentes atores sociais.

O Governo do Estado, em articulação com outras secretarias estaduais, estimula e orienta os municípios para criação e manutenção dos seus Conselhos de Direito, os quais têm a finalidade de estabelecer as diretrizes para a formulação, implementação, avaliação e fiscalização da política municipal de atendimento, prevenção, promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Lançamento do projeto “Caminhos para um Envelhecimento Cidadão no Ceará”, em parceria com o Ministério Público do Ceará, a fim de aprimorar as políticas públicas de atenção aos idosos.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

- Realização do Projeto Arranjos Locais (APL) nos municípios com desenvolvimento da Área de Beneficiamento Primário e produção de matéria-prima vegetal, a fim de fomentar a produção de medicamentos fitoterápicos que beneficiam a população em geral e podem contribuir para um melhor acesso à pessoa idosa.
- Distribuição de medicamentos da atenção básica e média complexidade e atenção especializada, que atendam à pessoa idosa em todos os níveis de atenção à saúde, trabalhando o uso racional de medicamentos e o cuidado a estes pacientes.

PROGRAMA 070 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

- Oferta mensal de 64 cursos com foco nas áreas de Educação e Aprendizagem, Saúde, Socialização e Trabalho, totalizando 18.434 participações dos associados.
- Oferta de atividades sistemáticas voltadas à qualidade de vida do servidor público inativo e pensionistas, registrando um total de 4.480 participações.
- Realização de eventos diversos, tais como Semana do Idoso, Carnaval, Páscoa, Dia das Mães,

Festa Junina, apresentação dos grupos de teatro e coral, passeios e oficinas de capacitação, com participação de 2.664 associados.

- Implantação de Programa de Qualificação Profissional através de cursos de capacitação ministrados pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (Indesa), beneficiando 162 associados.
- Ampliação de convênio com a Universidade de Fortaleza (Unifor) na concessão de estagiários curriculares obrigatórios vinculados ao Programa Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA).
- Realização do Seminário PIPA com o tema “Você vivenciando o impasse: Aposentar-se ou não? Seja livre e consciente! Junte-se a nós nessa reflexão”.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Atendimento a 79 idosos através do Serviço de Acolhimento para Idosos com direitos violados, sob gestão estadual, garantindo-lhes assistência integral.
- Realização, por meio das Unidades de Acolhimento Institucional, de atividades socioculturais, lazer e educacionais para o idoso, como: passeios em shoppings, cinemas, praias, festividades em datas comemorativas, atividades religiosas, atividades físicas, acompanhamento pedagógico, realização de oficinas de memórias, de produção de artigos carnavalescos, de tapetes, de chaveiros, de cartonagem e oficinas de beleza.
- Implantação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (Ebapi) no Estado, com assessoramento e suporte técnico a 123 municípios que realizaram adesão.
- Lançamento das publicações: (Re)Vista Diversidade – Dinâmicas de Grupo aplicadas

à Pessoa Idosa e (Re)Vista Diversidade – A Segurança Alimentar e Nutricional no atendimento ao idoso no âmbito do SUAS.

PROGRAMA 076 – GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

- Realização de ações de promoção da saúde para o idoso em locais como Casa de Nazaré, Espaço

Viva Gente, Programa de Apoio a Aposentadoria (PAI) e Centro de Saúde Meireles, com os temas: Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Obesidade na Terceira Idade, Arte e Cultura na Saúde do Idoso, Terapia Complementar: uso de Plantas Medicinais, Prevenção do Câncer de Mama, Vacinação, Cuidado Domiciliar e Ambulatorial, Doenças Crônicas não Transmissíveis, Direito do Idoso, Alongamento Muscular, Prevenção de Quedas e Exercícios Físicos, dentre outros.

TEMA - INCLUSÃO E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

O Tema Inclusão e Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) tem por objetivo resgatar a cidadania da população LGBT por meio de projetos, ações e atividades de enfrentamento à LGBTfobia, caracterizada pelo ódio, aversão, preconceito e discriminação contra pessoas LGBT, e a promoção/defesa dos direitos humanos dessa população em todo território cearense, transversalizando sua atuação em parceria com outras instâncias governamentais, em constante diálogo com o movimento social LGBT.

No Brasil, a cada ano, aumenta o índice de LGBTfobia, que se configura nas diversas formas de preconceito e discriminação. Trabalhando no combate a essa situação, o Governo do Estado desenvolve diversas ações para promover os direitos humanos dessa população, sempre buscando a parceria e apoio dos movimentos sociais organizados, numa perspectiva constante de diálogo e audição qualificada acerca das demandas e urgentes necessidades para a implementação de políticas públicas efetivas que

norteiem a cidadania e o respeito às pessoas LGBT. Importante destacar que a cultura do diálogo e da interlocução de ideias sempre será o caminho para a construção de parcerias em todas as manifestações sociais, cabendo ao Governo não medir esforços e assegurar a permanência da Política de Direitos Humanos para LGBT em toda a sua intersetorialidade, reafirmando o compromisso e respeito com essa população.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

- Realização de 42 palestras, abordando temáticas relacionadas aos direitos humanos, gênero e sexualidade, como: assédio sexual, relacionamentos abusivos, preconceito de gênero, direitos humanos e diversidade.
- Promoção de 12 oficinas pedagógicas com os professores, para que tenham subsídios para trabalhar a temática de gênero e sexualidade na escola.

- Realização de 15 Aulões Enem, com resolução de questões que abordam a temática da igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual.

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Apoio a 21 projetos por meio do Edital de Apoio a Projetos Culturais com Temática LGBT.
- Realização do II Festival Sertão e Diversidade - Festival de Cinema LGBT do Sertão Central, em Quixadá.
- Realização do 12º For Rainbow – Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual, com mostras de filmes cujas temáticas são ligadas ao cenário LGBT, além de apresentações de teatro, dança e música, entre outras atividades, contando com um público de 1.836 pessoas.
- Apoio à realização do IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de estudos da Homocultura (CINABEH), com o tema “Diversidade sexual, gênero e raça: diálogos Brasil-África”, tendo um público de 1.764 pessoas.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Ampliação do atendimento às mulheres travestis e transexuais em situação de violência doméstica

e familiar nas delegacias de defesa da mulher.

- Realização de atendimentos para a população LGTB nas Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Campo, da Floresta e das Águas no interior do Estado.
- Realização da campanha “Ceará de Cidadania Contra Homofobia”.
- Oferta de 50 vagas em curso de formação para empreendedores LGBT em parceria com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec).
- Realização de pesquisa que retrata a população LGBT em presídios, com planejamento de ação na defesa dos direitos humanos destas pessoas em privação de liberdade, em parceria com a ONG Somos.
- Apoio à realização do 2º Seminário de Direitos Humanos de LGBT e Prevenção de IST/HIV/AIDS na região Centro Sul do Ceará.

PROGRAMA 081 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Realização de eventos para a população LGBT, tais como: Ceará de Cidadania Contra a Transfobia – Fortaleza; Parada da Diversidade, em Crateús; Parada da Diversidade, em Tamboril; e Parada da Visibilidade LGBT, em Itatira.

PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

O reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos implica na afirmação de sua cidadania plena, não uma cidadania a ser exercida futuramente, mas que pode ser exercida em qualquer fase do desenvolvimento humano. A concepção da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos é recorrente na Constituição Federal de 1988. O art. 226 preconiza ser “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Na mesma linha, a Constituição do Estado do Ceará preconiza, no art. 272, o dever do Estado em assegurar os direitos fundamentais da criança, garantindo, inclusive, a participação da sociedade civil na alocação e fiscalização dos recursos destinados a esse fim, além de consignar a prioridade orçamentária desse segmento.

Esse paradigma constitucional traz em si o princípio da prioridade absoluta, no qual se garante que crianças e adolescentes, independentemente de sua origem ou classe social, estejam no topo das políticas públicas estatais, com prioridades orçamentárias específicas.

No âmbito da defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes, o Centro de Referência de Direitos Humanos trabalha nos encaminhamentos e monitoramentos de denúncias de violações

de direitos de crianças e adolescentes, como negligência, maus tratos, abuso, exploração sexual e bullying escolar.

O Programa Estadual de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), desde a sua implantação, em 2013, realiza os atendimentos e a inclusão de pessoas no sistema de proteção, garantindo, assim, o direito à vida de crianças e adolescentes ameaçados.

Com o objetivo de tratar as questões relativas ao sistema socioeducativo, o Governo do Estado criou, em 2016, a Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo com a missão de realizar a gestão efetiva da execução das medidas socioeducativas, com foco em resultados, e articular as ações necessárias ao reordenamento de todo sistema socioeducativo, consolidando os preceitos normativos nacionais e internacionais, de modo a criar condições e possibilidades de mudança de vida para adolescentes que cometem ato infracional, gerando perspectivas de sua integração social e construção de uma cultura de paz.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Realização de diversas atividades, dentre espetáculos artísticos e cinematográficos, para 11.995 crianças e adolescentes.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para a realização do 3º Ciclo de Capacitação do Selo Unicef e para a realização do I Encontro dos Núcleos de Crianças e Adolescentes da região do Cariri.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

- Realização do seminário de atualização do Programa Bolsa Família e ações de alimentação e nutrição, capacitando 240 profissionais da atenção básica responsáveis pelas ações, programas e estratégias de alimentação e nutrição nas Coordenadorias Regionais de Saúde e municípios.
- Realização de oficinas no âmbito da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, contando com a participação de 30 profissionais.
- Implantação do Projeto Nascer no Ceará em quatro macrorregiões de saúde (Cariri, Litoral Leste, Sertão Central e Sobral), abrangendo um total 126 municípios, onde foram capacitados 1.118 profissionais de saúde de todos os níveis de atenção na rede materno infantil.
- Realização de oficina de capacitação do Programa Saúde na Escola nas cinco macrorregiões de saúde, com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes.
- Distribuição de 1.380 cadernetas de saúde do adolescente nos 184 municípios cearenses.
- Apresentação das ações do Programa Saúde na Escola (PSE)/Saúde do Adolescente no III Ciclo de Capacitação do Selo Unicef – Edição 2017-2020, em Fortaleza.

- Conclusão da Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei nos municípios que possuem centros socioeducativos: Crateús, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte e Sobral.
- Treinamento em serviço sobre a Triagem Biológica/Teste do Pezinho, no Hospital Geral Dr. César Cals e Hospital Geral de Fortaleza.
- Realização da 2ª Oficina Presencial da Estratégia QualiNeo no Hospital Geral Dr. César Cals, com a participação de 40 profissionais.
- Capacitação de 40 profissionais de saúde em Apoio Psicossocial.
- Capacitação de 85 profissionais de saúde por meio do Curso de Sensibilização da Assistência Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso – Método Canguru.
- Capacitação de 55 profissionais de saúde por meio da oficina de estratégia para o fortalecimento da atenção integral às crianças com infecção associada ao vírus Zika e às Storch.
- Capacitação de 30 profissionais de saúde por meio do curso “Aconselhamento em Amamentação”.
- Realização do workshop “Qualidade em Banco de Leite Humano”, com a participação de 45 profissionais.
- Realização do Congresso Virtual da Rede de Banco de Leite Humano, com a participação de 50 profissionais.
- Realização do workshop “Apoio ao Projeto Larga Escala – Desenvolvendo uma equipe de alta performance: Coaching como ferramenta de suporte para desenvolvimento de melhorias em instituições de saúde”, com participação de 94 profissionais dos hospitais do Projeto Larga Escala.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Implantação de dois abrigos regionalizados de acolhimento para crianças e adolescentes, com sede nos municípios de Jaguaruana e Itaitinga.
- Elaboração da cartilha “Proteção Social Especial de Média Complexidade no Estado do Ceará” e do folder “Trabalho Infantil - Não Proteger a Infância é Condenar o Futuro”.
- Elaboração do manual de orientações técnicas do Plano Individual de Atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto – PIA.
- Formação profissional por meio de estágios remunerados para 17 adolescentes oriundos da Rede de Acolhimento do Estado.

PROGRAMA 075 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

- Elaboração e aprovação do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Ceará (2019-2028), com participação de 26 órgãos e entidades (governamentais e não governamentais).
- Inauguração do Centro Socioeducativo de Internação de Sobral, atendendo adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em medida socioeducativa de internação, residentes em Sobral e demais municípios da região.
- Acompanhamento a 3.269 adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em internação provisória e em medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos Centros Socioeducativos dos municípios de Crateús, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte e Sobral.

- Melhorias na infraestrutura (reformas) em 11 Centros Socioeducativos nos municípios de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral.
- Realização de cursos de formação profissional (carga horária acima de 100 horas), certificando 846 adolescentes e jovens dos Centros Socioeducativos de Crateús, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte e Sobral.
- Realização de cursos de qualificação básica (carga horária de 40 horas), certificando 1.051 adolescentes e jovens dos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral.
- Implementação do Núcleo Escola Estadual de Socioeducação e realização de 28 eventos de formação, capacitando 1.599 profissionais da Socioeducação.
- Realização de turmas de educação formal na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Socioeducativos de Internação de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, com frequência de 1.992 adolescentes e jovens.
- Produção e exibição dos curtas metragens: “Ninguém pode parar meu coração” e “Corrente de Prata” no Festival Internacional de Contis - França, com representação brasileira de três adolescentes de Fortaleza e Juazeiro do Norte.
- Realização do I Festival de Arte e Cultura do Sistema Socioeducativo, com exposição de 49 telas e apresentação de cinco curtas metragens produzidos com participação de adolescentes dos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral.
- Implementação do Núcleo de Futebol do Fortaleza Esporte Clube no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré e do Núcleo do Basquete Cearense no Centro Socioeducativo Dom Bosco, em Fortaleza.

- Realização de aconselhamento e testagem para infecções sexualmente transmissíveis com adesão de 1.417 adolescentes nos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral.
- Realização de 2.648 atendimentos médicos, beneficiando os adolescentes e jovens dos Centros Socioeducativos de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral.
- Implementação do Núcleo de Promoção da Saúde do Trabalhador, com realização de eventos de prevenção e assistência à saúde do trabalhador e desenvolvimento para a qualidade de vida no trabalho, com 348 profissionais beneficiados.
- Concessão de benefício a 40.119 famílias em situação de extrema pobreza, com crianças de até seis anos e 11 meses, por meio do Cartão Mais Infância Ceará.
- Realização de atividades recreativas, culturais e de lazer por meio do Projeto Arte na Praça Itinerante, em 23 praças do interior e da capital.
- Realização de ações do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, beneficiando 39.835 pessoas, dentre 32.240 crianças e 7.545 gestantes, em 182 municípios.
- Implantação de 56 brinquedopraças, beneficiando 806.400 pessoas com ações do Programa Mais Infância Ceará.

PROGRAMA 080 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- Atendimento a 2.178 crianças e adolescentes pelos projetos ABCs, Circo Escola e Espaço Viva Gente.
- Capacitação de 212 técnicos dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) em atendimento familiar integral.
- Entrega de 77 equipamentos sociais pelo Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares), dentre os quais: três Centros Esportivos em Praças Mais Infância, 51 Centros Esportivos para Futebol em Areninhas e 23 praças.

TEMA - POLÍTICA DE MEMÓRIA

O Tema Política de Memória objetiva modernizar, ampliar e difundir os acervos de informações culturais e reconhecer, registrar e preservar o patrimônio material e imaterial.

Com esse escopo, também pretende-se estabelecer uma política estadual de memória que preserve o legado da história do povo cearense e da memória das violações de direitos humanos ocorridas ao longo da formação histórica do Estado do Ceará. Entende-se por direito à memória a preservação do legado histórico do passado, com o intuito

de reconstruir a memória das lutas populares do povo cearense e das violações de direitos humanos, para, dessa forma, compreender-se os seus impactos sobre o presente.

Envolve a possibilidade de formulação e sustentação, na esfera pública, de uma narrativa sobre determinado período, promovendo o esclarecimento histórico de variados fatos e a integração social, na medida em que viabiliza a ampliação da narrativa sobre o passado.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 045 – PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

- Realização de 14 avaliações patrimoniais, incluindo vistorias, análises de reformas e obras, relatórios e manifestos sobre tombamento em quatro regiões diferentes do estado. Destaque para reforma da Casa de Antônio Conselheiro, em Quixeramobim, e o manifesto sobre o tombamento do Náutico Atlético Cearense.
- Restauro da Estação Antonio Diogo, em Redenção.
- Reforma do Teatro Rachel de Queiroz, em Guaramiranga.
- Implantação da Estação das Artes, Biblioteca Menezes Pimentel.
- Realização da Exposição “Ceará: Uma História no Plural”, levantando discussões em torno da História do Ceará por meio do acervo e demais programas componentes do museu.
- Realização do XIV Patativa do Assaré em Arte e Cultura, em Assaré, com público de 11.098.
- Publicação dos Catálogos do Mestres do Mundo, Cego Aderaldo, Ceará da Paixão, Ceará Junino, Carnaval do Ceará e Ceará Natal de Luz.

TEMA - CONVIVÊNCIA COM A SECA

O Estado do Ceará apresenta a maior parte de seu território inserido na região do semiárido, que se caracteriza pela aridez do clima, pela deficiência hídrica, variabilidade espacial e temporal das precipitações pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica. Essas características limitam o desenvolvimento econômico do Estado, principalmente das áreas inseridas nesse contexto, por conta da utilização de práticas econômicas e tratos culturais nem sempre adequados à realidade existente e que, muitas vezes, terminam por provocar desequilíbrios ambientais, cujo desdobramento mais evidente tem sido o processo de desertificação já verificado em algumas porções do território cearense.

Uma vasta área do solo cearense sofre regularmente com a seca, que se caracteriza não apenas pela falta ou insuficiência de chuva, mas, também, pela irregularidade das precipitações

no tempo e no espaço. Ao lado disso, as áreas do estado mais atingidas pelas calamidades das secas detêm estruturas econômicas e sociais bastante frágeis, o que torna ainda mais complexa a adoção de medidas que gerem mudanças estruturadoras capazes de acelerar o processo de desenvolvimento sustentável.

Visando atender a essas questões, foi elaborado, sob a coordenação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o Plano Estadual de Convivência com a Seca - Ações Emergenciais e Estruturantes, constituindo-se em uma iniciativa do Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, que reúne um conjunto de ações voltadas para superar os complexos desafios provenientes da escassez de chuvas. Este Plano surge dentro de uma perspectiva de gestão integrada e regionalizada das ações, cuja implementação exige um novo modelo

de governança que possibilite uma melhor coordenação das políticas e maior articulação dos órgãos envolvidos, com base nos princípios norteadores e de forma consistente com a estratégia de convivência com a seca.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 001 - GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

- Atendimento, por meio da Operação Carro-Pipa, de 31.468 pessoas residentes nos municípios de Boa Viagem, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Mombaça, Monsenhor Tabosa e Pereiro.
- Capacitação de 106 agentes de proteção que desempenham suas atividades nas regiões de Grande Fortaleza (Fortaleza), Litoral Leste (Aracati) e Sertão de Sobral (Varjota).
- Duplicação do sistema adutor do açude Maranguapinho, com aproveitamento do sistema hídrico do Cauípe e do aquífero Dunas Taíba – Siupé, beneficiando 54.182 famílias residentes na Grande Fortaleza.

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

- Realização de formações por meio da V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente nas fases escolares, municipais, regionais, estadual, nacional e pós conferência, abrangendo 1.226 escolas da rede pública (municipal e estadual), elegendo 2.252 alunos delegados que elaboraram e estão desenvolvendo projetos com a temática “Água”.
- Realização de oficinas de permacultura em 12 escolas da rede estadual nos seguintes municípios: Caucaia, Crateús, Fortaleza, Granja, Icó, Ipueiras, Jaguaratama, Jucás, Pindoretama, Quixadá, Senador Pompeu e Viçosa do Ceará.

- Encontro de alinhamento, planejamento e avaliação com os formadores ambientais das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) e Superintendência das Escolas Públicas Estaduais de Fortaleza (Sefor).

- Realização das etapas do Ceará Científico (escolares, regionais e estadual), contemplando oito modalidades, incluindo a pesquisa em Educação Ambiental e as expressões artístico-culturais na Pesquisa em Educação Ambiental.

- Formação voltada para os agrônomos/educadores das escolas do campo, com a temática “Reúso de Águas Cinzas: Metodologias de Implantação em Comunidades Rurais”.

PROGRAMA 016 – OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

- Construção do açude Muquém, em Quixeramobim, com capacidade de acumulação hídrica de 1.374.056 m³.
- Ampliação de barragem no município de Aracati, na localidade de Aroeira Villane, beneficiando 150 famílias.
- Reabilitação de barragem no município de Ibaretama, na localidade de Lenin Paz II, beneficiando 58 famílias.
- Reabilitação de barragem no município de Madalena, na localidade de Raiz São Joaquim, beneficiando 45 famílias.
- Conclusão de sistemas de abastecimento de água em Acaraú, sendo um na localidade de Tope e outro em Espriado, beneficiando uma população de 139 e 400 famílias, respectivamente.
- Construção de 14,69 km do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), considerando apenas a extensão de canal, sifão e túneis.

- Perfuração de 1.853 poços, distribuídos em 119 municípios das 14 regiões do Estado, para atendimento às comunidades difusas, em áreas rurais e urbanas.
- Instalação de 503 pequenos sistemas de abastecimento de água, beneficiando 37.339 famílias em 65 municípios de 13 regiões do Estado.

PROGRAMA 017 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

- Conclusão dos estudos dos Planos de Segurança Hídrica das Bacias Hidrográficas das Regiões Metropolitanas, do Salgado e do Acaraú.
- Realização dos estudos de análise e integração dos instrumentos de gestão com foco na outorga e cobrança e dos estudos para a avaliação socioambiental e das condições de segurança das barragens Banabuiú e Gavião, relacionadas ao Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento na Gestão Pública do Estado do Ceará.
- Construção de um Programa de Educação Ambiental para todas as instituições do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH).

PROGRAMA 029 – DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR

- Assistência técnica no acompanhamento de 63 projetos Mandalla, beneficiando 189 produtores em 44 municípios, contribuindo para o processo de adoção e difusão de tecnologias alternativas adaptadas, desenvolvimento das potencialidades de irrigação, produção e produtividade, manejo adequado do solo e geração de renda, agregação de valor e segurança alimentar.
- Realização de oito cursos de capacitação no sistema de produção Mandalla de 80h/aula, beneficiando 58 produtores familiares.

- Comercialização de 634.847,41 toneladas de produtos hortigranjeiros nos entrepostos da Ceasa (Maracanaú, Tianguá e Cariri), sendo o Estado do Ceará responsável por 46,9% das mercadorias computadas nos entrepostos gerais.

- Incentivo ao aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, com a distribuição de 5.745 matrizes e 383 reprodutores caprinos, beneficiando 383 produtores em 29 municípios.

- Distribuição e acompanhamento de 14.308 colmeias para 625 produtores, com a previsão de produção de até 288 toneladas/ano de mel em 20 municípios.

- Acompanhamento e assistência técnica a 330 produtores beneficiados com a implantação de 330 galinheiros, subsidiando-os com a entrega de 39.600 pintos, em 21 municípios.

- Acompanhamento e assistência técnica a 2.652 produtores beneficiados com 221 tanques de resfriamento de leite, 90 kits de inseminação e 40 ensiladeiras, em 58 municípios.

- Manutenção de oito postos de classificação em cinco regiões do Estado do Ceará, com a classificação de 1.112.531,32 toneladas de produtos vegetais (trigo, algodão em pluma, arroz, feijão, alho entre outros), oriundos do mercado interno e de importação, com a emissão de 132.728 documentos de Certificado de Classificação.

- Implantação três projetos produtivos de fruticultura irrigada, três de forragicultura irrigada e sete de quintais produtivos, atendendo a 13 produtores assentados em área de reforma agrária.

- Apoio ao desenvolvimento de culturas oleaginosas com assistência técnica e suporte à comercialização, beneficiando 640 produtores distribuídos em 13 municípios.

PROGRAMA 030 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

- Assistência técnica e extensão rural a 43.829 produtores familiares nas diversas atividades da cadeia produtiva da agropecuária, reconhecida na divulgação da performance da atividade da pecuária nos seis anos de seca (2012-2016) de acordo com o censo agropecuário em 2018, onde visualiza-se claramente o aumento da resiliência dos produtores cearenses às variabilidades do clima e a evolução da taxa de crescimento do rebanho ovino, em 11,9%, caprino, em 10,7% e a produção do leite, em 14,4%.

PROGRAMA 031 – INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

- Implantação de 180 Projetos de mecanização agrícola de convivência com o semiárido, beneficiando 13.492 famílias de agricultores(as), por meio do Projeto São José III, em 52 municípios.
- Implantação de 66 projetos produtivos (mandiocultura, apicultura, carcinicultura, cajucultura, avicultura, ovinocaprinoicultura), beneficiando 1.822 famílias de agricultores familiares em 34 municípios.
- Realização de 277 eventos de capacitação, dentre eles: oficina, curso, missão técnica, seminário e dia de campo, voltados aos agricultores familiares, beneficiados pelo Projeto São José III, para 372 técnicos e 3.984 agricultores.
- Elaboração de 588 projetos produtivos em 31 municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), área de abrangência do Projeto Paulo Freire, beneficiando diretamente 17.606 famílias de agricultores familiares pobres e extremamente pobres, nas atividades de: avicultura, caprinocultura,

ovinocultura, mandiocultura, fruticultura, suinocultura, apicultura, quintais produtivos, biodigestores, reúso de água cinza, olericultura, artesanato, beneficiamento, entre outras.

- Assessoria técnica contínua a 23.195 famílias agricultoras em 600 comunidades de 31 municípios da área de atuação do Projeto Paulo Freire.
- Construção de 1.465 cisternas para consumo humano e 21 cisternas escolares, com capacitação aos beneficiários em Gerenciamento de Recursos Hídricos.

PROGRAMA 032 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

- Implantação de 2.397 cisternas, sendo 2.204 cisternas de placa e 193 cisternas de polietileno, beneficiando 11.985 pessoas, em 31 municípios.
- Implantação de 83 sistemas de abastecimento de água pelo Programa Água para Todos, beneficiando 4.046 famílias, em 41 municípios, e de 57 sistemas de abastecimento de água pelo Projeto São José III, beneficiando 5.261 famílias, em 25 municípios.
- Implantação de 775 módulos sanitários domiciliares (abrigo, chuveiro, sanitário, pia, caixa de água e fossa séptica), beneficiando 3.139 pessoas.
- Implantação de 173 sistemas de reúso de águas cinzas domiciliares, em 24 municípios, beneficiando 173 famílias.

PROGRAMA 033 – PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Adesão ao garantia-safra de 200.395 agricultores familiares, em 178 municípios, dos quais 8.474 agricultores já estão recebendo os benefícios, contemplados com R\$ 850,00, cada.

- Implantação de 10 cisternas de enxurrada para promoção de acesso à água para produção de alimentos em três municípios, beneficiando 10 famílias.
- Aquisição e distribuição de 9,46 milhões de litros de leite bovino e 350,6 mil litros de leite caprino, oriundos de 1.829 produtores familiares por meio do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA Leite), beneficiando 426.471 pessoas em 1.927 entidades socioassistenciais.
- Aquisição de 978,47 toneladas de alimentos de agricultores familiares, beneficiando com a distribuição 498.241 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, em 106 municípios.

PROGRAMA 034 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

- Distribuição de 4.640.000 alevinos, distribuídos em 1.698 reservatórios de 97 municípios, gerando uma produção de 928 mil kg de pescado, beneficiando, em média, 63 mil famílias.

PROGRAMA 056 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- Monitoramento do Sistema de Informação da Qualidade da Água em nível estadual.
- Educação permanente dos profissionais das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES) e municípios em vigilância da qualidade da água.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**



SÉRVULO ESMERALDO
Crato, CE, 1929 – Fortaleza, CE, 2017.

Escultor, gravador e desenhista, Sérvulo Esmeraldo iniciou-se profissionalmente no final da década de 1940, frequentando o ateliê livre da Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP), em Fortaleza. Com planos de estudar Arquitetura, transferiu-se para São Paulo em 1951. Expôs em 1957, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), uma coleção de xilogravuras de natureza geométrica construtiva. Com esta coleção, obteve bolsa de estudos do Governo Francês e iniciou uma longa permanência no país europeu.

Em Paris, frequentou o ateliê de litogravura da École Nationale des Beaux-Arts. Na década de 1960, dedicou-se a projetos movidos a motores, ímãs e eletroímãs e chegou à série de Excitables, trabalho que o particularizou na arte cinética internacional.

Em 1977, iniciou o retorno ao Ceará, trabalhando em projetos de arte pública, especialmente em Fortaleza, cidade onde fixou residência em 1980, e que hoje abriga cerca de quarenta obras de sua autoria.

Com grandes exposições realizadas e participação em importantes salões, bienais e outras mostras coletivas na Europa e nas Américas (Realité Nouvelle, Salon de Mai, Bienale de Paris, Trienal de Milão, Bienal Internacional de São Paulo, entre outras), sua obra está representada em importantes coleções nacionais e internacionais.

Em 2011, a Pinacoteca do Estado de São Paulo organizou uma retrospectiva da sua obra. Tornou-se, em 2012, o primeiro artista vivo a integrar o Instituto de Arte Contemporânea (IAC), de São Paulo.

Em 2019, Sérvulo Esmeraldo completaria 90 anos de vida. Em homenagem ao artista e seu trabalho, que segue cada dia mais vivo na paisagem urbana e na memória afetiva de nossa gente, o Governo do Ceará saúda toda classe artística do estado.



Mensagem à Assembleia 2019



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ